Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Potências médias emergentes e uso da força: Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012)

Rio de Janeiro
2020

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Potências médias emergentes e uso da força: Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012)

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciência Política.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maria Regina Soares de Lima

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

A345 Albuquerque, Marianna Restum Antonio de.
Potências médias emergentes e uso da força: Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012) / Marianna Restum Antonio de Albuquerque. – 2020.
544f.

Orientadora: Maria Regina Soares de Lima.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Brasil – Relações exteriores – Teses. 2. Índia - Relações exteriores – Teses. 3.Organização das Nações Unidas – Teses. 4. Segurança internacional - Teses. 5. Nações Unidas - Conselho de Segurança - Teses. I. Lima, Maria Regina Soares de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 327(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Potências médias emergentes e uso da força: Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012)

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciência Política.

Aprovada em 10 de janeiro de 2020.

Banca examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Maria Regina Soares de Lima (Orientadora)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Leticia de Abreu Pinheiro

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Embaixador Dr. Gelson Fonseca Junior

Ministério das Relações Exteriores

_____

Prof. Dr. Leonardo Valente Monteiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Rubens de Siqueira Duarte

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que existem e resistem.
E à minha vó, que me ensinou a ser uma delas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos que permitiu que eu me dedicasse à pesquisa e pudesse participar de eventos que contribuíram enormemente para a elaboração da tese. Aproveito para reforçar a importância de valorização da pós-graduação e da ciência brasileira. Quem destrói a pesquisa, destrói o futuro. Governos passam, mas o conhecimento fica, e a educação é transformadora.

Estendo minha mais sincera gratidão ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), local que foi a minha casa por seis anos, e de onde saio uma pessoa e uma pesquisadora muito melhor do que entrei. Lugares são feitos de pessoas, então gostaria de agradecer também aos funcionários que permitem que o instituto funcione com a excelência que possui. Uma grande salva de palmas para as funcionárias terceirizadas, que mesmo em condições de trabalho extremamente precárias não deixam de fazer seu melhor e torcer e comemorar cada conquista dos alunos. No IESP, sempre me senti à vontade, e conheci alguns de meus grandes amigos que levarei para a vida. Menciono, em especial, meus colegas de turma de mestrado e doutorado e os maravilhosos do Bom Churrasco & Cia. Estou para conhecer um grupo de pessoas com tanto carinho mútuo. Ressalto a importância de caminhar lado a lado com as companheiras do Coletivo Feminista Virgínia Leone Bicudo, com quem cresci tanto. É muito bom ter como legado da pós-graduação amizades que apoiam, torcem e estimulam.

Não poderia deixar de dizer que esse trabalho só foi possível graças à existência da Maria Regina Soares de Lima. Regina foi muito mais do que uma orientadora. Foi conselheira, educadora, gentil e amiga. Tenho plena consciência que foi apenas pelo apoio constante e dedicação da Maria Regina que a pós-graduação foi para mim um percurso mais leve do que para a maioria. Essa tese foi feita a quatro mãos, e tudo que eu vier a conquistar academicamente também será uma conquista dela. Obrigada também por ter me apresentado ao Observatório Político Sul-Americano (OPSA), grupo com o qual aprendo todos os dias e que me abriu muitas portas.

Ao pensar na composição da banca para a defesa da tese, sabia que queria estar cercada de pessoas que, para além de garantir a melhoria da minha argumentação, também contribuiriam para meu crescimento pessoal. Entre os professores do IESP, agradeço à Leticia Pinheiro e ao Carlos Milani, que durante muitas disciplinas me deram dicas essenciais para a maturação do meu projeto. Foi uma enorme honra ter convivido com vocês por tantos anos e

tenho a certeza de tê-los ao meu lado para todos os outros que vierem. Não tenho nem palavras para expressar minha alegria em compartilhar esse momento com o Leonardo Valente e com o Rubens Duarte, dois professores que admiro muito e que me mostraram que a academia também pode ser um espaço de apoio mútuo e de formação de vínculos. Tinha que ser com vocês. Por último, mas nem de longe menos importante, um agradecimento especial ao Embaixador Gelson Fonseca Junior pela sua gentileza e disponibilidade em contribuir com sua experiência e conhecimento para o resultado deste trabalho.

Termino essa fase da vida cada vez mais consciente dos meus privilégios. Entre todas as condições financeiras, de classe e de raça, também tive a vantagem de ter tido o apoio incondicional da minha família. Minha vó Marianna me deu seu nome, e minha mãe Eliana me deu sua vida. Me deu também minha irmã, Paola, que é um outro pedaço de mim. Após desencontros, hoje também tenho a serenidade de ter no meu pai, Manoel Alipio, uma pessoa presente, que me ama incondicionalmente e que move mundos e fundos para garantir que eu e meu irmão, Fernando, estejamos sempre amparados. À toda a minha família – avós, tios, primos e agregados –: não teria sido possível sem vocês. Por falar em família, agradeço ao Dylmar Netto, com quem em breve começarei a minha.

Ao dar mais um passo profissional e pessoal, desejo que todos tenhamos força para resistir a tudo aquilo que nos empurra para trás. Que o machismo deixe de ser um empecilho para o crescimento profissional das mulheres e para sua própria sobrevivência. Que o racismo estrutural da sociedade brasileira seja enterrado junto com todo o pensamento retrógrado. Que a homofobia não impeça ninguém de amar. Desejo, por fim, que todos tenham a possibilidade de conquistar tudo aquilo que quiserem. Encerro os agradecimentos com a espera ansiosa de que possamos construir um mundo em que todos tenham o mesmo direito de existir e ser feliz.

RESUMO

ALBUQUERQUE, Marianna Restum Antonio de. *Potências médias emergentes e uso da força*: Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012). 2020. 544f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Criada por grandes potências, a ONU está inserida na política de poder entre os Estados. Nesse contexto, o objetivo desta tese é compreender como as alterações no equilíbrio de poder impactaram na capacidade de membros não permanentes de influenciar os trabalhos do Conselho de Segurança. Devido à impossibilidade de estabelecer leis gerais para casos diversos, são utilizados como casos comparativos as participações do Brasil e da Índia durante seus mandatos no órgão. Ambos são países intermediários em comparação às grandes potências e que possuem um movimento de emergência e de busca de protagonismo, mas há um elemento central que os diferencia: o poder militar e, sobretudo, o poder nuclear. Dessa forma, a hipótese sob a qual essa tese se debruça é que o poder nuclear indiano teria conferido ao país maior possibilidade de interferência nas negociações no Conselho, ao contrário da pouca autonomia brasileira. A metodologia consiste na análise dos votos e de suas justificativas conferidas por Brasil e Índia no CSNU, no marco temporal de seus mandatos no órgão, entre 1946 e 2012. A interpretação será feita com base em um modelo de política externa comparada multinível, que conjuga o papel dos atores, do governo, dos aspectos socioeconômicos, das relações regionais e da configuração da ordem internacional. Pode-se formular que, nesta pesquisa, o voto de Brasil e Índia funciona como variável dependente, enquanto o diferencial de poder militar seria a variável independente. Por se tratar de um ambiente de interação assimétrico devido à divisão entre membros permanentes e não permanentes, o desenho institucional do CSNU é a variável interveniente. Os resultados encontrados apontam que a hipótese do trabalho não foi confirmada, mas tal fato abriu espaço para investigações que se converteram em uma conclusão mais robusta que a originalmente proposta. O padrão dos votos e do alinhamento com membros permanentes não variou significativamente entre Brasil e Índia, pois a lógica negociadora do CSNU e a concentração do poder decisório opera mais no eixo permanente/não permanente do que no nuclear/não nuclear. A nuclearização indiana, entretanto, não pode ser descartada das relações de poder, pois o país obteve incrementos em seu poder de barganha e em seu peso nas considerações de questões de segurança, sobretudo regionalmente.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasil. Índia.

ABSTRACT

ALBUQUERQUE, Marianna Restum Antonio de. *Emerging middle powers and the use of force:* Brazil and India at the United Nations Security Council (1946-2012). 2020. 544f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Created by great powers, the UN is embedded in the power politics of States. In this context, the purpose of this thesis is to understand how changes in the balance of power impacted the ability of nonpermanent members to influence the work of the Security Council. Since one cannot establish general rules for multiple cases, the analysis is based on the participation of Brazil and India during their mandates as comparative cases. Both are intermediate countries in comparison to the great powers, and they have an emergent path and search for protagonism, but there is a central element that sets them apart: military power and, above all, nuclear power. Thus, the hypothesis of this thesis is that the Indian nuclear power would have given the country a greater possibility of interference in the Council negotiations, as opposed to Brazil's lack of autonomy. The methodology consists in the analysis of the votes and their justifications conferred by Brazil and India in the UNSC, within the timeframe of their mandates, between 1946 and 2012. The interpretation will be based on the application of a multilevel comparative foreign policy framework, which combines the role of the actors, government, socio-economic aspects, regional relations and the shaping of the international order. It can be formulated that, in this research, the vote of Brazil and India works as a dependent variable, while the asymmetries in military power would be the independent variable. Because it is an environment of asymmetrical interaction due to the division between permanent and non-permanent members, the institutional design of the UNSC is the intervening variable. The results show that the hypothesis of the work was not confirmed, but this fact made room for investigations that became a more robust conclusion than the one originally proposed. The pattern of votes and alignment with permanent members did not vary significantly between Brazil and India, as the UNSC negotiating logic and concentration of decision-making power operate more on the permanent/ non-permanent axis than on the nuclear/non-nuclear one. Indian nuclearization, however, cannot be ruled out of power relations, for the country has gained in its bargaining power and weight in the consideration of security issues, especially regionally.

Keywords: United Nations. United Nations Security Council. Brazil. India.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Distribuição de Assentos da primeira proposta do Painel de Alto Nível para o CSNU 46
Quadro 2 – Distribuição de Assentos da segunda proposta do Painel de Alto Nível para o CSNU 46
Quadro 3 – Composição do CSNU de acordo com a proposta do G4 47
Quadro 4 – Composição do CSNU de acordo com a proposta do Unidos pelo Consenso 48
Quadro 5 – Votação Hipotética na AGNU 80
Quadro 6 – Votação Hipotética no CSNU com uso do veto 81
Quadro 7 – Modelo de Política Externa Comparada 88
Quadro 8 – Resumo do Enfoque Comparativo 139
Quadro 9 – Resoluções Totais e Resoluções de Capítulo VII na Guerra Fria e no Pós-Guerra Fria 144
Quadro 10 – Interesses brasileiros em contribuir para missões de paz 232
Gráfico 1 – Quantidade de Estados que pagaram suas contribuições integrais e em dia, em relação à totalidade dos Estados membros 51
Gráfico 2 – Resoluções Não Consensuais (1990-2016) 57
Gráfico 3 – Orçamentos Militares (1988-2012) 130
Figura 1 – Fronteiras entre Índia e Paquistão, em 1971 170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dez maiores contribuintes para o orçamento regular da ONU (2018) 52
Tabela 2 – População de Brasil e Índia (1950-2020), em milhões de habitantes 112
Tabela 3 – População urbana no Brasil e na Índia (1950-2020), em milhões de habitantes 112
Tabela 4 – Indicador Composto de Capacidades Nacionais, Correlates of War (2018)... 128
Tabela 5 – Gastos militares, em US$ milhões, em 2012 e 2017 (em valores constantes de 2016) 129
Tabela 6 – Poder Nuclear Mundial (2012-2018) 132

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre-Comércio Sul-Americana
ASEAN	*Association of Southeast Asian Nations* (Associação de Nações do Sudeste Asiático)
ASPA	América do Sul-Países Árabes
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BJP	*Bharatyia Janata Party* (Partido do Povo Indiano)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAT	Comitê Antiterrorismo
CENTO	*Central Treaty Organization* (Organização do Tratado Central)
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CINC	Indicador Composto de Capacidades Nacionais
CIRUS	*Canada India Reactor US*
CoW	*Correlates of War*
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSU	Congresso Somali Unido
CTBT	*Comprehensive Test Ban Treaty* (Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares)
CTED	*Counter-Terrorism Committee Executive Directorate* (Diretório Executivo do Comitê Antiterrorismo)
DMK	Partido Dravida Munnetra Kazhagam

DPKO	*Department of Peacekeeping Operations* (Departamento de Operações de Paz)
E10	Dez Membros Eleitos do CSNU
ECOSOC	*Economic and Social Council* (Conselho Econômico e Social)
EEG	*Eastern European states* (Grupo da Europa do Leste)
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN	Frente Revolucionária do Timor Leste Independente
FTM	Força-Tarefa Marítima
G4	Coalizão formada por Brasil, Índia, Alemanha e Japão para a reforma do CSNU
GATT	*General Agreement on Trade and Tariffs* (Acordo Geral de Comércio e Tarifas)
GRULAC	Grupo da América Latina e Caribe
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
	International Comission on Intervention and State Soverignty (Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania do Estado)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INTERFET	*International Force East Timor* (Força Internacional para o Timor)
IOR-ARC	*Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation*
IPKF	*Indian Peace Keeping Force* (Força de Manutenção da Paz da Índia)
ISIS	*Islamic State* (Estado Islâmico)
LTTE	*Liberation Tigers of Tamil Eelam* (Tigres de Libertação da Pátria Tâmil)
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti* (Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti)
MNA	Movimento dos Não Alinhados
MPLA	Movimento Popular pela Liberação de Angola
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NOEI	Nova Ordem Econômica Internacional
NSG	*Nuclear Suppliers Group* (Grupo de Supridores Nucleares)
OCS	Organização para a Cooperação de Shangai
OEA	Organização dos Estados Americanos

OHCHR	*Office of the High Commissioner for Human Rights* (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos)
OI	Organização Internacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	*United Nations Operation in Mozambique* (Operação das Nações Unidas em Moçambique)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P3	Três Membros Permanentes Ocidentais do CSNU (Estados Unidos, Reino Unido e França)
P5	Cinco Membros Permanentes do CSNU (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China)
PBC	*Peacebuilding Commission* (Comissão para a Construção da Paz)
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	*Peaceful Nuclear Explosion* (Explosão Nuclear Pacífica)
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTBT	*Partial Nuclear Test Ban Treaty* (Tratado de Banimento Parcial de Testes Nucleares)
R2P	*Responsibility to Protect* (Responsabilidade de Proteger)
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RPF	*Rwandese Patriotic Front* (Frente Patriótica de Ruanda)
RWP	*Responsibility while Protecting* (Responsabilidade ao Proteger)

SAARC	*South Asian Association for Regional Cooperation* (Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional)
SERE	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
SIPRI	*Stockholm International Peace Research Institute*
SWRD	Solomon West Ridgeway Dias Bandaranaike
TCC	*Troops' Contributors Countries* (Países Contribuintes de Tropas)
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TPI	Tribunal Penal Internacional
UFC	*United for Consensus* (Coalizão Unidos pelo Consenso)
UNAMET	*United Nations Mission on East Timor* (Missão das Nações Unidas no Timor Leste)
UNAMIR	*United Nations Assistance Mission for Rwanda* (Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda)
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
UNAVEM	*United Nations Angola Verification Mission (*Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola)
UNCTAD	*United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento)
UNDP	*United Nations Development Program* (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas)
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEF	*United Nations Emergency Force* (Força de Emergência das Nações Unidas)
UNFICYP	*United Nations Peacekeeping Forces in Cyprus* (Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre)
UNIFIL	*United Nations Interim Force in Lebanon* (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)
UNIOGBIS	*United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau* (Gabinete Integrado das Nações Unidas para Consolidação da Paz na Guiné-Bissau)
UNISOM	*United Nations Operation in Somalia* (Operação das Nações Unidas na Somália)
UNITA	União Internacional pela Independência Total de Angola
UNMIH	*United Nations Mission in Haiti (*Missão das Nações Unidas no Haiti)
UNMIK	*United Nations Mission in Kosovo* (Missão das Nações Unidas no Kosovo)
UNMIS	*United Nations Mission in the Sudan* (Missão das Nações Unidas no Sudão)

UNMOGIP	*United Nations Military Observer Group in India and Pakistan* (Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão)
UNMOVIC	*United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission* (Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas)
UNOA	*United Nations Office in Angola* (Escritório das Nações Unidas em Angola)
UNPROFOR	*United Nations Protection Force* (Força de Proteção das Nações Unidas)
UNSCOM	*United Nations Special Commission* (Comissão Especial das Nações Unidas)
UNTAET	*United Nations Transitional Administration in East Timor* (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste)
UNTSO	*United Nations Truce Supervision Operation* (Operação das Nações Unidas para Observação da Trégua)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WEOG	*Western Europe and Others Group* (Grupo da Europa Ocidental e Outros)
WMD	*Weapons of Mass Destruction* (Armas de Destruição em Massa)
ZLAN	Zona Livre de Armas Nucleares
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	20
1	**O CONSELHO DE SEGURANÇA E AS EVOLUÇÕES DOS MÉTODOS DE TRABALHO**.	25
1.1.	**O contexto de criação da Organização das Nações Unidas: antecedentes e evolução.**.....	25
1.2	**A ONU a partir do fim da Guerra Fria: novas ameaças e adaptações necessárias**.....	38
1.3	**Os métodos de trabalho do CSNU: concentração do processo decisório nos membros permanentes**.....	53
2	***SOFT BALANCING* E MICROLATERALISMO: PERSPECTIVAS PARA AS POTÊNCIAS MÉDIAS EMERGENTES NO CSNU**.....	59
2.1	**O conceito de potência média emergente**.....	60
2.2	***Soft balancing* como estratégia para potências médias emergentes**.....	69
2.3	**Microlateralismo como estratégia para grandes potências e potências emergentes**.....	73
2.4	**Jogos de Coordenação e Desenho Institucional**.....	76
2.5	**Aplicação do conceito: os casos das Resoluções 1929 (2010) e 1973 (2011)**	81
3	**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE BRASIL E ÍNDIA EM PERSPECTIVA COMPARADA**.....	86
3.1	**Modelo de Política Externa Comparada**.....	87
3.2	**Os cinco níveis de análise em perspectiva comparada no Brasil e na Índia**	90
3.2.1	Atores.....	91
3.2.2	Governo.....	98
3.2.3	Socioeconômico.....	106
3.2.4	Regional.....	116
3.2.5	Global.....	121
3.3	**Capacidade de Poder**.....	127

3.4	**Conclusões do Modelo e Implicações para a política externa**.....	137
4	**BRASIL E ÍNDIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA: DO PÓS-SEGUNDA GUERRA AO FIM DA GUERRA FRIA (1946-1991)**.....	141
4.1	**Guerra Fria: Paralisia Decisória e Guerras Periféricas**.....	142
4.2	**A Década de 1940**.....	146
4.2.1	Brasil (1946-1947).....	146
4.3	**A Década de 1950**.....	150
4.3.1	Índia (1950-1951)	150
4.3.2	Brasil (1951-1952)	152
4.3.3	Brasil (1954-1955)	153
4.4	**A Década de 1960**.....	157
4.4.1	Brasil (1963-1964)	157
4.4.2	Brasil e Índia (1967-1968).....	161
4.5	**A Década de 1970**.....	169
4.5.1	Índia (1972-1973)	169
4.5.2	Índia (1977-1978)	175
4.6	**A Década de 1980**.....	181
4.6.1	Índia (1984-1985)	181
4.6.2	Brasil (1988-1989)	187
5	**BRASIL E ÍNDIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA: PÓS-GUERRA FRIA (1991-2012)**	195
5.1	**A Década de 1990**.....	197
5.1.1	Índia (2011-2012)	198
5.1.2	Brasil (1993-1994)	208
5.1.3	Brasil (1998-1999)	219
5.2	**Anos 2000**.....	227
5.2.1	Brasil (2004-2005)	229
5.2.2	Brasil (2010-2011)	238
5.2.3	Índia (2011-2012)	248
5.3	**Balanço do Período e Conclusões Preliminares**.....	256
	CONCLUSÃO.....	259
	REFERÊNCIAS.....	267
	ANEXO A: Resoluções aprovadas no CSNU em 1946.....	282

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947..... 288
ANEXO C: Resoluções aprovadas no CSNU em 1950..... 396
ANEXO D: Resoluções aprovadas no CSNU em 1951..... 300
ANEXO E: Resoluções aprovadas no CSNU em 1952..... 303
ANEXO F: Resoluções aprovadas no CSNU em 1954..... 304
ANEXO G: Resoluções aprovadas no CSNU em 1955..... 305
ANEXO H: Resoluções aprovadas no CSNU em 1963..... 307
ANEXO I: Resoluções aprovadas no CSNU em 1964..... 310
ANEXO J: Resoluções aprovadas no CSNU em 1967..... 315
ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968..... 321
ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972..... 330
ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973..... 339
ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977..... 349
ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978..... 359
ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984..... 370
ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985..... 377
ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988..... 387
ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989..... 397
ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991..... 407
ANEXO U: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1992..... 414
ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993..... 419
ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994..... 432
ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998..... 444
ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999..... 455
ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004..... 462
ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005..... 475
ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010..... 493
ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011..... 506
ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012..... 522
ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019..... 538

INTRODUÇÃO

Em 1945, o saldo da Segunda Guerra Mundial relembrou a humanidade dos horrores que somos capazes de causar a nós mesmos. Conflitos e mortes violentas acompanhados da tecnologia tornaram as relações entre os Estados ainda mais complexas. O domínio do ciclo nuclear para fins não pacíficos culminou na explosão de bombas com potencial de devastação sem precedentes, cuja proliferação colocou, em poucos anos, o mundo em um sistema de destruição mútua assegurada.

Após a experiência da Primeira Guerra, uma das medidas adotadas pelos Estados para evitar conflitos semelhantes foi a formação de uma organização internacional, a Liga das Nações, que deveria funcionar como um fórum permanente de contatos e negociações diplomáticas. A Liga possuía falhas estruturais que a impediram de cumprir seu objetivo, mas a vivência da cooperação institucionalizada deixou legados que não poderiam mais ser ignorados. Os vencedores da Segunda Guerra Mundial decidiram criar uma organização remodelada, aparar as falhas da anterior, e instituir um sistema de segurança coletiva. Após negociações em diversos encontros e conferências, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unida (ONU).

Pensada e criada por grandes potências, a ONU esteve, desde sua fundação, inserida na política de poder entre os Estados soberanos. Exemplo da institucionalização dos desníveis de capacidades internacionais foi a divisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), órgão responsável primário pela garantia da paz, entre membros permanentes e não permanentes. Aos cinco permanentes (P5, do inglês *permanente five*) – Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China – caberia não só a deferência de estar representado no órgão independentemente de fatores conjunturais como também uma prerrogativa diferenciada no processo decisório, conhecida como poder de veto.

O funcionamento assimétrico do CSNU tem recebido diversas críticas e mostrado inúmeras limitações ao longo dos mais de setenta anos de funcionamento da ONU. Para além da impossibilidade de aprovar medidas que descontentem qualquer um dos P5, a presença constante dos cinco membros permite que eles influenciem e direcionem as provisórias, flexíveis e muitas vezes informais regras de procedimento do órgão. Com isso, os membros permanentes possuem mais informações sobre os conflitos e decisões anteriores, e têm mais oportunidades para escrever projetos de resolução e ocupar ou indicar cargos de liderança no aparato de segurança das Nações Unidas.

Durante as negociações para a criação da ONU, o poder militar foi um dos argumentos utilizados para selecionar os cinco membros permanentes, uma vez os assentos confeririam a esses Estados o poder efetivo de se engajar em situações de ameaça. Entretanto, ao longo das décadas, o emprego irrestrito dessa alegação tornou-se inadequado: não só outros Estados adquiriram capacidades militares consideráveis, como Alemanha, Índia e Japão, como a busca por soluções preventivas e diplomáticas encorajou o engajamento de países que adotam vias alternativas para lidar com riscos à segurança, a exemplo do Brasil. Se, no sistema internacional, poder é um conceito relativo, a emergência de novos atores não poderia deixar o status quo de 1945 incólume.

A partir dessas considerações preliminares, o objetivo desta tese é compreender como as alterações no equilíbrio de poder impactaram a capacidade de membros não permanentes de influenciar os trabalhos do CSNU. Como os assentos temporários podem ser ocupados por Estados diversos, estabelecer leis gerais necessariamente implicaria em generalizações e deficiências metodológicas. Dessa forma, foram escolhidos como casos comparativos as participações do Brasil e da Índia durante seus mandatos no órgão. A justificativa para a seleção é que ambos são países intermediários em comparação às grandes potências e que possuem um movimento de emergência e de busca por protagonismo, além de estarem entre os países que mais vezes integraram o CSNU como membros eletivos. Entretanto, há um elemento central que os diferencia: seu poder militar e, sobretudo, o nuclear.

A hipótese de que parte esta tese é que o poder nuclear indiano teria conferido ao país asiático a possibilidade de utilizar seus mandatos no CSNU de forma mais autônoma, mais conectada a interesses nacionais e com maior possibilidade de interferência nos resultados, em oposição à falta de autonomia brasileira. O ponto de partida para essa conjectura decorre de resultados encontrados a respeito do Brasil em minha dissertação de mestrado: mesmo em emergência de projeção e busca por protagonismo internacional, o Brasil manteve um padrão de alinhamento com os Estados Unidos em seus votos no CSNU (ALBUQUERQUE, 2016). A literatura aponta que um dos motivos para tal é, notadamente, a falta de poder militar para arcar com o custo político de discordar e adotar um caminho próprio. Por isso, a comparação com a Índia se apresenta como uma oportunidade favorável.

A metodologia utilizada para verificar a validade da hipótese consiste na análise dos votos e das justificativas conferidas pelos representantes de Brasil e Índia no CSNU, no marco temporal de seus mandatos no órgão entre os anos de 1946 e 2012. Entretanto, partimos do pressuposto teórico de que o voto não é desvinculado de fatores diplomáticos, históricos, sociais, econômicos e regionais, portanto é preciso compreender as decisões de política externa

em temas de segurança de forma conectada com níveis domésticos, regionais e internacionais dos respectivos Estados. Por isso, a metodologia é complementada pela aplicação de um modelo de política externa comparada multinível, que leva em conta o papel dos atores, do governo, dos aspectos socioeconômicos, das relações regionais e da configuração da ordem internacional na orientação do voto de ambos no Conselho. O enfoque comparativo auxilia na fundamentação dos caminhos que levaram à nuclearização da Índia e à busca por uma via alternativa pelo Brasil, o que impactaria, portanto, na capacidade de agência de ambos no CSNU.

Nesta pesquisa, portanto, os votos de Brasil e Índia são definidos como variáveis dependentes, enquanto o diferencial de poder militar entre os dois países constitui a variável independente. Já que se trata de um ambiente de interação assimétrico, devido à divisão entre membros permanentes e não permanentes, o desenho institucional do CSNU funciona como variável interveniente na análise.

Para conduzir a investigação, a tese encontra-se dividida em cinco capítulos. No primeiro, será feito um panorama histórico da criação e da evolução da ONU, enfatizando o papel da organização no tratamento das ameaças à paz e à segurança internacionais. O capítulo traz como ponto-chave a indicação de que a informalidade e a flexibilidade dos métodos de trabalho do CSNU redundam em uma concentração ainda maior de poder decisório na mão dos cinco permanentes. Com isso, há um custo político alto para que um membro eletivo se coloque como opositor a uma resolução apoiada pelos P5. Historicamente, a alternativa encontrada foi a formação de coalizões entre Estados para reforçar seu desconforto com determinadas medidas, mas sem a adoção de posições que soem não cooperativas.

O Capítulo 2 avança nesse argumento e propõe que as negociações no CSNU sejam interpretadas como um jogo de coordenação, em que há um cenário de aversão comum a ser evitado pelos atores, mas diversos pontos ótimos relativos à melhor estratégia a ser adotada. Pesam sobre o curso de ação escolhido os *pay offs* de cada ator envolvido, e os custos de transação são consideravelmente mais altos para os membros não permanentes, que possuem menos ferramentas para influenciar o resultado. Por conta da concentração de poderes na mão dos P5, defende-se nesta tese que o CSNU se afastou dos propósitos do multilateralismo e deve ser analisado a partir do conceito de *microlateralismo*, que será proposto e desenvolvido ao longo do capítulo. Em uma dimensão relacional, as grandes potências possuem maior peso negociador que os demais países, mas entre os membros não permanentes não há homogeneidade. Por isso, potências médias emergentes como Brasil e Índia não são espectadoras impassíveis. Entre os elementos que os dois países podem empregar para ampliar

as oportunidades de inserção está a formação de coalizões de votos, por meio da estratégia de *soft balancing*.

Em seguida, o terceiro capítulo apresenta o enfoque comparativo em cinco níveis de análise para compreender as trajetórias de política externa de Brasil e Índia que culminaram na nuclearização do país asiático. O modelo analítico, baseado na contribuição de Andriole et al. (1975), parte de cinco níveis de análise: atores, governo, condição socioeconômica, contextos regional e global. A evolução histórica dessas dimensões impactou a capacidade de poder que, em uma relação de mão dupla, passou a formar e informar os novos desdobramentos da política externa dos países. Dessa forma, os níveis de análise impactam os votos de Brasil e Índia na ONU, tomados como a variável dependente.

O Capítulo 4 analisa os votos e as justificativas de Brasil e Índia durante seus mandatos no período da Guerra Fria. Para tal, foram compiladas todas as resoluções apresentadas nos mandatos, disponibilizadas como anexos. Foram inseridos no corpo do texto os trechos das justificativas que se referem à exposição dos motivos do voto. O corte cronológico em 1991 é utilizado devido ao impacto do fim da bipolaridade na dinâmica de funcionamento da ONU e nos temas levados à agenda do CSNU. Entre o início das operações da Organização e o marco estabelecido, o Brasil esteve representado nos biênios de 1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968 e 1988-1989. A Índia, por sua vez, ocupou o assento não permanente em 1950-1951, 1967-1968, 1972-1973, 1977-1978 e 1984-1985. Durante esse período, o país conduziu sua primeira rodada de testes nucleares, em 1974.

O quinto e último capítulo examina os mandatos no período pós-Guerra Fria, no qual se observou um aumento das resoluções destinadas a aprovar o uso da força e durante o qual a Índia se tornou uma potência nuclear assumida e reconhecida. Para o período, a ênfase será nos votos e nas justificativas de resoluções com base no Capítulo VII. Serão explorados os mandatos do Brasil, em 1993-1994, 1998-1999, 2004-2005 e 2010-2011, e da Índia em 1991-1992 e 2011-2012. Com essas marcas, ambos os países estão entre os eleitos mais vezes para integrar o CSNU, com dez e sete mandatos, respectivamente.

Os resultados empíricos encontrados indicam que a hipótese do trabalho não foi confirmada, mas abrem espaço para uma conclusão mais robusta que a originalmente proposta. A principal constatação da tese é que o padrão dos votos e a direção do alinhamento com os membros permanentes não variaram significativamente entre Brasil e Índia, pois a lógica negociadora do CSNU e a concentração do poder decisório opera mais no eixo membro permanente/não permanente do que no de potência nuclear/não nuclear. A nuclearização indiana, entretanto, não pode ser descartada das relações de poder, pois o país ampliou seu

poder de barganha e seu peso específico nas discussões e negociações de questões de segurança, sobretudo regionalmente.

Tal decorrência indica que há uma dimensão de informalidade localizada às margens das regras que precisa ser incluída nas análises sobre a operação da ONU. Esse ponto foi amplamente observado durante o trabalho de campo acompanhando a Missão Permanente do Brasil junto à ONU, entre maio e agosto de 2016. Participei como integrante do Programa de Capacitação Acadêmica da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, acompanhando temas de segurança e desarmamento no CSNU e na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), além de ter comparecido às reuniões e votações para escolha de membros não permanentes do CSNU e do secretário-geral.

Por ter feito o trabalho de campo em um momento inicial da pesquisa, meu propósito foi observar e absorver informações, pois ainda não havia um desenho de pesquisa consolidado que me permitisse fazer entrevistas estruturadas. Apesar disso, conduzi produtivas conversas com membros da delegação brasileira, com o embaixador do Brasil, Antonio Patriota, e com o ex-embaixador da Índia, Hardeep Puri. Ambos forneceram pontos de partida valiosos para entender o papel da informalidade e da assimetria de informações entre os membros permanentes e não permanentes.

Durante os meses em que estive com a delegação brasileira, foram visíveis a troca de votos nos bastidores, as negociações conduzidas durante as recepções e cafés, fora dos registros formais, e as pressões diplomáticas e financeiras para que um Estado chegasse ao ponto ótimo preferido por outro. Por conseguinte, esta tese pretende se somar ao vasto campo de estudo sobre as atividades da ONU, notadamente no campo da segurança, além de apresentar uma pesquisa detalhada dos principais acontecimentos, fatores e marcos da política externa do Brasil e da Índia desde o pós-Segunda Guerra. Como resultado do intenso trabalho de pesquisa, os anexos contêm uma base de dados de votações compiladas que podem auxiliar a elaboração de trabalhos de futuros pesquisadores.

1 **O CONSELHO DE SEGURANÇA E AS EVOLUÇÕES DOS MÉTODOS DE TRABALHO**

Para compreender a atuação de Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), é importante observar o funcionamento do órgão e os contextos históricos de sua criação e desenvolvimento. Neste primeiro capítulo, será analisado o processo de criação da Organização das Nações Unidas, sua relação com sua antecessora, a Liga das Nações, e as alterações sistêmicas que impactaram o funcionamento da organização, sobretudo as relativas ao CSNU, detalhando a operacionalização do órgão e a evolução de seus métodos de trabalho. A interação entre os Estados sofreu alterações devido a modificações ocorridas no CSNU. Dessa forma, o impacto dessas mudanças – especialmente sobre a capacidade de influência dos membros não permanentes – é o principal objeto deste capítulo.

Para cumprir esse objetivo, o capítulo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, será dada ênfase ao processo de criação da ONU, a partir dos aprendizados com a experiência da Liga das Nações. A seção conta com uma introdução histórica às conferências negociadoras e a uma análise da Carta da ONU, de forma a compreender os objetivos, princípios e estrutura da organização. A segunda seção, por sua vez, se debruçará sobre as evoluções e adaptações após o fim da Guerra Fria, cuja consequência foi o avanço das propostas de reforma da organização. A terceira seção, por fim, terá como objetivo o detalhamento dos métodos de trabalho do CSNU, procedimentos que concentram o poder decisório e informacional nos cinco membros permanentes.

1.1 **O contexto de criação da Organização das Nações Unidas: antecedentes e evolução**

Organizações Internacionais (OI) são mecanismos de regulação do sistema internacional que possuem alto grau de institucionalidade. Entre os elementos que as particularizam em relação a instrumentos com menor densidade institucional, como alianças ad hoc, regimes e uniões governamentais[1], estão a presença simultânea de características institucionais como

[1] Segundo a definição das autoras, alianças ad hoc constituem um mecanismo de regulação da interação entre os Estados caracterizado por possuir fim e objetivo específico pré-determinado. Os regimes internacionais, pela definição de Stephen Krasner (apud HERZ; HOFFMANN, 2004), são um conjunto de princípios, normas regras e procedimentos decisórios, em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma área temática. Exemplos de regimes internacionais são o regime de não proliferação e o regime internacional de direitos humanos. As uniões governamentais são mecanismos de interação técnica, a exemplo da União Internacional dos Telégrafos (UIT) e da União Postal Universal (UPU), ambas em funcionamento e integrantes, atualmente, do sistema ONU.

sede, orçamento, funcionários públicos internacionais e carta constitutiva (HERZ; HOFFMANN, 2004). Dessa forma, as OIs teriam ferramentas que garantiriam sua permanência em longo prazo e dispositivos que permitiriam seu funcionamento como lócus de deliberação entre os Estados membros. Segundo a definição de Pecequilo (2004, p. 67-68):

> A função das OIGs (Organizações Internacionais Governamentais) é promover foros de debates e prestar serviço. Tentam estabelecer um ponto de apoio para os Estados menos desenvolvidos, garantindo sua autonomia e legitimidade política, e um ponto moderador para os mais desenvolvidos, barrando seu avanço político e militar sobre os demais. Tem como principal objetivo estender a unidade e igualdade jurídica e teórica entre os Estados para o campo das relações concretas entre eles, relações estas que ainda são desiguais e hierárquicas, redistribuindo poder e reduzindo tensões mundiais.

Apesar de as OIs terem sido precedidas por outros mecanismos de estabilização, a formação de organizações com o objetivo de regular a interação entre os Estados de forma permanente e com pretensões de universalidade é um fenômeno relativamente recente na história das Relações Internacionais e remonta ao século XX, sendo a criação da Liga das Nações um marco desse processo. A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, foi criada após a Primeira Guerra Mundial, com base no mesmo Tratado de Versalhes que deu fim ao conflito armado entre a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança, e instituída em 1919 pelo Pacto da Liga. Com base no pensamento do então presidente dos Estados Unidos (EUA), Woodrow Wilson, expresso nos Catorze Pontos[2], o objetivo da Liga era criar uma organização capaz de evitar um novo conflito de grandes proporções e promover a confiança mútua entre os Estados, por meio da garantia do direito à autodeterminação e do fim da diplomacia secreta.

Três décadas após a criação da Liga, iniciou-se na Europa a Segunda Guerra Mundial, um conflito armado de proporções radicalmente superiores às da Primeira, atestando que a Liga das Nações não fora eficaz no cumprimento de seu principal objetivo. Apesar de a organização ter funcionado formalmente até 1946, a declaração de guerra deixou evidente que o processo de criação e consolidação da Liga possuía falhas tanto teóricas quanto práticas, que precisariam ser reparadas caso houvesse a intenção de criar uma organização com objetivos políticos e de segurança.

No plano teórico, Pierre Milza (2006) aponta que a vitória das potências ocidentais e a emergência dos Estados Unidos como polo sistêmico durante a Primeira Guerra não só

[2] Os Catorze Pontos de Wilson foram um comunicado enviado pelo então presidente estadunidense ao Congresso do país, em janeiro de 1981, após a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial. Além de enunciar princípios do liberalismo e da democracia, como a liberdade de navegação e a diplomacia pública, o 14º ponto defendia a criação de uma organização internacional para lidar com as ameaças à paz.

alteraram o equilíbrio de poder eurocêntrico como colocaram em voga valores liberais e democráticos que não se coadunavam com a busca por poder e o uso da força. Para o autor,

> Ao crer nas benesses dos ideais democráticos aplicados ao conjunto da sociedade internacional no pós-Guerra, os dirigentes da coalizão vencedora possuíam por corolário a ideia de que a paz e a felicidade da humanidade poderiam ser asseguradas por meio de uma organização internacional que reuniria todos os Estados, que aceitariam fazer prevalecer as regras do direito internacional sobre as considerações de *realpolitik*, submeter suas diferenças eventuais a este organismo e renunciar de uma vez por todas ao uso da força como meio de obter satisfação" (MILZA, 2006, p. 28, tradução nossa)[3].

A crença em valores liberais e em uma concepção de natureza humana baseada na racionalidade iluminista também é um dos fatores apontados por Edward Carr (2001) em seu diagnóstico sobre o período entre guerras e a eclosão de outro conflito mundial poucos anos depois do primeiro. Para Carr, assim como a crise de 1929 foi um prelúdio das fragilidades do liberalismo econômico, os limites do liberalismo político ficaram prementes com o fortalecimento da Alemanha e da Itália na Europa, indicando o fracasso de uma crença utópica segundo a qual a interação dos Estados operaria com base em uma harmonia de interesses. De acordo com esse argumento, uma das falhas do pós-Guerra foi acreditar que os interesses individuais dos Estados levariam à cooperação, desconsiderando a possível existência de aspirações incompatíveis entre esses Estados. Carr aponta que a transplantação da racionalidade iluminista para o sistema internacional, em que convivem Estados com culturas e objetivos díspares, significou a ruína dos postulados sobre os quais a década de trinta esteve baseada (CARR, 2001, p. 55).

Os valores que nortearam a reconstrução do sistema de Estados no pós-Primeira Guerra, ao se fundamentarem nos elementos mencionados por Milza e Carr, fizeram com que a Liga das Nações tivesse, de origem, pouca capacidade para lidar com Estados que desviassem do comportamento esperado e buscassem aspirações expansionistas ou disposição para o uso da força. Entre as falhas estruturais, John Maynard Keynes (2002) ressalta que a exclusão da Alemanha do processo negociador em Versalhes, a presença de tropas estrangeiras em seu território e as pesadas reparações de guerra a ela impostas contribuíram de forma definitiva para o crescimento do sentimento de revanchismo que direcionou o país à política de conquista que culminou na Segunda Guerra.

---

[3] O texto em língua estrangeira é: "La croyance dans les bienfaits des idéaux démocratiques appliqués à l'ensemble de la société internationale qui habite au lendemain de la guerre les dirigeants de la coalition victorieuse a pour corollaire l'idée que la paix et le bonheur de l'humanité peuvent être assurés par une organisation internationale qui rassemblerait tous les États acceptant de faire prévaloir les règles du droit international sur les considérations réalpoliticiennes, de soumettre leurs éventuels différends à cet organisme, et de renoncer une fois pour toutes à la force comme moyen d'obtenir satisfactions."

A Liga das Nações possuía como membros originais os 32 Estados participantes da coalizão vencedora da Primeira Guerra Mundial e presentes na Conferência de Versalhes, além de 13 Estados que se mantiveram neutros durante o conflito. A estrutura da organização, que possuía sede em Genebra, na Suíça, contava com três órgãos principais:

1) Assembleia Geral: órgão composto por todos os Estados membros, com direito igual a voz e voto, de acordo com os princípios da isonomia e da igualdade soberana. Entre as funções da Assembleia estavam a nomeação de representantes para comitês especializados, a eleição dos membros não permanentes do Conselho Executivo e dos juízes da Corte Permanente de Justiça Internacional, e a aprovação de resoluções sobre os temas presentes no Pacto da Liga. O processo decisório previa que as decisões deveriam se dar por unanimidade, à exceção de questões procedimentais.

2) Conselho Executivo: composto, quando da fundação da Liga, por quatro membros permanentes e quatro não permanentes, os últimos eleitos para mandatos de dois anos. Apesar de sua relevância na idealização da organização por meio do Presidente Wilson, os Estados Unidos não ratificaram o Pacto da Liga, de modo que até a entrada da Alemanha após a assinatura do Tratado de Locarno[4], em 1926, apenas Reino Unido, França, Itália e Japão conformavam o grupo de estados permanentes do Conselho. Já o número de membros não permanentes aumentou para seis em 1922 e para nove em 1926. Entre as funções do Conselho estavam tratar de questões de segurança internacional e aprovar resoluções sobre o tema, além de indicar os funcionários de cúpula do Secretariado. O procedimento decisório também era a unanimidade, sem diferenciação entre membros permanentes e não permanentes. Na prática, todos tinham poder de veto, o que gerava paralisia decisória constante.

3) Secretariado: órgão administrativo, formado por funcionários públicos internacionais e chefiado por um secretário-geral. Possuía diversos órgãos subsidiários, políticos e técnicos, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Corte Permanente de Justiça Internacional[5].

Os motivos aos quais se atribui a incapacidade da Liga de promover a harmonia de interesses e, dessa forma, evitar o conflito, podem ser avaliados por meio de três chaves de leitura: a falta de representatividade na organização, que interferia em sua legitimidade de ação;

[4] Por meio dos Acordos de Locarno, houve uma tentativa de reintegrar a Alemanha ao sistema internacional. Uma das medidas tomadas com esse objetivo foi oferecer ao país um assento como membro permanente do Conselho Executivo da Liga. Após o posto ter sido oferecido ao país germânico, o Brasil, que pleiteava essa vaga, retirou-se da organização.

[5] A OIT precedia a criação da Liga e foi incorporada a ela como organização subsidiária. Com o fim da Liga, a OIT passou a integrar o sistema ONU e permanece em funcionamento. A Corte Permanente de Justiça Internacional também se mantém ativa no sistema ONU, com o nome de Corte Internacional de Justiça (CIJ).

a paralisia decisória, que impedia a aprovação de resoluções e estratégias de prevenção de conflitos; e a falta de mecanismos efetivos de sanção que pudessem frear possíveis aspirações expansionistas dos Estados (ALBUQUERQUE, 2016).

Em relação à universalidade, além da ausência inicial da Alemanha apontada por Keynes, que só passou a integrar a organização após a assinatura dos Acordos de Locarno, os Estados Unidos não chegaram a participar da Liga durante seu funcionamento, pois o Congresso estadunidense não aprovou o Pacto da Liga, contrariando os propósitos do presidente Wilson. Outros Estados tiveram presença breve, como a União Soviética, a Itália e o Brasil. Os soviéticos entraram na organização apenas em 1934, e foram expulsos em 1939, após descumprirem os ditames do Pacto e cometerem ato de agressão contra a Finlândia. A saída da Itália foi anunciada por Mussolini em 1937, como resposta a sanções impostas ao país durante os conflitos na Abissínia. Já a saída brasileira esteve relacionada à entrada da Alemanha e o oferecimento a ela do assento permanente que o Brasil almejava[6]. O esvaziamento da organização, que também não contava com os Estados colonizados, gerava falta de representatividade e, em consequência, de legitimidade.

A paralisia decisória derivava da necessidade de que as decisões fossem tomadas por consenso, cada vez mais difícil de ser alcançado à medida que novos membros entravam na organização. A falta de uniformidade de valores e de aspirações, conforme apontou Carr, tornava a unanimidade uma tarefa difícil, limitando a aprovação de resoluções e estagnando a agenda da Liga.

Além da dificuldade de aprovação de documentos, tanto na Assembleia quanto no Conselho, não havia um mecanismo de sanção efetivo para países que descumprissem decisões ou atuassem de forma contraditória aos valores da organização. Durante a década de 1930, a Alemanha avançou sobre a Tchecoslováquia, a Itália ocupou a Abissínia, região da atual Etiópia, a União Soviética entrou em conflito com a Finlândia e o Japão invadiu a Manchúria chinesa – tais ações ofensivas não geraram reações militares por parte da Liga, pois a organização não contava com tropas mobilizadas para atuar em seu nome.

Os mesmos princípios norteadores da Liga reapareceram nas Conferências realizadas durante a guerra, mas que já previam as condições de seu fim, dessa vez com mais pragmatismo acerca do cumprimento de normas pelos Estados. Em 1943, por exemplo, durante a Conferência de Moscou, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os Estados Unidos e o Reino Unido formalizaram a decisão de criar uma organização para tratar de questões de segurança

[6] Ver mais em CERVO; BUENO (2010).

no pós-guerra. Na ocasião, foi assinada a Declaração das Quatro Nações, junto com a China, que previa, em seu artigo IV, a necessidade de estabelecimento de uma OI baseada na igualdade soberana dos Estados amantes da paz. Essa Declaração foi acompanhada de um protocolo secreto, que reconhecia o desejo desses Estados de trocar opiniões, preliminarmente, sobre a criação da nova OI.

Ainda em 1943, durante a Conferência de Teerã, Roosevelt e Stalin defenderam que a nova organização deveria ser controlada por "Quatro Policiais", capazes de responder imediatamente a ameaças. Segundo Garcia (2011a) essa ideia nasceu de uma concepção regionalista de Roosevelt acerca do ordenamento mundial, em que as grandes potências "deveriam repartir seus deveres com a manutenção da segurança de cada região" (GARCIA, 2011a, p.160).

No ano seguinte, os quatro países reuniram-se na Conferência de Dumbarton Oaks, em que os objetivos, os princípios e a estrutura da nova organização foram propostos e debatidos. Nesse momento, os EUA propuseram que o Brasil fosse incluído como membro permanente do CSNU, mas o país sul-americano não havia sido consultado a respeito (GARCIA, 2011a). Segundo Garcia (2011a), Reino Unido e URSS foram contra a proposta, pois queriam manter no grupo apenas cinco países – França, além das Quatro Nações. Além disso, não estavam certos sobre a potencial contribuição do Brasil e consideravam que tal medida abriria precedentes para que Estados menores pleiteassem vagas. Roosevelt, portanto, retirou a proposta. Ainda segundo o autor, ao saber da possibilidade, Getúlio Vargas convocou um grupo de notáveis para avaliar o cenário, mas os próprios especialistas tinham dúvidas sobre as responsabilidades econômicas que a inclusão poderia acarretar. A saída encontrada por Vargas foi propor uma "candidatura indireta", demandando a representação da América Latina sem direcionar a vaga para o Brasil.

Em 1945, os quatro Estados congregaram-se novamente na Conferência de Ialta. Por exigência do líder soviético Josef Stalin, estabeleceu-se na ocasião que o processo decisório acerca de temas de segurança deveria contar com a concordância das grandes potências, regra que ficou conhecida como Fórmula de Ialta (GARCIA, 2011b). O ano de 1945 também foi marcado pelo fim formal da Segunda Guerra, após a rendição dos países do Eixo, e pela realização da Conferência de São Francisco, em que foi assinado o tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas, conhecido com Carta das Nações Unidas ou Carta de São Francisco[7]. Após ter sido desocupada pela Alemanha, a França foi integrada ao grupo, que

[7] O processo é detalhado na sessão histórica da página da ONU na internet, por meio do link <www.un.org./en/sections/history/history-united-nations/index.html>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

permaneceu conhecido como Quatro Policiais apesar da adição de um quinto membro. A partir de então, estendeu-se a ela a exigência de consentimento definida em Ialta.

Durante dois meses, um total de 50 Estados, entre signatários da Declaração das Nações Unidas e países que declararam guerra ao Eixo, debateu a proposta proveniente de Dumbarton Oaks, que culminou na Carta de São Francisco. Os delegados dos Quatro Policiais presidiram as sessões plenárias e organizaram os trabalhos em quatro comissões: a primeira trataria de objetivos, princípios, membros, funções do Secretariado e procedimentos para emendas à Carta; a segunda, deveria tratar do funcionamento da nova Assembleia Geral; a terceira, sobre o Conselho de Segurança, órgão semelhante em funções ao Conselho Executivo da Liga; e a quarta sobre o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, a partir das reformulações da Corte Permanente de Justiça Internacional (VARGAS, 2011b).

Os debates levaram a inclusão de novos temas não previstos no "rascunho" elaborado em Dumbarton Oaks, como a criação de um órgão para tratar de temas econômicos e sociais e ações relacionadas à tutela de territórios. Apesar de divergências sobre diversos aspectos, inclusive sobre o processo decisório proposto por Stalin, a Carta teve aprovação unânime e foi assinada por 51 Estados, após a inclusão da Polônia no processo negociador. O documento entrou em vigor em outubro de 1945, após ter sido ratificado pelos Congressos Nacionais da maioria dos membros – foram 29 ratificações no total[8].

Brasil e Índia participaram da Conferência, embora com estratégias e possibilidades de atuação distintas. Como em 1945 a Índia ainda não era independente, o país foi convidado a participar dos encontros, mas por meio de representantes da Coroa britânica. Entretanto, Vijaya Lakshmi Pandit – irmã de Jawaharlal Nehru, liderança política do movimento pela independência do país – foi enviada à Conferência em uma espécie de contradelegação, para garantir que as vozes dos países colonizados fossem incluídas (BAGHAVAN, 2015). De acordo com o autor, as instruções de Nehru à irmã diziam que, por mais que o país fosse contra o poder de veto, a Índia não deveria intensificar as tensões entre as grandes potências para que não houvesse risco de saída da ONU ou paralisação das negociações. Pandit deveria assegurar que a proposta indiana seria de apoio à descolonização e à união de todos os Estados, sem alinhamentos automáticos.

A delegação brasileira chegou à Conferência com as credenciais de país vitorioso da Segunda Guerra, após participar do conflito ao lado dos Aliados. As negociações para que o

[8] De acordo com os procedimentos estabelecidos na Conferência, era necessário que estivessem incluídas as ratificações dos países que vieram a ser os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, URSS, Reino Unido, França e China) para que a Carta entrasse em vigor.

Brasil ocupasse um sexto assento permanente no CSNU, que já vinham ocorrendo nas Conferências preparatórias, perderam força naquele momento pela falta de apoio e pela crise política enfrentada então pelo governo Vargas. Entretanto, o país buscou deixar a porta aberta para negociações futuras, por meio do embaixador Pedro Leão Veloso, que atuava interinamente como ministro das Relações Exteriores. O embaixador elaborou uma proposta conhecida como Emenda Veloso, segundo a qual deveria haver Conferências de revisão da Carta da ONU a cada cinco anos para discutir temas como a reforma dos órgãos e o poder de veto (VARGAS, 2011b). A medida não atingiu quórum mínimo para ser aceita, mas uma alternativa foi aprovada: a convocação de uma Conferência de reavaliação a cada dez anos.

A delegação brasileira também foi composta por Bertha Lutz, cientista, feminista e sufragista brasileira, que lutava pela igualdade de gênero e pelo voto de mulheres no país. Lutz foi enviada a São Francisco com a missão de incluir essa pauta nas discussões. Apesar da baixa participação de mulheres nas delegações, a brasileira conseguiu que a igualdade de gênero fosse aprovada como um dos princípios de trabalho da organização, constando no preâmbulo da Carta das Nações Unidas[9].

Devido à aceitação ampla que a Carta adquiriu ao longo do tempo e à profundidade dos direitos e deveres nela estabelecidos, há uma literatura que a compara a uma espécie de constituição do sistema internacional e a identifica como um marco do direito internacional (FASSBENDER, 2009). Segundo essa linha de argumentação, os dispositivos legais presentes na Carta da ONU são comparáveis a normas de *jus cogens*, termo jurídico que designa normas imperativas que não podem ter sua obediência afastada e que, por isso, seriam hierarquicamente superiores às normas ordinárias de direito internacional (HOSSAIN, 2005). Apesar de a posição ser problemática, a exemplo dos inúmeros descumprimentos já feitos aos dispositivos da Carta, as analogias indicam, destarte, a centralidade que o documento adquiriu enquanto regulador do sistema internacional no pós-Segunda Guerra.

A Carta de São Francisco possui como destinatários os povos das Nações Unidas e encontra-se dividida em capítulos. Ao destinar suas propostas aos povos em seu preâmbulo, a Carta indica que as pessoas, e não diretamente Estados e governos, conformam a preocupação fundamental da ONU.

No primeiro capítulo estão elencados os objetivos e princípios da organização. A Carta estabelece que a ONU possui como metas a manutenção da paz e da segurança internacionais, o desenvolvimento de relações amistosas entre os países, a busca de cooperação em temas

[9] Ver mais em <https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>. Acesso em 28 de maio de 2019.

econômicos, sociais e humanitários e a atuação como um centro para harmonizar a ação dos Estados[10]. Entre os princípios estabelecidos estão a igualdade soberana, a solução pacífica de controvérsias, o uso da força apenas como último recurso e a cooperação dos Estados para o pleno funcionamento da organização.

No Capítulo II, são estabelecidas as condições para que novos Estados se tornem membros da organização. A admissão é restrita a Estados considerados amante da paz e deve ser aprovada pela Assembleia Geral após recomendação do Conselho de Segurança.

A partir do Capítulo III, a Carta de São Francisco define as funções, objetivos e processos decisórios de seus seis órgãos principais – note-se que a ONU conta com o dobro de entidades se comparada à estrutura da Liga das Nações. Esse aumento indica a complexidade e a adição de novos temas à agenda da organização, bem como a necessidade de um aparato burocrático mais robusto para colocá-la em pleno funcionamento. Os principais órgãos da organização, que não possuem hierarquia entre si, são:

a) Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): no Capítulo IV, a Carta descreve as funções, os procedimentos e a composição da AGNU. O órgão é composto por todos os Estados membros da organização, com direito igual de voz e de voto. Entre suas funções estão a aprovação de resoluções não vinculantes[11] sobre todos os temas presentes na Carta da ONU, a aprovação dos juízes da Corte Internacional de Justiça e do secretário-geral, após indicação do Conselho de Segurança, e a eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social. A AGNU divide-se em seis subcomissões temáticas: desarmamento e segurança internacional; econômico e financeiro; social, humanitário e cultural; político e descolonização; e assuntos legais. O quórum para aprovação de temas substantivos, incluídas as resoluções e as eleições, é de 2/3; para questões procedimentais utiliza-se a maioria simples.

b) Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU): nos Capítulos de V a VIII, a Carta detalha o funcionamento do órgão que possui como função tratar de temas que constituam ameaças à paz e à segurança internacionais. Inicialmente, ele era composto por 11 membros, sendo cinco membros permanentes e seis membros não permanentes, eleitos regionalmente para mandatos de dois anos. Em 1965, aumentou para dez o número de membros não permanentes (E10, do inglês *elected ten*), totalizando 15 membros. Os membros

[10] A Carta de São Francisco pode ser acessada em sua forma original por meio do link <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

[11] Considera-se que as resoluções da AGNU não são vinculantes, pois não há previsão de sanções para os Estados que venham a descumpri-las. Entretanto, por conterem declarações de intenção, espera-se que os Estados cumpram suas determinações, em razão do princípio da boa-fé.

permanentes são os cinco Estados definidos pelos Quatro Policiais durante as Conferências preparatórias: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia[12] e China[13]. Os dez assentos não permanentes são divididos entre os grupos regionais: dois para o Grupo da América Latina e Caribe (GRULAC), três para o Grupo Africano, dois para o Grupo da Ásia e Pacífico, dois para o Grupo da Europa Ocidental e Outros (WEOG, da sigla em inglês para *Western Europe and Others Group*), e um para o Grupo da Europa do Leste (EEG, da sigla em inglês para *Eastern European states*). Cabe ao CSNU indicar o nome do secretário-geral, participar da escolha dos juízes da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e aprovar resoluções vinculantes sobre temas de segurança, cujo descumprimento é passível de retaliação. O procedimento decisório exige concordância de nove dos 15 membros, sob a condição de que entre eles estejam incluídos os cinco membros permanentes no caso da aprovação de questões substantivas. Não há essa exigência adicional para questões procedimentais. Decorre dessa necessidade de convergência entre os membros permanentes o chamado poder de veto[14], proveniente da Fórmula de Ialta, pois o voto contrário de um deles impede a aprovação de uma resolução.

c) Conselho Econômico e Social (ECOSOC): formado por 54 membros[15], eleitos pela AGNU para mandatos de três anos, com possibilidade de reeleição, cabe ao órgão propor resoluções de temas econômicos e sociais, coordenar as atividades das agências funcionais da ONU e credenciar as organizações da sociedade civil para participarem como observadoras das reuniões. O órgão é composto por oito subcomissões funcionais, como a Comissão de Estatística e a Comissão sobre a Situação da Mulher, cinco Comissões Regionais, incluindo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), e diversos órgãos de especialistas governamentais[16].

d) Secretariado das Nações Unidas: exerce a função de órgão administrativo oferecendo suporte para os trabalhos da organização. Estão subordinados ao Secretariado, entre outros, órgãos como o Departamento de Assuntos Políticos, o Escritório de Assuntos de

---

[12] Até sua dissolução, a União Soviética ocupava o assento permanente que hoje pertence à Rússia.
[13] Após a revolução de 1949, os países do bloco capitalista não reconheceram de imediato a República Popular da China, fato que levou seu assento a ser ocupado por Taiwan até 1972.
[14] O termo poder de veto não está presente na Carta da ONU, mas é uma decorrência do processo decisório. Como será detalhado adiante, houve uma ampliação da interpretação sobre a necessidade de concordância para contemplar casos de abstenção, de modo que, atualmente, apenas o voto contrário de um dos cinco membros permanentes impede uma resolução de ser aprovada.
[15] Em 1945, o ECOSOC era composto por 18 membros; em 1963 esse número passou para 27, até que em 1971 chegou-se aos 54 atuais. O incremento deveu-se ao aumento da quantidade de membros da ONU após o processo de descolonização e a entrada dos países recém independentes na organização. Atualmente, são 14 vagas para o Grupo Africano, 11 para o Grupo da Ásia e Pacífico, 6 para o Grupo da Europa do Leste, dez para o Grupo da América Latina e Caribe, e 13 para o Grupo da Europa Ocidental e Outros.
[16] A lista completa das subcomissões do ECOSOC pode ser encontrada na página <https://www.un.org/ecosoc/en/content/subsidiary-bodies-ecosoc>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

Desarmamento e o Departamento de Operações de Paz. O Secretariado é comandado por um secretário-geral, nomeado pelo Conselho e aprovado pela Assembleia, para um mandato de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição. Além de atuar como porta-voz da organização, o secretário-geral pode incluir na agenda do CSNU, de ofício, temas a serem considerados por seus membros, além de ser comumente apontado como relator especial do órgão para conflitos e/ou operações de paz. Quem ocupa o cargo atualmente é o português António Guterres, eleito em 2016 para o mandato 2017-2022[17].

e) Corte Internacional de Justiça (CIJ): o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, apensado à Carta da ONU, estabelece dois tipos de função para o órgão: a consultiva e a contenciosa. A função consultiva é acessível a sujeitos de direito internacional e gera pareceres jurídicos, enquanto a função contenciosa é acessível apenas aos Estados que reconhecem sua jurisdição e gera decisões judiciais de cumprimento obrigatório para litígios que os envolvam. A Corte, que possui sede em Haia, é composta por 15 juízes, eleitos a título pessoal pelo seu reconhecido saber jurídico, para mandatos de nove anos, com possibilidade de reeleição.

f) Conselho de Tutela: possuía como função o auxílio à administração de territórios que estavam sob mandatos de tutela, de forma a promover o progresso econômico, social e educacional dos povos. O Conselho deveria acompanhar o desenvolvimento das populações e governos tutelados até que eles atingissem a capacidade de autogoverno e independência, e era formado pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Em 1994, as atividades do Conselho de Tutela foram suspensas, devido ao fim do mandato do último território tutelado, Palau[18]. O Capítulo XIII, que regula seu funcionamento, não foi retirado da Carta da ONU, o que possibilita que ele seja reativado caso as circunstâncias assim o exijam.

Tanto a estrutura da organização quanto as funções de cada órgão foram estabelecidas em 1945, em um contexto histórico no qual as correlações de força e o cenário geopolítico traduziam o status do pós-Segunda Guerra. De acordo com John Ikenberry (2001; 1999), momentos de reconstrução da ordem são, para as grandes potências, um contexto propício à consolidação de regras que congelem o status quo que as favorece. Nas décadas seguintes,

[17] O cargo já foi ocupado por oito secretários-gerais, além de António Guterres: Trygve Lie, da Noruega (1946-1952); Dag Hammarskjöld, da Suécia (1953-1961); U Thant, de Myanmar (1961-1971); Kurt Waldheim, da Áustria (1972-1981); Javier Perez de Cuellar, do Peru (1982-1991); o egípcio Boutros Boutros-Ghali (1992-1996); Kofi Annan, de Gana (1997-2006); e o sul-coreano Ban Ki-moon (2007-2016).

[18] A lista dos Estados tutelados e seus respectivos tutores, bem como as datas de independência, pode ser encontrada na página <http://www.un.org/en/decolonization/nonselfgov.shtml>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

diversas foram as alterações sistêmicas que impactaram o funcionamento da organização e mostraram a inadequação da ordem de 1945 aos novos desafios. No contexto da Guerra Fria, por exemplo, a divisão bipolar e a separação do mundo em esferas de influência enfraqueceram a efetividade da organização e limitaram as possibilidades de resposta às ameaças à paz e à segurança internacionais. Exemplo disso foi o uso do veto pelos membros permanentes, de forma a paralisar a aprovação de resoluções em temas de interesse estratégico, fato que esvaziou a agenda do CSNU e provocou a transferência desses temas para outras instâncias, como a AGNU e as organizações regionais.

Novas conjunturas acarretaram adaptações, mesmo que informais, aos preceitos estabelecidos na Carta de São Francisco. Na década de 1950, a URSS adotou uma prática de boicote às reuniões do CSNU. Pelo disposto na Carta, a ausência do país impedia que houvesse o voto afirmativo dos cinco membros permanentes. A postura dos EUA foi tentar levar o tema para outro órgão em que possuía ampla margem de apoio: a AGNU. O país norte-americano patrocinou a aprovação da Resolução 377 (A/RES/5/377)[19], conhecida como Resolução *Uniting for Peace*, por meio da qual ficou estabelecido que:

> (...) se o Conselho de Segurança, por falta de unanimidade dos membros permanentes, falhar em exercer sua responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais, em qualquer caso em que pareça haver uma ameaça à paz, ruptura da paz, ou ato de agressão, a Assembleia Geral deve considerar o assunto imediatamente, com o objetivo de fazer recomendações apropriadas para os Membros para medidas coletivas, incluindo, no caso de ruptura da paz ou ato de agressão, o uso de forças armadas, quando necessário, para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais (A/RES/5/377, 1950, tradução nossa)[20].

De acordo com a Resolução, portanto, casos não resolvidos no CSNU por falta de concordância entre os membros permanentes seriam decididos na AGNU, em um momento no qual a maior parte dos países aliados aos Estados Unidos garantiria que as medidas fossem aprovadas de acordo com os interesses ocidentais. Tal dispositivo ia de encontro ao previsto na Carta da ONU: de acordo com os artigos 11 e 12, tal competência cabia exclusivamente ao CSNU. Entretanto, a redação da Resolução aponta um papel subsidiário da AGNU nessas questões, não havendo uma substituição do papel do Conselho, uma vez que caberia a ela fazer apenas "recomendações" (TOMUSCHAT, 2008).

---

[19] Texto da Resolução disponível em <http://www.un.org/en/sc/repertoire/otherdocs/GAres377A(v).pdf>. Acesso em 2 de fevereiro de 2018.

[20] O texto em língua estrangeira é: "Resolves that if the Security Council, because of lack of unanimity of the permanent members, fails to exercise its primary responsibility for the maintenance of international peace and security in any case where there appears to be a threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression, the General Assembly shall consider the matter immediately with a view to making appropriate recommendations to Members for collective measures, including in the case of a breach of the peace or act of aggression the use of armed force when necessary, to maintain or restore international peace and security."

No ano seguinte, foi levado à apreciação da ONU o tema da Guerra da Coreia. A discordância entre Estados Unidos e URSS sobre o caminho a ser tomado gerou atraso na aprovação de medidas sobre o conflito asiático. Para afastar esse obstáculo, os Estados Unidos propuseram uma interpretação *contra legem* da Carta em que a necessidade de votos afirmativos fosse substituída pela ausência de oposição. Com isso, para barrar uma medida a URSS teria de comparecer às reuniões para manifestar sua oposição, e o boicote soviético não foi mais capaz de frear as ações do CSNU. O Conselho logrou a aprovação de um Comando Unificado em apoio à Coreia do Sul, por meio da Resolução 498, de 1951 (A/RES/498V)[21]. Como a *Uniting for Peace* já estava em vigor, o tema foi levado para a AGNU, onde os EUA garantiram quórum para aprovação.

Nas décadas posteriores a 1950, houve uma alteração no equilíbrio de forças dentro da AGNU com a entrada dos países recém descolonizados, que buscaram formas de organização próprias como o Movimento dos Não Alinhados (MNA) e o G77. Com isso, os EUA não tinham mais garantia de apoio de uma maioria de 2/3, o que gerou uma perda de interesse na continuidade da *Uniting for Peace* (GAREIS; VARWICK, 2005). Ainda que o expediente pudesse ser de interesse dos países ingressantes na organização, ou daqueles não contemplados pelas decisões do CSNU, a falta de apoio das potências ocidentais gerou o fim da prática:

> A Resolução 377 A (V) possui o potencial de subverter o bom equilíbrio da balança de poder dentro das Nações Unidas, um potencial que não foi divulgado na descrição recente do papel e da autoridade da Assembleia Geral (...). Mas ela seria usada, de fato, contra o Conselho de Segurança apenas no caso de insatisfação generalizada com as políticas dos membros permanentes. Apesar de sua superioridade numérica, os membros das Nações Unidas eram muito fracos para tentar desafiar as decisões do Conselho. Qualquer aplicação da *Uniting for Peace* para ações compulsórias precisariam de apoio de, ao menos, um membro permanente. Até hoje, a Resolução 498 (V) de 1951 permanece como o único exemplo de uma situação em que a Assembleia Geral, em um contexto de dominação ocidental, recomendou tal tipo de ação, apesar da resistência firme de um membro permanente (TOMUSCHAT, 2008, p. 4, tradução nossa)[22].

[21] Disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/744/45/IMG/NR074445.pdf?OpenElement. Acesso em 7 de agosto de 2018.

[22] O texto em língua estrangeira é: "Resolution 377 A (V) has a potential that could subvert the well-equilibrated balance of power within the United Nations, a potential that is not disclosed in a recent description of the role and authority of the General Assembly (...). But it would actually be used against the Security Council only in case of general dissatisfaction with the policies of the permanent members. Notwithstanding their sheer numerical superiority, the many Members of the United Nations are much too weak to attempt to challenge the decisions made at the Security Council. Any application of Uniting for Peace with a view to taking enforcement action would at least need the support of one of the permanent members. To date, resolution 498 (V) of 1951 remains the only example of a situation where the General Assembly, at that time under dominating Western influence, recommended taking such action, notwithstanding the firm resistance of a permanent member."

O funcionamento do CSNU durante as décadas da Guerra Fria já indica como os P5 controlam a operação do órgão. A URSS conseguiu impedir o andamento de negociações simplesmente não comparecendo às reuniões, os EUA lograram alterar o órgão decisório de resoluções de segurança para contornar o boicote e aprovar medidas que eram de seu próprio interesse, como o Comando Unificado para a Guerra da Coreia. No Conselho, os E10 tinham sua possibilidade de ação restrita pela lógica bipolar. Os membros não permanentes, sobretudo após o início da descolonização, precisaram se organizar na AGNU, por conta da superioridade numérica e da possibilidade de espelhar o conflito Leste-Oeste em um conflito Norte-Sul.

1.2 A ONU a partir do fim da Guerra Fria: novas ameaças e adaptações necessárias

Durante a Guerra Fria, a submissão das agendas ao conflito bipolar dificultou a atividade da ONU em diversas frentes e criou obstáculos ao seu pleno funcionamento (PATRIOTA, 1998). Quando a URSS foi dissolvida, processo finalizado formalmente em 1991, a Rússia assumiu sua vaga nos órgãos da organização, acrescentando novos desafios à agenda e gerando a necessidade de adaptação das previsões de 1945, tanto no plano conceitual quanto no prático. Para lidar com a emergência dos conflitos intraestatais, o incremento de rivalidades étnicas e religiosas e com o fortalecimento de novas ameaças, como o terrorismo e o radicalismo, a degradação ambiental e a desigualdade social, diversos documentos foram aprovados no âmbito da ONU.

No âmbito das mudanças conceituais, cabe destacar o documento Agenda para a Paz (A/47/277-S/24111), de 17 de junho de 1992[23], elaborado pelo então secretário-geral, o egípcio Boutros Boutros-Ghali. Nela, Boutros-Ghali tratou de um tema ausente da Carta de São Francisco, mas que cada vez mais se tornava uma ação imperativa da ONU: as operações de paz. De acordo com o texto, a ONU deveria efetuar cinco passos para evitar a eclosão de conflitos e pôr fim àqueles em andamento:

a) Diplomacia preventiva: ações realizadas para prevenir a emergência de disputas, evitar que disputas em curso escalem ao nível de conflito armado e limitar o escopo dos conflitos que vierem a ocorrer. O objetivo é utilizar a diplomacia como forma de ação *ex ante* e como substituta da força armada, por meio de ferramentas como a construção de confiança mútua, conhecimento apurado dos fatos, ação rápida, desmilitarização de regiões e, no limite, deslocamento preventivo de tropas.

[23] Documento disponível em <http://www.un-documents.net/a47-277.htm>. Acesso em 5 de fevereiro de 2018.

b) *Peacemaking*: ação para levar grupos hostis a acordos, utilizando os meios de solução pacífica de controvérsias previstos no Capítulo VI da Carta de São Francisco – negociação, arbitragem, mediação, conciliação, inquérito, solução judicial, recurso a organizações regionais ou outras formas de solução pacífica, como os bons ofícios.

c) *Peacekeeping*: operação com presença de representantes das Nações Unidas no local do conflito, normalmente envolvendo o uso de militares, policiais e civis atuando em nome da organização. Exige o consentimento das partes envolvidas, e os meios utilizados devem ser proporcionais aos empregados no conflito, com a prevalência de armamentos de uso individual e para legítima defesa. Considera-se que as operações de manutenção da paz são uma técnica utilizada para favorecer as possibilidades de emprego do *peacemaking* e da diplomacia preventiva.

d) *Peace enforcement*: tal modalidade é aprovada com base no Capítulo VII da Carta da ONU, por meio do qual o uso da força é legitimado no sistema internacional. Tais operações dispensam o consentimento das partes, permitem o uso de armamento de uso coletivo e devem ser utilizadas de forma emergencial e sob as regras do mandato aprovado pelo Conselho de Segurança para tal fim.

e) *Peacebuilding*: são operações iniciadas no momento pós-conflito, com o objetivo de consolidar a paz ao atacar as bases da disputa, para que ela seja duradoura. São operações multidimensionais, com a conjugação de pessoal militar e atividades civis, de forma a inter-relacionar segurança a desenvolvimento econômico, governo democrático, saúde pública, etc. As operações de construção da paz incluem atividades como desarmamento das partes em conflito, repatriação de refugiados, treinamento de oficiais de segurança, monitoramento de eleições, conscientização sobre a garantia dos direitos humanos, reformas constitucionais e promoção de direitos de participação política.

O secretário-geral que sucedeu a Boutros-Ghali, o ganense Kofi Annan, também atuou em prol da adaptação do funcionamento das Nações Unidas aos novos desafios trazidos pela nova ordem global pós-Guerra Fria. Annan liderou a realização da Assembleia do Milênio, em 2000, de forma a fazer um balanço do novo contexto da organização de forma a pensar estratégias de construção de um novo consenso para responder às violações massivas de direitos humanos. Para tanto, convocou o Painel de Alto Nível, estabelecido em 2003 e formado por especialistas de renome mundial – cujas propostas serão visitadas neste capítulo –, reconhecendo os anos 2000 como uma oportunidade ímpar para reavaliar erros e acertos da organização em seus então quase 60 anos de funcionamento. Segundo Annan, "a Organização

das Nações Unidas deve ser reformada em formas não previstas, com um vigor e uma velocidade sem precedentes (ANNAN, 2005, p.1, tradução nossa)[24].

Na esteira desse processo, Annan publicou, em 2005, o documento *In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all*[25], no qual propôs a consolidação de uma abordagem interdependente e ampliada do conceito de liberdade. De acordo com o secretário-geral, os povos das Nações Unidas deveriam ter a liberdade de viver sem medo, de viver sem miséria e de viver com dignidade, por meio da reafirmação dos pilares de segurança, desenvolvimento e respeito aos direitos humanos. É possível observar que tal evolução conceitual segue a linha proposta por Boutros-Ghali, que também apostou na multidisciplinaridade da reconstrução pós-conflito para garantir a paz e, consequentemente, a liberdade dos povos.

Apesar de Annan reafirmar no documento o papel do Estado como um ente forte e cooperativo, essencial para a garantia das liberdades, os acontecimentos históricos da década de 1990 e do início dos anos 2000 suscitaram dúvidas sobre o caráter absoluto da soberania e as possibilidades de intervenção em nome da paz mundial. A catástrofe dos conflitos étnicos em Ruanda e nos territórios da ex-Iugoslávia, bem como as medidas aprovadas em combate ao radicalismo islâmico e ao terrorismo após os ataques às Torres Gêmeas, indicaram que a soberania deveria ser repensada, pois apesar das previsões dos hiperglobalistas, o Estado-nação ainda persistia como lócus primário de autoridade no sistema internacional (PECEQUILO, 2012).

O debate ganhou projeção no seio das Nações Unidas em 2001, quando o representante australiano, Gareth Evans, e o diplomata argelino, Mohamed Sahnoun, apresentaram à AGNU o relatório conclusivo dos trabalhos da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania do Estado (ICISS, da sigla em inglês para *International Commission on Intervention and State Sovereignty*)[26]. A Comissão, constituída por iniciativa canadense, foi formada por 12 especialistas que, durante um ano, elaboraram propostas para responder à provocação de Kofi Annan na Assembleia do Milênio sobre novas formas de lidar com o desrespeito aos direitos humanos em escala global. O principal resultado do relatório foi a consolidação do conceito

[24] O texto em língua estrangeira é: "The United Nations must be reshaped in ways not previously imagined, and with a boldness and speed not previously shown".
[25] Disponível em <http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/larger_freedom_exec_summary.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2018.
[26] Relatório disponível em <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2018.

que nomeou o parecer final: Responsabilidade de Proteger (R2P, da sigla em inglês para *Responsibility to Protect*).

O relatório reconhece que o chamado dilema da intervenção é um tema sensível nas relações internacionais, sobretudo pela relação tênue que possui com a violação da soberania, um dos princípios mais enraizados historicamente na própria constituição das entidades estatais (ICISS, 2001). Entretanto, no que classifica como princípios básicos do R2P, o relatório reafirma que a soberania impõe responsabilidades, e que a responsabilidade primária de proteção das pessoas reside no Estado. Esse primeiro princípio é complementado por um segundo, segundo o qual, na hipótese de um Estado inerte ou incapaz de reagir a sérias ameaças que acometam sua população – como resultado de conflitos internos, insurgência, repressão ou falência desse mesmo Estado –, a não intervenção dá lugar à responsabilidade de proteger. Tal responsabilidade provém da comunidade internacional e é residual e subsidiária ao papel do Estado, podendo apenas ser invocada nos casos extremos.

O R2P teria como fundamento no direito internacional não apenas as obrigações de proteção decorrentes do conceito de soberania como também a responsabilidade do CSNU, expressa no artigo 24 da Carta da ONU, de garantir a manutenção da paz e da segurança internacional. Tal dispositivo legal seria completado pelos diversos tratados e convenções que formam o regime internacional dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, bem como das práticas e costumes desenvolvidos pelos Estados e pelas organizações regionais. O relatório estabelece os limites dentro dos quais o R2P deve operar, marcados pela observância da ação primária do Estado, além da restrição aos casos que se enquadram no que Bellamy (2009) define como a "Santíssima Trindade" das operações de paz e da intervenção humanitária: causa justa, indicada pela ocorrência de perda de vidas em larga escala; princípios de precaução (intenção correta, último recurso, meios proporcionais e possibilidades plausíveis de sucesso); e autoridade legítima, que, pela Carta das Nações Unidas, é auferida por meio da aprovação pelo CSNU.

Em consonância com a controvérsia esperada pela relação entre o R2P e o dilema da soberania, o debate sobre a aplicabilidade de ambos os conceitos gerou opiniões divergentes entre os estudiosos do tema. Enquanto diversos autores defendem que o R2P não só é completamente compatível com a soberania, como decorre de sua reafirmação e necessidade de garantia (KENKEL, 2012; EVANS, 2008; ETZIONI, 2006), outros argumentam que os princípios do conceito estão baseados em valores liberais e critérios subjetivos, impostos de forma condicionada à adequação do Estado aos valores dominantes da democracia ocidental (CHANDLER, 2004; CUNLIFFE, 2011).

Diante dessa controvérsia, e consciente das falhas na aplicação do princípio em casos concretos, a diplomacia brasileira propôs o conceito de Responsabilidade ao Proteger (RWP, da sigla em inglês para *Responsibility While Protecting*), expresso pela Presidenta Dilma Rousseff durante o discurso de abertura da Sessão da Assembleia Geral, em 2011. O RWP, posteriormente desenvolvido conceitualmente pelo então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e pela representante permanente do Brasil nas Nações Unidas, Maria Luiza Viotti, propunha que as intervenções sob a bandeira do R2P deveriam atinar-se à sua excepcionalidade, com o reforço da utilização dos meios proporcionais e com o fiel respeito ao mandato aprovado pelo CSNU que, por sua vez, deveria ser claro, limitado e transparente (BRAGA, 2016; VALENÇA, TOSTES, 2015). De acordo com o chanceler brasileiro,

> Antes de se empenhar em uma ação militar, espera-se que a comunidade internacional realize uma análise abrangente e criteriosa de todas as consequências que daí podem decorrer. O uso da força sempre traz consigo o risco de causar mortes involuntárias e de disseminar violência e instabilidade. O fato de que ela seja utilizada com o objetivo de proteger civis não faz das vítimas colaterais ou da desestabilização involuntária eventos menos trágicos. É por isso que, em nossa opinião, é necessário dar um passo conceitual adicional para lidar com a responsabilidade de proteger (...). Como a Organização das Nações Unidas pode autorizar o uso da força, ela tem a obrigação de conscientizar-nos dos perigos envolvidos em sua utilização e de criar mecanismos que possam fornecer uma avaliação objetiva e detalhada de tais perigos, bem como formas e meios de evitar danos aos civis (Pronunciamento do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU – Nova York, 21 de fevereiro de 2012)[27].

Os avanços conceituais realizados na ONU no contexto do pós-Guerra Fria foram acompanhados de mudanças práticas, apesar de mais lentas, nas funções e na estrutura de alguns de seus órgãos. O Painel de Alto Nível supramencionado, convocado por Kofi Annan, divulgou em 2005 um relatório com 101 recomendações para tornar a ONU mais eficiente no novo milênio e atender a exigências e desafios da nova ordem global, documento conhecido como "Um mundo mais seguro: a responsabilidade que compartilhamos"[28]. Duas recomendações advindas do relatório tornaram-se realidade logo no ano seguinte, em 2006: o Conselho de Direitos Humanos e a Comissão para a Construção da Paz (PBC, da sigla em inglês para *Peacebuilding Commission*).

---

[27] Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8653-pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-proteger-na-onu-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012>. Acesso em 6 de fevereiro de 2018.

[28] "*A more secure world: our shared responsibility*", disponível em <http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/historical/hlp_more_secure_world.pdf>. Acesso em 7 de fevereiro de 2018.

O Conselho de Direitos Humanos, com sede em Genebra, foi instituído em 2006 pela Resolução 60/251 da AGNU (A/RES/60/251)[29], para substituir a antiga Comissão de Direitos Humanos, que possuía diversas falhas em seu funcionamento. A Resolução foi aprovada com ampla margem de concordância, com apenas quatro votos contrários e três abstenções. As abstenções foram proferidas por Bielorrússia, Irã e Venezuela; já os votos contrários foram dados pelos representantes de Israel, Palau, Ilhas Marshall e Estados Unidos. Este último opôs-se à estrutura do Conselho, demandando cadeiras permanentes para os P5, e solicitando a adoção de critérios mais rígidos para a eleição, como a proibição de candidaturas de países com regime vigente de sanções aprovado pelo CSNU (SHORT, 2008).

A Comissão era um órgão subsidiário do ECOSOC, composta por 53 membros eleitos por meio dos grupos regionais, e sofria muitas críticas quanto à politização de seu processo de investigação e monitoramento. Entre os problemas apontados por Belli (2009), destaca-se o processo eleitoral, pois os Estados votavam apenas nos candidatos de seu grupo regional, favorecendo pressões e eleições dos países com maior peso no sistema. Em decorrência desse modelo, havia certa seletividade no processo investigativo: uma vez dentro da Comissão, um Estado poderia pressionar para não ser investigado, já que os inquéritos eram conduzidos apenas contra países considerados violadores.

O Conselho, por sua vez, foi criado como órgão subsidiário da AGNU, de forma a universalizar tanto a prestação de contas quanto a eleição, que passou a ser feita em plenário e com voto para todas as regiões. Além disso, a AGNU também pode, com um quórum de 2/3, suspender a participação no Conselho de membros que tenham violações de direitos humanos comprovadas. Os atuais 47 membros possuem mandatos de três anos sendo vedada a reeleição após o segundo mandato consecutivo, regra inexistente na Comissão, para garantir a rotatividade e diminuir as brechas da politização. O sistema de monitoramento também foi universalizado, com a introdução do mecanismo da Revisão Periódica Universal, um relatório governamental que deve ser entregue ao Conselho, a cada quatro anos, por todos os Estados membros da ONU, em que são destacadas as ações governamentais para a garantia de direitos humanos. O relatório do governo é somado aos dados coletados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e, a partir disso, são feitas recomendações para os Estados[30].

---

[29] Disponível em <https://undocs.org/en/A/RES/60/251>. Acesso em 7 de fevereiro de 2018.

[30] Os relatórios dos Estados e as recomendações realizadas pelo Conselho de Direitos Humanos e pelo Alto Comissariado podem ser acessados em <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx>. Acesso em 6 de fevereiro de 2018.

Outra recomendação do relatório do Painel de Alto Nível que tomou forma em 2006 foi a criação da Comissão para PBC. Em prosseguimento às operações de *peacebuilding* conceituadas por Boutros-Ghali e à responsabilidade decorrente da soberania do R2P, a PBC foi criada para auxiliar na reconstrução e na consolidação institucional de regiões em instabilidade. A Comissão, que divulga relatórios com propostas e possui programas de captação de fundos, já atuou em países como Burundi, Serra Leoa, Guiné-Bissau, Libéria e República Centro-Africana. Sua composição adota um modelo misto, com 31 Estados membros no total: sete eleitos pela AGNU, sete eleitos pelo CSNU, sete eleitos pelo ECOSOC, os cinco maiores contribuintes de tropas para as operações de paz e os cinco maiores contribuintes para os fundos e programas da ONU[31].

O Painel de Alto Nível também apresentou duas propostas para a reforma do CSNU, de forma a adequar sua composição ao novo equilíbrio do pós-Guerra Fria. Desde o início dos anos de 1990, o tema já ocupava lugar central na preocupação dos representantes dos países na ONU, sobretudo a partir da institucionalização, em 1993, de um grupo de trabalho subsidiário da AGNU, o Grupo de Trabalho Aberto sobre a questão da representação equitativa e o aumento da quantidade de membros do Conselho de Segurança e outros temas a ele relacionados (*Open-ended Working Group on the question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and other matters related to the Security Council*). Desde então, o grupo segue em funcionamento, sem que haja consenso sobre uma possível reforma.

Na década de 1990, duas propostas principais foram apresentadas, apesar de não terem sido formalmente discutidas nem levadas à votação. A primeira, de autoria dos Estados Unidos, ficou conhecida como *Quick-fix*, pois previa um ajuste rápido a partir da entrada de dois novos membros permanentes com poder de veto, a Alemanha e o Japão. O país asiático foi alvo de oposição preliminar da China, e a ideia estadunidense não logrou êxito. A segunda tentativa foi realizada pelo embaixador da Malásia, que exercia o cargo de Presidente da Assembleia Geral, Razali Ismail, cuja proposta ficou conhecida como "2+3", ao conter a entrada de dois países desenvolvidos e três em desenvolvimento. Como Alemanha e Japão eram os países desenvolvidos com o maior quórum de aceitação, a iniciativa de Razali foi bloqueada novamente em seus debates iniciais pela discordância chinesa (VALLE, 2005).

A partir desse impasse, o caminho encontrado pelo Painel de Alto Nível para avançar as negociações foi o aumento da quantidade de membros, sem menção a quem ocuparia os novos assentos, e sem que o poder de veto fosse estendido aos novos ingressantes. Tal medida

[31] Informações sobre a PBC estão disponíveis em <http://www.un.org/en/peacebuilding/>. Acesso em 7 de fevereiro de 2018.

advinha das críticas ao veto como um obstáculo ao pleno funcionamento do CSNU e ao seu uso político, inclusive em casos de violações massivas de direitos humanos e crimes contra a humanidade. Segundo o relatório,

> Nenhum modelo envolve a extensão do veto ou qualquer modificação das prerrogativas existentes no CSNU. Nós reconhecemos que o veto teve uma importante função em reafirmar aos membros mais poderosos das Nações Unidas que os seus interesses seriam resguardados. Não vemos formas práticas de alterar o poder de veto dos membros atuais. Entretanto, como um todo, o veto possui um caráter anacrônico que é inviável para a instituição em uma era crescentemente democrática, e solicitamos que o seu uso seja limitado a casos em que interesses vitais estejam genuinamente em jogo. Também pedimos aos membros permanentes, em suas capacidades individuais, que se empenhem em evitar o uso do veto em casos de genocídio ou abusos aos direitos humanos em larga escala. Nós recomendamos que não haja expansão do veto em nenhuma proposta de reforma (*UNITED NATIONS*, 2004, p.82, tradução nossa)[32].

Na primeira proposta do relatório do Painel, a distribuição dos assentos seria feita de acordo com os grupos regionais e de forma proporcional ao total de membros da organização, que naquele momento era de 191 Estados. Tal proposição previa o aumento de 15 para 24 membros, com um novo total de 11 membros permanentes sem poder de veto e três novos não permanentes; um total de 13, portanto.

[32] O texto em língua estrangeira é: "Neither model involves any expansion of the veto or any Charter modification of the Security Council's existing powers. We recognize that the veto had an important function in reassuring the United Nations most powerful members that their interests would be safeguarded. We see no practical way of changing the existing members' veto powers. Yet, as a whole the institution of the veto has an anachronistic character that is unsuitable for the institution in an increasingly democratic age and we would urge that its use be limited to matters where vital interests are genuinely at stake. We also ask the permanent members, in their individual capacities, to pledge themselves to refrain from the use of the veto in cases of genocide and large-scale human rights abuses. We recommend that under any reform proposal, there should be no expansion of the veto."

Quadro 1 – Distribuição de Assentos da primeira proposta do Painel de Alto Nível para o CSNU

Grupo regional	**Quantidade de Estados**	**Assentos permanentes vigentes**	**Assentos permanentes propostos**	**Assentos não permanentes propostos**	**Total**
África	53	0	2	4	6
Ásia e Pacífico	56	1	2	3	6
Europa	47	3	1	2	6
Américas	35	1	1	4	6
Total	191	5	6	13	24

Nota: Elaboração a partir dos dados do relatório "*A more secure world: our shared responsibility*" (*UNITED NATIONS*, 2004, p. 81).
Fonte: A autora, 2020.

A segunda recomendação também orientava novo total de 24 membros, mas sem aumento nos membros permanentes: os não permanentes passariam de dez para 11, e seria criada uma categoria de oito membros semipermanentes, com mandatos de quatro anos e possibilidade de reeleição sem limite de mandatos consecutivos. Assim como na proposta anterior, também era prevista uma distribuição regional equitativa dos novos assentos, conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Distribuição de Assentos da segunda proposta do Painel de Alto Nível para o CSNU

Grupo regional	**Quantidade de Estados**	**Assentos permanentes vigentes**	**Assentos semipermanentes propostos**	**Assentos não permanentes propostos**	**Total**
África	53	0	2	4	6
Ásia e Pacífico	56	1	2	3	6
Europa	47	3	2	1	6
Américas	35	1	2	3	6
Total	191	5	8	11	24

Nota: Elaboração própria, a partir dos dados do relatório "*A more secure world: our shared responsibility*" (*UNITED NATIONS*, 2004, p. 81).
Fonte: A autora, 2020.

Além de não haver concordância sobre o tipo de ampliação do CSNU, os debates sobre os ocupantes dos novos assentos também são constantes entre os Estados, que buscaram formar alianças para fortalecer suas candidaturas. Em 2004, Brasil, Índia, Japão e Alemanha formaram uma coalizão conhecida como G4 e encaminharam uma proposta alternativa de reforma do órgão (A/59/L.64)[33], copatrocinada por mais 23 Estados. Segundo o G4, o total de membros deveria ser ampliado de 15 para 25, com a entrada de seis novos membros permanentes e quatro não permanentes.

Os seis novos permanentes deveriam seguir uma distribuição regional de dois Estados asiáticos, um da América Latina e Caribe, um da Europa Ocidental e dois africanos. Dessa forma, os quatro países do G4 poderiam ser contemplados, além de dois países da África. Apesar de reafirmar que os novos membros permanentes teriam as mesmas obrigações e responsabilidades dos atuais, o quinto artigo da proposta previa que os novos Estados não possuíssem o poder de veto de imediato, condição que deveria ser reavaliada em um prazo de 15 anos. Durante esse período, os cinco permanentes originais não deveriam utilizar a prerrogativa do veto. Por sua vez, os quatro novos não permanentes deveriam advir da África, da Ásia, da Europa do Leste e da América Latina e Caribe, regiões consideradas sub-representadas no modelo em exercício[34].

Quadro 3 – Composição do CSNU de acordo com a proposta do G4

	Membros permanentes		**Membros não permanentes**	
	Atual	G4	Atual	G4
África	0	2	3	4
Ásia e Pacífico	1	3	2	3
Europa do Leste	1	1	1	2
América Latina e Caribe	0	1	2	3
WEOG	3	4	2	2
Total	5	11	10	14

Nota: Elaboração nossa, a partir da proposta presente na resolução A/59/L.64.
Fonte: A autora, 2020.

[33] Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N05/410/80/PDF/N0541080.pdf?OpenElement> (acesso em 07 de fev. de 2018).
[34] Para fins eleitorais na ONU, os Estados Unidos, que formalmente não fazem parte de nenhum grupo regional, são considerados parte do WEOG, no qual tem status de membro observador, e a Rússia faz parte do Grupo da Europa do Leste. Outros Estados com grupos regionais especiais são Israel, também membro do WEOG; a Turquia, que faz parte do WEOG e do Grupo da Ásia e Pacífico, mas se elege pelo primeiro; e o Kiribati que, apesar de se localizar na Oceania e formalmente pertencer ao Grupo da Ásia e Pacífico, nunca indicou um representante para as Nações Unidas, e não participa dos processos eleitorais.

Em paralelo à proposta do G4, outra coalizão, conhecida como Unidos pelo Consenso (UFC, da sigla para *United for Consensus*), lançou uma proposta alternativa de reforma do CSNU. Formado por Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Itália, Malta, México, Paquistão, Coreia do Sul, San Marino, Espanha e Turquia, o grupo apresentou documento no qual não havia previsão de aumento dos membros permanentes, mantidos os mesmos cinco atuais, mas propondo aumento de dez para 20 membros não permanentes (A/59/L.68)[35], com as dez novas vagas distribuídas pelos grupos regionais, em uma composição final de seis para o Grupo Africano, cinco para o Grupo da Ásia e Pacífico, quatro para o GRULAC, três para o WEOG, e dois para o EEG.

Quadro 4 – Composição do CSNU de acordo com a proposta do Unidos pelo Consenso

	Membros permanentes		**Membros não permanentes**	
	Atual	UFC	Atual	UFC
África	0	0	3	6
Ásia e Pacífico	1	1	2	5
Europa do Leste	1	1	1	2
América Latina e Caribe	0	0	2	4
Europa Ocidental e Outros	3	3	2	3
Total	5	5	10	20

Nota: Elaboração nossa, a partir da proposta da resolução A/59/L.68.
Fonte: A autora, 2020.

Uma análise mais detalhada da proposta do UFC, seus membros e os dispositivos de composição e reeleição permite compreender os motivos que levaram o grupo a apresentar o modelo alternativo pouco após a proposta do G4. Com poucas exceções, os Estados que compõem o UFC são países de projeção regional que buscam maior protagonismo, em contraste com o crescimento dos países do G4. Exemplos típicos são a contestação por parte de Argentina e México à presunção de que o Brasil seria o candidato natural da América Latina e Caribe para o Conselho, bem como a rivalidade entre Paquistão e Índia (VALLE, 2009). Ao considerarem que o status de membro permanente aos países do G4 desequilibraria as relações de poder, o UFC sugere que os limites à reeleição dos membros não permanentes sejam decididos pelos respectivos grupos regionais, de acordo com o quinto artigo da proposta apresentada por meio do documento A/59/L.68 (p. 3, tradução nossa):

[35] Proposta disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N05/434/76/PDF/N0543476.pdf?OpenElement>. Acesso em 7 de fevereiro de 2018.

> 5. Recomenda que cada um dos cinco grupos regionais existentes, conforme identificados no parágrafo 4 acima, deve decidir por arranjos entre seus membros para a reeleição e rotatividade de seus membros em relação aos assentos alocados para o grupo; tais arranjos devem referir-se também, quando apropriado, a uma representação sub-regional justa[36].

Com a decisão direcionada para os grupos regionais, os Estados do UFC teriam mais facilidade de angariar apoio e alianças entre os vizinhos do que no plenário da AGNU, onde os membros do G4 possuem uma rede de suporte mais ampla. Com a possibilidade de reeleição em aberto, tais países conseguiriam ficar no CSNU por tempo superior aos dois anos atualmente previstos, além de impedir a presença permanente de Brasil, Índia, Japão e Alemanha. Tanto a proposta do G4 quanto a do UFC são apresentadas recorrentemente ao Grupo de Trabalho Aberto, mas assim como os modelos do *Quick-fix*, Razali e do Painel de Alto Nível, ainda não chegaram a ser colocadas em votação devido à falta de uma margem confortável de apoio.

A demanda de assentimento por uma quantidade considerável dos Estados membros da ONU deriva do procedimento para reforma do CSNU contido na Carta de São Francisco. Constam no Capítulo XVIII, os seguintes critérios:

> Artigo 108. As Emendas à presente Carta entrarão em vigor para todos os membros das Nações Unidas quando forem adotadas pelos votos de dois terços dos membros da Assembleia Geral e ratificada de acordo com os seus respectivos métodos constitucionais por dois terços dos membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança (Carta de São Francisco, 1945, art. 108, tradução nossa)[37].

Conforme previsto neste artigo, além de demandar uma base de apoio na AGNU, presume-se que o processo de emenda à Carta pode demorar um lapso de tempo significativo, não só pela necessidade de negociação com os Estados membros, sobretudo com os P5, mas pela exigência de ratificação de acordo com os procedimentos nacionais que, por vezes, envolvem a participação dos Poderes Legislativos dos Estados e podem levar anos para serem concluídos[38].

As discordâncias sobre a reforma estendem-se desde a quantidade de novos membros e quem seriam esses novos integrantes até as prerrogativas que os atuais e os novos viriam a ter

---

[36] O texto em língua estrangeira é: "5. Recommends that each of the five existing geographical groups, as identified in paragraph 4 above, shall decide on arrangements among its members for re-election or rotation of its members on the seats allotted to the Group; those arrangements shall also address, as appropriate, a fair subregional representation;".

[37] O texto em língua estrangeira é: "Article 108: Amendments to the present Charter shall come into force for all Members of the United Nations when they have been adopted by a vote of two thirds of the members of the General Assembly and ratified in accordance with their respective constitutional processes by two thirds of the Members of the United Nations, including all the permanent members of the Security Council."

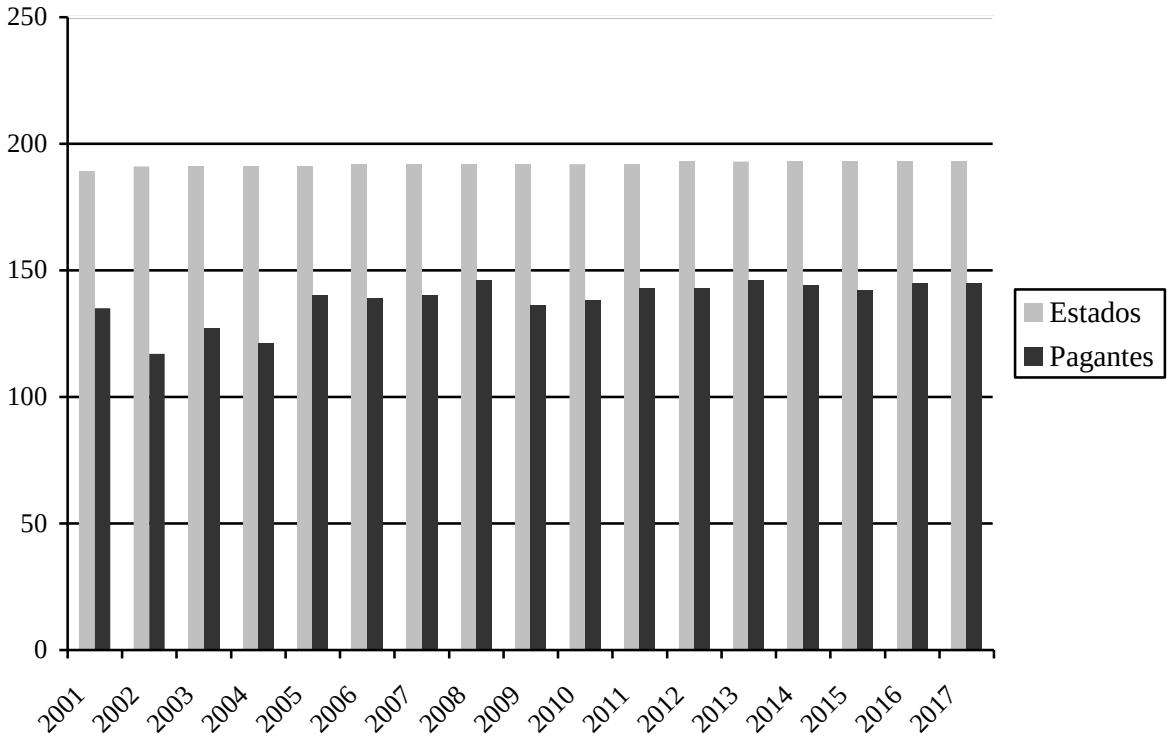
[38] Para compreensão do processo detalhado de ratificação de acordos internacionais no Brasil, por exemplo, ver ALBUQUERQUE, 2015.

em um CSNU reformado. Apesar de não solucionar essas questões, o relatório do Painel de Alto Nível propôs alguns critérios para que um Estado possa ser considerado apto a integrar o CSNU. Um dos princípios seria o esforço do país para realizar os objetivos contidos na Carta da ONU, sobretudo a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais. O segundo aspecto é a representatividade, para que regiões, países em desenvolvimento e uma proporção considerável da população mundial sintam-se contemplados pela nova formação. O terceiro aspecto traz indicadores econômicos, como o potencial econômico do país, sobretudo sua capacidade de reverter dividendos para as atividades econômicas e políticas da organização, como para as operações de paz, para os fundos e programas e para o orçamento.

O peso econômico do país e o seu comprometimento com o pagamento de suas cotas anuais à organização são temas invocados com frequência para justificar ou questionar a candidatura de Estados ao CSNU (VALLE, 2005). Além das contribuições para os fundos e programas da organização e para as operações de paz, que são voluntárias, os Estados possuem cotas anuais compulsórias para o orçamento regular, cujo atraso pode implicar em sanções, como a suspensão do direito ao voto nos órgãos da ONU. Dados de 2018 indicam que o orçamento líquido aprovado para a organização foi de US$ 2.487.339.605, valor considerado insuficiente pela V Comissão da AGNU. A título comparativo, o orçamento do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para o mesmo ano foi de US$ 639.100.000.000, de acordo com dados de sua controladoria[39]. A insuficiência orçamentária da ONU ocorre devido não só ao total do montante, mas também aos atrasos de pagamentos acumulados de anos anteriores. O Gráfico 1 a seguir permite verificar o descompasso entre o total de Estados membros e aqueles que pagaram suas obrigações em dia e na totalidade.

[39] Disponível em <https://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/fy2018/fy2018_Press_Release.pdf> . Acesso em 21 de janeiro de 2020.

Gráfico 1 – Quantidade de Estados que pagaram suas contribuições integrais e em dia, em relação à totalidade dos Estados membros



Nota: Elaboração nossa a partir dos dados do Comitê de Contribuições da AGNU, 2017.[40]
Fonte: A autora, 2020.

Para além do montante do orçamento, críticas são feitas à distribuição das cotas devido à concentração de porcentagens nos países desenvolvidos e nos P5. Todos os Estados devem contribuir para o orçamento da organização, independentemente de sua capacidade econômica, com o pagamento mínimo de 0,001% do orçamento e máximo de 22% (A/RES/70/245)[41], com cotas distribuídas de acordo com indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita e dívida externa. Por conta disso, há uma enorme concentração de pagamentos nas mãos de poucos países: de acordo com o orçamento do biênio 2016-2018 mencionado anteriormente, os dez maiores contribuintes pagam valores que somados correspondem a 68,89% das cotas totais; ao considerarmos os 20 maiores contribuintes, a porcentagem salta para 83,78%. A convergência gera novas problemáticas se forem avaliados quem são os dez maiores contribuintes, de acordo com a Tabela 1.

[40] Disponível em <http://www.un.org/en/ga/contributions/honourroll.shtml>. Acesso em 8 de fevereiro de 2018.
[41] Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/res/70/245>. Acesso em 8 de fevereiro de 2018.

Tabela 1 – Dez maiores contribuintes para o orçamento regular da ONU, 2018.

Estado membro	Porcentagem de Pagamento	Valor Bruto (US$)
1) Estados Unidos	22%	591.388.114
2) Japão	9,680%	260.210.770
3) China	7,921%	212.926.602
4) Alemanha	6,389%	171.744.484
5) França	4,859%	130.616.129
6) Reino Unido	4,463%	119.971.143
7) Brasil	3,863%	102.767.125
8) Itália	3,748%	100.751.030
9) Rússia	3,088%	83.009.386
10) Canadá	2,921%	78.520.213

Nota: Elaboração a partir dos dados do Comitê de Contribuições das Nações Unidas (2018).[42]
Fonte: A autora, 2020.

A entrada de Alemanha e Japão na lista de membros permanentes do CSNU é criticada por aqueles que consideram que a alteração tornaria o Conselho um fórum de países ricos, aumentando ainda mais a concentração financeira da organização (ROSAS, 2005). Para mitigar essa crítica, os dois países defendem suas candidaturas por meio do G4, de forma a garantir uma ampliação representativa do CSNU. Além da entrada de dois países africanos, a inclusão de Brasil e Índia como membros permanentes ajudaria a ampliar a representação de suas regiões, com a admissão de uma potência emergente da Ásia e uma da América Latina, região que não conta com representação permanente no modelo atual.

O Brasil usa a seu favor o argumento da necessidade de representação do Grupo da América Latina e Caribe, e também retoma os pontos mencionados no relatório do Painel de Alto Nível: o país considera que realiza diversos esforços para a manutenção da paz e da segurança internacionais, por ser um dos membros originais da ONU e um país de vocação pacífica, e ao contribuir para as operações de paz da organização, tanto financeiramente quanto com pessoal treinado para esse fim; em relação aos indicadores econômicos, o Brasil reforça o fato de ser um dos dez maiores contribuintes no orçamento regular e ressalta seu potencial industrial, agrícola e ambiental (VALLE, 2005). O país tem o apoio oficial de Rússia, França e Reino Unido para ingressar no CSNU como membro permanente, mas sofre a oposição de

[42] Dados anuais das contribuições dos países disponíveis em <http://www.un.org/en/ga/contributions/budget.shtml>. Acesso em 8 de fevereiro de 2018.

outros Estados de sua região, como Argentina e México, que, como mencionamos, questionam a pretensão brasileira de ser o candidato natural da América Latina e Caribe (ROSAS, 2005).

Para a Índia, a situação coloca-se de forma mais complicada. O país é criticado por não contribuir para a paz e para a segurança internacionais por ser um Estado nuclearmente armado às margens do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), possuir conflitos fronteiriços com os seus vizinhos e ter entrado em conflitos armados com eles sem a aprovação do CSNU. Por conta dessas relações erráticas, a Índia também não conta com amplo apoio em sua própria região, a exemplo da participação do Paquistão no UFC para contrabalançar a aspiração indiana. Pelo recurso à contribuição econômica, a Índia também encontra dificuldade em justificar seu pleito. Para o período de 2016-2018, a contribuição da Índia foi fixada em 0,737% do orçamento regular da organização, colocando-a em 24º lugar na lista de contribuintes, com um total de US$ 19,82 milhões. Entretanto, houve um incremento dessa participação no período recente: no período de 2009 a 2012, sua contribuição foi de 0,534%, e de 2013 a 2015, de 0,666%[43], o que indica potencial expansão.

Além do apoio oficial dos Estados Unidos, a Índia utiliza em seu benefício o fato de ser um país superpopuloso, com procedimentos democráticos empregados de forma ininterrupta desde a independência (CHAULIA, 2011). Além disso, a Índia é um dos maiores contribuintes com tropas para as operações de paz, possui nacionais em diversas divisões do Secretariado e é um dos países com mais mandatos de membro não permanente no CSNU, com sete participações. De acordo com Rohan Mukherjee e David Malone (2013), a estratégia da Índia segue duas rotas paralelas: a afirmação de seu status de potência, por meio da reafirmação de suas capacidades nacionais e de sua contribuição para o CSNU, e a questão da sub-representação, tanto regional quanto dos países em desenvolvimento[44]. Apesar de ser uma demanda recorrente, a reforma permanece distante, em um contexto de concentração de poder na mão dos membros permanentes.

1.3 **Os métodos de trabalho do CSNU: concentração do processo decisório nos membros permanentes**

Como vimos, as tentativas de reforma do CSNU são dificultadas pelos métodos de aprovação das propostas, o que não impediu que houvesse alterações informais nos métodos de

[43] Ver nota anterior.
[44] Os argumentos apresentados por Brasil e Índia serão retomados e aprofundados no próximo capítulo.

trabalho. De acordo com o artigo 30 da Carta de São Francisco, cabe ao CSNU estabelecer suas próprias regras de procedimento; assim, o funcionamento do CSNU é regulado pelas Regras de Procedimento Provisórias (S/96), revisadas e alteradas em diversas ocasiões desde o seu estabelecimento, em 1946[45]. Por meio delas, foram estabelecidos os critérios da presidência rotativa do órgão e consolidadas as formas de votação. Por serem consideradas provisórias, diversas alterações no método de trabalho do Conselho foram realizadas, por vezes por mecanismos informais, sobretudo nos tipos de reuniões e na participação de Estados não membros do CSNU nelas.

De acordo com as Regras de Procedimento Provisórias, as reuniões do CSNU podem ser públicas ou fechadas. As modalidades de reuniões públicas são:

a) Debate Aberto: encontro aberto a todos os Estados membros da ONU e à imprensa, com declarações do Secretariado, representantes de outras organizações internacionais e, eventualmente, representantes da sociedade civil considerados relevantes para o tema em discussão. O uso da palavra pode ser feito por todos os Estados membros e pelos representantes externos que solicitem formalmente esse recurso.

b) Debate: formato semelhante ao debate aberto, com a ressalva de que a participação de Estados não membros do CSNU está restrita às delegações diretamente relacionadas à matéria da agenda do dia.

c) *Briefing*: encontro em que um alto funcionário do Secretariado ou um enviado especial apresenta ao CSNU dados de seu mandato. A presença na reunião é aberta aos Estados membros da ONU e à imprensa, mas apenas os membros do CSNU podem fazer pronunciamentos.

d) Adoção: reunião em que uma decisão do CSNU é adotada, no formato público aos Estados membros da ONU e à imprensa. Os membros do CSNU podem fazer uso da palavra para explicar seu voto na questão; dentre os não membros, apenas os diretamente envolvidos na matéria, e a critério do CSNU, tem facultado seu direito a voz. Os tipos de decisões tomadas no CSNU são a Resolução, documento em que o Conselho emite sua opinião e as diretrizes sobre um tema de paz e segurança, a Declaração Presidencial, a Declaração à Imprensa, e as Notas e Cartas do Presidente do CSNU, que tendem a ser endereçadas ao Secretariado, com a apresentação de decisões relativas a métodos de trabalho ou procedimentos do órgão.

Os formatos possíveis de reuniões fechadas são:

---

[45] O documento original e as alterações realizadas podem ser encontrados em <http://www.un.org/en/sc/about/rules/ >. Acesso em 19 de fevereiro de 2018.

a) Sessão Privada: reunião realizada sem a presença da imprensa e sem ata pública. Apenas os Estados membros do CSNU e, eventualmente, funcionários do Secretariado, podem fazer o uso da palavra. Os não membros necessitam solicitar formalmente autorização para estarem presentes, e sua aprovação é de caráter discricionário por parte dos Estados membros.

b) Encontro com os Países Contribuintes de Tropas (*TCC meetings*, da sigla para *Troops' Contributors Countries*): reunião dos Estados membros do CSNU com os Estados que contribuem com tropas para determinada operação de paz. Geralmente ocorre no contexto da aprovação da renovação do mandato da missão, com apresentação de dados por parte de representante do Departamento de Operações de Paz (DPKO, da sigla em inglês para *Department of Peacekeeping Operations*).

c) Consultas Informais: esse tipo de encontro não é considerado uma reunião do CSNU, motivo pelo qual não está previsto na Carta da ONU nem nas Regras de Procedimento Provisórias. Consiste em uma reunião entre os membros do CSNU, com a participação de funcionários do Secretariado, sem a presença de não membros e sem registro das discussões. É um mecanismo empregado, por exemplo, antes das reuniões de adoção, para verificar o apoio dos membros às decisões propostas.

d) "Fórmula Arria": o mecanismo foi instituído em 1992, para nomear o tipo de procedimento utilizado pelo então embaixador da Venezuela, Diego Arria. Trata-se de reuniões informais, privadas e flexíveis, entre os membros do CSNU e representantes externos que possam contribuir para a discussão de determinado tema. Podem ser convocadas por iniciativa de um ou mais Estados membros do CSNU e são usados para ampliar e acomodar o diálogo do órgão com Organizações Não Governamentais (ONGs) ou especialistas internacionais.

e) Diálogos Interativos Informais: modalidade de encontro criada em 2009, no qual os membros do CSNU reúnem-se para tratar de tema sensível, que não possa ou não convenha ser tratado em sessão formal com a presença de terceiros. É possível que o convite se estenda aos representantes de organizações regionais afins à matéria.

As alternativas de reuniões permitem observar que foram criados, ao longo do tempo, mecanismos que possibilitam uma flexibilização dos limites estruturais e institucionais do CSNU para a tomada de decisão e o debate entre os Estados. Entretanto, apesar da aparente democratização que esses mecanismos parecem supor, com a abertura de participação para além dos 15 membros, Baccarini (2017) apresenta reflexões que concluem que a proliferação de grupos e negociações informais gerou, na verdade, a emergência de um padrão consensual de tomada de decisões, em que a capacidade de influência no resultado continua concentrada nos

P5. Para a autora, baseada na contribuição de Sartori, o CSNU funciona como um comitê, que possui por característica a configuração de um grupo pequeno e fechado, de interações diretas, de forma durável e institucionalizada (BACCARINI, 2017, p. 10), como está expresso no trecho a seguir:

> Os comitês atuam em condições de pouca visibilidade, propondo, examinando e discutindo questões políticas. Seu funcionamento não se baseia na regra da maioria, e as decisões não são postas em votação. O voto se torna pró-forma e as decisões são unânimes, não porque funcionam pela unanimidade (em que todos detêm o poder de veto), mas porque cada componente do grupo espera que aquilo que for concedido no presente lhe será devolvido ou retribuído em negociações futuras. Tal código operacional funciona a partir da lógica conciliatória do "dou para receber de volta", da ajuda mútua, negociação e solução de contemporização, uma "compensação recíproca retardada". Tais comitês se embrenham em um "subsistema de comitês" que possibilita, para além dos pagamentos internos, os pagamentos laterais, externos, por via de outros comitês, em um mecanismo de coordenação. Esses pagamentos laterais não necessariamente são negociados de forma explícita, podendo ocorrer por meio de negociações de votos e por reações antecipadas a possíveis decisões de um determinado comitê, favorecendo o ajustamento e a coordenação (BACCARINI, 2017, p. 11-12).

Em outras palavras, o diálogo aparente mascara o fato de as decisões serem tomadas por aqueles que detêm a capacidade de retribuir o apoio recebido, no CSNU ou em outros fóruns. Ainda segundo a autora, a influência dos Estados dentro do CSNU dependeria de sua contribuição financeira à organização, da capacidade de produzir e fornecer informação, do controle de recursos de uma área temática e da possibilidade da organização de diminuir as assimetrias da influência entre os Estados (BACCARINI, 2017, p.9).

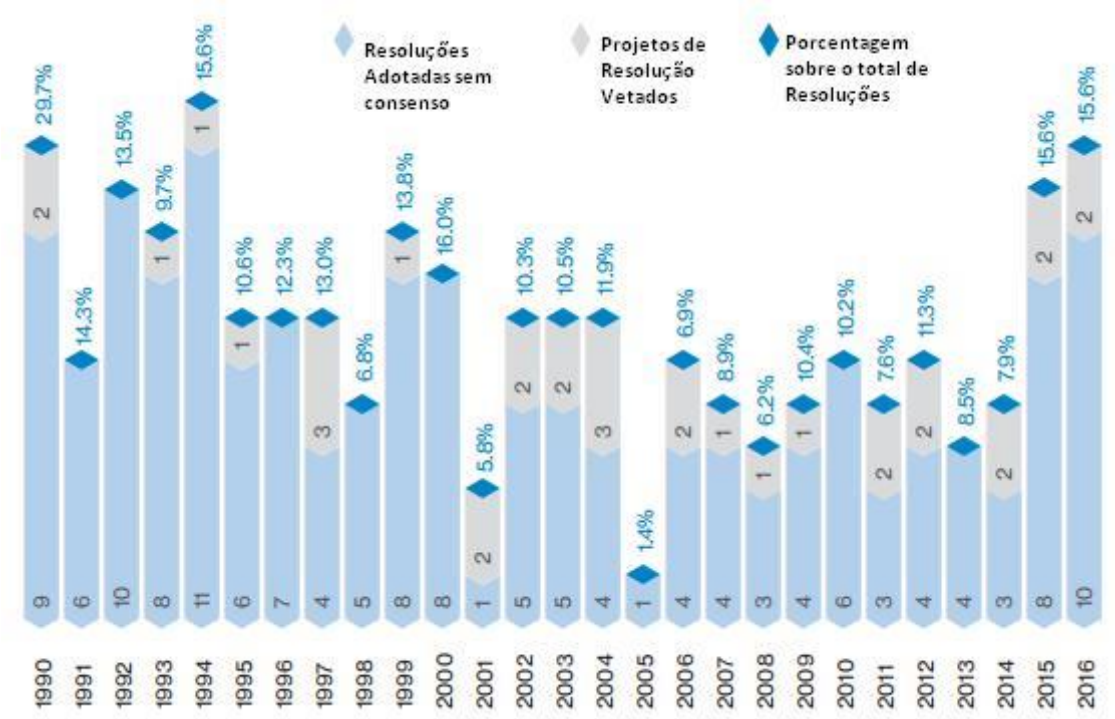
Pelos dados apresentados neste capítulo, conclui-se que há uma concentração de recursos na mão dos P5, não só por meio de sua centralidade na contribuição financeira, como também pelo acesso privilegiado às informações apresentadas nas reuniões fechadas. Além disso, pela dificuldade de reforma do CSNU, é possível observar que as decisões sobre a entrada de novos membros, que diminuiria a assimetria de influência, cabe exatamente aos Estados que a concentram.

Se por um lado foi estabelecida a formação de Grupos de Amigos, em que membros comprometidos com certo tema propõem-se a elaborar um rascunho das Resoluções pertinentes à questão, tal abertura é contrabalançada pela prática do *penholder*, método instituído em 2010. Por tal modalidade, os temas da agenda do CSNU são divididos entre os seus membros, que se encarregam de elaborar os rascunhos apresentados nas reuniões. Dados retirados do *Security Council Report*, com base na agenda do CSNU, confirmam a posição de Baccarini (2017) de que tal sistema aprofundou a lacuna de negociação entre os P5 e os membros não permanentes, que raramente atuam como *penholders* e, portanto, são relegados ao papel de propositores de

emendas pouco substantivas a documentos já escritos. Em 2017, dos 39 eixos temáticos, em 25 os *penholders* foram um dos membros permanentes. A convergência fica ainda mais clara ao focalizar os P3 (Estados Unidos, França e Reino Unido), que participam de 24 temas[46].

A compreensão aprofundada do funcionamento do CSNU também permite concluir que o maior número de Resoluções aprovadas por consenso não decorre necessariamente da concordância entre todos os membros. Entre as possibilidades de explicação para esse fato estão, como visto anteriormente, a capacidade de influência dos membros permanentes, sobretudo quando atuam como *penholders*, que podem trocar o apoio por benefícios em outros órgãos. O Gráfico 2 permite observar que, apesar de variações anuais que respondem ao contexto político, o número de resoluções aprovadas sem consenso ou que sofreram veto é significativamente inferior à quantidade de documentos aprovados por consenso.

Gráfico 2 – Resoluções Não Consensuais (1990-2016)



Fonte: *Security Council Report*, "*The Security Council in 2016*", 2017[47] (legendas de tradução nossa).

Essa tendência é reafirmada por David Malone, um dos maiores especialistas nos estudos sobre os métodos de trabalho do CSNU. Malone (2004) identifica as mudanças no

[46] Dados disponíveis em <http://www.securitycouncilreport.org/images/briefs/February%202017%20Insert.pdf >. Acesso em 19 de fevereiro de 2018.
[47] Disponível em <http://www.securitycouncilreport.org/images/briefs/February%202017%20Insert.pdf>. Acesso em 19 de fev. de 2019.

funcionamento prático do Conselho a partir do fim da Guerra Fria, em que se instituiu um clima de cooperação entre os membros permanentes. Com o advento da Guerra Irã-Iraque a as tentativas de colocarem fim ao conflito antes de uma escalada significativa – buscando impedir novos fracassos como Ruanda e Bósnia – foi estabelecido um sistema de encontros regulares informais. Assim,

> a habilidade e a disposição dos cinco membros permanentes – aqueles que possuem poder de veto – para cooperar uns com os outros diminuiu consideravelmente a margem de manobra dos outros membros do Conselho. (...) Rapidamente, entretanto, os membros eletivos do Conselho reclamaram de serem sistematicamente marginalizados, uma objeção que ganhou mais peso a partir da tendência do Secretariado de fazer consultas privadas a alguns ou todos os P5 antes de enviar recomendações para o CSNU como um todo. (...) Os P5 não 'gerenciam' o Conselho, apesar de dominá-lo, inclusive pelo monopólio de grande parte dos rascunhos (MALONE, 2004, p. 7 – tradução nossa)[48].

Neste primeiro capítulo, apresentei um histórico sobre o contexto de criação da Organização das Nações Unidas e os princípios que fundamentaram a criação de um órgão cujo objetivo é tratar da paz e da segurança internacionais, o Conselho de Segurança. Ao poder de veto, decorrente da Fórmula de Ialta, e à assimetria entre membros permanentes e não permanentes, derivada da ideia dos Quatro Policiais, foram acrescidas adaptações aos métodos de trabalho do CSNU. Tais mudanças contribuíram para a conformação de um padrão de aprovação consensual de resoluções em formatos de comitês, no qual as decisões são tomadas *ex ante* ao momento de adoção, sem a participação de todos os membros. A partir dessa constatação, o objetivo do próximo capítulo é analisar a lógica de votação dentro do CSNU e as perspectivas para o papel de membros não permanentes, sobretudo de potências médias emergentes como Brasil e Índia.

[48] O texto em língua estrangeira é: "The ability and disposition of the five permanent members—those holding veto power—to cooperate with each other seriously diminished the margin for maneuver of other Council members. (...) Soon, however, elected members were grumbling that they were systematically marginalized, a complaint given more weight by a tendency of the Secretariat to consult privately with some or all of the P-5 before advancing recommendations to the Council as a whole. (...)The P-5 do not 'manage' the Council, although they do dominate it, not least by monopolizing most of the drafting."

2 *SOFT BALANCING* E MICROLATERALISMO: PERSPECTIVAS PARA AS POTÊNCIAS MÉDIAS EMERGENTES NO CSNU

Uma vez que o histórico e o detalhamento dos métodos de trabalho do CSNU foram apresentados no capítulo anterior, passaremos agora a analisar as formas pelas quais Brasil e Índia podem ampliar sua capacidade de atuação no órgão tendo em conta as restrições às quais estão submetidos. A seguir, será apresentado um mecanismo utilizado pelas potências médias para reforçar sua influência na tomada de decisões baseados em estratégias de aproximação e aliança – essenciais, tendo em vista o crescente emprego de práticas informais de decisão: o *soft balancing*. Considero que a necessidade de formar alianças provém das interações assimétricas entre os Estados no CSNU. Como a concentração decisória dificulta que as negociações sejam feitas de forma transparente e participativa, proponho que a dinâmica do órgão se afasta do conteúdo do multilateralismo e atua, na prática, a partir do que chamo de microlateralismo. Elaborei este conceito, que detalharei adiante, a partir de aportes conceituais da análise de interações entre atores nas instituições.

Inicialmente, será feito um mapeamento teórico sobre o termo "potência média emergente", empregado aqui para caracterizar o status internacional dos dois países estudados. O objetivo dessa apresentação é explicitar diferenças entre membros não permanentes do CSNU, partindo do pressuposto de que há, entre eles, Estados com maior margem para articulação de interesses e maior prestígio. Apesar de menos decisivos que os permanentes, Brasil e Índia possuem maiores possibilidades de atuação que Estados como Uruguai e Sri Lanka, por exemplo.

Em seguida, será detalhada a estratégia de *soft balancing*, mecanismo de equilíbrio de poder baseado na aliança interna entre Estados no CSNU. Por meio desse expediente, as potências médias emergentes podem conjugar votos entre si, e com os membros permanentes, de modo a direcionar o resultado das votações ou, ao menos, demonstrar discordância conjunta. Essa técnica possui relação com o conceito de microlateralismo – proposto neste trabalho – que indica que, por conta da proliferação de métodos informais de decisão, a possibilidade de debates multilaterais no âmbito do CSNU diminui progressivamente, gerando situações em que poucos (e cada vez menos) membros são capazes de influenciar na tomada de decisão.

2.1 **O conceito de potência média emergente**

Desde a conformação do campo teórico das Relações Internacionais, diversas correntes e autores basearam seus estudos na compreensão das posições relativas dos Estados no sistema internacional, seja por assimetrias de poder militar (WALTZ, 1979), pela implementação de políticas de prestígio (MORGENTHAU, 2003) ou pela capacidade de influenciar as decisões internacionais por meio de recursos simbólicos, como o metapoder[49] (KRASNER, 1985). Devido ao caráter anárquico do sistema, inexistindo um poder superior capaz de exercer autoridade hierárquica, são elementos dos próprios Estados e do relacionamento entre os pares que geram assimetrias e distribuição funcional entre eles, resultando em status diferenciados entre os países.

As primeiras tentativas de classificar os Estados de acordo com seu papel no sistema baseavam-se em critérios objetivos, como população, área geográfica e indicadores econômicos, mas, paulatinamente, foram acrescidos elementos subjetivos referentes à ação externa dos Estados, como prestígio e influência (SCHELDRUP, 2014). Como a posição no sistema anárquico é relativa, os critérios de classificação partem de uma dimensão comparativa entre as funções desempenhadas pelas unidades soberanas. Ao conjugar elementos objetivos e subjetivos, a definição clássica de Keohane (1969) sugere que os Estados são posicionados de acordo com sua capacidade de influenciar o processo decisório e os resultados do sistema – por exemplo, Estados com grande capacidade de influência seriam *system–affecting*, ou grandes Estados, e Estados com baixa possibilidade de interferência no rumo das questões globais seriam *system ineffectuals*, ou Estados pequenos.

Historicamente, a dimensão dos Estados esteve relacionada com a expansão dos impérios e o domínio territorial de parcela do globo, mas, conforme mencionado, critérios relacionados ao peso decisório também foram acrescentados. Waltz (1979), ao descrever o funcionamento da política internacional pelo nível sistêmico, considerou que, apesar do grande número de Estados, o sistema é composto por poucas unidades efetivas (*small number system*) capazes de determinar os resultados das interações. Ainda de acordo com essa visão, Robert Gilpin (1981) define o sistema internacional como uma estrutura oligopolista, em que certos Estados concentram o poder e os recursos. Caberia a essas grandes potências estabelecer e

[49] Segundo Krasner (1985), o metapoder consiste na demonstração dos recursos materiais ou simbólicos do Estado por formas que não envolvem o uso da força. Exemplos de manifestação de metapoder são a liderança internacional de determinado país, seu peso relativo na gestão de um regime internacional e sua capacidade de interlocução com Estados de perfis diferenciados.

reforçar as regras e os direitos que influenciam seu comportamento e os dos demais Estados (GILPIN, 1981, p.30).

Nesse sistema anárquico de poder relativo, os critérios utilizados para que um Estado seja considerado uma grande potência são variáveis. Jon Rynn (2011) estabelece duas condições para que isso ocorra: além de possuir capacidades nacionais objetivas, como poder econômico e militar, o Estado deve contar com o consenso de seus pares sobre sua condição. Manjeet Pardesi (2015) aprofunda o argumento e aponta três condições: a existência de interesses econômicos e de segurança em uma região externa à sua; a posse das capacidades materiais requeridas para promover tais interesses; e a capacidade de, simultaneamente, demandar e ter seu status reconhecido pelas demais grandes potências existentes e pelos países de sua região. Percebe-se, portanto, que a dimensão do reconhecimento dos demais é constitutiva do conceito de grande potência.

Com as redefinições da ordem global derivadas dos grandes conflitos internacionais e da consolidação de fóruns multilaterais de debate, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, as grandes potências depararam-se com um sistema mais complexo e desafios cada vez mais transnacionais. A nova dinâmica internacional abriu possibilidades para que Estados com posições intermediárias no sistema pudessem propor agendas que não se enquadram nem nos objetivos das grandes potências nem nos interesses mais restritos dos Estados pequenos.

Diversos termos foram empregados para analisar esse grupo heterogêneo de países intermediários, dentre os quais estariam Brasil e Índia (LIMA, 2005), mas a expressão potências emergentes despontou na literatura como conceito válido para descrever Estados em ascensão que, apesar de diferenças domésticas e regionais, compartilham aspectos de sua ação internacional. Para definir o status que Brasil e Índia possuem no sistema, cabe recuperar a gênese desse conceito e analisar, semântica e teoricamente, as alterações pelas quais passou e os países enquadrados nessa categoria.

De acordo com Maria Regina Soares de Lima (2005), apesar de não haver consenso em torno de uma definição clara do termo, as potências emergentes seriam lideranças regionais e possuiriam ao menos uma destas três características: capacidade material, autopercepção do status e reconhecimento de outros Estados, sobretudo daqueles considerados grandes potências.

Para a autora, o papel internacional desses Estados pode ser analisado de diferentes formas, por meio de duas identidades distintas. A primeira relaciona-se aos aspectos políticos do sistema internacional, e coloca esses Estados, mesmo que em menor proporção que as grandes potências, dentro do rol de *system-affecting states* (KEOHANE, 1969). Tais países, que possuem recursos limitados em comparação às grandes potências, valorizam as arenas

multilaterais para buscar um perfil internacional assertivo e influenciar os processos decisórios internacionais. Fóruns de decisão por consenso e aqueles em que há igualdade de participação entre os Estados teriam relevância especial, cabendo às potências intermediárias o papel de interlocutoras entre países grandes e pequenos (LIMA, 2005, p.2).

A segunda possibilidade de análise é a identificação de Estados como grandes mercados emergentes. Sua capacidade de afetar as questões internacionais estaria relacionada à projeção de sua economia e à projeção de seu crescimento. Ainda que essa abordagem tenha recebido atenção tanto de acadêmicos quanto de *policy makers*, sua utilização possui limitações e levanta questionamentos.

Carlos Milani et al. (2017) resumem o debate sobre a classificação de Estados com papeis intermediários por meio da relação entre o status e o conceito de graduação, comumente empregado para analisar projeções de crescimento. Segundo os autores, a literatura considera que o termo revela um "senso de propósito e direção para o progresso humano, e uma ideia de expansão, melhoria e desenvolvimento" (MILANI et al., 2017, p. 6, tradução nossa)[50]. Entretanto, quando focamos o aspecto econômico, a graduação de um Estado passa a consistir em uma classificação exógena de agências financeiras do sistema internacional, que afirmam sua maior confiabilidade econômica e menor sujeição a crises. Para os autores, essa visão é parcial, pois esconde um processo de desenvolvimentos sociais, políticos e normativos dos Estados. Dessa forma,

> [...] a implicação parece ser que os conceitos de Norte/centro e Sul/periferia podem ser dispensados – que seria possível, por meio de permutas estatísticas, desconsiderar as disparidades, assimetrias e hierarquias. Um conceito como 'graduação' tem sido usado não só para esconder a divisão fundamental entre riqueza e pobreza, mas também a clivagem entre os que fazem as normas e os que apenas absorvem as normas (MILANI et al., 2017, p. 6, tradução nossa)[51].

Os autores argumentam que a graduação não deve ser encarada apenas como um resultado, mas sim como um processo gradual e não linear que impacta nos status dos Estados no sistema internacional em três espaços sociopolíticos: 1) a capacidade de influenciar a produção normativa nas instituições internacionais (*rule-maker*); 2) o papel da economia política internacional; 3) o reconhecimento proveniente da socialização entre os Estados. Os

[50] O texto em língua estrangeira é: "[...] sense of purpose and direction to human progress, and an idea of expansion, improvement and development (...)".
[51] O texto em língua estrangeira é: "[…] the implication seems to be that the very concepts of North/core and South/periphery can be dismissed—that it is possible by means of statistical permutations to dispel the world's disparities, asymmetries and hierarchies. A concept like 'graduation' has been used to blur not only the fundamental divide between wealth and poverty, but also the cleavage between rule-makers and rule-takers."

pesquisadores alegam, ainda, que Estados como o Brasil possuem interesse em avançar nos três aspectos ao buscar proeminência internacional por meio de uma estratégia chamada diplomacia de nicho: em razão das limitação das oportunidades internacionais impostas pela superioridade das grandes potências, o país atua nas frentes em que possui espaço e prestígio, como, por exemplo, por meio do comprometimento com a integração regional, espaço geopolítico em que possui maior projeção. Esse ponto é reforçado por Mônica Hirst (2019), que considera que a proatividade das potências emergentes deriva de suas fontes de poder brando e do uso da diplomacia de nicho.

Ainda no âmbito das críticas à dominância de aspectos econômicos na classificação de países, Pedro Fonseca et al. (2016) argumentam que o predicado "emergente" deriva do jargão econômico do mercado financeiro e foi aplicado em organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Configura-se, portanto, como uma classificação exógena e a parcial, em conformidade com a visão de Milani, Pinheiro e Lima (2017). O termo, relacionado à ideia de mercado emergente, foi utilizado de forma intercambiável com o conceito de país em desenvolvimento para descrever Estados que estavam ascendendo na hierarquia política e econômica mundial.

Os autores acrescentam que o debate sobre as "transições hierárquicas" (FONSECA; PAES; CUNHA, 2017, p. 47) é anterior ao seu uso no regime financeiro: categorias como países intermediários, semiperiféricos e potências regionais já utilizavam a perspectiva de emergência como parâmetro. No entanto, a difusão e a aceitação desse tipo de hierarquização tomaram forma com as classificações das instituições financeiras.

Assim como o conceito de país em desenvolvimento, a ideia de potência emergente também apareceu vinculada aos conceitos de potência média/intermediária, semiperiferia e potência regional. Apesar de serem usados muitas vezes como sinônimos, os autores apontam especificidades: os demais conceitos introduzem elementos que vão além da classificação baseada no potencial econômico.

A definição de um Estado como uma potência média/intermediária (*middle/ intermediate power*) indica sua necessidade de mediação por meio de alianças ou coalizões multilaterais para seja capaz de exercer influência no sistema internacional. Já o conceito de semiperiferia provém de uma reinterpretação das teorias de sistema-mundo e da complexificação da dualidade centro-periferia, na qual aspectos de dominação e exploração se apresentam como proeminentes. Ainda, as potências regionais são aquelas cuja habilidade de projeção encontra-se circunscrita geograficamente: influenciam interações que ocorrem a nível regional, contribuindo para definir o nível de conflito, cooperação e institucionalização entre

vizinhos, e apresentando capacidades materiais e ideacionais para exercer esse papel (DESTRADI, 2010). Note-se que, nos três casos, o critério econômico aparece associado a questões políticas como capacidade de influência e atuação regional.

Pela difusão dessas novas abordagens, a classificação de potências emergentes com base em aspectos puramente econômicos perdeu potencial explicativo. Fonseca, Paes e Cunha (2017) defendem que o conceito de potência emergente absorveu a necessidade de expandir seu conteúdo para escapar das limitações impostas pela circunscrição ao aspecto econômico. Tanto na literatura quanto no mercado financeiro, a ideia de potência emergente passou a vir acompanhada também de um aspecto político:

> A investigação dos padrões semânticos do uso acadêmico do predicado *emergente* para qualificar agentes internacionais gera um *protótipo conceitual* dessa classe de fenômenos. Emergente geralmente é considerado um atributo em referência ao aumento do nível de poder de um país na política e na economia internacionais. (...) uma *potência emergente* seria aquela cujo comportamento diplomático possui como objetivo a reforma ou a revisão da ordem internacional, tendo base material para suas demandas. Esse padrão de comportamento é prototipicamente associado à não identificação com o status quo da ordem internacional (FONSECA; PAES; CUNHA, 2017, pp. 51-52, tradução nossa, grifos do autor)[52].

O conceito de potência emergente, portanto, passou a qualificar as definições anteriores, que diferenciam os Estados de acordo com seu posicionamento relativo no sistema internacional, e incorporou um elemento revisionista em sua ação externa. Ao não se identificar com o status quo internacional, esses Estados buscam reformar a ordem, de forma a ampliarem suas possibilidades e expectativas diplomáticas. A reforma também incide sobre as instituições financeiras e o âmbito econômico, mas não se limitam a elas.

Apesar de a capacidade material ser considerada fundamental para tornar a revisão possível, o elemento de legitimidade também é condição necessária para que a projeção sistêmica seja efetiva. Dessa forma, nessa categoria de países haveria uma dimensão objetiva, relacionada às capacidades materiais e a habilidade de transformar poder latente em poder efetivo, e uma dimensão intersubjetiva, referente ao reconhecimento e à legitimidade a ele atribuídos por outros Estados (MONTENEGRO; MESQUITA, 2017), sobretudo os da mesma região. Novamente, a noção de reconhecimento aparece como constitutiva.

---

[52] O texto em língua estrangeira é: "The investigation of the semantic patterns of academic usage of the predicate emerging to qualify international agents provided a conceptual prototype of this class of phenomena. Emerging is usually placed as an attribute of power as a reference to an increasing degree of might of a country in politics and international economy. (...)an emerging power would be the one whose diplomatic behaviour aims to reform or to review the international order, having material support to its claims. This pattern of behaviour is prototypically associated with a non-identity belonging to the status quo of the international order."

A legitimidade e o reconhecimento recobrem-se de importância uma vez que, apesar de serem descritos como “líderes benevolentes” com intenções reformistas pacíficas, esses países podem seguir estratégias de liderança, de hegemonia ou até mesmo imperiais (DESTRADI, 2010), e seu comportamento pode gerar externalidades negativas para os vizinhos menos desenvolvidos. Detlef Nolte (2010) também utiliza o reconhecimento e o relacionamento da potência regional com vizinhos como elemento relevante para as funções e a ascensão desses Estados.

A literatura sobre o tema desenvolveu-se no período recente, e não há uma definição semântica clara e delimitada do conceito de potências emergentes, uma vez que diversos termos foram usados para expressar ideias correlatas de forma pouco sistematizada. Por isso, é possível encontrar autores que as consideram uma subcategoria de definições precedentes. Eduard Jordaan (2003), por exemplo, argumenta que é possível localizar sua definição dentro do conceito de potência média/intermediária (*middle/ intermediate power*). Para o autor, o conceito de potência intermediária seria subdivido em potências médias emergentes e potências médias tradicionais, distintas em termos de características constitutivas e comportamentais que se afetam mutuamente.

Para o autor, todas as potências médias possuem uma política externa voltada para a estabilização e a legitimação da ordem global, sobretudo a partir de iniciativas multilaterais, mas as duas subcategorias empregam atitudes diferentes. Em relação às características constitutivas, as potências médias tradicionais seriam desenvolvidas, estáveis, democráticas e pouco influentes em sua região, enquanto as potências médias emergentes seriam semiperiféricas, materialmente desiguais, democracias recentes e influentes regionalmente. Quanto às características comportamentais, as potências médias tradicionais possuiriam baixo ímpeto de atuação regional e seriam concessivas às pressões para reformas da ordem; já as potências médias emergentes seriam reformistas e, apesar de se inclinarem para a integração de sua região, buscariam construir uma identidade que as diferencie dos países vizinhos menos desenvolvidos. Exemplos de potências médias tradicionais seriam países como Austrália, Canadá e Suécia, enquanto as potências médias emergentes podem ser ilustradas por Brasil, Índia, África do Sul e Turquia.

Eduardo Uziel (2015) fundamenta-se na definição de Jordaan e aplica essas subcategorias para o comportamento dos países nas organizações internacionais, motivo pelo qual sua classificação torna-se útil para este trabalho. O autor analisa a presença do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas e reconhece que a igualdade soberana estabelecida na Carta da ONU não se traduz em horizontalidade efetiva nos órgãos da organização, situação

que restringe quem são aqueles capazes de influenciar as decisões internacionais. Para Uziel, o reformismo característico da definição de potência emergente materializa-se na ação desses países nas organizações internacionais, que propõem alterações de questões pontuais, mas sem radicalmente bloquear o funcionamento dos órgãos:

> Esses organismos oferecem igualdade, mesmo que formal, reconhecimento como membro de uma comunidade, facilidade para articular estratégias comuns e limitações institucionais para as grandes potências. O comportamento das potências médias no âmbito das organizações internacionais e, em particular, das Nações Unidas tende a ser construtivo e a favorecer a formação do consenso. Isso deriva do interesse de manter o funcionamento do sistema como um todo e evitar desistências por parte dos grandes. Isso não significa que os países médios não bloquearão decisões, mas que o farão cautelosamente e procurarão circunscrever essas iniciativas a áreas específicas (UZIEL, 2015, p.39).

Melanie Albaret e Guillaume Devin (2016) ampliam o debate ao considerar que, atualmente, a definição política de "países do Sul" pode complementar a compreensão das estratégias empregadas na ONU. Segundo os autores, a proliferação de expressões para analisar esses países demonstra as inúmeras incertezas levantadas pelo aumento de sua projeção internacional. Para escapar das concepções econômicas pautadas em dimensões de desenvolvimento – ocidentalizadas e dotadas de um pressuposto evolucionista – a definição enquanto países do Sul seria política, pois na atuação internacional desses atores há uma dimensão qualitativa referente ao seu compromisso de promover a expressão coletiva de uma contestação organizada às regras do jogo do status quo (ALBARET; DEVIN, 2016, p. 14).

Essa expressão coletiva decorre da força numérica dos países do Sul, sobretudo da Assembleia Geral, mas também da consciência de um interesse compartilhado na promoção de novas dinâmicas e transformações dentro da ONU. Apesar de ressaltar a importância da construção dessa sensibilidade comum, os autores apontam que, na prática, a diversidade de estratégias desses países dificulta a coesão. Por isso, os países do Sul tendem a procurar, atualmente, coalizões diversificadas e mais flexíveis, além de promover uma integração para além da ONU, a exemplo de coalizões de geometria variável como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)[53] (ALBARET; DEVIN, 2016, p. 30). Ainda assim, os autores afirmam que não é possível menosprezar o efeito que os países do Sul obtiveram historicamente na ONU, a exemplo da luta compartilhada pela descolonização e da manifestação do incômodo com posturas das grandes potências, que geram um peso moral para as ações por elas tomadas.

[53] O IBAS é um grupo formado para fortalecer a coordenação política e a cooperação setorial. Criado em 2003, o grupo parte de pontos em comum entre os três países, como o sistema democrático e a composição social multiétnica, para buscar ações coordenadas em fóruns multilaterais, realizar exercícios militares conjuntos e promover a cooperação para o desenvolvimento por meio do Fundo IBAS para Alívio da Pobreza e da Fome.

Nessa linha, Melanie Albaret (2013) propõe que a estratégia das potências médias nas Nações Unidas requalificou o debate sobre o papel central das grandes potências nas instituições multilaterais. De acordo com a autora, se adotarmos a classificação proveniente do realismo e considerarmos que um atributo da potência é a capacidade de imposição da sua vontade, haveria uma incompatibilidade do termo com os fóruns multilaterais, que carregam em si os princípios de inclusão e reciprocidade. Assim, emerge a perspectiva liberal segundo a qual o multilateralismo modifica o jogo de poder entre os Estados e não gera uma simples reprodução da vontade das grandes potências.

> O debate teórico, aqui inicialmente esboçado, abre muitas pistas sobre as relações entre o multilateralismo e as potências. Contudo, a contribuição encontra seus limites no fato de que cada teoria oferece uma visão parcial, pois nenhuma se propõe a pensar simultaneamente. Por outro lado, colocar a questão a partir do exemplo da ONU nos convida a identificar, de um lado, a prática das potências (entendidas aqui como atores) dentro e em relação ao jogo onusiano, e, por outro lado, os efeitos da ação multilateral sobre o jogo das potências. Esse duplo questionamento permite, assim, de compreender como a ONU, que emana das potências, renovou o jogo e se tornou um espaço privilegiado para as estratégias multilaterais das potências médias (ALBARET, 2013, p. 2, tradução nossa[54]).

De acordo com a autora, como a ONU configurou-se como um espaço em que os esforços de persuasão e argumentação são utilizados mais comumente do que o recurso à força, abrem-se espaços de autonomia para que potências médias possam atuar. Elas estariam localizadas em uma posição ambivalente entre buscar a entrada no grupo das potências e manter, ao menos na narrativa, a defesa dos princípios de inclusão e igualdade. Dessa forma, como as potências médias se consideram habilitadas para participar do jogo internacional, mas não para agir sozinhas, as estratégias possíveis seriam a formação de coalizões, a ênfase na diplomacia de nicho e a construção da imagem de um membro confiável da comunidade internacional (ALBARET, 2013, p. 6).

Localizar essas potências intermediárias no Sul também traz em seu bojo a noção de que há em comum um histórico econômico, político e social baseado nas desigualdades do passado colonial. De acordo com Chris Alden, Sally Morphet e Marco Antonio Vieira (2010), o Sul funciona como uma estratégia de mobilização criando uma identidade transnacional que se

[54] O texto em língua estrangeira é: “Le débat théorique, ici à peine esquissé, ouvre donc plusieurs pistes sur les relations qu’entretiennent multilatéralisme et puissance. Néanmoins, son apport trouve ses limites dans le fait que chaque théorie n’offre qu’une vision partielle de ces liens qu’aucune ne parvient à penser simultanément. En revanche, poser cette question à partir de l’exemple onusien invite à identifier d’une part, les pratiques des puissances (entendues ici comme acteurs) dans et vis-à-vis du jeu onusien et, d’autre part, les effets de l’action multilatérale sur le jeu des puissances. Ce double questionnement permet ainsi de comprendre comment l’ONU qui émane de la puissance, en renouvelle le jeu et devient de ce fait une enceinte privilégiée pour des stratégies multilatérales de puissance moyenne.”

insere em uma relação de dependência com o Norte. As organizações internacionais seriam um espaço favorável para a ação coletiva desses países, de forma a reforçar temas sensíveis como desenvolvimento, não intervenção e inclusão.

A partir desse debate, por considerar que a definição de Uziel adequa-se ao objetivo de estudar esses países em organizações internacionais, sobretudo em temas de paz e segurança, Índia e Brasil serão classificadas neste trabalho como potências médias emergentes, pois ambas possuem os elementos que integram o conceito: capacidade de projeção regional (material ou ideacional); desejo de reforma das instituições de forma não conflitiva; e não identificação com aspectos do status quo (UZIEL, 2015). Esses elementos serão corroborados no Capítulo 3, em que analisarei o histórico da atuação internacional de Brasil e Índia, bem como nos Capítulos 4 e 5, com o estudo de seu comportamento no CSNU.

No papel de ambos os países estão presentes os elementos constitutivos das potências médias emergentes, como o poder tanto material quanto de influência, a busca pela ampliação da capacidade de agência, a necessidade do reconhecimento dos demais Estados e a ambição de projeção e crescimento – nota-se que o conceito possui tanto a ideia de posição atual quanto de movimento ascendente futuro. Convém ressaltar que essa opção metodológica não é a única possibilidade e que não há consenso sobre o status e os objetivos de política externa de Brasil e Índia[55], mas considero a definição aplicável ao papel desses Estados nas organizações internacionais, sobretudo na ONU, em que as assimetrias descritas no Capítulo 1 demarcam e circunscrevem as possibilidades de atuação.

Em relação ao comportamento desses Estados nas organizações, Daniel Flemes (2017) considera que a ação das potências médias emergentes se engaja em um "revisionismo sistêmico", em que alterações são propostas dentro dos parâmetros da ordem vigente. Segundo o autor, interessa mais a esses países a obtenção de objetivos de meio (*milieu goals*) do que de objetivos de posse (*possession goals*): a ênfase é na participação e nos mecanismos que os permitem influenciar o processo, e não puramente nos ganhos que serão obtidos com o resultado. Essa postura decorre da percepção de que o crescimento dos indicadores de capacidade nacional, como poder militar e econômico, precisa vir acompanhado de uma maior participação nas esferas de decisão e de produção de normas, para que haja legitimidade e efetividade diplomática (FLEMES, 2017, p. 9).

[55] No caso da Índia, por exemplo, diversos autores discordam da classificação do país enquanto potência emergente, ressaltando seu papel de grande potência relacionado ao poder militar e à projeção regional do país (ver Pardesi, 2005; Nayar; Paul, 2003).

Xiaoyu Pu (2012) argumenta que tais países possuem duas alternativas de ação possíveis em uma ordem inspirada pelos valores ocidentais: demonstrar oposição às regras estabelecidas no status quo vigente e propor novas alternativas, consolidando-se como *norm makers*; ou acatar as regras vigentes, já que se beneficiam de certas práticas, como o livre-mercado e a ajuda externa, configurando-se como *norm takers*. O autor considera que a possibilidade de formular normas que alterem o status quo ainda é um desafio devido às limitações colocadas a esses países, mas que as potências médias emergentes lograram avanços ao tornar a assimilação um processo de duas vias, em que modificações residuais foram sendo incorporadas.

Para Pu, uma prática que vem facilitando essa reciprocidade relativa é o uso dos fóruns multilaterais para elaboração de agendas e proposição de reformas gradualistas (PU, 2012, p. 20-21). Potências médias emergentes têm dificuldade de interferir na produção de normas internacionais, sobretudo em temas de segurança, devido à centralização descrita no CSNU. Por conta disso, a formação de alianças e a abordagem multilateral, estratégias facilitadas pelo fórum de diálogo propiciado pelas organizações internacionais, abrem a possibilidade de Brasil e Índia, por exemplo, passarem de Estados que absorvem normas produzidas exogenamente (*norm taker,* ou *rule-taker)* a países que participam de sua reelaboração (*norm maker* ou *rule-maker*). Na próxima seção, será apresentada uma das estratégias que as potências médias emergentes podem empregar para se integrar ao processo de produção de normas em organizações multilaterais.

2.2 ***Soft balancing*** **como estratégia para potências médias emergentes**

Um dos instrumentos utilizados pelas potências médias emergentes para adquirir maior influência no sistema e ampliar sua capacidade de formulação de normas é a formação de alianças para contrabalançar a assimetria em favor das grandes potências. Durante o contexto das Guerras Mundiais, esse balanço era obtido, sobretudo, por meio da formação de alianças militares, de maneira a configurar um sistema de equilíbrio de poder e impedir que um Estado obtivesse supremacia em comparação aos demais, mantendo a segurança e garantindo a estabilidade internacional (MORGENTHAU, 2003; WALTZ, 1979). Apesar de as alianças militares, *ad hoc* ou formais, continuarem a ocupar um papel importante na dinâmica de relacionamento interestatal, diversos analistas consideram que a capacidade bélica perdeu parte de seu poder explicativo no equilíbrio de poder no pós-Guerra Fria. Considero que a capacidade militar ainda é um fator determinante das relações de poder, apesar de não ser o único.

Stephen Krasner (1985; 2012), por exemplo, avalia que o enfraquecimento das tensões Leste e Oeste evidenciou um conflito estrutural e distributivo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Pelo descompasso entre o poder material de cada um dos grupos, os países em desenvolvimento possuiriam, nas instituições e nos regimes internacionais[56], a oportunidade de exercer metapoder, uma vez que os mecanismos de regulação do sistema seriam endógenos à formação de preferência dos principais tomadores de decisão do Estado. Os países consideram a interação nessas instituições em seus cálculos de ação externa, devido ao aumento da interdependência sistêmica.

Considerando as instituições como integrantes do processo de ação internacional dos Estados, Robert Pape (2005) e T. V. Paul (2005; 2004) argumentam que o equilíbrio de poder com base em fatores bélicos não explica totalmente o contexto do pós-Guerra Fria, devido à centralização em torno da supremacia estadunidense. Para os autores, por conta da desproporção entre o poder dos EUA e o dos demais Estados, as tentativas de limitar a concentração de decisões nas mãos da potência norte-americana foram propostas por alianças não militares. De acordo com Pape (2005, p.10, tradução nossa[57]), o *soft balancing* consiste em

> (...) ações que não desafiam diretamente a preponderância militar dos Estados Unidos, mas usam instrumentos não militares para atrasar, frustrar e dificultar políticas militares unilaterais dos EUA. O *soft balancing* por meio do uso de instituições internacionais, estruturas econômicas e arranjos diplomáticos tem sido um elemento proeminente da oposição internacional à guerra dos EUA contra o Iraque.

Na mesma linha, Paul (2004) argumenta que o *soft balancing* normalmente ocorre quando o equilíbrio de poder envolve, em um mesmo processo, Estados com capacidades limitadas de alterar os resultados em temas de segurança e grandes potências – sobretudo os Estados Unidos. Dessa forma, seria um erro estratégico buscar o equilíbrio por meios militares devido ao forte descompasso entre os envolvidos. Flemes (2007) também se posiciona em favor do *soft balancing*, ao argumentar que o questionamento em conjunto de ações unilaterais aumentaria os custos de seu emprego por parte da grande potência, uma vez que a oposição coletiva sinalizaria a menor disposição de apoio a tais decisões. Argumento similar é defendido

[56] "Os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores." (KRASNER, 2012, p.93)

[57] O texto original é "(...) actions that do not directly challenge U.S. military preponderance but that use nonmilitary tools to delay, frustrate, and undermine aggressive unilateral U.S. military policies. Soft balancing using international institutions, economic statecraft, and diplomatic arrangements has already been a prominent feature of the international opposition to the U.S. war against Iraq."

por Stephen Walt (2004, p.17, tradução nossa[58]), pois "se outros Estados podem coordenar suas políticas para impor custos adicionais aos EUA e obter benefícios adicionais para si, a posição de dominância dos EUA pode se erodir e sua habilidade de impor sua vontade aos demais declinará".

Ao definir o conceito, Pape (2005) defende que os Estados podem confrontar a grande potência por meio do "equilíbrio interno", que consiste no aumento das capacidades econômicas e militares do próprio país, ou pelo "equilíbrio externo", que reside na formação de alianças com outros Estados interessados em conter o poder dominante. Pela disparidade de condições criada no pós-Guerra Fria em favor dos Estados Unidos, prevalecem para os Estados em desvantagem as estratégias de equilíbrio externo. Elas podem tomar a forma de *bandwagoning*, que consiste em uma tática de não confrontação por meio do alinhamento à grande potência, e de cooperação com outros Estados para se opor à grande potência por meio do *soft balancing*.

Em sua definição original, o conceito era aplicado para descrever o comportamento de outras grandes potências, como Rússia, China, França e Alemanha, mas Pape (2005) abre a possibilidade de que atores regionais importantes, como Índia e Brasil, crescentemente ocupem papel relevante nas alianças não militares. De acordo com o autor, entre os modelos de utilização do *soft balancing* estão os acordos diplomáticos, o aproveitamento conjunto de potencial econômico e, especialmente, o uso dos fóruns das organizações internacionais para formar e empregar as alianças. Dentro das organizações, os Estados podem atuar com base em uma diplomacia de rede[59], para utilizar as regras e os procedimentos das OIs para influenciar os objetivos de política externa dos Estados. Entre as formas de utilizar as OIs para realizar *soft balancing* estão o ajuste de votos entre aqueles que se opõem a certa medida ou querem garantir a aprovação de um documento, seja no Conselho de Segurança (PURI, 2016; VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015) ou na Assembleia Geral (ONUKI; OLIVEIRA, 2013; MONTENEGRO; MESQUITA, 2017).

A coordenação de votos – e vetos – é empregada com frequência pelos P5 dentro do CSNU. Entre 2007 e 2012, por exemplo, todos os vetos proferidos pela China foram acompanhados por vetos russos (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015). Tal convergência coincide com a consolidação da Organização para a Cooperação de Shangai (OCS), da qual

[58] O texto original é "If other states are able to coordinate their policies so as to impose additional costs on the United States or obtain additional benefits for themselves, then America's dominant position could be eroded and its ability to impose its will on others would decline."
[59] O termo original é *Entangling diplomacy*.

ambos fazem parte, cujo objetivo é coordenar estratégias de defesa e combate a delitos transnacionais na Ásia Central. Até 2006, a China havia vetado projetos de resolução em apenas três ocasiões, todas de forma isolada. Já entre 2007 e 2012, foram cinco vetos, todos em companhia da Rússia. Tal movimento de convergência é parte da estratégia descrita como "Concerto Asiático", em que os principais países da região buscam equilibrar seus poderes no continente e evitar a interferência de potências externas (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015, p. 713).

A lógica de veto conjunto também é constante entre os três membros ocidentais do CSNU, os chamados P3. Denomino a postura como "Aliança Ocidental" (ALBUQUERQUE, 2017). Durante a Guerra Fria, de forma a resguardar suas respectivas áreas de influência, os três países – ou combinações de dois a dois entre eles – vetaram conjuntamente resoluções sobre África, América Central e Oriente Médio, regiões que foram alvo de contestações periféricas durante o conflito bipolar. Após a Guerra Fria, os Estados Unidos tenderam a vetar de forma isolada, sobretudo em se tratando de projetos de resolução sobre a Palestina (ALBUQUERQUE, 2017, p. 13). Essa postura insere-se no contexto de formulação de uma agenda própria entre França e Reino Unido por meio da política de segurança comum da União Europeia[60] e do crescimento do unilateralismo por parte dos Estados Unidos, sobretudo a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001.

A teoria do *soft balancing* recebeu críticas de diversos acadêmicos, sobretudo daqueles de matriz realista. Stephen Brooks e William Wohlfort (2005), por exemplo, apontam que os autores do *soft balancing* não consideram que pode haver explicações alternativas para o comportamento dos Estados. Segundo os autores, a coordenação para se opor aos EUA pode ter estímulos econômicos, preocupações com a segurança regional e incentivos políticos domésticos. Brooks e Wohlfort apontam, ainda, que o *soft balancing* não foi posto à prova do teste empírico, uma vez que, no momento de publicação do texto, em 2005, a amostra de casos era pequena e restrita à invasão do Iraque. Neste trabalho, busco aplicar o conceito de *soft balancing* de forma a minimizar as críticas de Brooks e Wohlfort. O teste empírico é introduzido na última seção deste capítulo, por meio da análise da coordenação de votos nos casos da Líbia e do Irã, enquanto a conjugação da combinação de votos com elementos domésticos, econômicos e regionais é o objeto do Capítulo 3.

[60] O Brexit poderá, quando efetivado, alterar as possibilidades de coordenação de França e Reino Unido no CSNU, uma vez que os britânicos não estarão mais obrigados a seguir as diretrizes da política externa e de defesa comum da União Europeia.

2.3 **Microlateralismo como estratégia para grandes potências e potências emergentes**

A partir do Concerto Asiático e da Aliança Ocidental, pode-se concluir que as alianças entre membros permanentes, em conjunto com a exclusão e a falta de transparência dos métodos de trabalho descritas no Capítulo 1, concentram o poder de decisão ainda mais nos P5, pondo em xeque o próprio caráter multilateral do Conselho. Uma vez que o multilateralismo consiste na razão de ser de todas as organizações internacionais, convém que nos detenhamos brevemente sobre esse conceito antes de avançarmos.

Um dos princípios presentes na Carta das Nações Unidas, o conceito de multilateralismo é descrito, fundamentalmente, como "a prática de coordenar políticas nacionais em grupos de três ou mais estados" (KEOHANE, 1990, p. 731, tradução nossa[61]). Outros autores, entretanto, o desenvolveram para acrescentar-lhe elementos qualificadores. Segundo Monica Herz e Andréa Hoffman (2004), para além da presença de três ou mais Estados, existem princípios que estruturam a prática do multilateralismo, como a noção de indivisibilidade, que significa que os acordos aprovados são aplicados a todos os Estados envolvidos, e, ainda, o conceito de reciprocidade, segundo o qual os Estados se engajam em trocas mútuas (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 19). Milani (2012, p. 51) resume a definição nas seguintes palavras:

> (...) o multilateralismo é uma construção institucional e histórica que, no plano global e no regional, tende a contribuir para minimizar os custos de transação entre os Estados, ensejar a cooperação e o seu aprendizado, tornar o processo decisório mais transparente e democrático junto à opinião pública, sedimentar valores e normas essenciais para a legitimidade do sistema internacional (e, em alguns casos, das grandes potências) perante os distintos Estados e sociedades nacionais.

Flávia de Campos Mello (2011) acrescenta que "o conceito nessas palavras expressa, portanto, um projeto político a ser promovido por uma institucionalidade internacional ou, ao menos, a preferência por um padrão de ação coletiva em detrimento de soluções individuais" (MELLO, 2011, p. 13). Também nessa linha, John Gerard Ruggie (1992) aponta que o multilateralismo compreende não só o número de integrantes, mas também a produção de normas e princípios de ordenamento entre os Estados, possuindo uma dimensão de participação. Para o autor, definir multilateralismo pelo número esconde o fato de que arranjos formados por três ou mais unidades podem funcionar, na prática, como bilaterais ou imperialistas, no sentido da obtenção de ganhos unilaterais.

---

[61] O texto em língua estrangeira é: "the practice of co-ordinating national policies in groups of three or more states".

A crítica de Ruggie fez com que outros autores apresentassem termos para descrever as situações nas quais os propósitos do multilateralismo foram desvirtuados e as decisões passaram a ser tomadas individualmente ou por grupos restritos, em detrimento da ação coletiva. Destacam-se como exemplos os conceitos de sistema internacional oligárquico, diplomacia de conivência e diplomacia de clube (BADIE, 2011). Ao analisar a gênese e a evolução desses conceitos, Milani (2012) aponta que seu surgimento se enquadra em um contexto no qual os desafios internacionais demandam soluções cada vez mais rápidas, e as instituições multilaterais são responsabilizadas pela inabilidade de prover soluções no curto prazo. Para o autor, "o tempo das reformas institucionais tende a não acompanhar a velocidade da história" (MILANI, 2012, p. 46).

A solução para driblar os engessamentos foi o desenvolvimento de grupos informais, que atuam fora dos espaços institucionais ou criam sua própria institucionalidade. A contrapartida da busca por dinamismo negociador é o enfraquecimento institucional do multilateralismo, a exemplo da transferência de debates econômicos da ONU para o G7, G8 ou G20. Peter Debaere et al. (2014, p. 170, tradução nossa[62]) exemplificam a tensão entre multilateralismo e grupos restritos com um caso empírico:

> (...) o G20 pode ser interpretado como um enfraquecimento das instituições multilaterais oficiais que foram estabelecidas no fim da Segunda Guerra Mundial, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). De fato, a relações entre o G20 e as instituições multilaterais foram complicadas desde o início da cúpula do G20 em 2008. Em 2009, o então presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Miguel d'Escoto Brockmann, da Nicarágua, explicitamente confrontou o "G192" com o G20, sendo o primeiro o único grupo com legitimidade para realizar as reformas econômicas e financeiras globais necessárias. Ele organizou uma "contra-cúpula" sobre a crise financeira global em junho de 2009, em Nova York.

De acordo com Bertrand Badie (2011), a proliferação de grupos restritos gera a emergência de um sistema internacional oligárquico e plutocrático, baseado na convivência dos integrantes, no qual os debates são pouco inclusivos e limitados a alguns países concentradores de recursos. Por ser baseado em alianças voláteis e frágeis, o resultado pode ser não só o enfraquecimento da legitimidade das negociações nas organizações multilaterais como o

[62] O texto original é: "(...) the G20 can be seen as undermining the official multilateral institutions that were established in the wake of the Second World War, such as the United Nations (UN) and the International Monetary Fund (Kirton 2010). Indeed, the relationship between the G20 and multilateral institutions has been contentious from the very beginning of G20 summitry in the fall of 2008. In 2009, then president of the United Nations General Assembly (UNGA), Miguel d'Escoto Brockmann of Nicaragua, explicitly pitted the 'G192' against the G20 as the only legitimate group to bring about the necessary global economic and financial reforms (TWN 2009). He organized a UN counter-summit on the global financial crisis in June 2009 in New York."

crescimento de estratégias de confrontação por Estados que não fazem parte do "clube". A isso, Milani (2012, p. 49) acrescenta o seguinte:

> A diplomacia de conivência, um dos pilares do sistema internacional oligárquico, implica socialização das elites (líderes, ministros, técnicos), comportando, inclusive, brincadeiras entre os donos do poder que são midiatizadas durante as cúpulas; implica também que os membros do clube aceitam que não serão aplicadas sanções aos mais poderosos. O clube é um espaço de negociação, de construção de consensos e de demonstração de poder; não pretende ser um espaço de regulação.

Outros autores avançam no debate entre dinamismo de grupo e rigidez institucional para indicar que o multilateralismo deixou de ser eficaz para solucionar os problemas globais. Moises Naím (2009), por exemplo, defende que, para ter resultados nos debates coletivos, devemos procurar o menor número possível de Estados que tenham o maior impacto possível para a solução de um problema concreto, a exemplo do G8. Para o autor, portanto, devemos sair do multilateralismo em direção ao que chama de minilateralismo. Friedrich Kratochwil (1993) havia proposto, por sua vez, que os impasses coletivos seriam minimizados com a criação de *core groups* para debates iniciais, com a posterior multilateralização dos acordos. Outros autores aplicaram a ideia de minilateralismo para analisar nichos temáticos, como as operações de paz e a concentração estratégica na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (ATTINÁ, 2010), e as coalizões do regime internacional do meio ambiente fora do escopo da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (MCGEE, 2011).

Considero que os conceitos apresentados acima não são integralmente aplicáveis ao caso específico do CSNU. O conceito de sistema internacional anárquico descreve a estrutura da ordem internacional, e não é exclusivamente voltado às interações multilaterais. A diplomacia de clube, de conivência e o minilateralismo tratam de práticas gerais, aplicáveis a diversos temas e agendas, que implicam a transferência de fóruns decisórios de uma instituição multilateral legítima para um grupo informal externo. Portanto, esses conceitos não definem com exatidão a prática encontrada no âmbito do CSNU. No Conselho, não há transferência de fórum: o grupo restrito é formado *dentro do próprio órgão multilateral*.

Como os conceitos encontrados na literatura podem se sobrepor ao caso concreto do CSNU, sugiro que as interações entre os Estados no Conselho sejam compreendidas a partir do conceito que proponho nesta tese: o microlateralismo. Trata-se da ação unilateral e/ou por meio da coordenação de um grupo restrito de Estados dentro de um órgão multilateral, em que se perdem tanto as noções de ação coletiva e participação quanto os princípios de individualidade, transparência e reciprocidade. Apesar de ser um fórum quantitativamente multilateral, o aumento da informalidade e a centralização decisória do CSNU esvaziam os elementos

definidores do multilateralismo, abrindo espaço para o que chamo de práticas microlaterais. Por conta das assimetrias do Conselho, para que haja efetivo rompimento com a ação coletiva, o microlateralismo deve envolver, necessariamente, a participação de um P5, mesmo que em coordenação com membros não permanentes.

Conforme argumentei em trabalho anterior (ALBUQUERQUE, 2017), a centralização negociadora nos P5 dentro do CSNU subverte o multilateralismo formal, empregando uma prática de microlateralismo *de facto* na qual a concentração de *penholders*, a capacidade de retribuições internas e externas e o acesso privilegiado a informações tornam os P5, na maior parte dos casos, os únicos membros efetivos do órgão[63].

Para os P5, a coordenação assume características próprias, uma vez que o poder de veto torna dispensável, em última instância, a necessidade de cooperação. Já para os membros não permanentes, que não possuem tal prerrogativa, a única forma de barrar uma decisão dos P5 é a formação de alianças para impedir a obtenção do quórum de nove votos afirmativos. Como essa articulação é extremamente difícil e sem precedentes históricos, os não permanentes, em geral, cooperam e coordenam votos unicamente para mostrar descontentamento conjunto e reduzir os custos de oposição, por meio do *soft balancing*. Tal prática relaciona-se ao reformismo presente no conceito de potências médias emergentes e é fortalecida quando elas conseguem coordenar suas ações. Como as possibilidades de coordenação são alteradas a partir do microlateralismo, a próxima seção irá analisar como os membros não permanentes – e as potências médias emergentes, em especial – podem tentar aumentar sua influência no processo decisório.

2.4 **Jogos de Coordenação e Desenho Institucional**

Conforme visto na seção anterior, em relação aos membros não permanentes, para que o *soft balancing* em instituições internacionais seja efetivo em seu propósito de reduzir custos de operação para países com assimetria de condições e para propiciar a construção de confiança mútua, é importante que haja convergência de expectativa entre os Estados de forma que a estratégia combinada possa acomodar as pretensões. Para que haja tal afinidade de posições, os

[63] Por essa capacidade de retribuição externa, apesar de os dados apontarem quantitativamente para incrementos na cooperação entre os P5, como nos casos do Concerto Asiático e da Aliança Ocidental, é complexo analisar empiricamente a coordenação de votos e vetos entre eles dentro do Conselho, pois muitas vezes as compensações são feitas em outros órgãos ou de forma externa ao sistema ONU. Neste ponto, ver, por exemplo, KUZIEMKO, I; WERKER, E. How Much Is a Seat on the Security Council Worth? Foreign Aid and Bribery at the United Nations. Journal of Political Economy, vol. 114, n. 5, 2006, pp. 905-930.

Estados precisam compartilhar interesses e possuir segurança institucional de que as partes envolvidas irão cumprir com o combinado – ou serão expostas caso não o façam. Por conta disso, Pape (2005) relaciona o *soft balancing* nas OIs ao equilíbrio buscado por meio dos jogos de coordenação:

> [...] a lógica de contrabalançar uma única superpotência é um jogo de coordenação em que o principal obstáculo é garantir que a cooperação será durável. Nessa situação, cada membro da potencial coalizão de equilíbrio está em uma situação melhor se cooperar com os outros para equilibrar o líder unipolar. Ao mesmo tempo, a decisão de cada membro de contrabalançar depende da expectativa de que os outros farão o mesmo, o que, por sua vez, depende das expectativas dos outros sobre seu comportamento (PAPE, 2015, p.16, tradução nossa)[64].

Os jogos de coordenação foram desenvolvidos pelos autores que empregam a teoria dos jogos como modelo explicativo. Tal construção teórica foi utilizada, inicialmente, para a compreensão do comportamento econômico dos agentes em situações nas quais seus interesses são interdependentes. O grande expoente dos jogos que envolvem a cooperação entre dois agentes foi o matemático John Nash (1953), ao criar um modelo para explicar os cenários possíveis em uma situação na qual os interesses dos dois atores não convergem nem divergem completamente. Apesar de os atores serem considerados racionais e maximizadores de interesse, a interdependência vincula a estratégia individual às expectativas sobre as intenções do outro agente e as opções disponibilizadas pelas regras institucionais.

Das possibilidades de interação de preferências, resulta o cenário de equilíbrio de Nash, situação em que nenhum dos jogadores possui incentivos para modificar individualmente a estratégia escolhida. A situação de equilíbrio pode convergir ou divergir do chamado ponto ótimo de Pareto, estado que configura a composição na qual um dos agentes não pode melhorar sua posição individual sem prejudicar o outro[65]. Por tratar-se de um modelo de viés originalmente matemático e econômico, pautado na racionalidade, a transposição para as interações sociais precisa passar por adaptações, sobretudo pois o novo campo envolve, geralmente, situações com variáveis de informação entre os agentes e resultados com ganhos irregularmente distribuídos (SCHUBIK, 1987). Sendo as relações sociais um ambiente de interação, a decisão do agente pode ser influenciada por fatores externos ao modelo da escolha

[64] O texto em língua estrangeira é: "[...] the logic of balancing against a sole superpower is a game of coordination in which assuring timely cooperation is the principal obstacle. In this situation, each member of a potential balancing coalition is best off cooperating with others to balance the unipolar leader. At the same time, each member´s decision to balance depends on the expectation that others will also balance, which in turn depends on the others´ expectations of its balancing behavior."

[65] Para um detalhamento da teoria dos jogos, ver BRANDENBURGER, A; NALEBUFF, B. The right game: use game theory to shape strategy. Harvard Business Review, jul-ag, pp 57-71, 1995.

racional, como condicionantes históricos e fatores cognitivos capazes de interferir na percepção dos atores sobre as opções em pauta (JERVIS, 2017).

Para ampliar o potencial preditivo da teoria dos jogos nas ciências sociais, Arthur Stein (1993) aplicou o modelo para as interações nas organizações internacionais, considerando que o desenho institucional seja capaz de interferir na formação de preferências dos Estados. Para o autor, devido à situação de interdependência criada em um sistema globalizado e anárquico, a interação estratégica entre os atores é fundamental para resultados maximizadores de benefício. Segundo Stein, a forma mais eficiente de obter o ponto ótimo de Pareto é por meio da combinação de estratégias, aos moldes do *soft balancing*, mesmo que o caminho adotado não corresponda à estratégia dominante individual de cada ator.

Nesse contexto, dentro das OIs, os Estados enfrentariam situações que podem ser classificadas como dilemas de interesses comuns e de aversões comuns. No caso de interesses comuns, os Estados participariam de um jogo de colaboração, devido ao objetivo compartilhado; já no caso de aversões comuns, o jogo passaria a ser de coordenação, pois o que há em convergência é o cenário a ser evitado, e não a melhor estratégia para afastá-lo. Para Stein (1993), portanto, nos jogos de coordenação as interações interdependentes são complexas, pois há mais de um equilíbrio de Nash possível e apenas um ponto subótimo a ser evitado:

> Tais situações possuem múltiplos equilíbrios, e esses regimes precisam certificar-se de que não haja nem um resultado particular nem a complacência com um curso particular de ação, pois eles são criados somente para garantir que situações específicas sejam evitadas. Entretanto, essa coordenação é difícil de alcançar, pois mesmo quando dois atores concordam sobre o pior cenário, eles discordam sobre qual o equilíbrio preferido. Quanto maior esse conflito de interesses, mais difícil coordenarem suas ações (STEIN, 1993, p. 43, tradução nossa)[66].

O autor acrescenta que a distribuição de poder entre os participantes da interação é um dos determinantes para a formulação de estratégias, pois possíveis assimetrias levam a alterações nas expectativas mútuas. Se por um lado as instituições podem facilitar que os comportamentos dos Estados estejam de acordo com regras padronizadas, de forma a diminuir custos e reduzir as assimetrias, Estados poderosos podem limitar e estruturar as alternativas disponíveis para Estados menores (STEIN, 1993, p.51). Pelos elementos descritos no Capítulo 1, podemos assumir que esse seja o caso do CSNU.

[66] O texto em língua estrangeira é: "Such situations have multiple equilibria, and these regimes must assure neither a particular outcome nor compliance with any particular course of action, for they are created only to insure that particular outcomes be avoided. Nevertheless, such coordination is difficult to achieve when, although both actors least prefer the same outcome, they disagree in the choice of preferred equilibrium. The greater this conflict of interest, the harder it is for them to coordinate their actions."

Krasner (1993) argumenta que a interação nos regimes e nas instituições internacionais é mais bem explicada pelo conceito de fronteira de Pareto, em que o ponto ótimo a ser escolhido dentre as opções é fruto dos conflitos distributivos entre os participantes (KRASNER, 1993, p. 235). Não haveria, portanto, apenas um ponto ótimo de Pareto, estático, mas diversas possibilidades decorrentes das preferências dos agentes. Por conta disso, em um contexto de aversões comuns, o resultado a ser escolhido depende não só da capacidade de coordenação entre os atores, mas também do poder de cada um deles para interferir na repartição de benefícios ao longo dessa fronteira.

A partir das categorias propostas por Krasner e Stein, é possível aplicar o modelo para o relacionamento dos Estados dentro da ONU. Trata-se de uma organização internacional em que o poder e as capacidades relativas dos membros influenciam os cenários possíveis. Pelas assimetrias existentes, o curso de ação escolhido depende da distribuição de poder e das preferências dos Estados envolvidos. Assim como os autores propõem, o desenho institucional do órgão é capaz de alterar a matriz de preferência dos Estados e as possibilidades para que se aliem por meio do *soft balancing*.

Dentro da AGNU órgão em que estão presentes todos os membros da ONU, com igualdade de voz e de voto, o quórum de 2/3 para aprovação permite que os Estados em desenvolvimento, por exemplo, se agrupem de forma a garantir a aprovação de uma resolução ou barrar uma proposta apresentada por uma grande potência. A título de ilustração, podemos citar que a AGNU aprova periodicamente resoluções condenando o embargo econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba, mesmo que os Estados Unidos, recorrentemente, votem de forma negativa[67]. Caso a votação fosse realizada no CSNU, essa oposição consistiria em um veto à resolução, o que alteraria o resultado e a possibilidade de coordenação entre os Estados.

Por conta dos interesses diversos presentes entre os Estados da ONU, é possível pensar que as votações realizadas em seus órgãos configuram um caso de jogo de aversão comum, em que há um cenário principal a ser evitado, mas não há concordância sobre a melhor forma de obter esse resultado. No caso de um conflito armado, por exemplo, os princípios contidos na Carta de São Francisco definem que o cenário a ser evitado é a continuidade do conflito em razão do impacto causado aos povos das Nações Unidas, destinatários do documento. Entretanto, o curso de ação escolhido para dar fim à situação conflituosa irá depender dos interesses envolvidos e dos procedimentos institucionais para a aprovação de medidas.

[67] É possível acompanhar os registros de votação sobre o embargo à Cuba pela pesquisa na base UNBisnet, disponível pelo link <www.unbisnet.un.org>. Acesso em 7 de agosto de 2018. Até a consulta, das 26 votações realizadas na AGNU, os Estados Unidos votaram não em 25 ocasiões, com um caso de abstenção, em 2016.

Em um caso hipotético em que um conflito esteja em curso, o objetivo primordial é terminar com o estado belicoso, mas pode haver táticas distintas para obter esse resultado: o fim do conflito pode ocorrer por meio de um cessar fogo negociado diplomaticamente ou pela intervenção armada, por exemplo. Não há coordenação se os Estados escolherem alternativas diferentes, mas cada um possui benefícios diversos em cada alternativa. Na AGNU, reduzindo o debate a dois Estados para fins explicativos, e supondo que a preferência do Estado 1, grande potência, seja a intervenção com uso da força, e a preferência do Estado 2, potência média, seja o cessar fogo negociado, a matriz de preferência possuirá a seguinte distribuição:

Quadro 5 – Votação Hipotética na AGNU

		Estado 1 (grande potência)	
		Intervenção	Cessar Fogo
Estado 2 (potência média)	Intervenção	3 2	0 0
	Cessar Fogo	0 0	2 3

Fonte: A autora, 2020.

Os Estados precisam concordar para que a resolução seja aprovada, o que descarta os quadros em que o Estado 1 opta por um cenário e o Estado 2 escolhe o alternativo. Quando ambos concordam sobre a mesma combinação de meios e fins, o Estado 1 recebe uma distribuição de preferências maior em sua estratégia dominante (intervenção por uso da força), enquanto o Estado 2 é mais beneficiado em sua preferência (cessar fogo negociado). Entretanto, apesar de o Estado 2 não possuir a intervenção com uso da força como sua estratégia preferida, essa é uma situação melhor do que a não concordância, que geraria a continuidade do conflito, conjuntura de aversão comum a ser evitada.

Já no CSNU, as regras diferenciadas de votação e as prerrogativas conferidas aos membros permanentes alteram a distribuição de preferências. Com a possibilidade de uso do veto, o mesmo caso hipotético acima, envolvendo uma grande potência que seja membro permanente e uma potência média em mandato rotativo, deixa de ser um jogo de coordenação, pois a única alternativa possível passa a ser a estratégia dominante do P5, que poderá usar o veto se esse não for o caso. O Quadro 6 resume a nova correlação de forças entre Estado 1 e Estado 2:

Quadro 6 – Votação Hipotética no CSNU com uso do veto

		Estado 1 (grande potência – P5)	
		Intervenção	Cessar Fogo
Estado 2 (potência média – E10)	Intervenção	4 1	- -
	Cessar Fogo	- -	- -

Fonte: A autora, 2020.

O Quadro 6 indica que, mesmo contrariado em sua preferência, o Estado 2 ainda obtém ganho, pois a solução do conflito é obtida e o cenário de aversão comum é evitado, mesmo que por meio de seu mecanismo preterido. Entretanto, a distribuição de resultados favorece proporcionalmente o Estado 1, membro permanente, capaz de controlar as opções disponíveis para os demais Estados. Conforme desenvolvido por Pape (2005), as potências médias, que apenas ocupam no CSNU posições de membro rotativo, podem empregar estratégias de *bandwagoning* ou de *soft balancing*.

No primeiro caso, a potência média poderia aliar-se a um membro permanente de forma que este usasse seu poder de veto para direcionar as opções para a preferência daquela. Exemplo desse comportamento foi a aproximação de Índia e União Soviética durante a Guerra Fria, para que esta vetasse as resoluções que condenavam o comportamento indiano nos conflitos de fronteira (CHAULIA, 2011; MUKHERJEE; MALONE, 2013). Em relação ao *soft balancing*, mesmo que ele não seja capaz de contornar o veto, as potências médias podem unir-se entre si, ou aliar-se a membros permanentes, para demonstrar desconforto com um tema da agenda, seja pela combinação de votos, seja pelas críticas públicas contidas nas exposições de motivos dos votos (PURI, 2016; VIOTTI; DUNLOP; FERNANDES, 2014), conforme será exemplificado na seção a seguir e desenvolvido nos Capítulos 4 e 5.

2.5 **Aplicação do conceito: os casos das Resoluções 1929 (2010) e 1973 (2011)**

Um exemplo de convergência de votos entre dois membros não permanentes ocorreu no décimo mandato brasileiro no CSNU, durante os anos de 2010 e 2011. Destaca-se, nesse biênio, o tema da não proliferação, sobretudo no regime de sanções imposto ao Irã por meio da Resolução 1929 aprovada em 2010 (S/RES/1929)[68]. O caso é um exemplo paradigmático da

[68] Disponível em <http://www.undocs.org/s/res/1929(2010)>. Acesso em 5 de fevereiro de 2019.

atuação brasileira, pois foi a primeira e única vez até o momento em que o país votou de forma contrária a uma resolução no Conselho de Segurança, conforme será detalhado nos capítulos posteriores. Até o voto negativo, em conjunto com outro membro eletivo, a Turquia, o Brasil havia mostrado discordância somente por meio da abstenção e das justificativas de votos de seus representantes. Além do voto negativo de Irã e Turquia, a Resolução também contou com a abstenção do Líbano, configurando uma situação em que, ao invés do consenso habitual, o documento fosse adotado com 12 votos afirmativos e três negativos.

O voto brasileiro contrariou a proposta de um novo regime de sanções ao Irã, sob a justificativa de falta de transparência de seu programa nuclear. O episódio ocorreu pouco após o esforço conjunto de Brasil e Turquia para aprovar a Declaração de Teerã, no mesmo ano de 2010. Amorim (2015b) descreve detalhadamente o processo pelo qual passaram a diplomacia e a presidência brasileira para desfazer desconfianças e buscar tirar o Irã da situação de isolamento em que se encontrava no cenário internacional. Foram inúmeras viagens, reuniões e negociações com o objetivo de buscar uma solução diplomática para as desconfianças sobre o programa nuclear iraniano. Ao justificar o voto, a representante do Brasil no CSNU no período, embaixadora Maria Luiza Viotti, ressaltou a parceria com a Turquia e criticou a falta de transparência dos membros permanentes e do Grupo de Viena[69] e a ausência de participação de Brasil e Turquia na redação da Resolução proposta, além da inclusão da Alemanha, que não estava representada no CSNU naquele período:

> O Brasil irá votar contra o projeto de Resolução. Ao fazê-lo, estamos honrando os propósitos que nos inspiraram e que resultaram na Declaração de Teerã, de 17 de maio. (...) O Brasil não considera natural a pressa para adotar sanções antes que as partes possam conversar sobre a implementação da declaração. A resposta do grupo de Viena à carta iraniana de 24 de maio, que confirmava o comprometimento iraniano com o conteúdo da declaração, só foi recebida horas atrás. Não foi dado tempo para que o Irã pudesse reagir às opiniões do Grupo de Viena, incluindo a proposta de um encontro técnico para resolver os detalhes. (...) **Também gerou muita preocupação a forma pela qual os membros permanentes, em conjunto com um país que não é membro do Conselho de Segurança, negociaram entre eles por meses a portas fechadas** (Transcrição do 6335º encontro do CSNU, 2010, tradução e grifos nossos)[70].

[69] O Grupo de Viena foi formado por Estados Unidos, França, Rússia e representantes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para analisar o programa nuclear iraniano. Posteriormente, o grupo evoluiu para o que ficou conhecido como G+1, ou P5+1, em que o representante da AIEA passou a dialogar com os cinco membros permanentes e com a Alemanha.

[70] O texto em língua estrangeira é: "Brazil will vote against the draft resolution. In doing so, we are honouring the purposes that inspired us in the efforts that resulted in the Tehran declaration of 17 May. (...) Brazil considers it unnatural to rush to sanctions before the parties concerned can sit and talk about the implementation of the declaration. The Vienna Group's replies to the Iranian letter of 24 May, which confirmed Iran's commitment to the content of the declaration, were received just hours ago. No time has been given for Iran to react to the opinions of the Vienna Group, including to the proposal of a technical meeting to address details. (...) Also of great concern was the way in which the permanent members, together with a country that is not a member of the Security Council, negotiated among themselves for months behind closed doors." Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6335>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

Os esforços combinados com o Brasil e a exclusão do processo negociador da Resolução também estiveram presentes na fala do embaixador da Turquia, Ertugrul Apakan:

> (...) foi ainda improdutivo o fato de a resposta do Grupo de Viena ter sido recebida há apenas algumas horas. O fato de a resposta ter uma natureza negativa e ter sido enviada no dia da adoção do projeto de Resolução tiveram um efeito determinante em nossa posição. Nossa postura demonstra nosso comprometimento com a Declaração de Teerã e com os esforços diplomáticos (Transcrição do 6335º encontro do CSNU, 2010, tradução nossa)[71].

Se a Resolução 1929 rompeu o consenso e recebeu 12 votos favoráveis, em 2011 uma Resolução foi aprovada com apenas dez votos, destoando da prática de documentos consensuais. O uso do soft balancing para formar alianças dentro do CSNU foi colocado em prática tanto por membros permanentes quanto não permanentes no contexto da aprovação da Resolução 1973, em 2011 (S/RES/1973), cujo objetivo era solucionar a crise na Líbia.

A questão foi colocada na agenda do CSNU pelo representante do Líbano, em nome da Liga Árabe, ressaltando as violações de direitos humanos cometidas no país, governado havia décadas por Muammar al-Gaddafi, no momento das manifestações políticas e sociais que ficaram conhecidas como Primavera Árabe. Após a autoimolação de um cidadão tunisiano contra os abusos de autoridades de seu governo, e as concentrações nas praças egípcias que precederam a queda de Hosni Mubarak, o mundo direcionou sua atenção para os eventos na região. A ocupação de ruas em cidades de países árabes, liderada, sobretudo, por jovens, foi acompanhada por esperanças de democratização em países governados pelo que a mídia ocidental descrevia como ditadores.

Tal contexto de insatisfação com o status quo também gerou repercussões na Líbia. A mobilização de cidadãos insatisfeitos e a reação violenta que se seguiu por parte do governo foram, portanto, remetidas à apreciação do CSNU, que já vinha observando as turbulências na região após um relatório do Conselho de Direitos Humanos expressar preocupação com a morte de civis (A/HCR/S-15/1)[72].

Após o embaixador da Líbia declarar discordâncias ao governo de Gaddafi e juntar-se à oposição, a perspectiva de que a crise poderia se internacionalizar levou à adoção da Resolução

---

[71] O texto em língua estrangeira é: "(...) it was rather unhelpful that the response of the Vienna Group was received only a few hours ago. The fact that the response was of a negative nature and that it was sent on the day of the adoption of the draft resolution on sanctions had a determining effect on our position. Our position demonstrates our commitment to the Tehran declaration and to diplomatic efforts."

[72] Relatório disponível em <https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/SpecialSession/Session15/A-HRC-S-15-1.pdf>. Acesso em 8 de agosto de 2018.

1970 (2011)[73], aprovada com base no artigo 41 do Capítulo VII. O artigo aprova sanções, como bloqueios comerciais e embargos, mas não permite o emprego de intervenções armadas. Algumas semanas depois, com a constatação de que o embargo de armas previsto pela Resolução 1970 estava sendo continuamente violado, o CSNU reuniu-se para uma nova rodada de negociações sobre a Líbia, que resultou na Resolução 1973 (2011)[74].

Ao contrário da antecessora, a nova Resolução não estava restrita ao artigo 41 e permitia o uso da força em território líbio. Cinco membros do CSNU abstiveram-se da votação: dois membros permanentes, Rússia e China, e três não permanentes, Brasil, Alemanha e Índia. Nas justificativas de votos, todos criticaram a forma pela qual o mandato foi elaborado[75]. O posicionamento de Brasil e Índia será aprofundado no Capítulo 5, mas cabem algumas considerações preliminares. A embaixadora do Brasil, Maria Luiza Viotti, ao justificar a abstenção, mostrou desaprovação quanto à forma como as potências ocidentais estavam conduzindo a crise líbia, uma vez que o mandato apresentado não seria condizente com o objetivo de promover o fim das hostilidades (VIOTTI, DUNLOP; FERNANDES, 2014):

> É nossa visão que o texto da Resolução 1973 (2011) contempla medidas que vão bem além do mandato. Não estamos convencidos de que o uso da força, conforme estabelecido no parágrafo 4 da resolução, levará à realização de nosso objetivo comum – o fim imediato da violência e a proteção de civis (Transcrição do 6498º encontro do CSNU, 2011, tradução nossa)[76].

O representante permanente alterno indiano, Manjeev Puri, assinalou a ausência de clareza dos termos propostos:

> O Conselho adotou hoje uma resolução que autoriza medidas amplas sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, com pouca informação crível sobre a situação concreta na Líbia. Também não temos clareza sobre detalhes das medidas impositivas, incluindo quem irá participar e com quais instrumentos, e quais medidas serão colocadas em prática (Transcrição do 6498º encontro do CSNU, 2011, tradução nossa)[77].

---

[73] Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1970%20%282011%29>. Acesso em 23 de março de 2018.
[74] Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973%20%282011%29>. Acesso em 23 de março de 2018.
[75] A transcrição do encontro está disponível na página <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6498>. Acesso em 10 de agosto de 2018.
[76] O texto em língua estrangeira é: "It is our view that the text of Resolution 1973 (2011) contemplates measures that go far beyond that call. We are not convinced that the use of force as provided for in paragraph 4 of the resolution will lead to the realization of our common objective – the immediate end to violence and the protection of civilians."
[77] O texto em língua estrangeira é: "The Council has today adopted a resolution that authorizes far-reaching measures under Chapter VII of the United Nations Charter, with relatively little credible information on the situation on the ground in Libya. We also do not have clarity about details of enforcement measures, including who will participate and with what assets, and how these measures will exactly be carried out."

De acordo com o então representante permanente indiano na ONU, Hardeep Puri, ao aprovar uma zona de banimento aéreo sobre a Líbia e incluir no texto a expressão “todos os meios necessários” para controlar a situação, o Conselho estava autorizando o início de uma intervenção armada (PURI, 2016). Pela descrição de Puri (2016) acerca dos bastidores e encontros informais para a elaboração do documento, fica claro que os membros não permanentes foram excluídos do processo de *penholder*. Foram realizados almoços e reuniões informais lideradas, sobretudo, pelos Estados Unidos, para combinar os termos da Resolução, sem a participação dos membros não permanentes e sem a concordância explícita de Rússia e China. A abstenção conjunta e as justificativas de voto mostraram que as discordâncias coletivas exemplificam o conceito de *soft balancing* ao demonstrar descontentamento sem empregar meios militares para tal.

Apesar de as abstenções não serem suficientes para impedir a aprovação da Resolução, o voto conjunto de cinco membros, incluindo permanentes e não permanentes, em um contexto de ampla maioria de aprovações consensuais, resultou em uma contestação da legitimidade da operação. Os Estados utilizaram tanto seu voto quanto as justificativas oficiais para convergir na opinião de que o mandato era vago e que a interferência externa poderia ser problemática. Foi comum a demanda por um mandato claro e a consideração de particularidades locais para autorizar a ação armada.

Nos encontros seguintes, como o conflito na Líbia não mostrou sinais de retração, os representantes dos países discordantes frequentemente fizeram referência a suas críticas prévias de forma a responsabilizar as potências ocidentais pelas falhas da operação. Esse exemplo, que será retomado e aprofundado nos capítulos seguintes, indica que votos convergentes e discursos diplomáticos podem gerar impactos na legitimidade de uma resolução e ser utilizados para propor alternativas e contestar a posição de *norm taker*.

Nos próximos capítulos, aprofundaremos as estratégias de votação ao analisar como Brasil e Índia comportaram-se durante a Guerra Fria e no pós-Guerra Fria, de forma a testar a hipótese apresentada neste trabalho. Para tal, partiremos dos fundamentos históricos apresentados no Capítulo 1 e das proposições teóricas desenvolvidas no Capítulo 2, possibilitando a compreensão dos condicionantes e dos êxitos das duas potências médias emergentes durante seus mandatos como membros eletivos do CSNU.

3 **A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE BRASIL E ÍNDIA EM PERSPECTIVA COMPARADA**

A partir dos elementos apresentados nos capítulos anteriores sobre o funcionamento do CSNU e as estratégias empregadas pelos Estados durante seus mandatos, é possível propor, preliminarmente, que o voto de um Estado na ONU não pode ser interpretado de forma isolada das principais linhas de sua política externa e de sua conjuntura doméstica e regional. Pelo potencial de impacto na relação do Estado, tanto com seus vizinhos quanto com aliados no sistema internacional, e pelas capacidades de sanção envolvidas, o voto responde a estratégias políticas, mesmo que tal diretriz seja acompanhar o posicionamento de alguma das grandes potências.

Por meio dos argumentos introduzidos anteriormente, buscou-se reiterar a centralidade das Nações Unidas enquanto espaço de apresentação e afirmação dos princípios que um país objetiva alcançar. Sendo o CSNU o principal órgão do sistema internacional que lida com questões de paz e segurança, o comportamento desempenhado nele não é dissociado de uma estratégia de longo prazo em relação aos temas, agendas e regiões aos quais as resoluções apresentadas se referem. Por conseguinte, antes de entender e analisar a atuação de Brasil e Índia no órgão, faz-se necessário investigar os princípios-chave de suas ações internacionais. São eles que informam o núcleo das intenções e resultados esperados com os posicionamentos adotados no Conselho.

A metodologia escolhida para a investigação consiste na elaboração e aplicação de um modelo comparativo, com ênfase no comportamento externo do Estado, mas que não restringe suas variáveis de análise apenas ao sistema internacional, englobando também aspectos da política doméstica. Os Estados estão inseridos em uma perspectiva de *linkage politics*, em que temas de paz e segurança não podem ser dissociados de outros segmentos de ação externa do país. A utilização da comparação em política externa é uma estratégia empregada com frequência por estudos que se propõem a observar o comportamento de um Estado ao longo do tempo, ou de verificar semelhanças e diferenças na ação de dois ou mais Estados ao se depararem com fenômenos em um mesmo contexto espaço-temporal.

Segundo Ignacy Sachs (2003), autor que dedicou seus estudos à comparação entre as estratégias de desenvolvimento de Brasil e Índia, no caso específico desses países o enfoque comparativo também pode funcionar como o chamado "efeito espelho": "ao aprender sobre os problemas, as abordagens, os sucessos e os fracassos do outro, pode-se melhorar a própria capacidade de introspecção" (SACHS, 2003, p. 33). Considera-se, ao optar pelo modelo que

será apresentado a seguir, que as linhas mestras da política externa dos países são o resultado de um processo histórico, com implicações sociais, governamentais e globais, que devem ser analisadas de forma abrangente e detalhada.

O objetivo do capítulo é utilizar um enfoque de análise qualitativa e comparada que produza um "efeito espelho" para interpretação sobre os processos históricos que impactaram a política externa de Brasil e Índia, e que possuem vínculos com o posicionamento dos países no CSNU. Pela enorme variedade de acontecimentos históricos nas décadas compreendidas no marco temporal deste trabalho, serão selecionados casos apresentados de forma recorrente na literatura especializada que possuem conexões com temas de paz e segurança.

Para cumprir o objetivo, o capítulo encontra-se dividido em três seções: na primeira, será apresentado o desenho do modelo comparativo a ser utilizado, a partir da adaptação da proposta de Andriole et al. (1975); na segunda seção, serão analisados os cinco níveis de análise propostos, relacionados aos atores, ao governo, à dimensão socioeconômica e aos nexos regional e global de Brasil e Índia; a terceira seção consiste no aprofundamento da variável relativa às capacidades de poder, que influencia a possibilidade de ação em temas de segurança internacional. Dessa forma, passa-se à apresentação do modelo, à justificativa de seu emprego, e ao detalhamento das estratégias de política externa de Brasil e Índia, principalmente no campo da segurança, entre 1946 e 2012.

3.1 **Modelo de Política Externa Comparada**

O trabalho de Andriole, Wilkenfeld e Hopple (1975) apresenta uma das primeiras construções teóricas a combinar níveis de análise – como esta pesquisa propõe-se a fazer – de forma a integrar aspectos domésticos, regionais e globais para a compreensão de um determinado curso de ação na política externa de um país. Para os autores, os estudos iniciais de política externa comparada eram insuficientes para a execução de uma análise abrangente, pois acabavam por criar "ilhas" de dados interpretados de forma isolada, com um panorama "pré-teórico" (ANDRIOLE et al., p. 161). Era necessário, portanto, construir um modelo que promovesse uma dinâmica entre os dados coletados e a construção teórica, e que acoplasse determinantes domésticos à análise da política externa.

Os autores estabelecem, então, um esquema que conjuga os principais níveis de análise das ciências sociais identificados por eles, tais como indivíduos, grupos políticos, sociedade, relações interestatais e sistema internacional. Portanto, de acordo com esta proposta, a posição de um país em relação aos eventos externos seria dependente da interação entre uma variedade

de níveis como grupos políticos, contextos sociais e conjuntura sistêmica. Somadas a isso, características relativas à formação do Estado também devem ser agregadas, dado seu potencial de interveniência no processo decisório. Para este trabalho, proponho uma adaptação do modelo, reorganizando as variáveis introduzidas pelos autores, de forma a atualizá-lo e aplicá-lo ao tema em estudo, para enfatizar os componentes que se relacionem mais diretamente com a política externa na área de paz e segurança internacionais. O Quadro 7 resume o desenho do modelo proposto, que será detalhado a seguir:

Quadro 7 – Modelo de Política Externa Comparada

Níveis de Análise	**1) Atores:** Tomadores de Decisão Corpo Diplomático **2) Governo:** Instituições Políticas Burocracia Grupos de interesse **3) Socioeconômico:** Estrutura Social Formação Econômica **4) Regional:** Relação com Vizinhos Projetos de Integração **5) Global:** Atributos do Sistema *Status* Relações com outros Estados
Variável Independente	**Capacidade de Poder:** Poder Bélico Poder Nuclear Economia de Defesa
Variável Dependente	**Voto do País no Conselho de Segurança**

Fonte: A autora, 2020.

Em relação aos níveis de análise, no primeiro grupo serão apresentadas informações acerca dos principais tomadores de decisão capazes de influenciar a posição do país nos temas de paz e segurança internacional. Tal função comumente recai sobre chefes de governo e ministros. O papel dos atores difere a depender da estrutura das instituições, e, por isso, deve ser apresentado de forma combinada com uma perspectiva institucional. Esse elemento é trazido pelo segundo nível, referente ao governo e às instituições políticas. Para a produção da política externa, estão incluídos nesse nível variáveis como as relações entre o Executivo e o Legislativo, competição partidária, grupos de interesse e funções da burocracia governamental. Uma vez que em democracias como Brasil e Índia o governo se direciona para a representação de uma sociedade, no terceiro grupo aparecem questões socioeconômicas, como estrutura social e modelos econômicos dos países. Avalia-se, por exemplo, que a existência de crises domésticas e de sociedades desiguais impacta o desenvolvimento da capacidade militar e o grau de legitimação social da militarização do Estado.

Ao contrário dos três primeiros, centrados no nível doméstico, o quarto e o quinto grupos designam variáveis externas. Por ser o primeiro perímetro estratégico na formulação de políticas de segurança, é importante analisar as relações regionais entre o Estado e seus vizinhos, que podem estimular ou dificultar projetos de integração entre eles, e impulsioná-los em direção a políticas de segurança diferenciadas. Tais elementos são avaliados no quarto nível. O último nível, enfim, trata de fatores sistêmicos, como a correlação de forças no sistema internacional e a posição relativa do Estado.

A abordagem escolhida está consonante com os debates vistos no Capítulo 2, segundo os quais a classificação de um Estado enquanto potência média emergente pode restringir ou ampliar o escopo de ação a ele disponível, bem como o apoio à pretensão de se inserir em debates de segurança internacional. Resta claro que o proposto neste capítulo possui diversos pontos de contato com o debate acadêmico sobre a classificação dos Estados no sistema internacional. O posicionamento relativo no nível sistêmico diz respeito à região, à relação de forças no sistema e ao contexto doméstico, e a combinação desses elementos gera possibilidades ou riscos para as posições da política externa.

Pela correlação entre a dimensão doméstica, a dimensão externa e o papel do Estado enquanto intermediador dessas áreas, os cinco níveis de análise e as capacidades de poder devem ser conjugados. Inicialmente, partimos da ideia de que a busca por capacidades de poder por parte de um Estado está associada às variáveis mencionadas, pois o ímpeto à militarização e à nuclearização é, em parte, produto da existência ou não de conflitos domésticos, do ambiente

de integração regional e da existência – ou não – de limitações estruturais aos atores e à burocracia para agirem nesse campo.

Como a construção de capacidades de poder depende de investimentos, considera-se, ainda, que há uma relação entre o projeto econômico do país, seu desempenho e sua economia de defesa, fatores que influem na construção da base industrial de defesa e na obtenção de capacidades de poder militar por cada Estado. Esse ponto é particularmente central para a comparação dos votos de Brasil e Índia em temas de segurança, pois indicam a propensão de um Estado para envolver-se em conflitos ou adotar posturas defensivas – e é um aspecto que afasta o Brasil das pretensões por um assento permanente no CSNU, por exemplo, se forem considerados apenas elementos de poder tradicional.

Por essa perspectiva metodológica, o voto em uma resolução deve ser encarado em uma perspectiva multidimensional: uma abstenção pode ter sido resultado da incapacidade do governo de prover meios materiais para propor alternativas, de uma política específica de governo e suas elites visando alterar o ranking de status no sistema, da presença de aliados ou competidores na região afetada pelo conflito, além de combinações com outras variáveis. Dessa forma, optou-se por um modelo abrangente, para apresentar elementos de diversos níveis que possuam relações com o voto do país.

Na próxima seção, as variáveis serão aplicadas para introduzir elementos sobre a política externa de Brasil e Índia em temas de segurança. Eles servirão de fundamento para o estudo dos eventos externos e dos votos analisados nos dois últimos capítulos. A seção pretende também cumprir o objetivo pedagógico de sistematizar informações sobre os sistemas políticos e as relações regionais dos dois países, de forma a contribuir para novas agendas de pesquisa no tema, devido à lacuna no campo acadêmico de estudos comparativos entre Brasil e Índia, sobretudo em língua portuguesa, em temas de segurança.

3.2 **Os cinco níveis de análise em perspectiva comparada no Brasil e na Índia**

Uma vez que o modelo já foi exposto em detalhes, esta seção terá como objetivo apresentar, de forma panorâmica e aplicada aos propósitos da pesquisa, uma comparação histórica entre Brasil e Índia no que diz respeito aos elementos centrais dos cinco níveis, referentes aos atores, ao governo, à sociedade, às relações regionais e ao nível global. Serão destacados exemplos históricos de uso recorrente na literatura especializada e que possuam conexões com os temas de resoluções apresentada nos próximos capítulos. Cada subseção, portanto, irá introduzir um dos níveis do quadro elaborado anteriormente.

3.2.1 Atores

Desde os estudos clássicos de Harold e Margaret Sprout (1956), o papel do indivíduo enquanto agente político e a importância de considerar as subjetividades e as percepções humanas na compreensão da ação externa do Estado foram sistematicamente introduzidos nos trabalhos de análise de política externa. Para os autores, seria imprescindível mudar a perspectiva de que o indivíduo é passivo e apenas produto de seu meio, e trazer para as discussões os elementos que influenciam a capacidade de agência. Eles observaram que há certas condições que estimulam ou restringem a atribuição efetiva que o indivíduo pode obter no campo da tomada de decisão (SPROUT; SPROUT 1956). Para realizar essa investigação, seria necessário observar as relações entre "o homem e o meio"; as respostas seriam encontradas nessa conexão.

O clássico trabalho, entretanto, parte de uma perspectiva que considera o estudo das percepções, da cognição e da personalidade do indivíduo um campo capaz de abrir interrogações que vão além dos objetivos aqui propostos, além de trazer em seu bojo dimensões de difícil aferição e aplicação metodológica. Por conta disso, o caminho escolhido foi dar ênfase à estrutura institucional, de forma a analisar como os dois países conferem espaços para a ação dos tomadores de decisão ou limitam suas possibilidades de escolha, sem buscar aspectos psicológicos de cada um deles como resposta. A finalidade é observar a capacidade de agência: o grau de liberdade que um tomador de decisão individual possui para decidir autonomamente e para alterar princípios históricos da política externa do país.

Nos estudos sobre instituições é comum que se busque nos sistemas de governo as fontes de espaços ou obstáculos impostos aos tomadores de decisão. Nesse sentido, R. Kent Weaver e Bert Rockman (1993), por exemplo, argumentam que a opção pelo modelo presidencialista ou parlamentarista é um dos elementos que pode interferir nas funções do indivíduo, uma vez que tais sistemas se diferenciam quanto à concentração de poder no processo de tomada de decisão. Segundo os autores, as instituições fixas não são o único fator relevante, devendo-se considerar também aspectos como o histórico, as respostas exitosas do passado, as crenças dominantes entre os líderes e a cultura política da sociedade (WEAVER; ROCKMAN, 1993, p. 11), mas o sistema político funcionaria como primeiro passo para a interpretação. Também deve-se levar em conta que há variações entre os sistemas, pois nem todos os sistemas parlamentaristas seguem a matriz britânica e nem todos os presidencialistas são equiparáveis ao modelo estadunidense, mas a característica da centralização ou difusão de poder entre os dois estaria, de forma geral, presente.

Ainda de acordo com os autores (WEAVER; ROCKMAN, 1993), o modelo presidencialista, em geral, institui um sistema de pesos e contrapesos que diferencia as funções e os poderes do Executivo e do Legislativo. Já o parlamentarismo seria marcado pela fusão de ambos, uma vez que o primeiro-ministro é eleito pelo Legislativo e a ele responde. Portanto, em contraposição ao presidencialismo, o sistema parlamentar teria "maior disciplina partidária, maior recrutamento de ministros nas legislaturas, maior centralização do poder legislativo no gabinete e maior centralização da responsabilidade" (WEAVER; ROCKMAN, 1993, p. 11 – tradução nossa)[78]. Nesse caso, os ministros, ao serem escolhidos entre os eleitos para os cargos políticos, e não entre quadros técnicos ou comissionados, tenderiam a ser mais "generalistas do que especialistas" (WEAVER; ROCKMAN, 1993, p. 14).

Dean McHenry (1947) aplica essa distinção para o caso específico da política externa e chega a conclusões parecidas. No presidencialismo, essa competência costuma ser do Poder Executivo, que o delega ao ministério responsável; entretanto, o Legislativo também participa ao aprovar a ratificação de Tratados e sabatinar representantes diplomáticos enviados ao exterior. Apesar de focado no caso estadunidense, essas mesmas competências identificadas por McHenry correspondem ao presidencialismo brasileiro. Já no parlamentarismo, o primeiro-ministro possuiria um interesse especial na política externa, uma vez que, pela centralização da tomada de decisão, tende a ser responsabilizado diretamente pelas ações de seu gabinete (MCHENRY, 1947, p. 75-76).

Aplicando esse raciocínio para os casos comparados neste estudo, é possível perceber que o parlamentarismo indiano e o presidencialismo brasileiro acompanham, de forma geral, as diferenças identificadas acima quanto ao papel dos atores, sobretudo no processo decisório da política externa. No Brasil, a centralidade do corpo diplomático e a sua especialização para as funções da política externa fez com que, historicamente, não coubesse ao chefe do Executivo o papel de ator primário da política externa do país. A atuação do presidente não é um elemento desprezível, havendo casos de diplomacia presidencial significativa, que serão abordados nos Capítulos 4 e 5. No entanto, Danese (1999) aponta que, mesmo nos casos de maior ativismo, a atuação dos presidentes não é dissociada de uma interlocução direta com o Ministério das Relações Exteriores.

[78] O texto em língua estrangeira é: "(...) stronger party discipline, greater recruitment of ministers from the legislatures, greater centralization of legislative power in the cabinet and greater centralization of accountability."

Não é coincidência, portanto, que o principal símbolo da política externa brasileira seja um chanceler, o Barão do Rio Branco, e não um presidente. Os princípios por ele instituídos durante sua liderança no Ministério das Relações Exteriores (1902-1912) criaram uma noção de convergência da formulação e dos processos de tomada de decisão sobre o tema, que funcionaria para manter certa coerência em sua elaboração, de forma a preservar a memória, observar os princípios e assegurar a continuidade da política externa do país (JAKOBSEN, 2016).

O legado do Barão teria consolidado ideias e práticas que nortearam as ações externas subsequentes, como pacifismo, multilateralismo, solução pacífica de controvérsias, bom relacionamento com os vizinhos, desarmamento, desenvolvimento, descolonização, entre outros (CERVO; BUENO, 2010; LAFER, 2004; GUILHON DE ALBUQUERQUE, 1996). Segundo esses autores, os princípios não são condicionantes e são passíveis de adaptações a circunstâncias históricas, mas a ação internacional do país estaria pautada por essas grandes orientações, que devem ser consideradas como diretrizes de uma política de Estado. Os chefes de governo que se afastam dessa linhagem são considerados "desvios" e suas ações são comparadas e referidas a esse núcleo de princípios. Nessa lógica, haveria pouco espaço para inovações individuais disruptivas que rompessem, a longo prazo, com essa postura histórica do Brasil.

Esse ponto teria sido reforçado, sobretudo, a partir da criação do Instituto Rio Branco, em 1945, em que o corpo diplomático é socializado a partir desses padrões e com hierarquias bem definidas (CHEIBUB, 1985)[79]. Dessa forma, a ação dos indivíduos seria direcionada pela observância dos "códigos" internalizados e do respeito às normas vindas de cima. Os diplomatas, em seus postos fora do país, recebem instruções de Brasília sobre o posicionamento em reuniões e negociações, o que concentra o poder decisório em um sistema "de cima para baixo" e demarca a ação individual nas posturas condizentes com as diretrizes recebidas e com os ritos coletivos de formação diplomática[80]. Há variações entre os temas que recebem instruções mais diretas e urgentes, e outros nos quais a capilaridade é maior, com participação

[79] O debate sobre a continuidade da política externa brasileira é amplo e vai além do escopo de análise deste trabalho. O ponto a ser ressaltado é que o presidencialismo brasileiro não associa diretamente o papel diplomático à figura do presidente. Isso não significa que o presidente ou outros atores não tenham influência, mas sim que o prestígio do Ministério das Relações Exteriores enquanto burocracia especializada centraliza as funções externas do país. Para mais detalhes, ver Jakobsen (2016).

[80] Tal fato foi extensamente observado durante o período de trabalho de campo junto à Missão do Brasil na ONU. Por meio dos telegramas diplomáticos, os enviados para as reuniões recebiam instruções e enviavam, posteriormente, resumos dos debates e solicitações de novas orientações para os passos seguintes. Nos raros casos de ausência de instrução prévia, os diplomatas agiam por analogia às ordens anteriores ou solicitavam mais tempo para consulta à capital.

interministerial e da sociedade civil, como comércio e meio ambiente. Para temas de segurança, que são o foco desta pesquisa, mantém-se uma estrutura mais centralizada em um núcleo decisório no Poder Executivo (JAKOBSEN, 2016).

Já na Índia, o sistema parlamentarista reproduz as características previstas por Weaver e Rockman (1993) e McHenry (1947). O primeiro-ministro é escolhido entre os eleitos para o Poder Legislativo, que também é responsável pela escolha de ministros a partir das legislaturas eleitas. Dessa forma, há uma vinculação entre poderes que faz com que o escolhido para liderar as relações exteriores do país seja mais "generalista" do que "especialista". No Brasil, por ser um posto de nomeação, o cargo de chanceler pode ser ocupado por políticos ou até mesmo empresários, mas a desobrigação de selecionar o ministro dentro da legislatura eleita permite a ascensão de diplomatas especializados, o que não ocorreu até os dias de hoje no caso indiano.

Além disso, na Índia, o primeiro-ministro precisa ocupar-se diretamente da política externa, uma vez que pode ser responsabilizado e destituído antes do fim de seu mandato por meio do voto de desconfiança – diferentemente do que ocorre no Brasil, onde a remoção presidencial no Brasil por meio do impeachment só é possível caso o chefe de governo seja acusado de um crime de responsabilidade. O papel central do chefe de governo indiano na estrutura governamental que se ocupa de temas de relações exteriores se manifesta nos três órgãos primariamente envolvidos com política externa: o primeiro-ministro nomeia os componentes de seu gabinete, preside o Conselho de Segurança Nacional[81], e aponta o ministro das relações exteriores (MADAN, 2015). A relação entre o gabinete do primeiro-ministro e o Ministério de Relações Exteriores ocorre de forma ainda mais direta, já que o chefe de governo pode acumular a pasta temporariamente, como feito por Jawarhalal Nehru, Narasimha Rao, Atal Bihari Vajpayee e Manmohan Singh.

Também não é coincidência, portanto, que o principal nome da política externa indiana seja um primeiro-ministro, e não um chanceler ou diplomata. O papel de grande "arquiteto" cabe a Jawarhalal Nehru, que consolidou, no período de independência, os princípios de não alinhamento, descolonização, desarmamento e mecanismos pacíficos de solução de controvérsias (RAFI; SHRIVASTAVA; AKHTAR, 2015).

Além das características do parlamentarismo que se relacionam com o papel dos atores na política externa, sobretudo do primeiro-ministro, há particularidades do governo indiano que amplificam esse aspecto. O processo de recrutamento e treinamento do corpo diplomático

[81] O Conselho de Segurança Nacional é um órgão deliberativo criado em 1999 e composto pelo primeiro-ministro, que o lidera, os ministros de Relações Exteriores, Defesa, Interior e Finanças, assim como o líder da Comissão de Planejamento.

indiano difere quantitativa e qualitativamente do brasileiro, e permite uma autonomia maior para a esfera de ação individual. No caso indiano, por exemplo, para além da linha tênue entre o papel do primeiro-ministro e do ministro das relações exteriores, há limitações que impactam a implementação da política externa, derivadas de restrições orçamentárias. Ao analisar dados de 2013, Chris Ogden (2014) apontou que o Ministério tem orçamento pequeno e um número insuficiente de funcionários em comparação a outros Estados: metade quando comparado aos do Brasil, 1/5 de Reino Unido e Alemanha, e 1/30 dos Estados Unidos. O processo de seleção de novos membros do corpo diplomático também seria distinto do brasileiro, uma vez que não há uma prova específica, há pouca renovação e pouca margem de interação com outros órgãos e institutos, como universidades (OGDEN, 2014, p.25).

De acordo com os editais dos exames de admissão[82], o recrutamento de diplomatas é feito por meio de uma prova única para entrada na administração pública, que contempla vagas para o serviço exterior, entidades policiais, serviço postal e auditoria. Após a prova única, e a depender da disponibilidade de vagas, os aprovados que optem pela carreira no corpo diplomático passam por um ano de treinamento no Instituto de Serviço Exterior, criado em 1986[83]. Com o treinamento, os integrantes do serviço exterior recebem formação específica para sua atuação. No Brasil, também há o curso de treinamento no Instituto Rio Branco, mas a prova para a admissão na carreira constitui um exame próprio, com temas e critérios específicos. O recrutamento unificado é um modelo utilizado em diversos países, portanto é o caso brasileiro que se destaca como um expoente na seleção especializada de diplomatas.

Apesar de terem papel central para a política de segurança, os militares teriam pouca participação na política externa, já que estão subordinados ao controle civil do Ministério da Defesa, tendo baixa interação com o Ministério das Relações Exteriores (ROUTRAY, 2013). Haveria certo temor em promover o envolvimento político dos militares devido ao histórico de golpes ocorridos no vizinho Paquistão desde sua independência (OGDEN, 2014, p. 27). No caso brasileiro, o controle civil também foi estabelecido por meio da criação do Ministério da Defesa, em 1999. Apesar de os militares participarem de certos temas internacionais, como as operações de paz, e estarem presentes na delegação brasileira na ONU, sua participação é feita em conjunto com o corpo diplomático.

Em comparação aos números da Índia, dados do Atlas da Política Externa Brasileira (2014) indicam que o Brasil possuía 896 diplomatas no exterior e 526 atuando na sede em

[82] O edital de 2017 pode ser encontrado em <https://upsc.gov.in/sites/default/files/Engl_CSP_2017.pdf>. Acesso 10 julho de 2019.
[83] Informações retiradas do site do Instituto disponível em <https://meafsi.gov.in>. Acesso em 10 julho de 2019.

Brasília, 448 oficiais de chancelaria no exterior e 305 em Brasília além de 344 assistentes de chancelaria no exterior, com 209 na capital brasileira. Em 2014 o Brasil possuía 2728 integrantes no serviço exterior, cerca de três vezes mais que a Índia, que contaria com cerca de 900 funcionários. Essa diferença também é ilustrada pela quantidade de representações no exterior: dados do Global Diplomacy Index (2017) mostram que enquanto o Brasil possui 221 representações no exterior, entre embaixadas, consulados e missões em organizações internacionais, a Índia possui 181[84].

De acordo com dados do Blue Book, em 1946 a delegação brasileira que participou do primeiro ano de funcionamento da ONU era composta por 23 funcionários, entre embaixadores, secretários e assessores. A delegação da Índia era composta por 24 funcionários, quantidade que se relacionava à necessidade de presença massiva na organização para garantir a independência do país[85]. Esses números, entretanto, não se mantiveram. Em 2012[86], a delegação brasileira saltou para 42 representantes, enquanto a indiana, para 29. Esses dados ainda apresentam uma distorção, pois os países costumam ter um aumento em suas delegações quando estão com mandatos no CSNU. A Índia estava no CSNU em 2012 e o Brasil não, e mesmo assim a delegação indiana era menor. Mesmo com uma delegação proporcionalmente menor, a Índia se faz presente em diversos órgãos e comissões do Secretariado e é ativa nas reuniões e debates da organização[87].

Mukherjee e Malone (2013) reafirmam a falta de recursos e investimentos na diplomacia indiana como um obstáculo para sua pretensão de ocupar um assento permanente. Ao analisar a participação indiana no CSNU em 2011, os autores argumentam:

> Recursos são uma limitação importante na política externa indiana. No CSNU, a Índia tinha a menor delegação entre todas as grandes potências e poderes intermediários, em 2011. Comparado aos 130 oficiais dos Estados Unidos, 87 da Rússia, 70 da Alemanha, 63 da China, 42 do Brasil e 27 da África do Sul, a Índia possuía 24 oficiais, logo abaixo da Nigéria. O serviço diplomático indiano é composto de em torno de 900 oficiais espalhados por 120 missões diplomáticas e 49 consulados, e é apenas um

[84] Disponível em <https://globaldiplomacyindex.lowyinstitute.org>. Acesso em 2 de julho de 2019.
[85] O *Blue Book* é uma publicação anual do Setor de Protocolo da ONU, que contém o registro de todos os funcionários acreditados à delegação. A lista de 1946 está disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/2322/files/ST_SG_SER-A_1-EN.pdf>. Acesso em 2 de julho de 2019.
[86] Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/724921/files/ST_PLS_SER-A_302-EN.pdf>. Acesso em 2 de julho de 2019.
[87] Durante o trabalho de campo, foi possível constatar que a Índia enviava representantes para acompanhar a maior parte das reuniões. A estratégia de não deixar a "cadeira vazia" também foi aplicada pelo Brasil. Para acompanhar os nacionais indianos no Secretariado, ver <https://www.un.org/sg/en/countries/india>. Acesso em 22 de janeiro de 2020. Para os brasileiros, ver <https://www.un.org/sg/en/countries/brazil>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

> pouco maior do que o serviço exterior de Singapura (MUKHERJEE; MALONE, 2013, p. 115, tradução nossa)[88].

Somadas às restrições quantitativas, há diferenças na condução: enquanto as instruções das delegações brasileiras são centralizadas e enviadas a partir dos setores especializados em Brasília, Miller (2013) aponta que Nova Délhi confere uma margem significativa de liberdade para os funcionários diplomáticos. Por esse ângulo, cabe sublinhar as observações do autor, que entrevistou diversos funcionários do Indian Foreign Service:

> Em primeiro lugar, as decisões de política externa de Nova Délhi são geralmente muito individualizadas – oficiais seniores responsáveis por áreas específicas, e não planejadores estratégicos no topo. (...) Essa autonomia, por sua vez, significa que Nova Délhi possui pouco pensamento coletivo sobre seus objetivos políticos de longo prazo, pois a maior parte do planejamento estratégico governamental é feito no nível individual. Minhas entrevistas com oficiais de alto escalão revelaram que há pouca, quando há, orientação para a produção da política externa indiana. O oficial que lidava com países ocidentais disse: 'Nós temos alto grau de flexibilidade e autonomia para moldar a política externa dia após dia dentro do contexto maior da política' (MILLER, 2013, n.p. tradução nossa)[89].

A maior liberdade individual e o papel central do primeiro-ministro dão pistas sobre a política externa indiana, especialmente porque ambas as características se relacionam à possibilidade de mudanças bruscas de orientação. Apesar de, no Brasil, variações ocorrerem, e os indivíduos no poder direcionarem a política externa por caminhos diversos, as rupturas, se comparadas ao caso indiano, não foram, no marco temporal desse trabalho, diametralmente opostas aos princípios que Rio Branco consolidou no início do século XX. Na Índia, enquanto Nehru, grande patrono da política externa, defendeu ferrenhamente o princípio do desarmamento, Indira Gandhi, sua filha, conduziu testes nucleares uma década depois, já que não havia documentos ou restrições vinculativas à medida.

Apesar de o papel do indivíduo variar nos dois Estados, seria restrito buscar nesse nível a única dimensão de comparação. No caso do desarmamento, por exemplo, pesquisas apontam que o Brasil flertou com a produção bélica nuclear e atraiu desconfianças por não ter assinado

---

[88] O texto em língua estrangeira é: "Resources are an important constraint on India's foreign policy. Within the UNSC, India had the smallest mission among all of the major and middle powers in 2011. Compared to the 130 officials of the US, 87 of Russia, 70 of Germany, 63 of China, 42 of Brazil, and 27 of South Africa, India fielded a paltry 24 officials, coming in just below Nigeria (Global Policy 2013). The Indian Foreign Service (IFS) is composed of not more than 900 officers spread across 120 diplomatic missions and 49 consulates, and is only slightly larger than Singapore's foreign service."

[89] O texto em língua estrangeira é: "First, New Delhi's foreign policy decisions are often highly individualistic – the province of senior officials responsible for particular policy areas, not strategic planners at the top. (...) This autonomy, in turn, means that New Delhi does very little collective thinking about its long-term foreign policy goals, since most of the strategic planning that takes place within the government happens on a individual level. My interviews with top official revealed that there are few, if any, top-down guidelines for the making of Indian foreign policy. The senior official who has dealt with Western countries told me, 'We have a great deal of flexibility and autonomy in shaping policy on a day-to-day basis within the overarching framework of policy'."

imediatamente o Tratado de Não Proliferação, mesmo tendo o desarmamento como um dos pilares de sua ação externa (STUENKEL, 2010a). Há debates sobre os reais motivos que fizeram com que o país abdicasse a iniciativa – e desconfianças sobre a renúncia ter de fato acontecido. Da mesma forma, não é possível atribuir a "virada nuclear" indiana apenas a Indira Gandhi, apesar de seu papel ter influenciado a mudança. David Malone, Raja Mohan e Srinath Raghavan (2015), por exemplo, apontam a influência da traumática guerra fronteiriça com a China, que já havia se nuclearizado, em 1962, e a aproximação de potências estrangeiras com o Paquistão. Portanto, a despeito de ressaltar as diferenças sobre o papel dos tomadores de decisão, é necessário incluir outras variáveis para que a comparação seja ampla.

3.2.2 Governo

Em regimes democráticos como Índia e Brasil, indivíduos em postos de comando não fazem política sozinhos. Há uma infinidade de elementos que tem influência e precisam ser considerados para que seja possível compreender as decisões governamentais. Estão incluídas nessa dimensão o papel da burocracia pública, a competição partidária, as relações entre Executivo e Legislativo, e a ação de grupos de interesse, como organizações da sociedade civil, empresariado, mídia e opinião pública. Alguns temas apresentados na seção anterior já dão pistas sobre a formação da burocracia e o papel dos Poderes na produção da política externa dos países.

Ao contrário do Brasil, que passou por diversas mudanças constitucionais no seu sistema político no período em estudo, a Índia manteve a base da estrutura institucional do momento pós-independência. A independência tardia do país asiático, formalmente declarada mais de um século após a brasileira, trouxe consequências para a formação do governo, não só pelo contexto em que ocorreu, mas também pela forma de colonização realizada pelos britânicos. Antes da ocupação europeia, o território indiano fora palco de experiências imperiais, como os impérios Maurya (322-185 a.C), Gupta (320-550) e Mugal (1526-1867), quando o poder central exercia um controle módico sobre as pequenas comunidades, que eram governadas pelo sistema de castas. A forma de gestão territorial mudou com a chegada dos ingleses, que promoveram uma unificação sob o comando da Companhia das Índias Orientais. Entretanto, apesar dos ideais de modernização e inovação trazidos para o subcontinente, a presença britânica não alterou as formas de dominação tradicionais locais, que continuaram a ser parte importante da vida política do país (CHADDA, 2014).

Com o processo de independência, que gerou uma partição territorial baseada em elementos identitários e religiosos, a formação do sistema político indiano precisou acomodar

a necessidade de uma autoridade central para manter a integridade do território e a manutenção de divisões tradicionais baseadas em castas e comunidades. Apesar da independência formal em 1947, a influência britânica não terminou imediatamente e o poder foi transferido para indivíduos e instituições que possuíam ligações com a ex-metrópole. Uma evidência disso é que o primeiro grupo com marcas de institucionalidade política a se formar na Índia independente foi o Partido do Congresso, visto como herdeiro natural da autoridade legítima britânica.

De acordo com Maya Chadda (2014), o Partido construiu uma rede de alianças com a classe média urbana, os trabalhadores rurais e os empresários por meio de uma estratégia que reconhecia a diversidade de grupos e a acomodava nas instituições. A autora descreve como o processo buscou compatibilizar a necessidade de unidade e de contemplação das diferenças:

> Podemos identificar duas abordagens concorrentes para a formação do Estado na Índia. Uma pode ser identificada como 'unidade pela centralização' e a outra como 'unidade pela descentralização'. Os líderes do Partido do Congresso optaram pela primeira, mas o centro que eles vislumbravam era secular, sem representar uma etnia ou casta em particular. (...) O sucesso do Estado democrático indiano, apesar de imperfeito, parcial e contestado, prova, no entanto, que os líderes indianos foram capazes de inovar e construir instituições que estabeleceram uma democracia capaz de perdurar (CHADDA, 2014, p. 49, tradução nossa)[90].

A permanência da influência britânica também deixou marcas na formação das instituições indianas. Raghavan (2015) analisou o estabelecimento do Ministério das Relações Exteriores e concluiu que, desde a independência, houve o objetivo de criar um ministério devotado especialmente para as relações exteriores do país, formado por uma burocracia especializada. Tal missão ocorreu ainda no ano de 1947, durante o governo de Nehru. Nos primeiros anos, a conexão entre a política externa indiana e os interesses britânicos não podia ser negligenciada: além de muitos dos quadros do Ministério serem parte do Serviço Civil Indiano, criado pelos britânicos durante a colonização, o nome inicial do órgão foi Ministério dos Assuntos Exteriores e Relações da Commonwealth, alterado em 1949 para a atual nomenclatura.

Posteriormente, Nehru começou a estabelecer os princípios da política externa indiana, como o não alinhamento e a afinidade com os países descolonizados (RAGHAVAN, 2015). Entretanto, Raghavan aponta que muitos desses conceitos-chave foram criados de forma ad

[90] O texto em língua estrangeira é: "We might then identify generally two competing approaches to state formation in India. One might be referred to as 'unity through centralization' and the other as 'unity through decentralization'. Congress Party leaders had opted for the first, but the center they envisaged was a secular one, representing no particular ethnic or caste community. (...) The success of India's democratic state although imperfect, partial, and contested, proves nevertheless that Indian leaders were capable of innovation and institution-building to establish a democratic state that could endure."

hoc, e não necessariamente com uma fundamentação ideológica sólida. Segundo o autor, essa possível "falta de maturidade" no momento de criação dos princípios seria um empecilho encontrado pelo país para a formulação e implementação de sua política externa até os dias de hoje.

A estrutura institucional da Índia é consolidada por sua Constituição, que, apesar de ter passado por múltiplas emendas, mantém os elementos centrais do documento promulgado em 1950 (OGDEN, 2014, p.16). Desse modo, formou-se desde então um modelo federativo de democracia parlamentarista bicameral. Nesse formato, o primeiro-ministro é o chefe de governo, e cabe ao presidente o papel de chefe de Estado. Em nível nacional, há a câmara baixa (Lok Sabha) e a câmara alta (Rajya Sabha), e o gabinete ministerial é formado pelo primeiro-ministro e por representantes escolhidos entre os eleitos para as duas casas.

De 1947 a 1990, o sistema foi marcado pela dominação inconteste do Partido do Congresso, herdeiro da tradição britânica, mas no final dos anos de 1980 e início dos 90 uma combinação de fatores levou a uma mudança crucial no sistema de governo: o eminente fim da União Soviética, aliado indiano, e uma grave crise no balanço de pagamentos gerou a perda da maioria do até então dominante Partido do Congresso nas eleições de 1989. Para superar o momento de instabilidade, os partidos estabeleceram um sistema de arranjos para resolver disputas partidárias e assegurar a manutenção da democracia. Essa situação gerou a formação de governos de coalizão, modelo que persiste de 1989 até os dias atuais. De acordo com Chadda (2014), a coalizão gerou governos mais representativos e estáveis, pois os partidos precisam alinhar suas estratégias, em detrimento de lealdades ideológicas ou identitárias (CHADDA, 2014, p. 92).

Por conta do novo padrão estabelecido, Paul Staniland e Viping Narang (2015) argumentam que o modelo de democracia indiano não cria pressões eleitorais que levem os políticos a se ocuparem de assuntos de política externa. Para os autores, cria-se uma dinâmica interessante em que, apesar de haver disputas com vizinhos e da ambição tornar-se uma grande potência, a política legislativa indiana é regida primordialmente por questões internas, como temas agrícolas (STANILAND; NARANG, 2015).

Na mesma linha, Rudra Chaudhuri (2015) e Stephen Cohen (2002) acrescentam que a Constituição indiana limita as decisões sobre política externa ao governo central, sem participação das legislaturas estaduais, e também não gera obrigações legais de que o Legislativo aprove ações nesse campo, nem mesmo a declaração de guerra, com a exceção de casos que envolvam a cessão de territórios. Entretanto, seria possível para o Legislativo interferir indiretamente ao controlar o orçamento ou aprovar moções que exijam explicações e

adiem aprovações e votações. Além disso, Chaudhuri (2015) ressalta que o Legislativo pode gerar limitações à ação executiva a partir do que chama de "paradoxo do governo majoritário", que consiste na necessidade de responder aos partidos de oposição:

> (...) não há obrigação legal de que o Parlamento aprove questões de política externa. No entanto, sessenta anos da histórica política indiana estão cheios de exemplos de instâncias de autoridade executiva sendo verificadas em temas de política externa. (...) A existência de uma oposição e de diferenças políticas eram claras. O Parlamento servia para ampliar essas diferenças, e os tomadores de decisão viram a necessidade de prestar contas a vozes dissonantes (CHAUDHURI, 2015, p. 219, tradução nossa)[91].

Para o autor, a formação de governos de coalizão teria realçado a necessidade de compatibilizar políticas com o apoio a ser recebido no Legislativo. Também a inevitabilidade de incluir governos estaduais nos cálculos políticos para a formação de alianças estimulou a vinculação entre agenda externa e demandas locais, sobretudo para temas econômicos (JENKIS, 2003). Contudo, tanto o envolvimento local quanto o legislativo seriam esporádicos e concentrados em temas que possuíssem impacto financeiro ou doméstico (MADAN, 2015). A política externa, de forma geral, ainda é marcada pelo papel central conferido pela Constituição ao Executivo: enquanto cabe ao primeiro-ministro e seu gabinete a formulação das diretrizes da política externa, são papeis do Ministério das Relações Exteriores sua negociação e implementação (OGDEN, 2014, p. 23).

A competição partidária não é alheia aos cálculos sobre ações externas, uma vez que tanto o Partido com dominância nos cargos executivos quanto os que participam da coalizão majoritária podem influenciá-las. Chadda (2014), por exemplo, argumenta que o fim da dominância do Partido do Congresso e a ascensão do Partido do Povo Indiano (BJP, da sigla para Bharatyia Janata Party) nas últimas décadas trouxeram profundas modificações no comportamento do país. Ao ser um partido que defende as tradições e cultura hindus, o BJP adotaria políticas pouco receptivas às minorias muçulmanas, impondo, para citar um aspecto, dificuldades para a construção de espaços públicos de cultos não hindus. Essa postura vem causando tensões entre a Índia e seus vizinhos de população muçulmana, como o atentado realizado em Mumbai, em 2008, por grupos islâmicos provenientes do Paquistão, em retaliação às políticas do governo indiano.

[91] O texto em língua estrangeira é: "(...) there is no legal requirement for parliamentary approval on matters of foreign policy. Yet, 60-odd years of India's political history is rife with instances of executive authority being checked in matters of foreign policy. (...) The existence of an opposition and of political differences was all too clear. Parliament served to amplify such differences, and decision-makers found themselves answerable to dissenting voices".

Pelo descrito até aqui, é possível fazer uma comparação entre a formação da política externa indiana e a da brasileira, de forma a observar o "efeito espelho". Com a independência formal, em 1822, o Brasil também se viu na encruzilhada entre a integridade territorial e a compatibilização das diferenças internas. Por conta das divisões territoriais provenientes do período colonial, também se formou no país um sistema de lealdades locais, em que padrões tradicionais de relacionamento e fidelidade possuíam grande peso na vida política. Assim como ocorreu na Índia, a opção do país foi estabelecer um modelo federativo do governo, com autoridade central forte, para conjugar a diversidade regional e a manutenção da unidade do território.

No Brasil, o papel das burocracias e dos Poderes não possui uma matriz constitucional única, como no caso indiano, uma vez que as diversas constituições em vigor desde 1946 fizeram modificações substantivas no sistema político brasileiro, como a quantidade de partidos e a periodicidade das eleições. Em 1946, ano em que a ONU passou a funcionar, entrou em vigor a quinta Constituição brasileira, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. Tal Constituição visava modificar algumas das disposições alteradas pela Constituição de 1937, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, em que houve uma ampliação das competências do Poder Executivo.

A Constituição de 1946 ressaltava em seu artigo 5º que competiria à União "I - manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; II - declarar guerra e fazer a paz; (...) IV - organizar as forças armadas, a segurança das fronteiras e a defesa externa" (Câmara dos Deputados, 2018)[92]. O artigo 87 acrescentava que as relações com os Estados estrangeiros eram competência privativa do presidente da República, bem como a nomeação de ministros e a celebração de Tratados, *ad referendum* do Congresso Nacional. Dessa forma, em comparação à Constituição indiana, assemelha-se a centralidade da União e do Poder Executivo, mas a Carta brasileira acrescentava a necessidade de aprovação do Poder Legislativo para a celebração de Tratados, ausente no país asiático.

Durante a vigência da ditadura militar, uma nova Constituição entrou em vigor após a promulgação do Ato Institucional número 4 (AI-4) em 1967, estabelecendo o sistema jurídico que permaneceu em prática até o fim do período autoritário, em 1985. A despeito das mudanças trazidas quanto aos direitos políticos e competências dos Poderes em um contexto de restrição de liberdades individuais e coletivas, a nova Constituição reproduzia o conteúdo da anterior quanto à alçada da política externa: o artigo 8º reafirmava a competência da União na

[92] Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 24 de setembro de 2018.

manutenção de relações com outros Estados, e o artigo 83 retomava a competência do presidente para nomear ministros e aprovar Tratados *ad referendum* do Congresso Nacional (Presidência da República, 2018)[93].

A manutenção do texto jurídico não implica em igualdade de prática política, conforme será ressaltado nos Capítulos 4 e 5, a respeito dos contextos específicos de atuação brasileira. Como menção inicial, cabe ressaltar, nesse período, o bipartidarismo efetivo que se estabeleceu com a Arena e o MDB e a ilegalidade de agremiações como o Partido Comunista Brasileiro, o que gerava uma produção normativa parcial e menos sujeita às necessidades de prestação de contas à oposição. Nesse contexto, a polaridade política e o regime não democrático foram tema de debates inclusive dentro do Ministério das Relações Exteriores (ALMEIDA, 2008), mesmo que a aparência fosse de continuidade da política externa e de normalidade das relações internacionais do país.

Para fins comparativos, e pela ausência do Brasil no CSNU por 20 anos durante os governos militares e a vigência da Constituição de 1967, conforme será abordado nos capítulos subsequentes, o período constitucional mais recente do Brasil terá destaque, sobretudo porque as prerrogativas no Ministério das Relações Exteriores (MRE) não eram radicalmente diferentes nas regras anteriores (JAKOBSEN, 2016). Com a redemocratização, após as décadas de governos militares, a Constituição de 1988 consolidou um processo de produção de política externa semelhante ao da Índia, que já estava em curso anteriormente. Dentro de um sistema político igualmente democrático, federativo, bicameral, multipartidário e de coalizão, mas presidencialista, também coube ao Ministério das Relações Exteriores a condução central da ação externa do país.

A Constituição Federal de 1988 estabelece um sistema federativo e presidencialista de coalizão, de forma a conjugar as diversidades locais e partidárias; nesse aspecto, há similaridades com a Índia. De acordo com o artigo 54, a Constituição de 1988 estabelece a centralidade do Poder Executivo em assuntos diplomáticos, ao afirmar que é sua competência privativa a manutenção de relações com outros Estados, o credenciamento de representantes diplomáticos e a palavra final sobre tratados internacionais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). O presidente, então, delega a prerrogativa ao Ministério das Relações Exteriores. Apesar da concentração funcional, o artigo 49 reparte a tarefa com o Poder Legislativo, ao encarregar os legisladores da autorização da declaração de guerra ou paz e confiar a eles o referendo de tratados que gerem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

---

[93] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 24 de setembro de 2018.

Apesar disso, assim como demonstrado no caso indiano, é recorrente na literatura especializada a conclusão de que o Legislativo possua, na prática, papel tímido. Lima (2000) aponta que grande parte dessa concentração no Executivo justifica-se por argumentos como a especificidade da política externa, que a afastaria das demais políticas públicas. Frederico Moesch (2008) atribui essa conclusão ao baixo impacto eleitoral que o tema geralmente produz, devido ao pequeno interesse que desperta na sociedade civil, além da sólida especialização do corpo diplomático ministerial. O ingresso na carreira é feito por um disputado concurso público, em que os aprovados precisam passar por um curso de formação integrado no Instituto Rio Branco antes de poderem atuar nas funções ministeriais, o que conferiria legitimidade aos diplomatas.

Entretanto, assim como no caso indiano, o partido no poder, tanto no Executivo quanto nas coalizões legislativas, interfere nos rumos e nas prioridades da política externa do país. Nery (2015) ilustra esse ponto ao comparar os modelos de integração regional propostos por dois dos principais partidos do período democrático, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Segundo o autor, ao incorporar o desenvolvimento como plano de governo, a ênfase do PT na integração regional adquiriu tons políticos, a exemplo da criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2008. Já nos governos do PSDB, a ênfase foi comercial e voltada para as negociações com os regimes financeiros internacionais, como fica demonstrado pelos acordos no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Como propõe-se que a região interfere na posição externa em temas de segurança do país, cabe analisar nos próximos capítulos se o bom relacionamento regional gerou posturas diferenciadas no caso brasileiro.

Apesar da forte centralidade do Poder Executivo e das instituições político-burocráticas, tanto no caso brasileiro quanto no indiano, é crescente a necessidade de incorporar às análises o papel da sociedade civil organizada de diversas formas, como mídia, opinião pública e setor privado. No Brasil, a redemocratização funcionou como um marco da revitalização da participação desses elementos na política externa a partir da década de 1990, contexto descrito por Guilherme Casarões (2012):

> É justo assumir que a década de 1990 representou uma grande mudança na relação entre mídia de massas, opinião pública, e política externa. O novo cenário democrático, consolidado pela Constituição de outubro de 1988, tem aumentado progressivamente a participação em assuntos estrangeiros de uma sociedade civil crescentemente ativa. Medidas de liberalização econômica, tomadas pelos presidentes Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, no início dessa década, ajudaram a aumentar o caráter distributivo da política externa. Quando Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em janeiro de 2003, ele decidiu tornar as relações externas do Brasil tanto um instrumento para o desenvolvimento quanto uma fonte de prestígio - internamente

> e no exterior. Nunca antes a política externa estivera tão perto da vida quotidiana dos cidadãos (CASARÕES, 2012, p. 2012).

Naquele período, organizações não governamentais começaram a lutar por espaços para participar tanto da elaboração quanto da implementação de políticas nos campos de direitos humanos e meio ambiente, por exemplo (MILANI; PINHEIRO, 2012), a mídia buscou atuar como mecanismo de projeção de imagens positivas e negativas de assuntos externos (CASARÕES, 2012) e o empresariado passou a participar e pressionar para que determinas políticas fossem acordadas em seus setores, com ênfase para energia e agronegócio. O empresariado passou a ser constantemente incluído em missões de visita a países estrangeiros, e o movimento de internacionalização da economia brasileira foi feito por meio do incentivo à expansão de empresas no exterior (OLIVEIRA; PFEIFER, 2006).

Também no país asiático, de acordo com Rajiv Kumar (2015), o papel do empresariado não era um tema tratado antes da liberalização econômica nos anos de 1990, mas progressivamente a categoria passou a funcionar como grupo de pressão em acordos internacionais que envolvam, sobretudo, o setor de informática (KUMAR, 2015, p. 248). Harish Kapur (2015) indica que o processo de abertura também influenciou a formação da opinião pública, uma vez que o acesso à informação sobre temas externos foi ampliado e a abertura econômica gerou efeitos distributivos das ações internacionais do país, culminando na criação de uma divisão de diplomacia pública no Ministério das Relações Exteriores (KAPUR, 2015, p. 309).

É possível relacionar os aspectos analisados à dimensão governamental. Tanto o Brasil quanto a Índia possuem sistemas de governo que buscam contrabalançar diversidades internas (regionais, culturais, entre outros aspectos) com a autoridade federal. Desse desafio resultaram modelos democráticos em que problemas internos redirecionam a ocupação com temas de política externa para o Poder Executivo, na figura do Ministério das Relações Exteriores. Entretanto, enquanto o Brasil utiliza a solidez de seu corpo diplomático e sua presença global como ativo no sistema internacional, inclusive como argumento para o almejado assento permanente no CSNU, para a Índia a falta de pessoal e a preparação do corpo diplomático são obstáculos para a obtenção do status de grande potência.

Pelo exposto, pode-se observar a crescente necessidade de contemplar a dimensão social coberta pela "caixa preta" do Estado de modo a frutificar a comparação entre dois países com estruturas sociais diversas que impactam a produção e a implementação da política externa. Assim, acrescenta-se o terceiro nível de análise, concernente à sociedade e à economia dos países em estudo.

3.2.3 Socioeconômico

Em geral, a política externa é descrita como uma área de atuação governamental com pouca relação direta com a sociedade. Retomando argumentos apresentados em seções anteriores, podemos destacar que o tema tende a gerar pouco impacto eleitoral, e é mais distante da opinião pública que áreas de vivências cotidianas, como saúde e educação, tanto no Brasil quanto na Índia. Essas características podem levar a crer que a sociedade seja um elemento alheio à ação externa do país; mas uma possível interpretação é que o desconhecimento e o isolamento relativos de sua produção e implementação sejam sintomáticos da estrutura social de ambos os Estados. O confinamento da política externa a uma área de especialistas a torna uma atividade a ser desempenhada pela "elite", que corresponde a menor parte da população de países tão diversos e desiguais. Portanto, para a política externa, a dimensão social e aspectos da formação econômica do país encontram-se imbricados.

Ambos os países costumam ser associados a à pobreza e à desigualdade social, ligadas a uma grande concentração de pessoas em bairros pobres e com estrutura precária. Um Estado com períodos de rápido crescimento econômico, potencializado por reformas internas na década de 1990, que geraram diversas contradições, como crescimento econômico em coexistência com pobreza generalizada, setores de tecnologia avançada e população rural em dificuldades, sistema político com eleições livres, que continua limado por escândalos de corrupção (MAHRENBACH, 2013): a descrição foi elaborada para caracterizar o processo de desenvolvimento econômico indiano, mas poderia facilmente ser confundida com uma narrativa da história brasileira. As semelhanças não são aleatórias, uma vez que as formações sociais e econômicas de Brasil e Índia foram forjadas, entre outros aspectos, a partir de alterações estruturais trazidas pela dominação colonial.

Antes da colonização, a Índia era um dos grandes centros mundiais de comércio, sobretudo de têxteis, especiarias, pedras preciosas e seda (OGDEN, 2014). A ocupação britânica tomou forma com o período de domínio da Companhia das Índias Orientais (1772-1850), que estabeleceu entre a metrópole e a colônia uma relação comercial na qual aquela era exportadora de bens manufaturados e esta produtora de matérias-primas. O advento da Revolução Industrial e a modernização pela qual passou a produção britânica teve um efeito adverso em suas colônias, das quais a Índia não foi exceção: a produção artesanal foi negligenciada em detrimento da produtividade, e muitos artesãos foram forçados a retornar para as atividades agrícolas (METCALF; METCALF, 2013). A dominação colonial produziu outros efeitos prejudiciais, como o baixo investimento em logística e infraestrutura e diversas políticas de restrição à ocupação da terra, como altas tributações.

Celso Furtado (2006) e Boris Fausto (2012) descrevem, sumariamente, cenário semelhante sobre a colonização brasileira. Fausto aponta como a divisão do território em capitanias hereditárias pela Coroa portuguesa também gerou uma concentração de terras nos grandes proprietários, o que dificultou a manutenção da propriedade familiar. Da mesma forma, as formas de produção artesanais foram relegadas ao segundo plano com a introdução das *plantations* e a produção destinada a suprir as necessidades metropolitanas por meio do "exclusivo colonial" (FAUSTO, 2012, p. 51). Furtado acrescenta que essas relações assimétricas levaram à consolidação de uma lógica de "empresa agrícola" pela exploração de mercados de exportação (FURTADO, 2006, p. 31). Dessa forma, assim como no caso indiano, as formas de produção nativas foram subsumidas pela necessidade de adequação ao mercado europeu.

A vinculação íntima com potências europeias engendrou um padrão de formação econômica que tornou ambos os Estados suscetíveis a crises externas, tendência que se aprofundou no século XX. As Guerras Mundiais e a Crise de 1929, por exemplo, criaram a necessidade de reordenamento econômico tanto no Brasil quanto na Índia, a partir da perda de mercados ultramarinos. Devido à centralidade do Estado na manutenção da integridade do modelo federativo e à baixa capilaridade da base industrial de capital privado naquele contexto, coube ao governo a linha de frente dessa readaptação da economia brasileira aos sistemas globais de produção, para evitar a exposição aos choques externos. Na literatura sobre as variedades dos sistemas capitalistas, que interpretam os Estados em um contínuo entre países de economia liberal e de economia coordenada (BECKER, 2007), tanto Índia quanto Brasil adotaram modelos em que, mesmo nos períodos de maior liberalização, havia níveis de intervenção governamental.

Nas décadas seguintes, em ambos os países, apesar das diferenças de ênfase, o governo central assumiu o papel de organização e planejamento econômico, a exemplo dos Planos Quinquenais do primeiro-ministro Nehru, nas décadas de 1950 e 1960, e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento durante os governos militares. Aqui, a centralização correspondeu, primeiramente, aos governos Vargas e depois às políticas do governo autoritário. O capital privado estrangeiro tornou-se um dos componentes do "tripé econômico", em conjunto com o capital estatal e o capital privado nacional – e as sobreposições de interesses entre eles, uma vez que políticos e empresários foram, historicamente, elites interligadas. Na Índia, o planejamento de Nehru possuiu uma base social, com ênfase no papel do Estado e no capital nacional, a partir do princípio de *swadeshi*:

> Com baixos níveis de rendimento e altos níveis de pobreza, em conjunto com uma experiência negativa de comércio com potências estrangeiras, uma política de autoconfiança emergiu como central para assegurar a autonomia política da Índia como um Estado soberano em amadurecimento. Assim, os líderes indianos insistiram na abordagem de *swadeshi*, que consistia em princípios socialistas de autossuficiência, que enfatizavam a produção doméstica e o engajamento internacional limitado – uma estratégia direcionada a tornar a Índia forte e dissuadir a influência de estranhos. Ao sinalizar o Estado como determinante central para o crescimento econômico, *swadeshi* negava o envolvimento e o investimento estrangeiro, e refletia uma elite desconfiada dos mercados internacionais e do capitalismo (especialmente em sua forma imperialista) (OGDEN, 2014, p. 54, tradução nossa)[94].

Nos anos de 1970, a primeira-ministra Indira Gandhi instituiu o projeto da Revolução Verde, que também perseguia o sentido de autoconfiança ao buscar maximizar a produção agrícola indiana e diminuir a dependência externa (OGDEN, 2014, p. 56). O panorama foi alterado com a crise nas contas externas trazida pelos choques do petróleo, em 1973 e 1979, que culminaram em um pedido de empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1981.

Naquele contexto, os países do então Terceiro Mundo foram à ONU questionar o regime econômico internacional vigente, que, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, da sigla em inglês para *General Agreement on Tariffs and Trade*) dificultava sobremaneira as capacidades competitivas dos países em desenvolvimento. Em 1974, após os efeitos do primeiro choque do petróleo, a AGNU aprovou uma série de documentos acerca das disparidades entre Norte e Sul. Entre as demandas do que ficou conhecido como Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI)[95] estavam a estabilidade de preços para o setor primário, o acesso a mercados, a transferência de recursos e uma reforma no sistema monetário internacional, de forma a conferir mais poder para os países em desenvolvimento. O projeto foi capitaneado pelos países da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, da sigla em inglês para *United Nations Conference on Trade and Development*), incluídos os países da América Latina e do MNA. Durante as décadas de 1970 e 1980, portanto, as demandas por desenvolvimento, o discurso terceiro-mundista e a atuação de Brasil e Índia na ONU estiveram fortemente imbricados.

---

[94] O texto em língua estrangeira é: "With low levels of income and high levels of poverty, along with a highly negative experience of external trading powers, a policy of economic self-reliance emerged as central to ensuring India's political autonomy as a fledging sovereign state. As such, India's leaders insisted upon a swadeshi approach consisting of principles of socialist self-sufficiency, which emphasized domestic production and limited international engagement – a strategy intended to make India strong and dissuade the influence of outsiders. Signalling the state as the key determinant of economic growth, swadeshi negated foreign involvement and investment, and reflected an elite distrust of international markets and capitalism (especially in its imperial form)."

[95] Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/218450?ln=en>. Acesso 3 de julho de 2019.

É digno de nota, ainda, o impacto que o fim da Guerra Fria e a reordenação sistêmica trouxeram para Brasil e Índia. Com o esfacelamento da União Soviética, a Índia perdeu seu principal aliado político e comercial, tornando-se ainda mais vulnerável à demanda externa (GANGULY; MUKHERJI, 2014). No Brasil, o fim do crescimento de dois dígitos do período do Milagre Econômico deu lugar aos anos de 1980, momento que ficou conhecido como "década perdida".

O fim do bloco comunista e as mudanças internacionais subsequentes também impactaram a configuração dos regimes financeiros, com destaque para a centralidade que as instituições de Bretton Woods, como o Banco Mundial e o FMI, adquiriram na identificação de crises potenciais e na confecção de diagnósticos "legítimos" para remediar tais perturbações da ordem. Na década de 1990, a solução recomendada pelas instituições financeiras internacionais passava pela liberalização econômica e pela privatização. Naquele momento, Brasil e Índia contraíram empréstimos internacionais, com o comprometimento de realizar, em contrapartida, reformas estruturais em suas políticas cambiais e fiscais.

Em ambos os casos, o Estado liderou o processo de liberalização, mas com ênfases distintas, pois na Índia o dirigismo estatal foi significativamente mais acentuado. Surajit Mazumdar (2011) sustenta, inclusive, que "o capitalismo indiano mudou menos após a liberalização do que possa parecer à primeira vista, e algumas diferenças notadas consistem meramente na intensificação de suas características inerentes" (MAZUMDAR, 2011, p. 1, tradução nossa[96]). Esse controle maior da política econômica em bases nacionais é um dos elementos que permitiu à Nova Delhi direcionar seu parque industrial para o projeto militar, conforme será apresentado na seção que trata de capacidades de poder. Nessa linha, Carlos Henrique Vieira Santana (2012) aponta como os dois países aceitaram níveis de comprometimento diferenciados com os regimes financeiros internacionais:

> Foi possível demonstrar que os bancos públicos estatais brasileiros, em especial o BNDES, foram atores cruciais na formulação da agenda de liberalização comercial e internacionalização das empresas brasileiras, também chamada de inserção competitiva. Sua atuação ao lado dos fundos de pensão na privatização das empresas estatais posicionou esses investidores institucionais no centro da reestruturação acionaria do capitalismo brasileiro. (...) A Índia não adota políticas de restrição fiscal da mesma magnitude daquela empregada no Brasil, o país não liberalizou plenamente sua conta de capital como fez o Brasil, desde as negociações do plano Brady, e as privatizações na Índia tiveram um caráter mais tímido, denominada de desinvestimento, pois jamais implicaram na perda do controle gerencial das empresas estatais por parte do governo. Esse cenário permitiu que os bancos públicos mantivessem em grande medida sua política de crédito subsidiado aos chamados

[96] O texto em língua estrangeira é: "Indian capitalism after liberalization is less different than what it was before than might appear at first sight, and some of the difference is only a reinforcing of its inherent characteristics." (MAZUMDAR, 2011, p. 1)

> setores prioritários, responsável pelo déficit fiscal que se manteve elevado por todo o período. Embora o governo tenha facilitado os mecanismos para aumentar o acesso da poupança externa via mercado de capitais, ele fez isso regulando amplamente sua direção (SANTANA, 2012, p. 195).

No país asiático, as reformas ficaram associadas à figura do primeiro-ministro Narasimha Rao (1991-1996), do Partido do Congresso. Já no Brasil, a abertura ao capital externo e a aproximação aos organismos financeiros internacionais foi iniciada com o fim da ditadura militar, mas tomou forma com os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O resultado foi a atração de investimentos estrangeiros diretos, a exemplo do setor automobilístico que buscou aproveitar-se do mercado doméstico desses países. No Brasil, as isenções fiscais contribuíram para a atração de fábricas multinacionais e a geração de empregos, enquanto na Índia o capital foi usado para investir em indústrias nacionais, como a Tata Motors e a Mahindra and Mahindra (AYRES, 2018). Formaram-se, nos dois países, grandes polos tecnológicos, a exemplo do estado de São Paulo e a região de Sanand, no Gujarat, em contraste com a miséria de outras regiões.

A liberalização e as mudanças ocorridas nos anos de 1990 também impactaram a inserção internacional destes países, sobretudo na Organização Mundial do Comércio (OMC) e nas Nações Unidas. Para além dos acordos de livre comércio estabelecidos, por exemplo, pelo acordo entre a Índia e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, da sigla em inglês para *Association of Southeast Asian Nations*) ou dos diversos acordos realizados pelo Brasil no âmbito do Mercosul, a atuação multilateral de ambos decorre das consequências geradas tanto pela colonização quanto pela liberalização. Brasil e Índia possuem em comum uma economia que foi criada a partir da relação de dependência externa e da produção de matérias-primas. A importação de um modelo de relações econômicas, trabalhistas e sociais da Europa para sociedades com padrões agrícolas artesanais e comunitários gerou impactos sociais e econômicos de longo prazo. A subserviência aos interesses estrangeiros retardou a possibilidade de industrialização desses países, que, ao correrem contra o tempo para se modernizarem tardiamente, deixaram em aberto diversas lacunas estruturais.

Dentre outros fatores, decorre desse histórico a atuação internacional de ambos em prol da busca por equalização de oportunidades. No âmbito da OMC, por exemplo, ambos atuam por meio do G20 comercial (Itamaraty, 2018)[97], grupo integrado por países com interesse em um comércio agrícola que leve em consideração os níveis de desenvolvimento dos países, com

[97] Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc >. Acesso em 24 de julho de 2018.

ênfase na crítica às políticas de subsídios da União Europeia. Na ONU, conjugam forças por meio do G77, grupo formado por países em desenvolvimento, tanto nas Comissões da AGNU quanto no ECOSOC[98]. Brasil e Índia também integram, junto com China e África do Sul, o agrupamento BASIC, que advoga nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas o conceito de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", segundo o qual a incumbência de mitigar os efeitos ambientais deve ser matizado entre países de desenvolvimento tardio e aqueles que se industrializaram há mais tempo (Ministério do Meio Ambiente, 2018)[99].

Os resultados dessa equação são a formação de Estados em que a busca por crescimento econômico esteve acompanhada de problemas sociais de fundo histórico. As desigualdades sociais ainda são uma realidade e a estrutura econômica, portanto, marca um paradoxo na posição internacional de Índia e Brasil: ambos estão entre as maiores economias do mundo, respectivamente em sexto e oitavo lugar (Banco Mundial, 2018)[100], mas não estão bem posicionados na lista do Índice de Desenvolvimento Humano, conforme será detalhado a seguir. Esses polos aparentemente contraditórios também possuem reflexos na política externa dos países: a busca do status de grande potência segue em constante tensão com a necessidade de superar os desafios internos.

Essa característica é comum aos países em desenvolvimento, que passaram pelos processos de industrialização de forma tardia e tiveram um intenso movimento de urbanização realizado de forma rápida e desordenada (LIMA, 2013). Um dos efeitos é o impacto demográfico, tanto de crescimento quanto de concentração populacional. Dessa forma, de 1950, quando o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, da sigla em inglês para *United Nations Development Program*) começou a coletar dados sobre população e indicadores sociais, até a previsão de crescimento de 2020, a população indiana irá quase quadruplicar, aproximando-se de 1 bilhão e meio de pessoas; a brasileira já superou essa multiplicação e, em uma escala exponencialmente menor, irá ultrapassar 200 milhões[101]:

---

[98] Informações sobre composição, documentos e discursos podem ser encontradas no site oficial do grupo, disponível em < http://www.g77.org/>. Acesso em 24 de julho de 2018.

[99] Informações adicionais sobre a participação do BASIC no regime ambiental podem ser encontradas na página do Ministério do Meio Ambiente, disponível em < http://www.mma.gov.br/informma/item/8694-o-bloco-dos-emergentes >. Acesso em 24 de julho de 2018.

[100] Dados do Banco Mundial, a partir dos valores de Produto Interno Bruto para o ano de 2017. Disponível em <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf >. Acesso em 24 de julho de 2018.

[101] Os dados referem-se a pessoas vivendo no território do país, inclusive estrangeiros, e não considera a diáspora.

Tabela 2 – População de Brasil e Índia (1950-2020), em milhões de habitantes

Ano	Brasil	Índia
1950	53.974.729	376.325.200
1960	72.207.554	449.480.608
1970	95.326.793	553.578.513
1980	121.159.761	696.783.517
1990	149.352.145	870.133.480
2000	175.287.587	1.053.050.912
2010	196.796.269	1.230.980.691
2020	213.863.046	1.383.197.753

Nota: Elaboração a partir dos dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – UNDP (2018)[102].
Fonte: A autora, 2020.

Pelo tamanho dos territórios, o crescimento da população levou a uma grande densidade demográfica na Índia, bem como nos grandes centros brasileiros. Entretanto, a distribuição populacional é distinta: enquanto no Brasil a maior parte da população vive em área urbana desde a década de 1950, a Índia ainda é um país majoritariamente rural, apesar do crescimento significativo das cidades, como se pode observar nos dados da Tabela 3 a seguir. Essa estrutura social impacta os índices de desenvolvimento humano e de desigualdade e interfere na capacidade de ação política de cidadãos, sobretudo das classes mais baixas.

Tabela 3 – População urbana no Brasil e na Índia (1950-2020), em milhões de habitantes

Ano	Brasil	Índia
1950	19,517	64,134
1960	33,316	80,566
1970	53,296	109,389
1980	79,320	160,942
1990	110,404	222,297
2000	142,320	291,351
2010	165,969	380,745
2020	186,217	483,099

Nota: Elaboração a partir dos dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (2018).
Fonte: A autora, 2020.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo economista indiano Amartya Sen, conjuga elementos como expectativa de vida, anos de escolaridade e PIB per capita, e

[102] Disponível em <http://hdr.undp.org/en/data>. Acesso em 26 de setembro de 2018.

confere à medida utilizada pela ONU o caráter de métrica de bem-estar. O IDH gera uma variável compreendida entre 0 e 1, sendo 0 o nível de menor desenvolvimento humano. Nesse quesito, entre 189 países analisados desde 1990, a Índia passou de 0,42 para 0,60 em 2012, chegando a 0,64 em 2018, e ocupa a 130ª posição no ranking. Já o Brasil possuía 0,61 em 1990, passou para 0,73 em 2012, e chegou a 0,75 em 2018, na 79ª posição[103].

Ao serem calculados pela média da população, os dados do IDH acabam por mascarar algumas desigualdades sociais graves. Por conta disso, o UNDP produz índice que recalcula o IDH, ajustando-o pelo Coeficiente de Desigualdade, que engloba acesso à saúde, à educação e à renda e expectativa de vida. Com a modificação, o IDH reajustado da Índia, em 2012, decresce de 0,60 para 0,424, enquanto o Brasil cai de 0,73 para 0,536[104]. Essa variação indica que a desigualdade social é um elemento significativo na estrutura social desses países, o que impacta a cultura nacional e o processo de "elitização" da política, sobretudo da política externa.

Jean Drèze e Amartya Sen (2002) utilizam a desigualdade social para argumentar que, na Índia, há uma diferença entre os ideais democráticos, as instituições democráticas e a prática democrática. Segundo os autores, os dois primeiros estão estabelecidos e relativamente consolidados desde a independência – com um breve período de autoritarismo durante o estado de emergência de 1975 a 1977, no governo de Indira Gandhi. Já a prática democrática continua limitada por condições de desigualdade herdadas do passado, que culminam em diferentes oportunidades eleitorais e instituições controladas pelas elites, além de grandes disparidades regionais internas (DRÈZE; SEN, 2017). Para eles, essas assimetrias também possuem efeitos na política externa:

> A essa distribuição desigual de poder e influência correspondem enviesamentos sistemáticos nas prioridades e nas políticas públicas. Vieses elitistas podem ser encontrados, por exemplo, na orientação da mídia (dominada por temas da classe média), debates parlamentares (direcionados para reformas legislativas direcionadas para a classe empresarial), sistema jurídico (longe de ser imparcial entre classes diferentes), **política externa (fortemente influenciada pelas aspirações de grande potência da elite indiana)**, entre outros. (...) o fato de o governo gastar aproximadamente três vezes mais em 'defesa' do que no sistema de saúde não está desvinculado dos poderes de *lobby* das instituições militares, especialmente se comparadas aos pacientes desprivilegiados de hospitais (DRÈZE; SEN, 2002, p. 25-26, tradução e grifos nossos)[105].

[103] Disponível em <http://hdr.undp.org/en/data>. Acesso em 26 de setembro de 2018.
[104] Disponível em <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/IND#> e <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA>. Acesso em 26 de setembro de 2018.
[105] "Corresponding to this uneven distribution of power and influence are systematic biases in public priorities and policy. Elitist biases can be found, for instance, in the orientation of the news media (dominated by middle class concerns), parliamentary debates (now heavily geared to business-oriented legislative reforms), the legal system (far from impartial between different classes), foreign policy (strongly influenced by the superpower aspirations of the Indian elite), and so on. (...) the fact that the government spends about three times as much on

Na Índia, a desigualdade econômica ainda é acrescida de uma diferenciação proveniente do hinduísmo, elemento central da cultura nacional: o sistema de castas. Por tal sistema, milenar e anterior à colonização, os indivíduos são classificados por níveis de pureza, relacionados à linhagem familiar e às funções laborais. Ashok K. Pankaj (2007) argumenta que, mesmo que as desigualdades operem em domínios distintos, há uma relação entre as castas mais baixas e as classes menos favorecidas. Para o autor, há uma tendência recente de dissociação entre esses elementos, desde que foi implementado, em 1990, o Relatório da Comissão Mandal. A comissão governamental, oficialmente chamada de *Backward Class Commission*, propôs um sistema de reserva de vagas para as castas mais baixas nos serviços públicos, o que tem permitido a ascensão de classe social, mesmo na imutabilidade da casta. A mobilidade e o fortalecimento de uma "nova classe média" (PANKAJ, 2007, p. 344) intercastas convive, portanto, com a referência espiritual à pureza hindu.

No Brasil, desde a colonização e o sistema de hierarquização por títulos ligados à terra, estabeleceu-se um componente social classista, que diferenciava tanto na lei quanto na prática os acessos a direitos e serviços públicos, a exemplo das regras que limitavam o voto dos analfabetos no século XIX. Pela estrutura herdada do período escravista, a composição das classes também é diretamente vinculada à questão racial. Esse ponto fez com que se consolidasse dentre a população uma naturalização da desigualdade, seja ela de classe, raça, gênero ou região do país (CASTRO GOMES, 2013).

Durante as décadas de 1940 e 1950, a ampliação de direitos trabalhistas e as migrações internas devido à transferência da capital para o Centro-Oeste são elementos de destaque, que teriam formado um "novo perfil demográfico da população brasileira" (CASTRO GOMES, 2013, p. 44), mais urbano e consciente do papel do Estado enquanto provedor de serviços e de desenvolvimento social. Esse pensamento fez com que o início da década de 1960 fosse tomado pela noção de que a independência da política externa poderia ser um caminho para auxiliar o desenvolvimento do país, a partir, por exemplo, da diversificação de parceiros comerciais e da abertura de mercados. A ênfase no desenvolvimento teve repercussões na política externa e foi expressa pelo chanceler brasileiro Araújo Castro durante a 18ª sessão da AGNU, em 1963. No pronunciamento, que ficou conhecido como Discurso dos Três Ds, Castro apontou como

"defence" as on health care is not unrelated to the lobbying powers of the military establishment, especially in comparison with those of underprivileged hospital patients" (DRÈZE; SEN, 2002, p. 25-26).

diretrizes da política externa brasileira o desenvolvimento, o desarmamento e a descolonização (VARGAS, 2013).

A partir de 1964 e até o fim dos governos militares, a ênfase no desenvolvimento e na industrialização, a despeito do crescimento do Milagre Econômico, gerou um aumento sem precedentes da desigualdade social (NERI, 2011, p. 61). De acordo com os dados dos censos de 1960 e 1970, "a renda da metade mais pobre cresceu 81,22% menos que a dos 10% mais ricos" (idem, p. 61). A prioridade concedida ao reequilíbrio das contas públicas durante os anos de 1990 também afastou o Estado de seu papel de provedor de serviços e, mesmo com a redemocratização, os acessos aos espaços continuaram limitados por classe, raça e gênero.

Durante os anos 2000, assim como a Índia, o Brasil passou por um período marcado pela ascensão de uma "nova classe média". De acordo com Neri (2011), a queda da desigualdade ocorrida no período não possuía precedentes na série histórica. Essa mudança na estratificação social também teve impacto na política externa brasileira, a exemplo da ampliação das vagas de acesso ao serviço diplomático e da busca pela diversificação de seus ingressantes, por meio de políticas de ação afirmativa. Além da composição, houve uma mudança no conteúdo da ação externa: na lógica da política de não indiferença, o Brasil buscou exportar suas experiências de combate à desigualdade, como o Programa Fome Zero, por meio de projetos de cooperação (PINHEIRO; MILANI, 2012).

Portanto, pode-se concluir que a realidade social de ambos os países é um fator que impacta as percepções e os posicionamentos de sua política externa. Ricardo Sennes (2001) argumenta, nessa linha, que o percurso histórico de Brasil e Índia levou ambas as nações a consolidarem como prioridade de suas políticas externas o desenvolvimento econômico e a autonomia política, o que Lima e Hirst (2009) chamam de "*path dependence* desenvolvimentista" (LIMA; HIRST, 2009, p. 47). Isso ajuda a explicar, por exemplo, a diversificação de parceiros comerciais, a postura conjunta de valorização de fóruns como a UNCTAD, a participação em grupos como o G77 e o G20 comercial, bem como a defesa dos países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (MAHRENBACH, 2013).

Dessa forma, ao impactar a política externa, a sociedade também se apresenta como um nível significativo para a análise, sobretudo por ser um âmbito marcado pela conjugação de aspectos culturais, históricos e econômicos. Partimos, agora, para o próximo nível, em que as características domésticas apresentadas nas seções anteriores serão integradas ao relacionamento dos Estados com seus vizinhos, por meio da interpretação das relações regionais de Brasil e Índia.

3.2.4 Regional

O quarto nível de análise refere-se aos aspectos do relacionamento entre os Estados com sua região, como alianças, conflitos, blocos e acordos. Ao incluir essa dimensão no modelo, o ponto que se pretende reafirmar é que as relações interestatais com países de sua região funcionam como condicionantes ou como oportunidades sobre a capacidade de ação de um Estado. Dessa forma, observar as parcerias e conflitos regionais de um país pode ser útil para entender não só suas prioridades de política externa, mas também seu comportamento em instituições multilaterais. Pela ampla gama de assuntos que podem ser contemplados por esse nível, serão enfatizados temas de segurança e política nuclear, em consonância com o objetivo de interpretar a ação dos países estudados no CSNU.

Segundo Sennes (2001), as relações interestatais da Índia em temas de segurança devem ser entendidas como círculos concêntricos. O círculo mais amplo refere-se à segurança global, âmbito no qual a Índia busca, em relação às grandes potências, apresentar-se como não alinhada e autônoma (SENNES, 2001, p.67). O segundo círculo seria macrorregional, englobando suas relações com os vizinhos, sobretudo Rússia, China e Paquistão. Segundo o autor, "esboçou-se uma rede cruzada de alianças entre a ex-URSS (hoje na figura da Rússia) com a Índia e uma aliança entre China e Paquistão" (SENNES, 2001, p. 68). O objetivo da Índia nesse nível é manter o equilíbrio regional, sem a preponderância de seus vizinhos imediatos. O terceiro círculo seria composto pela Índia e seus vizinhos menores, como Bangladesh, Butão, Sri Lanka e Nepal, cuja meta seria a manutenção da estabilidade e o impedimento de interferências externas –por vezes, por meio de ações intervencionistas por parte da própria Índia (PURI, 2016).

Para Sennes (2001), o segundo círculo é aquele ao qual a Índia conferiu maior atenção, durante a Guerra Fria e mesmo após o seu fim, o que gerou uma "composição entre um terceiro-mundismo político e econômico, no âmbito global, e uma concepção de *realpolitik* nas questões regionais" (SENNES, 2001, p. 71). O autor acrescenta ainda:

> É nesse âmbito das relações estratégicas que a Índia identifica mais clara e diretamente riscos potenciais aos seus interesses nacionais. A maior ameaça provém, sem dúvida, da China, que derrotou a Índia em 1962, após um frustrado período de tentativas de acomodação empreendidas por Nehru. O desequilíbrio em favor da China manteve-se ao longo dos anos, e ainda persistem contenciosos fronteiriços entre os dois países (SENNES, 2001, p. 67).

No círculo regional, a Índia enfrenta situações que se relacionam diretamente com a sua integridade territorial, uma meta central nas diretrizes governamentais. O território do país corresponde atualmente a uma área menor do que a do período colonial, pois as guerras de

independência geraram a partição entre Índia e Paquistão. Posteriormente, nos anos de 1970, um novo conflito entre os dois Estados, já então independentes, culminou na formação de um terceiro Estado, Bangladesh. Por conta dessas alterações nas demarcações de fronteira, a Índia possui conflitos territoriais com seus vizinhos até os dias de hoje, na fronteira leste com o Paquistão e na fronteira norte com a China. Qualquer mudança na atual configuração teria o potencial de alterar a balança de poder na regional.

Dessa forma, "a concepção de segurança da Índia tem sido geopolítica e regional, ao invés de puramente nacional" (NAYAR; PAUL, 2003, p. 84, tradução nossa[106]). Para contrabalançar a influência chinesa e paquistanesa, a Índia buscou aliar-se com outros Estados para equilibrar as forças na Ásia. Durante a Guerra Fria, a URSS foi sua principal parceira em temas de segurança, sendo a Índia, inclusive, um dos maiores importadores de armas dos soviéticos (SENNES, 2001, p. 67). Além de garantir materialmente a segurança indiana, a União Soviética também foi sua aliada nos fóruns internacionais, interferindo em ações que pudessem atrapalhar os interesses indianos. O CSNU foi um exemplo dessa ação: os soviéticos vetaram repetidas resoluções que visavam responsabilizar a Índia pelos conflitos com o Paquistão, conforme será analisado nos próximos capítulos.

David Scott (2011) argumenta que, pela posição central da Índia em termos de território, população e recursos, a relação do país com seus vizinhos asiáticos é a principal demarcação de sua área de interesse. Enquanto Nehru focava relações globais, Indira Gandhi direcionou a política externa indiana para as relações regionais, inicialmente com foco bilateral, por meio da Doutrina Indira, que pregava a não interferência de outros Estados. Nessa teoria, o poder militar era visto como um elemento de dissuasão contra pretensões intervencionistas (OGDEN, 2014). Em 1985, houve uma mudança de abordagem a partir da formação da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC, da sigla em inglês para *South Asian Association of Regional Cooperation*), em que houve não só a multilateralização das relações como a consolidação da ideia de que era necessário evitar a interferência de países externos à região.

Essa noção tomou corpo na década seguinte, a partir da elaboração da Doutrina Gujral, em 1996, por Inder Kumar Gujral, então chanceler e, posteriormente, primeiro-ministro (1997-1998). Esse conjunto de princípios e práticas estabeleceu a ampliação do perímetro regional, a partir da criação da *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation* (IOR-ARC), além de prescrever que as relações com os vizinhos menores fosse feita com base na não agressão e na cooperação pacífica, a exemplo da extensão de linhas de crédito (OGDEN, 2014). A

[106] O texto em língua estrangeira é: "India's conception of its security has been a geopolitical and regional one, rather than simply a national one."

ampliação do perímetro também pode ser ilustrada pela *Look East Policy*, que envolveu a participação da Índia em reuniões da ASEAN, por meio do fórum ASEAN+6[107].

Em termos nucleares, a instabilidade da região asiática também impacta a política de segurança da Índia. O país realizou seus primeiros testes nucleares em 1974, depois de ter perdido uma guerra para a China e de tê-la visto se tornar uma potência nuclear na década anterior. A China, por sua vez, promoveu a nuclearização do Paquistão, de forma a conter as aspirações de preponderância regional indiana. O resultado é que a Índia pertence à região mais nuclearizada do mundo, com a presença de, além dela própria, Paquistão, China e Rússia e, estendendo o perímetro regional, da Coreia do Norte e de Israel. Propõe-se que essa característica seja um dos fatores que explica a postura indiana no CSNU em temas que envolvem tanto a política nuclear quanto à possibilidade de alteração no equilíbrio de poder regional, e que será desenvolvido e analisado nos próximos capítulos.

Se aplicarmos a ideia dos círculos concêntricos para o caso brasileiro, veremos que o país também possui estratégias diferenciadas a depender do perímetro em análise: no círculo da segurança global, o país buscou apresentar-se enquanto uma alternativa à política de poder militar empregada pelas grandes potências e um possível mediador internacional. É desta forma que o país se coloca: enquanto Estado pacífico e que defende o direcionamento de esforços para atacar as bases dos conflitos, sendo o uso da força o último recurso. Essa postura do círculo global de segurança foi expressa em diversas ocasiões nos debates do CSNU e será aprofundada nos próximos capítulos. De acordo com Lima e Hirst (2009),

> O anseio brasileiro por influenciar regras e regimes internacionais e ser considerado um ator importante encontrou expressão em formas brandas de poder: o país evitou acumular poder em sua forma mais bruta, especialmente o poder militar. Ao contrário, o pleito por maior influência está associado a outros atributos clássicos de poder, como território, população e perfil econômico (LIMA; HIRST, 2009, p. 43).

Ao passarmos para o segundo círculo, correspondente à região ampliada, o continente americano abre novas condições de segurança para o país. O Brasil, por estar localizado no mesmo continente que a grande potência internacional, possui em seu nível de alinhamento com os Estados Unidos um bom termômetro para observar suas alianças e acordos em temas de segurança e de política nuclear na região. Após a Segunda Guerra Mundial, seguiram-se anos de aproximação intensa durante os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Getúlio Vargas (1951-1954). Com o primeiro, o Brasil adotou uma estratégia de alinhamento

[107] A ASEAN foi criada em 1967, com o objetivo de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento cultural e social na região do Sudeste Asiático. Atualmente, a organização é composta por Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Brunei, Vietnã, Laos, Myanmar e Camboja. O Fórum ASEAN+6 consiste em encontros de cúpula com a presença adicional de Japão, China, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Índia.

automático no âmbito multilateral, que gerou, inclusive, a instrução para que diplomatas brasileiros acompanhassem os votos dos EUA na ONU (ZIEMATH, 2016). Já no governo Vargas, o estreitamento de relações deu-se no campo militar por meio da assinatura do Acordo de Assistência Militar Recíproca, em 1953, e do acordo para a venda de minerais atômicos, em 1953 (CERVO; BUENO, 2010, p. 280-281).

O tema também era constante nas Conferências Interamericanas, em que, segundo a lógica adotada durante a Guerra Fria, os EUA buscavam garantir a manutenção dos países americanos em sua zona de influência. Naquele contexto, em 1958, na Conferência de Bogotá, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), que incorporou os compromissos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). De acordo com o documento, os países da América formariam uma área de segurança coletiva, em que um ataque contra um seria considerado um ataque contra todos. Destacam-se ainda, durante a Guerra Fria, as interferências e os interesses dos EUA nas políticas de combate ao comunismo regional, sobretudo após a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), que culminaram no patrocínio ao estabelecimento de diversas ditaduras militares, inclusive no Brasil. No pós-Guerra Fria, apesar do esvaziamento das práticas de securitização, a relação com os EUA não deixou de ser uma dimensão importante para a análise da política externa brasileira, pois, apesar de divergências setoriais e pontuais, a busca por um bom relacionamento com os EUA é um elemento de continuidade na ação externa do país (HIRST, 2006).

Em relação ao terceiro círculo, é possível observar que, ao longo do período, o Brasil transferiu seu perímetro de atenção primordial da América Latina para a América do Sul. Nas décadas de 1940 e 1950, a maior parte dos acordos regionais era feita em base bilateral, sem comportar um projeto maior de integração. Durante o governo militar, as iniciativas de integração foram esvaziadas devido à ênfase no nível doméstico; nesse momento, a fim de alcançar objetivos relacionados ao crescimento econômico, as principais iniciativas de integração foram na América Latina, a partir dos dois Tratados de Montevidéu que propuseram a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), em 1960, que acabou por não se concretizar, e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980.

Segurança, portanto, era uma área temática em que os Estados latino-americanos cooperavam de forma parcial ou com a presença dos EUA. Essa centralidade ocorre uma vez que a potência do Norte se estabeleceu como um grande provedor de segurança a nível mundial e deu início à corrida nuclear. De forma a se resguardar do efeito colateral de uma possível retaliação nessa área, os países da América Latina assinaram, em 1967, o Tratato de Tlatelolco, que transforma a região em uma Zona Livre de Armas Nucleares. Em um contexto no qual

todos os P5 já eram nucleares, os países da América Latina buscavam evitar os efeitos de possíveis conflitos envolvendo os EUA.

O processo de integração foi alterado com o fim da Guerra Fria. Por conta das assimetrias e da diversidade identitária, o país passou a enfatizar a América do Sul como zona prioritária de integração regional. Para Lima e Hirst (2009),

> A presença regional e internacional do Brasil tem sido percebida como um processo intimamente associado à emergência da 'América do Sul' como um grupo particular no interior da comunidade internacional. A construção da identidade do Brasil, como país latino-americano, foi, portanto, gradualmente substituída pela ideia de país sul-americano (LIMA; HIRST, 2009, p. 57).

Assim como no caso latino-americano, o movimento de sub-regionalização na América do Sul começou em bases comerciais, a partir da criação do Mercosul, em 1991, e da proposta da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), mas paulatinamente se expandiu para incorporar objetivos políticos. A criação da Unasul, em 2008, ilustra o processo de expansão de agenda regional. Entre os Conselhos Temáticos estabelecidos pela organização, destaca-se o Conselho de Defesa Sul-Americano, que visava a integração de doutrinas e treinamentos entre os países, de forma a criar confiança e propor políticas de defesa convergentes. Apesar do processo de desmonte recente da Unasul, o pioneirismo de criar um fórum de defesa na América sem a presença dos EUA não pode ser negligenciado. Cabe destacar, ainda, a cooperação com os países das zonas de fronteira, seja para controle da região amazônica ou da tríplice fronteira ao sul, por meio, respectivamente da Operação Ágata e do Comando Tripartite (LIMA et al., 2017).

Na região, a política nuclear brasileira possui um ponto de inflexão importante na aproximação com a Argentina. Os dois países, que tiveram fases de estremecimento e competição por preponderância regional, adotaram uma prática de confiança mútua consubstanciada na criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e na assinatura do Acordo Quadripartite, entre Brasil, Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1991. Por essas medidas, o Brasil e a Argentina constituíram um sistema transparente sobre o uso de tecnologia nuclear e submeteram-se a um duplo sistema de salvaguardas internacionais para monitoramento (VARGAS, 1997). Apesar desse vínculo estreito, não há um apoio automático às políticas de segurança globais entre os dois países, a exemplo da negativa argentina de apoiar a candidatura do Brasil ao CSNU e de integrar a contraproposta do Unidos pelo Consenso.

Posto isso, é possível concluir que Brasil e Índia possuem, em seu entorno regional, estímulos diferentes para atuar no campo da segurança. Apesar da ocorrência histórica de

conflitos, no pós-Segunda Guerra a América do Sul foi considerada um continente pacífico. Isso não significa que não haja divergências e tensões entre os países da região, mas sim que elas têm se concentrado em regiões de fronteira e mantidas em bases bilaterais e diplomáticas. As principais guerras que envolveram a participação de vários Estados foram realizadas no século passado, a exemplo da Guerra do Paraguai (1864-1870) e da Guerra do Pacífico (1879-1983).

No marco temporal estudado, o Brasil logrou estabelecer um bom relacionamento regional com seus vizinhos e não ocorreu no subcontinente uma corrida armamentista que tenha incentivado o crescimento de perspectivas militares ofensivas na política externa brasileira. Recentemente, no entanto, esboça-se a formação de uma nova agenda de segurança no continente, que tem o potencial de alterar tal tendência, a exemplo da possibilidade de intervenção na Venezuela em 2019 (CLOSS, 2019). Até 2012, a América do Sul não estava no centro das preocupações internacionais acerca do tema.

Já a Índia localiza-se em uma região cercada por outros três países detentores de armas nucleares e está envolvida em litígios fronteiriços com dois deles. Para o país, as guerras não são fatos do século passado e, além de estarem em um passado recente, geraram uma perda territorial significativa. Se, no caso brasileiro, a região contribuiu para a consolidação de uma perspectiva de segurança que se afasta da nuclearização, o país asiático passou por um processo inverso. A inserção regional de ambos impacta e é impactada, em um processo de mão dupla, por suas posturas em relação ao tema no nível global, tema que será desenvolvido na próxima seção.

3.2.5 Global

O quinto nível introduz a dimensão global do relacionamento entre os Estados. Compõem esse grupo os atributos do sistema, o ranking de status e as relações com outros Estados. Dessa forma, é importante compreender que o período em análise neste trabalho é marcado por uma transição nessa camada: o final da Guerra Fria e a reconfiguração de forças dela decorrentes no sistema internacional. Essas alterações impactaram todos os temas presentes na política externa dos Estados, inclusive no que diz respeito às políticas de segurança e nuclear, enfatizadas nesta seção.

No imediato pós-Segunda Guerra, o discurso de Churchill de que uma "Cortina de Ferro" se abatia sobre a Europa e a noção de George Kennan de que caberia aos EUA aplicar uma doutrina de contenção à expansão da URSS inauguraram o período histórico de rivalidade

entre os principais vencedores do conflito (KISSINGER, 1994). Naquele contexto de bipolaridade, que durou da década de 1940 até o fim da URSS, em 1991, o peso decisório das grandes potências era central na dinâmica de relacionamento entre Estados, e foi nesse momento histórico que a ONU foi criada. Estados Unidos e União Soviética despontavam como as duas grandes potências, e mesmo os demais membros permanentes do CSNU, a despeito do poder nuclear conquistado e do poder de veto, não possuíam a mesma capacidade de influência[108]. A restrição dos espaços era ainda mais premente aos demais Estados, que possuíam sua inserção internacional vinculada à disputa ideológica entre os blocos.

Durante a Guerra Fria, a agenda das instituições internacionais, sobretudo da ONU, girou em torno da rivalidade entre as potências, das guerras motivadas por diferenças ideológicas (a exemplo da Guerra da Coreia e da Guerra do Vietnã) e da separação do mundo entre áreas de influência, em um recorte Leste-Oeste (PATRIOTA, 1998). Conforme será analisado no Capítulo 4, essa situação se traduziu em uma paralisia decisória em diversos órgãos da organização, com destaque para o CSNU, imobilismo que favoreceu a manutenção do status quo internacional. No Conselho, foi possível observar uma quantidade limitada de resoluções aprovadas e o uso recorrente do veto para impedir que decisões entrassem em vigor (ALBUQUERQUE, 2017).

No momento bipolar, portanto, com a disputa ideológica transportada para o interior das instituições multilaterais, Índia e Brasil precisaram adaptar suas políticas externas à assimetria de poder e à proximidade tanto geográfica quanto estratégica às duas grandes potências. Na Índia, colocou-se em prática uma aproximação com a URSS, que a provia tanto de assistência militar quanto de apoio no CSNU. Apesar disso, a Índia buscava uma política externa livre de amarras ideológicas e em prol da diversificação, motivo pelo qual liderou o MNA, que propunha não só a possibilidade de inserção internacional autônoma como também a percepção de que havia um conflito Norte-Sul, mais antigo e duradouro, que prejudicava o desenvolvimento dos países em ranking de status inferior. Para Lima (1996), independentemente dos resultados alcançados pelas demandas de justiça distributiva, os países do Terceiro Mundo encontraram nesse nicho um espaço de influência na ordem bipolar, já que naquele contexto a agenda de segurança permanecia inalcançável.

No âmbito da Guerra Fria, portanto, por conta da estratégia de não alinhamento, a Índia aproximou-se de países do Terceiro Mundo, inclusive do Brasil. Os dois países assinaram em 1968 um acordo nuclear, visando o desenvolvimento pacífico de tecnologia de enriquecimento

[108] Cabe ressaltar que, de 1949 a 1972, o assento permanente destinado à China foi ocupado por Taiwan, pois a República Popular da China não foi reconhecida imediatamente após a Revolução Comunista.

de urânio, como forma de aprimoramento tecnológico. Essa aproximação ocorreu no contexto em que ambos criticavam as assimetrias e o caráter discriminatório do TNP, assinado no mesmo ano de 1968 (STUENKEL, 2010a). Para o Brasil, o desequilíbrio entre o eixo da não proliferação e os eixos de desarmamento e direito ao uso pacífico da energia nuclear gerava um "congelamento de poder mundial" (CASTRO, 1971). Por meio de argumentos parecidos, a Índia descrevia o cenário como "apartheid nuclear" (SINGH, 1998). Tal acordo foi rompido pouco depois, por parte do Brasil, após a Índia realizar os primeiros testes nucleares, em 1974.

Já o Brasil, estando no continente americano, posicionava-se na zona de influência imediata dos EUA, e colocou-se como um país ocidental durante a bipolaridade, na maior parte dos casos. Exemplo dessa relação íntima foi a assinatura de um Acordo Militar, em 1955, em que o Brasil provia insumos para a consolidação da base industrial de defesa dos EUA. De forma geral, esse movimento respondia a interesses pragmáticos de utilização dos vínculos com os EUA em prol do desenvolvimento nacional (CERVO; BUENO, 2010). Por isso, apesar de também enfatizar o conflito Norte-Sul e ter o desenvolvimento como meta central, a exemplo da Operação Pan-Americana[109], o país não participou formalmente do MNA. A estratégia universalista de diversificação de parcerias foi implementada sobretudo no campo comercial, sem comprometimento da filiação ideológica do país. Iniciada pelos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), no período da Política Externa Independente (PEI), a diversificação foi mantida durante os governos militares, com a breve exceção do governo Castelo Branco (1964-1967), em que se praticou uma vinculação automática aos interesses dos EUA.

A política nuclear brasileira é um claro exemplo das condições sistêmicas da Guerra Fria, pois foi justificada por meio de uma narrativa de autonomia e caracterizada como mecanismo de desenvolvimento nacional. Conforme visto anteriormente, o Brasil não só se recusou a assinar o TNP, alegando assimetrias, como firmou o supracitado acordo com a Índia, além de acordos nucleares com Israel (1966), França (1967), Espanha (1968) e Equador (1970) (CERVO; BUENO, 2010, p. 405). Destaca-se, ainda, o Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, assinado em 1975, que permitia transferência de tecnologia e que culminou, em 1977, na denúncia do Acordo Militar de 1952 com os EUA. No próximo capítulo, em que serão apresentados os mandatos do Brasil no CSNU, poderemos perceber que ao longo

[109] A Operação Pan-Americana, também conhecida como OPA, foi uma proposta do governo de Juscelino Kubistchek para que a América Latina recebesse auxílio econômico, aos moldes do oferecido à Europa por meio do Plano Marshall. A narrativa do governo brasileiro era a de que o subdesenvolvimento facilitava a expansão de ideias comunistas na região.

da Guerra Fria o país possuiu uma relação ambivalente com as instituições multilaterais, decorrente tanto da conjuntura internacional quanto das alternâncias de regime político, a exemplo dos vinte anos em que esteve ausente do Conselho durante os governos militares.

Com a derrocada da URSS, em 1991, os EUA consolidaram-se como uma grande potência sem rivais à altura, principalmente em termos militares. Entretanto, de forma paralela, outros centros de poder foram se formando, como a Europa, agora unida em torno da União Europeia, a China e o Japão, na Ásia, e outros Estados de projeção inicialmente regional, como Brasil e Índia. Não à toa, Huntington (1999) descreveu a nova ordem como "unimultipolaridade". O conceito, ao mesmo tempo em que confirma a primazia dos EUA, indica a abertura para o surgimento de outros polos.

A nova conjuntura pôde ser aproveitada pelas potências emergentes, levando a uma situação de "multilateralismo complexo" (STUENKEL, 2012), em que as novas relações são menos ocidentais e mais ideologicamente diversas. Essa difusão de poder fez com que a nova ordem internacional provocasse mudanças na política externa dos Estados, que agora enxergavam com mais clareza uma janela de oportunidade para subir posições relativas no sistema. Destaca-se, por exemplo, a nuclearização de quatro novos Estados (Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte), fazendo com que o poder nuclear não fosse mais exclusivo dos P5.

Entretanto, é possível interpretar que a nova configuração não mudou nem revigorou a forma pela qual a ONU trabalha com temas de segurança, uma vez que não houve alteração na composição dos P5 nem um abandono, por parte deles, do uso do veto e das ações unilaterais (LIMA, 1996). Há, nesse sentido, uma convivência entre a manutenção do status quo institucional e as modificações nos cálculos das grandes potências para agregar os impactos das reações novos países nucleares às suas ações.

No caso do Brasil, a opção adotada foi participar das instituições multilaterais de forma não conflitiva, buscando influenciar e demandar mudanças por meio da integração a elas (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). A redemocratização na década de 1980 e o fim da Guerra Fria simbolizaram a adesão brasileira ao regime internacional de desarmamento e não proliferação. Em nível doméstico, o Brasil incluiu a vedação do uso bélico de energia nuclear na Constituição Federal de 1988. Pode-se citar, ainda, a internalização do Tratado de Tlatelolco, em 1994, pelo governo de Itamar Franco[110], e a ratificação do TNP por Fernando Henrique

[110] O Tratado de Tlatelolco, criado em 1967, visava instituir na América Latina uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN). O Brasil ratificou o Tratado logo depois e utilizou esse compromisso internacional como justificativa para não aderir ao TNP, alegando que já estava comprometido com a causa. Entretanto, o Tratado só foi internalizado em 1994, após os Estados-parte concordarem com a modificação de um artigo que impedia Estados externos ao Tratado de utilizarem armas nucleares contra os signatários. Por criar obrigações para

Cardoso, em 1998. Com a adesão, o Brasil passou a ser considerado um interlocutor responsável e respeitável no tema por vários atores relevantes, mas ainda não é uma unanimidade. Stuenkel (2010a) argumenta que o Brasil ainda levanta suspeitas sobre suas intenções ao evitar comprometimentos mais profundos, sob a justificativa de segredo industrial, como a negativa de assinar o Protocolo Adicional ao TNP, que permite inspeções dos técnicos da AIEA sem aviso prévio.

Apesar disso, o país busca construir sua imagem por meio da aproximação com parceiros diversificados, dentro e fora do contexto regional. O país possui acordos em temas nucleares e de defesa com diversos Estados, como Índia e África do Sul (por meio do agrupamento IBAS), com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com os países da região, por meio, por exemplo, do Conselho de Defesa da Unasul (LIMA et al., 2017).

O Brasil também considerava importante impedir o isolamento de Estados que possam estar se afastando do regime. Esse argumento pode ser ilustrado por seu empenho em realizar um acordo com o Irã quando o país sofria sanções internacionais pela falta de transparência de suas atividades nucleares. O Brasil, durante o governo Lula, esforçou-se para mediar um acordo entre Brasil e Turquia, em 2010, conhecido como Declaração de Teerã, para evitar que o CSNU aprovasse novas sanções para o país persa, conforme será detalhado no quinto capítulo.

Já a Índia, conjugou a adesão às regras do jogo a estratégias menos consensuais, como a busca pela nuclearização, às margens do TNP e do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, da sigla em inglês para *Comprehensive Test Ban Treaty*). Para Baldev Raj Nayar e Thazha Varkey Paul (2003), a Índia buscou ser tratada como sujeito, e não como objeto, aumentando suas capacidades de poder e empregando a diplomacia para impedir rupturas profundas. Após o fim da Guerra Fria, a Índia aproximou-se de um ator externo para contrabalançar, sobretudo, a presença chinesa na região: os Estados Unidos. Este país, desde os testes nucleares indianos da década de 1970, manteve controles de exportação de tecnologias de uso dual para a Índia, uma vez que ela havia se armado às margens do TNP.

Vandana Bhatia (2017) aponta que os ataques terroristas de 11 de setembro e a "culpa" atribuída ao fundamentalismo islâmico fizeram com que o presidente George W. Bush estabelecesse uma narrativa segundo a qual a Índia conformava um ator responsável no sistema, de forma a neutralizar a influência paquistanesa, país de maioria muçulmana, e chinesa, descrita como não democrática e autoritária. Desde 2005, discussões sobre o tema começaram no

terceiros, o Tratado só passou a ter valor jurídico com a modificação do artigo. O decreto de internalização no Brasil pode ser consultado em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1246.htm>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

Departamento de Estado dos EUA, culminando na declaração conjunta do presidente Bush e do primeiro-ministro Singh, em que os EUA declararam a Índia como "um Estado responsável com tecnologia nuclear avançada que merece adquirir os mesmos benefícios e vantagens que os outros Estados nucleares" (BHATIA, 2017, p. 127, tradução nossa)[111].

O Acordo Indo-Americano de Cooperação Nuclear foi ratificado pelos países em 2008, e marcou uma mudança nas oportunidades abertas ao país asiático no sistema internacional. Por meio da aproximação com os EUA, a Índia saiu da condição de isolamento no âmbito nuclear para a aproximação com agências internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o Grupo de Supridores Nucleares (NSG, da sigla em inglês para *Nuclear Suppliers Group*). Além disso, a narrativa do ator responsável colocou a Índia em uma posição de confiança no seu círculo macrorregional, em contraposição à imagem negativa de China, Rússia e Paquistão. Esse alinhamento temático com os EUA permitiu, ainda, um apoio oficial do país americano à concessão de um assento permanente para a Índia no CSNU, vide discurso realizado, em 2010, pelo então presidente Barack Obama em viagem oficial ao país (MCDONALD; PATRICK, 2010).

Podemos observar que, no nível interestatal, os países possuem estratégias diferenciadas de inserção. A Índia, não sendo parte do TNP, sendo um país nuclearmente armado e integrando uma região em que há outros três países em igual condição, possui no acordo com os EUA o marco da passagem para sua imagem de "ator responsável", que a conferiu credenciais para o apoio explícito ao assento permanente no CSNU. Já o Brasil, após desconfianças durante os governos militares, buscou a imagem da confiabilidade pela adesão aos acordos dos regimes internacionais, a aproximação com seus vizinhos e o uso da mediação para ampliar o alcance das diretrizes internacionais.

Por um lado ou por outro, percebe-se que a mudança no sistema provocada pelo fim da bipolaridade gerou impactos nas oportunidades e nas estratégias conferidas a ambos os países. Houve a manutenção do poder do CSNU na mão dos P5, mas há outros Estados que precisam entrar nos cálculos da agenda de segurança, sobretudo os novos países nucleares. Entretanto, Índia e Brasil possuem formas e capacidades diferentes para aproveitar e maximizar os ganhos da nova ordem. Para compreender com mais profundidade as diferenças entre ambos os Estados, é necessário avançar e compreender como os cinco níveis de análise de relacionam com as capacidades de poder de Brasil e Índia.

[111] O texto em língua estrangeira é: "(...) a responsible state with advanced nuclear technology that deserves to acquire the same benefits and advantages as other nuclear weapon states."

3.3 **Capacidade de Poder**

Vimos que entre os argumentos para que um país seja considerado uma grande potência está sua capacidade de prover segurança a nível global, o que justifica a existência de membros permanentes no CSNU, comprometidos de forma constante e dotados dos meios necessários para a obtenção da paz universal. Com isso, as diversas formas de medir e comparar poder no sistema internacional, seja ele econômico, político ou militar, são recorrentes nos estudos que trabalham com ranking ou categorias de Estados.

Apesar de o poder militar não ser a única forma de mensurar a influência dos países, este trabalho segue a perspectiva de Milani, Pinheiro e Lima (2017), segundo a qual a posse de capacidade militar, sobretudo de armas nucleares, recalcula e potencializa a inserção internacional de um Estado. Nessa linha, de acordo com Andriole et al. (1975), tradicionalmente foram utilizadas medidas como o tamanho do território e a população do Estado para classificar os países relativamente no sistema, mas o indicador definitivo seria a capacidade militar:

> (...) nosso argumento é que, na maior parte dos casos, há uma alta correlação entre a posição no Estado no ranking relativo ao tamanho e às dimensões de capacidades militares. Além disso, nos casos em que as duas medidas divergem, são os atributos de capacidades militares que possuem um papel mais significativo na conduta da política externa. Em outras palavras, enquanto as duas medidas são empiricamente relacionadas, nossa posição é a de que a dimensão das capacidades militares é mais importante em termos do impacto potencial no comportamento de política externa (ANDRIOLE et al., 1975, p. 191, tradução nossa)[112].

Consideramos, entretanto, que a construção das capacidades de poder não é um processo descolado dos níveis anteriores, sendo ela um projeto político que depende de múltiplos fatores como a capacidade econômica, a legitimação social, os atores envolvidos e as relações do Estado com sua região e com o nível global. Parte-se, portanto, de uma abordagem que relaciona capacidade de poder, política externa e política de defesa, em que há uma articulação entre meios militares e fins diplomáticos (AMORIM, 2016).

Uma das formas mais utilizadas para medir poder, conjugando variáveis relacionadas ao tamanho do Estado com as militares, é o Indicador Composto de Capacidades Nacionais (CINC), produzido pelo projeto *Correlates of War* (CoW), que inclui seis parâmetros: gastos militares, pessoal militar, consumo de energia, produção de ferro e aço, população urbana e

[112] O texto em língua estrangeira é: "(...) our contention is that in most cases there is a high correlation between a state's rank on the size and military capability dimensions. Furthermore, in those cases where the two measures diverge, it is the military capability attribute which plays a more significant role in the conduct of foreign affairs. In other words, while the two measures are empirically related, our contention is that the military capability dimension is more importante in terms of its potential impact on foreign policy behavior." (ANDRIOLE et al., 1975, p. 191)

população total. Quanto maior a capacidade integrada, maior o índice. De acordo com a última versão do CINC, que usa 2012 como ano base, a comparação dos cinco membros permanentes do CSNU e de Brasil, Índia e seus principais vizinhos no marco temporal deste trabalho apresenta as seguintes informações[113]:

Tabela 4 – Indicador Composto de Capacidades Nacionais, *Correlates of War* (2018)

Estado	CINC (1946)	CINC (2012)	Variação percentual
EUA	.3639884	.1393526	- 61,71%
Rússia	.1225411	.0400789	- 67,29%
China	.1327105	.2181166	+ 64,35%
Reino Unido	.1161727	.0152770	- 86,84%
França	.0313083	.0142069	- 54,62%
Brasil	.0128125	.0250626	+ 95,61%
Argentina	.0085098	.0056534	- 33, 56%
Colômbia	.0029225	.0066779	+128,49%
Índia	.0528381 (1947)	.0808987	+53,10%
Paquistão	.0114418 (1947)	.0145536	+27,19%

Nota: Elaboração a partir dos dados do CoW, 2018[114].
Fonte: A autora, 2010.

A partir do índice, podemos concluir, por exemplo, que a China, vizinha da Índia com a qual possui litígios territoriais, era o país com o maior indicador de capacidade nacional no ano de 2012, que coincide com o marco temporal aqui analisado. Em segundo lugar nessa amostra, estão os Estados Unidos, grande potência militar, seguidos pela Índia. A Índia possui um indicador superior ao de Paquistão, Brasil e três dos cinco membros permanentes do CSNU. O Brasil, por sua vez, possui capacidade nacional superior à Argentina e à França e ao Reino Unido. Em relação à evolução do índice, percebe-se retração de Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido no intervalo marcado pelo fim da Guerra Fria.

Em relação aos maiores aumentos, destaca-se o incremento dos índices colombiano, brasileiro, chinês, indiano e paquistanês. Ressalta-se que durante o período os Estados passaram por crescimento econômico, receberam investimentos em indústria de base e reequipamento das Forças Armadas, e China, Índia e Paquistão tornaram-se Estados nucleares. O caso da Colômbia é *sui generis* na região, devido aos acordos de cooperação militar com os Estados

[113] Índia e Paquistão não eram formalmente independentes em 1946, por isso os dados dos dois países correspondem ao ano seguinte, 1947.
[114] Disponível em <http://www.correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>. Acesso em 15 de agosto de 2018. Na página eletrônica do CoW também é possível encontrar o manual com os procedimentos de cálculo e as fontes de onde os dados foram retirados.

Unidos e o emprego das Forças Armadas internamente para combate às guerrilhas (LIMA et al., 2017).

Entretanto, ao conjugar fatores industriais, econômicos e geográficos, o CINC pode apresentar distorções quanto às capacidades que se referem diretamente ao poder militar. Por isso, serão utilizados dados desagregados para comparar a posição relativa desses Estados em indicadores estritamente militares. Observemos a seguir dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) sobre gastos militares, em valores absolutos e em porcentagem do PIB. O primeiro ano disponível na base de dados é 1949, mas as informações estão incompletas. Para permitir a comparação com o CINC, serão indicados os dados de 2012 (com base nos preços e taxas de conversão de 2016). Foram acrescentados, ainda, os valores de 2017 (com preços e taxas de 2017), versão mais atualizada da base de dados, para fins informativos.

Tabela 5 – Gastos militares, em US$ milhões, em 2012 e 2017 (em valores constantes de 2016)

Estado	**1949 (valor e % PIB)**	**2012 (valor e % PIB)**	**2017 (valor e %PIB)**
EUA	132803 (5,1%)	715838 (4,2%)	609758 (3,1%)
Rússia/URSS	Sem informações	53317 (3,8%)	66335 (4,3%)
China	Sem informações	161797 (1,8%)	228231 (1,9%)
Reino Unido	Sem informações	52347 (2,2%)	47193 (1,8%)
França	Sem informações	52500 (2,2%)	57770 (2,3%)
Brasil	Sem informações	25475 (1,4%)	29283(1,4%)
Argentina	Sem informações	4038 (0,8%)	5681 (0,9%)
Colômbia	Sem informações	8152 (3,2%)	8976 (3,1%)
Índia	Sem informações	48896 (2,5%)	63924 (2,5%)
Paquistão	Sem informações	8186 (3,3%)	10774 (3,5%)

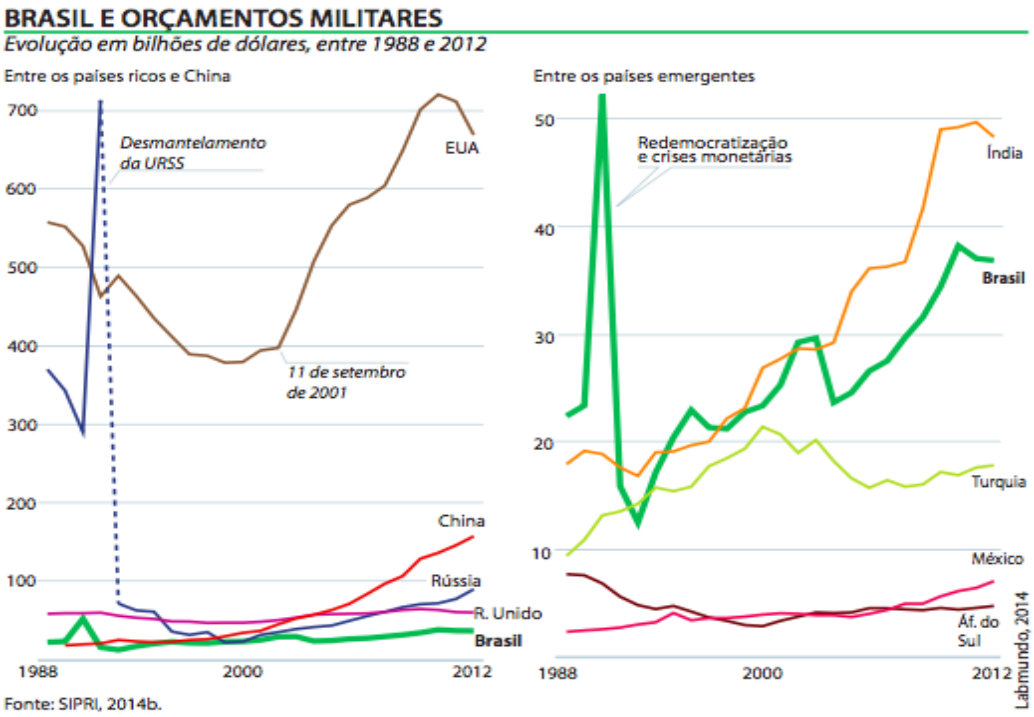
Nota: Elaboração a partir dos dados de SIPRI, 2018[115].
Fonte: A autora, 2020.

Os dados sobre gastos militares indicam que os Estados Unidos possuem a liderança nesse aspecto, seguidos pela China. Outros dados da Tabela 5 permitem que certas diferenças sejam notadas nas características dos gastos militares dos países do CINC. Por exemplo, a porcentagem em relação ao PIB coloca o Brasil abaixo dos cinco membros permanentes do CSNU. Já em relação à Índia e ao Paquistão, outras conclusões podem ser verificadas: enquanto o total absoluto não só é maior quanto cresceu consideravelmente no caso indiano, o investimento por porcentagem do PIB no Paquistão é superior nos anos recentes. A imagem abaixo completa as informações ao ilustrar a evolução dos orçamentos militares de países

[115] Disponível em <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

desenvolvidos e emergentes. Pode-se perceber que até nos anos 2000 houve um descolamento entre as curvas de crescimento de Brasil e Índia, em prosseguimento à nuclearização do país asiático.

Gráfico 3 – Orçamentos Militares (1988-2012)



Fonte: MILANI et al., 2014, p. 47.

Os dados dizem respeito às economias de defesa dos países e seu grau de articulação doméstico e internacional. O tema ultrapassa os limites desta tese e é objeto de estudos próprios dada a sua complexidade, então serão feitos alguns apontamentos introdutórios para situar a relação entre a base industrial nacional e a construção das capacidades de poder, sem a pretensão de esgotar as contribuições da literatura.

No Brasil, o investimento na indústria de defesa foi descrito enquanto um mecanismo para gerar desenvolvimento econômico, argumento consolidado pela Estratégia Nacional de Defesa (2008) e pela Política Nacional da Indústria de Defesa (2005). No setor, atualmente, há regulações sobre a iniciativa privada, sujeita a monitoramento pelo Ministério da Defesa, mas a participação do capital tanto nacional quanto estrangeiro é permitida e os investimentos são realizados por grandes empresas do setor, com destaque para a Taurus, que atua no setor de armas convencionais, a Embraer do setor de aviação, e a CBC/Magtech, de munições (LIMA et al., 2017). Apesar disso, o Brasil manteve, ao longo do período de análise, a balança

comercial do setor de armas negativa, sendo as Forças Armadas o maior comprador nacional (LIMA et al., 2017, p. 84-85).

Os documentos mencionados indicam que a base industrial de defesa do país está baseada na vinculação entre Forças Armadas, empresas e universidades, em um processo que conjuga ensino, produção e gestão. Essa necessária vinculação entre defesa e desenvolvimento, apesar de verdadeira, decorre do imperativo de justificar investimentos na base industrial em um país que não possui ameaças imediatas. De acordo com Silva (2015),

> (...) o papel brasileiro como exportador de armas logo ganha outras dimensões na imprensa nacional – documentações recém disponibilizadas pela Lei de Acesso à Informação e sua regulamentação mostram um quadro bem diverso da intenção oficial de associar ganho econômico, pesquisa cientifica e produção de armamentos – na verdade, o Brasil começa a ser associado como responsável pelo armamento de ditaduras ao redor do globo (SILVA, 2015, p. 35).

Cabe ressaltar que a base industrial de defesa brasileira é considerável e não deve ser descartada das análises[116], mas em comparação à indiana, deve-se notar que a escala do país asiático o coloca num patamar diferenciado. Naquele país, conforme já mencionado, a centralidade estatal abriu espaço para que o parque industrial fosse direcionado ao fortalecimento da indústria bélica. Inicialmente restrito ao capital estatal, a edição de medidas como a Política de Recursos em Defesa (2006) e a estratégia do "*Make in India*", para estimular a produção do setor em solo indiano (*Indian Ministry of Defence*, 2018[117]), garantiu acesso total ao capital privado na década passada. O setor passou a ser um ativo tanto para o capital nacional, a exemplo de investimentos de grandes corporações nacionais como a Tata, como também para investimentos estrangeiros. A necessidade de investir em avanços tecnológicos na área é um tema em que direita e esquerda tradicionalmente convergem, estimuladas pela necessidade de diminuir a dependência do país da importação de armas e minimizar vulnerabilidades externas (SINGH, 2008). Apesar disso, a Índia continua a ser um dos principais compradores de armas do mundo, sobretudo da Rússia (SIPRI, 2019[118]).

O investimento em defesa, conforme mencionamos anteriormente, não é consensual na sociedade indiana, mas vem sendo mantido mesmo com a alternância de governos. R. G. Matthews (1989) argumenta que o apoio generalizado aos investimentos em defesa contrasta

---

[116] Ver mais em SCHMITT, F.H; ASSIS, L.R.S. A Dinâmica Recente do Setor de Defesa no Brasil: Análise das Características e do Envolvimento das Firmas Contratadas. Texto para Discussão IPEA, n. 1878, 2013. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2623/1/TD_1878.pdf>. Acesso em 3 de julho de 2019.

[117] Disponível em <https://48months.mygov.in/wp-content/uploads/2018/06/1000000000849503472.pdf>. Acesso em 3 de julho de 2019.

[118] Disponível em < https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

com os desafios econômicos que o país enfrenta e que, portanto, o gasto é apresentado como um meio para garantir que o desenvolvimento se sustente. Ainda de acordo com o autor, a Ásia é o continente em que os gastos militares mais aumentaram desde o fim da Guerra Fria. Os investimentos em política nuclear interferem nesses dados. Durante o marco temporal analisado, oito países tornaram-se potências nucleares, em adição aos Estados Unidos, que havia produzido a bomba em 1945, sendo a maior parte deles no continente asiático. A Tabela 6 apresenta as datas em que foram realizados os primeiros testes e a evolução dos arsenais:

Tabela 6 – Poder Nuclear Mundial (2012-2018)

Estado	**Ano do teste**	**Inventário total estimado**	
		2012	**2018**
EUA	1945	8000	6450
Rússia	1949	10000	6850
China	1964	240	280
Reino Unido	1952	225	215
França	1960	300	300
Índia	1974	80-100	130-140
Paquistão	1998	90-110	140-150
Israel	Sem informações	80	80
Coreia do Norte	2006	Sem informações	10-20

Nota: Elaboração a partir dos *Yearbooks* 2012 e 2018 do SIPRI[119].
Fonte: A autora, 2020.

A análise conjunta das três tabelas permite que cheguemos a conclusões preliminares: a Índia está em uma região mais militarizada do que o Brasil, a exemplo dos dados de seus principais vizinhos imediatos (Paquistão e China, e Argentina e Colômbia, respectivamente); em sua região, apesar de seu tamanho continental, o Brasil gasta menos em porcentagem do PIB do que a Colômbia; os gastos militares (tanto em dados absolutos quando percentuais) denotam que a Índia tem, comparativamente, conferido prioridade ao setor; e há, no entorno indiano, a maior concentração de Estados nuclearmente armados, além de os Estados localizados na Ásia terem sido os únicos que aumentaram a quantidade de ogivas nos inventários totais. Percebe-se, portanto, que Brasil e Índia possuem entre si, historicamente, perspectivas e expectativas diferenciadas em termos de segurança.

[119] O Yearbook é uma publicação anual do Sipri com informações sobre o poder militar dos países. As edições de 2012 e 2018, consultadas para a elaboração da tabela, encontram-se disponíveis, respectivamente, em <https://www.sipri.org/sites/default/files/2016-03/SIPRIYB12Summary.pdf> e <https://www.sipri.org/sites/default/files/SIPRIYB18c06.pdf >. Acesso em 29 de agosto de 2018.

Propõe-se que os dados analisados assinalam uma tendência de longo prazo: os gastos militares são um indício do pensamento estratégico do Estado. Esse entendimento refere-se à percepção do país sobre suas potencialidades, capacidades, ameaças e interesses de forma integrada. Por esse ângulo, de acordo com Nayar e Paul (2003), os testes nucleares conduzidos pela Índia, em 1974 e 1998, foram o ápice de uma estratégia de longo prazo de busca por um status mais robusto no sistema internacional. Para os autores,

> (...) o comportamento da política externa indiana tem sido direcionado pelo desejo de adquirir o status de grande potência, e as fontes do conflito entre a Índia e a estrutura das grandes potências têm sido sistêmicas, dado, por um lado, o persistente status da Índia enquanto potência emergente, suas capacidades potenciais e, portanto, a percepção quanto à "inconsistência de status", e, por outro, o impacto adverso que a entrada da Índia em posições de poder teria nas atuais grandes potências e seus aliados, tanto regional quanto globalmente (NAYAR; PAUL, 2003, p.1, tradução nossa)[120].

Entre os especialistas, os motivos aos quais se atribui a ambição da Índia por uma posição mais elevada no rol das grandes potências podem variar. Alyssa Ayres (2018) indica que desde os trabalhos clássicos sobre o papel da Índia no mundo, a exemplo do livro de Stephen Cohen e Richard Parks, *India: Emergent Power?* (1978), a preocupação sobre o reconhecimento das ambições indianas era uma constante. Segundo a autora, tanto os políticos quanto os acadêmicos indianos apresentaram a noção de que, a despeito dos desafios internos, cabia à Índia um papel de destaque, seja por sua cultura única e milenar, seja por seu potencial demográfico, econômico, político e militar (AYRES, 2008, pp 25-27).

Ogden (2014) acrescenta que uma pista para entender como o tema se relaciona à "grande estratégia" da Índia é sua "cultura estratégica" (OGDEN, 2014, p. 33). O autor define grande estratégia como uma variável interveniente, que impacta a habilidade de traduzir capacidades de poder em poder real e em influência no sistema internacional. Ela deveria ser flexível a ponto de ser empregada em longo prazo, a partir das adaptações às mudanças internacionais. A elaboração da grande estratégia passaria pela compreensão da cultura estratégica do país, definida como o conjunto de preferências planejadas de longa duração (OGDEN, 2014, p. 33).

[120] O texto em língua estrangeira é: "(...) India's foreign policy behavior has been driven by the desire to achieve major-power status, and that the sources of conflict between India and the major-power system have been fundamentally systemic, given on the one hand India's extant status as a rising power, its potential capabilities, and therefore its perceived "status inconsistency", and on the other the adverse impact that India's entry would have on the power i of the present major powers and their allies, both regionally and globally."

O autor aponta ainda que, como a Índia não possui uma publicação aos moldes do Livro Branco[121], não há um documento que sistematize seus princípios estratégicos, mas alguns são identificáveis na prática política e nos discursos de seus líderes. Entre os elementos que ajudariam a compor a "grande estratégia" indiana estariam a grandeza do passado pré-colonial, a desconfiança sobre a intervenção de potências estrangeiras e a preocupação com a fragilidade de sua integridade territorial após a partição da independência e os litígios fronteiriços ainda existentes (OGDEN, 2014, p. 34). Ainda segundo Ogden, a busca pelo poder militar estaria relacionada ao princípio cultural do *purna swaraj*, "independência completa, também conhecida como interesse nacional esclarecido" (OGDEN, 2014, p. 37, tradução nossa)[122]. Portanto, a força militar do país seria direcionada para o objetivo da autopreservação – em vez de metas expansionistas – em que são combinados os princípios do pragmatismo político e das práticas de não confrontação herdadas de Gandhi e Nehru.

Esse ponto é analisado, ainda, por especialistas como George Tanhan (1992), Ian Hall (2016) e Shashi Tharoor (2012; 2007). Tanhan (1992) considera que a busca por reconhecimento e grandeza, seja por caminhos militares ou pelo discurso da liderança espiritual, é constatada desde o primeiro discurso de Nehru após a independência. Entretanto, apesar da presença indiscutível, a ambição de grande potência seria pouco articulada e organizada, gerando uma identidade estratégica que aparenta ser pouco coerente (TANHAN, 1992), a exemplo de um país que defende a não violência, ao mesmo tempo em que é um dos maiores compradores de armas no mundo. Hall (2016) argumenta que essa mistura deriva da composição entre posturas de *realpolitik* e nacionalismo, mas, sobretudo pela persistência da tradição nehruviana na cultura estratégica, que conclama pela neutralidade e pela não confrontação (HALL, 2016). Tharoor (2012; 2007), ex-ministro das relações exteriores, por sua vez, destaca o papel do *soft power* como o verdadeiro destino indiano, em detrimento das capacidades militares, de forma a solucionar questões internas antes de galgar maiores aspirações sistêmicas.

Pode-se concluir, portanto, que a falta de sistematização oficial sobre a grande estratégia indiana gera diversas possibilidades de interpretação sobre os objetivos e sobre as intenções do país. Não há diretriz governamental sobre a forma como os elementos de interesse (integridade territorial, manutenção de independência, desenvolvimento, aumento de status internacional)

---

[121] O Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil consiste em um documento oficial do governo brasileiro no qual estão expostos princípios, objetivos e planos acerca da política externa e da Defesa Nacional, bem como direcionamentos institucionais e orçamentárias aos órgãos responsáveis pela área.

122 O texto em língua estrangeira é: "(...) complete independence, also referred to as enlightened national self interest".

seriam buscados, o que pode tornar a ação do país mais suscetível a mudanças e, portanto, menos estável e passível de alternâncias de poder. A própria Constituição indiana, lei magna do país, é discreta em relação à atuação externa e defesa, limitando suas previsões à unidade da nação no preâmbulo, à promoção da paz e da segurança internacionais por meio do estímulo ao uso da arbitragem, em seu artigo 51, e na afirmação da competência do Poder Executivo sobre tais temas, conforme citamos anteriormente.

Já no Brasil, a formação da grande estratégia passou por um caminho diferente, alusivo à formação histórica do país. A definição relativamente precoce sobre a integridade territorial, mesmo que passível de conflitos, teria dado ao Brasil a posição de "potência satisfeita" com o status quo territorial (LIMA; HIRST, 2009) e, portanto, a capacidade de pensar seus temas de defesa dentro da lógica de um país predominantemente pacífico (AMORIM, 2016), em que havia poucos focos de conflito com os vizinhos. Segundo Amorim (2016),

> Um problema fundamental para a segurança de qualquer Estado, particularmente para aqueles cujo território se caracteriza pela continentalidade, é a definição de suas fronteiras. No Brasil, a habilidade de homens como o Barão do Rio Branco – justamente cultuado nas instituições militares –, somada ao próprio peso específico do país na América do Sul, assegurou que esse enorme desafio fosse enfrentado pela negociação e pelo recurso a outros meios pacíficos. Essa realidade repercute até os dias de hoje: seguro em suas fronteiras, o país pôde dedicar-se prioritariamente às tarefas do desenvolvimento (...). Costuma-se dar o nome de poder brando (ou *soft power*) à capacidade persuasiva, negociadora e de irradiação de valores que, no caso do Brasil, tem produzido ganhos concretos (AMORIM, 2016, p.46, grifos do autor).

Em concordância com essa visão, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto (2015) identifica a mesma tranquilidade em autores que ajudaram a formar a política de defesa e a política externa brasileira, como Alberto Torres, Mario Travassos, Everardo Backheuser e Golbery do Couto e Silva. De acordo com o autor, "nossos estrategistas preocuparam-se mais com a construção do futuro do país do que com temas estritamente bélicos" (PINTO, 2015, p. 31), situação na qual são presentes reflexões sobre a prevenção de conflitos, em Alberto Torres, a ocupação racional do território, em Travassos e Backheuser, e a potencialização do poder nacional por meio do desenvolvimento, em Golbery (PINTO, 2015, pp. 32-33).

A trajetória histórica diferenciada, em que a potencialidade de conflito foi relativamente baixa desde a formação do Estado, ao contrário do caso indiano, funcionou, como defendem Lima e Milani (2017), para deslegitimar os movimentos de aumento de gastos e efetivos militares:

> O estabelecimento da hegemonia regional brasileira e do equilíbrio geopolítico favorável ao país no Império não apenas levou à redução posterior dos efetivos do exército, mas reforçou nas elites a perspectiva da baixa securitização de eventuais ameaças regionais. Tal visão, conjugada com a prevalência da tese do "pacifismo e o

> juridicismo da política externa" e de uma avaliação da fraqueza dos meios militares para quaisquer movimentos de projeção internacional do poder militar, gerou uma narrativa dominante entre as elites, qual seja: a neutralização de qualquer legitimidade ao uso da força no plano internacional e ao incremento das capacidades militares para sua função precípua que é fazer a guerra ou dissuadir os inimigos de eventual ataque, como ressalta João Alsina Júnior (LIMA; MILANI, 2017, p. 4)[123].

Partindo da definição apresentada, segundo a qual a grande estratégia é variável interveniente para a inserção internacional do país, o Brasil possui, atualmente, diferentemente da Índia, documentos públicos que sintetizam os princípios pelos quais a estratégia será empregada e, portanto, indicam quais seriam os elementos da cultura estratégica brasileira. A existência de uma estratégia oficial, entretanto, não sugere que haja consenso público, ou mesmo entre seus formuladores, nem tampouco que país pacífico é país desarmado (AMORIM, 2016), mas sim que há uma previsão presumida de longo prazo sobre as linhas mestras. Destaca-se, nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Defesa (1996, 2005 e 2012), a Estratégia Nacional de Defesa (2008 e 2012) e o Livro Branco da Defesa Nacional (2012).

Nesses documentos, destacam-se a busca por cooperação e relações pacíficas com os vizinhos, a exemplo do artigo 4º da Constituição, e a manutenção de relações amistosas com o mundo, em que política externa e política de defesa são integradas para promover os interesses nacionais, sobretudo o desenvolvimento (AMORIM, 2016). Exemplo desse direcionamento é a ampliação do entorno estratégico brasileiro, presentes na Estratégia Nacional de Defesa e no Livro Branco da Defesa Nacional, de forma a introduzir a costa atlântica da África na área de interesse e relacionamento imediato do país, por meio de relações cordiais e projetos de cooperação, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS (AMORIM in LIMA et al., 2017).

Há um caso empírico que nos permite comparar a aplicação da grande estratégia brasileira e da indiana: a adesão ao regime de não proliferação. De acordo com Stuenkel (2010a), na década de 1970 ambos flertaram com a possibilidade de adquirir armas nucleares, sob o argumento de "congelamento de poder mundial" (CASTRO, 1971), no caso brasileiro, e de "apartheid nuclear" (SINGH, 1998), no caso indiano. Naquele momento, ambos se afastaram do TNP, proposto em 1968. A Índia conduziu testes em 1974, com a primeira-ministra Indira Gandhi, e o Brasil assinou o acordo nuclear com a Alemanha, em 1975, temas já tratados anteriormente.

---

[123] A obra de Alsina Jr. a que o trecho faz referência é *Política Externa e Política Militar no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Entretanto, a lógica se alterou nos anos de 1990. Enquanto a Índia produziu a bomba a partir dos testes de Pokhran II, em 1998, o Brasil optou por se tornar um "ator responsável" (STUENKEL, 2010a, p.529) e assinar tanto o TNP quanto o CTBT, em prosseguimento aos dispositivos da Constituição Federal de 1988, que vedam o uso da energia nuclear para fins não pacíficos. Apesar de haver discordâncias dentro das Forças Armadas brasileiras sobre a produção das armas, Stuenkel (2010a) considera que a obtenção do status nuclear levaria o Brasil a violar, além desses dois tratados, sua própria Constituição.

Sobre as capacidades de poder, podemos concluir, portanto, que as grandes estratégias de Brasil e Índia possuem reflexo no ímpeto direcionado aos gastos militares e à obtenção de armamentos. Enquanto, no Brasil, a definição das fronteiras permitiu, de forma geral, que o país direcionasse seus esforços para o desenvolvimento e para relações cordiais com seus vizinhos, a Índia enfrenta, até os dias de hoje, incerteza sobre seus limites territoriais, aliada a uma busca histórica por adquirir status elevado no sistema internacional. Resultam desse processo dois Estados que possuem diferenças significativas em seu aparato bélico, suas estratégias e suas relações com o entorno regional.

3.4 **Conclusões do Modelo e Implicações para a política externa**

O terceiro capítulo buscou verificar possíveis pontos de contato e diferenças entre os elementos que compõem a ação internacional de Índia e Brasil. Para isso, foi proposto um modelo que parte da conjugação de níveis de análise, de forma a observar a relação entre elementos domésticos e externos na formulação da política externa do país. As capacidades de poder são um dos elementos centrais dessa estratégia, mas elas não são abstratas, e sim estritamente vinculadas a questões históricas, econômicas, regionais e internacionais, que estimulam ou retraem a busca por poderio militar – e nuclear.

Segundo Dilip Loundo e Michel Misse (2003), o histórico dos dois países remonta à combinação de dois vetores: o contraste de diferentes processos de colonização, no interior da semelhança da "conformação de modernidades periféricas a partir de paradigmas históricos marcados pelo evento colonial" (LOUNDO; MISSE, 2003, p.8). Resultariam desse encontro, segundo os autores, diversas temáticas afins entre os Estados, como a formação multicultural e multiétnica e a adoção do sistema federativo para contemplar a diversidade; uma herança social hierárquica, que impacta o papel político das elites; um modelo democrático com Estado forte, direcionado para o desenvolvimento; complexos processos de industrialização e construção

urbana, com profundas implicações sociais; e o uso da diplomacia como forma de influenciar e posicionar-se autonomamente no sistema internacional.

Vimos nas seções acima como essas características estão presentes nos níveis de análise. Percebemos que o espaço para a ação individual difere nos dois países, e que as instituições políticas direcionadas à política externa são resultantes de condições históricas, sociais e culturais. Dessa forma, o papel do primeiro-ministro precisa ser levado em consideração durante a análise da política externa indiana, bem como a centralidade do Ministério das Relações Exteriores no caso brasileiro.

Em relação ao segundo e terceiro níveis, respectivamente a respeito do governo e da dimensão socioeconômica, cabe destacar o confinamento da política externa a uma atividade de "elites" em ambos os países. O entendimento de que essa dimensão seja restrita a especialistas é decorrente da formação social desigual dos países e das diversas questões trazidas pelas separações em raças, classes e castas. A formação histórica também interfere na formação de alianças e nos modos pelos quais os Estados percebem seu status. A análise do quarto e do quinto níveis indicaram que o processo de descolonização e de relacionamento com os vizinhos impactou diretamente a militarização da região concêntrica da Índia, ao mesmo tempo que levou o Brasil a adotar a postura de um país pacífico. Ao olharmos para as capacidades de poder, percebemos que ao estar em uma região não só militarizada quanto nuclearizada, a Índia encontrou no avanço de seu poder militar uma forma de buscar por autonomia e progressão de status no sistema. O Quadro 8 a seguir sintetiza as características apreendidas a partir deste capítulo:

Quadro 8 – Resumo do Enfoque Comparativo

Nível	Brasil	Índia
Atores	- Centralidade do MRE - Recrutamento exclusivo para o corpo diplomático - Instruções *top-down* para diplomatas	- Centralidade do primeiro-ministro - Recrutamento unificado para a administração pública - Maior liberdade de ação individual
Governo	- Participação do Poder Legislativo na ratificação de Tratados - Pouco interesse social pelos temas externos e baixo impacto eleitoral - Impacto do Partido no poder - Crescimento da participação de atores como empresariado, mídia e opinião pública	- Sem participação do Legislativo para ratificação de Tratados - Pouco interesse social pelos temas externos e baixo impacto eleitoral - Impacto do Partido no poder - Crescimento da participação de atores como empresariado, mídia e opinião pública
Socioeconômico	- Passado colonial - Ênfase na integridade territorial - Desigualdades Sociais - País majoritariamente urbano - Centralidade do Estado no planejamento econômico, com abertura para o capital privado tanto nacional quanto estrangeiro	- Passado colonial - Ênfase na integridade territorial - Desigualdades Sociais e Sistema de Castas - País majoritariamente rural, com escala exponencialmente maior: acima de 1 bilhão de habitantes - Centralidade do Estado no planejamento econômico, com abertura para o capital privado tanto nacional quanto estrangeiro, com ênfase no primeiro
Regional	- Continente americano: EUA - América do Sul: "continente pacífico", "potência satisfeita", divergências pontuais, região não nuclearizada	- Continente asiático: URSS/Rússia e China - Sul asiático: questões fronteiriças com vizinhos, ambição de grande potência, histórico de guerras recentes, região nuclearizada
Global	- Guerra Fria: vinculação aos EUA - Afastamento do regime de não proliferação ("congelamento de poder mundial") -Primazia do desenvolvimento e narrativa terceiro-mundista - Pós-Guerra Fria: ator responsável, adesão aos instrumentos do regime	- Guerra Fria: não alinhamento e aproximação à URSS - Afastamento do regime de não proliferação ("apartheid nuclear") - Primazia do desenvolvimento e narrativa terceiro-mundista - Pós-Guerra Fria: país nuclear em 1998, não adesão aos instrumentos do regime, acordo com os EUA

Fonte: A autora, 2020.

Resta claro que as semelhanças decorrentes da condição periférica culminaram em processos de inserção internacional que, apesar de percursos diferentes, classificam os dois países enquanto potências médias emergentes. Ambos compartilham as características de grandes mercados e de potência regional, que buscam maior protagonismo no sistema internacional, sobretudo na ONU. A demanda por um assento permanente no CSNU é ilustrativa tanto da condição intermediária quanto da vontade de ascensão. Portanto, partindo dessas análises, os Capítulos 4 e 5 irão avançar no argumento da tese e verificar se os níveis de análise a as capacidades de poder impactaram nos votos conferidos por Brasil e Índia no Conselho.

4 BRASIL E ÍNDIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA: DO PÓS-SEGUNDA GUERRA AO FIM DA GUERRA FRIA (1946-1991)

Criada em 1945, a ONU foi fruto do contexto e das relações de poder entre Estados naquela conjuntura específica. O fim da Segunda Guerra e as promessas de que aquele seria o último dos grandes conflitos condicionaram a estrutura e os poderes distribuídos entre as potências na organização. O otimismo que levou à criação da Liga das Nações, no pós-Primeira Guerra, deu lugar ao pragmatismo e à certeza de que os Estados precisariam de mecanismos eficazes de monitoramento e de sanções para que a manutenção da paz fosse assegurada, e que as grandes potências teriam papel central nessa articulação. Os Capítulos 1 e 2 detalharam como a construção da ONU passou por esses elementos e como os métodos de trabalho do CSNU foram estabelecidos de forma a concentrar o poder na mão daqueles que efetivamente poderiam mobilizar recursos para a punição de comportamentos por eles considerados desviantes.

Entretanto, nos dois primeiros anos de funcionamento da ONU, a relação de forças se reacomodou, e a conjuntura foi profundamente alterada pela emergência da Guerra Fria e da divisão do mundo em áreas de influência das duas principais potências, EUA e URSS. O perigo de um conflito era maximizado não só pela posse de armamentos nucleares por parte dos dois Estados como também em razão de ambos estarem envolvidos diretamente no processo decisório de aprovação do uso da força, por serem membros permanentes do CSNU. Assim, a ONU e o próprio CSNU também foram palco do conflito bipolar, que gerou impactos significativos na capacidade e na seletividade das respostas dadas pela organização.

O quarto capítulo irá, inicialmente, contextualizar os entraves para o funcionamento do CSNU nesse período, como boicotes às reuniões e usos extensivos do poder de veto, bem como pontuar os principais conflitos que obtiveram a atenção do Conselho. Veremos, então, que o microlateralismo foi prática recorrente no jogo de poder das potências. A partir desse panorama analisaremos como Brasil e Índia se comportaram a partir dos elementos de política externa descritos no Capítulo 3. Com isso, será possível trazer subsídios iniciais para verificar a validade da hipótese proposta, acerca da influência do poder militar no comportamento de cada país.

A análise da agenda do CSNU e da posição dos países em estudo serão feitas com base nas resoluções aprovadas, nos vetos dados pelos P5, nos votos de Brasil e Índia e nas justificativas desses votos. As fontes dos dados serão primárias: registros das bases de dados da

ONU e das transcrições dos encontros, disponíveis na *United Nations Digital Library*[124]. As justificativas de voto no CSNU seguem, na maior parte dos casos, um padrão em que o representante saúda os demais presentes, ressalta a contribuição de seu país para a solução do conflito em apreciação, e explica, brevemente, a posição quanto à resolução e os motivos que a justificam. Dessa forma, será possível fazer inferências a partir da autopercepção dos atores envolvidos sobre o comportamento de cada país. Quando necessário, a consulta à fonte original será complementada por análises da literatura, a partir de produções de diplomatas e acadêmicos. De posse dessa avaliação, poderemos indicar fundamentos de comparação entre Brasil e Índia.

O capítulo encontra-se dividido em seis seções: a primeira fará a contextualização do período e apontará as principais dificuldades encontradas pelo CSNU para cumprir as tarefas assinaladas a ele pela Carta das Nações Unidas. As seções seguintes serão divididas pelas décadas do período (1940, 1950, 1960, 1970 e 1980), em que serão detalhados os temas e os votos conferidos pelas delegações de Brasil e Índia. Ao voto, quando cabível, será acrescentada a justificativa de posicionamento dada pelos representantes, de forma a relacionar as posturas expressas aos princípios de ação externa apresentados anteriormente.

4.1 **Guerra Fria: Paralisia Decisória e Guerras Periféricas**

De acordo com Sebastian Von Einsiedel e coautores (2016), "o advento da Guerra Fria apenas alguns anos após o estabelecimento da nova organização mundial tornou o novo sistema de segurança coletiva ineficiente pelas quatro décadas seguintes" (VON EINSIEDEL et al., 2016, p. 4, tradução nossa[125]). De acordo com os autores, essa falha de funcionamento pode ser resumida a dois fatos: a ausência da URSS, ao promover um boicote ao órgão, e o baixo número de resoluções aprovadas por conta do uso do veto, sobretudo em comparação à intensa atividade do CSNU a partir da década de 1990.

A política de boicote da URSS foi introduzida no Capítulo 1, mas cabe retomar alguns pontos-chave. De acordo com a leitura original da Carta das Nações Unidas, devido à exigência de votos afirmativos dos cinco membros permanentes para aprovação de uma resolução, a simples ausência de um deles consistia em quebra de requisito representando, portanto, uma

[124] Disponível em: <https://digitallibrary.un.org>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.
[125] O texto em língua estrangeira é: "(...) the advent of the Cold War just a few years after the establishment of the new world organization rendered the new collective security system largely ineffective for the following four decades."

espécie de veto, já que impedia a aprovação. Uma tática de boicote fora empregada pelos soviéticos a princípio, entretanto teve curta duração. Com a eclosão da Guerra da Coreia, em 1950, os EUA propuseram uma nova interpretação do texto da Carta, em que apenas um voto negativo poderia configurar veto. A ausência ou a abstenção não significariam, de acordo com os estadunidenses, a discordância direta do curso de ação proposto. Com isso, os soviéticos voltaram ao Conselho. De acordo com Wallesteen e Johansson (2016), o regresso indica que a URSS reconhecia o valor da ONU e não queria permitir que a organização fosse dominada pelo Ocidente.

O retorno, ao invés de facilitar a tomada de decisões, apenas dificultou que resoluções fossem aprovadas, já que a URSS passou a fazer uso do emprego efetivo do veto ou da simples ameaça de voto negativo. A paralisia do CSNU fez com que, novamente, os estadunidenses buscassem uma alternativa: o resultado foi a aprovação da resolução *Uniting for Peace*, também descrita no Capítulo 1, segundo a qual a decisão sobre temas nos quais o CSNU não chegasse a um acordo seria passada para a AGNU. Por esse expediente, aprovou-se a ação militar para solucionar a crise no Canal de Suez, em 1956, por meio do estabelecimento da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I). A resolução *Uniting for Peace* foi invocada, tanto pelo CSNU quanto pela AGNU, por 11 vezes durante a Guerra Fria, para temas como Suez, Hungria, Congo, Bangladesh, Palestina e Namíbia (*SECURITY COUNCIL REPORT*, 2013[126]).

O CSNU ficou desfigurado pela sucessão de vetos, pelo seu esvaziamento e pelas poucas ações efetivas que emanaram de suas decisões, com predomínio dos interesses dos EUA. Foram enfraquecidas, paulatinamente, as características de multilateralismo no CSNU, como a reciprocidade e a participação. Temos, portanto, um multilateralismo pró forma e um microlateralismo de fato. A ausência de concordância e a disputa por áreas de influência tornavam ainda mais difícil que resoluções com base no Capítulo VII da Carta da ONU e sanções dele decorrentes fossem aprovadas, o que explica sua baixa ocorrência durante o período:

> Antes de 1990, o Conselho de Segurança autorizou explicitamente o uso da força com base no Capítulo VII em apenas duas ocasiões. A primeira autorização ocorreu em 1950, para reverter a invasão da Coreia do Norte à Coreia do Sul, e só porque a União Soviética – para seu arrependimento – tinha boicotado o CSNU naquele período. O segundo caso foi na operação de paz robusta enviada para o Congo no início dos anos 1960 (ONUC). (...) Sanções impositivas só foram empregadas pelo CSNU em duas ocasiões durante a Guerra Fria, contra a Rodésia do Sul, em 1966, e a África do Sul, em 1977. Essas eram exceções que só foram possíveis devido às universalmente

[126] Disponível em <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Security_Council_Deadlocks_and_Uniting_for_Peace.pdf >. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

> condenadas políticas raciais de minorias brancas impostas pelos regimes (VON EINSIEDEL et al., 2016, p. 4, tradução nossa[127]).

O número diminuto de documentos aprovados e, mais ainda, daqueles que invocam o Capítulo VII, fica ainda mais evidente se comparado à atividade do CSNU a partir dos anos 1990, que será detalhada no Capítulo 5. O Quadro 9 mostra o contraste da quantidade total de resoluções aprovadas, das resoluções com base no Capítulo VII, dos vetos em resoluções apresentadas e dos vetos dados aos projetos, que nem chegaram a ser debatidos em plenário.

Quadro 9 – Resoluções Totais e Resoluções de Capítulo VII na Guerra Fria e no Pós-Guerra Fria

Período/ Resolução	**Resoluções Totais**	**Resoluções de Capítulo VII**	**Vetos em Resoluções**	**Vetos a rascunhos**
1946-1989	646	21	232	192
1990-2014	1549	664	35	29
1946-2014	2195	685	267	221

Fonte: WALLESTEEN; JOHANSSON, 2016, p. 29[128].

Pelos dados acima, podemos ver que, durante as quatro décadas da Guerra Fria, o número de resoluções aprovadas foi menor que a metade do de adotadas nas duas décadas seguintes. O contraste é ainda mais nítido com as resoluções com base no Capítulo VII: durante a Guerra Fria, elas corresponderam a aproximadamente 3,25% do total; o percentual saltou para 42,8% entre 1990 e 2014. De acordo com Peter Wallensteen e Patrik Johansson (2016), a média anual de resoluções com base no Capítulo VII desde 1990 é maior que o total das décadas da Guerra Fria em conjunto. O impasse do conflito bipolar também fica expresso na quantidade de vetos, seja a resoluções ou a rascunhos: o total passou de 424 para 64, uma redução de 85%, aproximadamente, significativa mesmo para um período desigual de tempo.

---

[127] O texto em língua estrangeira é: "Before 1990, the Security Council explicitly authorized military action under Chapter VII in only two instances. The first such authorization occured in 1950, to reverse a North Korean invasion into South Korea, and then only because the Soviet Union – to its later regret – had boycotted the Security Council at the time. The second instance was the robust peacekeeping mission deployed in the Congo in the early 1960s (ONUC). (...) Mandatory sanctions were imposed by the Council in only two instances during the Cold War, against Southern Rhodesia in 1966 and South Africa in 1977. But these were exceptions that were only made possible by the universally condemned racial policy of White minority regimes there."

[128] Os dados utilizam como marco de fim da Guerra Fria a queda do muro de Berlim, em 1989. Esta tese, em contrapartida, utiliza o ano de 1991, devido à substituição da URSS pela Rússia como representante na ONU. Apesar dessa variação de dois anos, não há mudança significativa no padrão de resoluções aprovadas: a maior atividade do CSNU ocorreu, de fato, na década de 1990, com a aprovação das operações de paz para conflitos intraestatais.

A forma pela qual o CSNU atuou majoritariamente durante a Guerra Fria foi o uso do Capítulo VI em seus limites, baseando-se não exclusivamente nos mecanismos de solução pacífica, mas aproximando-se do que o ex-secretário-geral Dag Hammarskjöld chamava de "Capítulo 6 ½" (VON EINSIEDEL *et al*, 2016, p. 4). Foi assim que o Conselho autorizou missões de observação para a Palestina (Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas – UNTSO da sigla em inglês para *United Nations Truce Supervision Organization*) e para a Cachemira (Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Índia e Paquistão – UNMOGIP, da sigla em inglês para *United Nations Military Observer Group in India and Pakistan*) na década de 1940, por exemplo, após o processo de partição territorial da Índia.

Se as potências controlavam a agenda e utilizavam o veto em profusão para bloquear resoluções, pode-se inferir que durante a Guerra Fria os membros não permanentes possuíam pouca ou nenhuma influência na tomada de decisão do órgão. De acordo com Colin Keating (2016), que foi representante na Nova Zelândia no CSNU, "durante aquele período, os membros eletivos do Conselho eram, com frequência, marginalizados, como resultado das pressões ideológicas para apoiar as posições de um ou mais membros permanentes" (KEATING, 2016, p. 139, tradução nossa[129]).

A inabilidade de afetar decisões decorria também, segundo Keating (2016), pelo "veto indireto", causado pela simples ameaça de utilizar a prerrogativa, e por um elemento psicológico, relacionado à dependência econômica e militar que os demais Estados possuíam dos membros permanentes naquele período – e que ainda possuem, mesmo que em menor escala (KEATING, 2016, p. 143). Portanto, com a impossibilidade de afetar diretamente a agenda de segurança, cabia aos Estados intermediários as posições defensivas e a ênfase na agenda do desenvolvimento, que ganhou impulso com os processos de descolonização do período.

Após a contextualização inicial e a apresentação do perfil de atividade do CSNU durante o período da Guerra Fria, as próximas seções irão detalhar, década a década, como foi a presença de Brasil e Índia no órgão, ao longo da conjuntura de bipolaridade e inatividade relativa da organização. Foram estudados os mandatos dos quais cada país participou, mesmo que não simultaneamente. Durante a Guerra Fria, o Brasil esteve no CSNU em seis ocasiões:1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968 e 1988-1999. Destaca-se o hiato de vinte anos de ausência, cujos motivos serão detalhados nas seções correspondentes.

[129] O texto em língua estrangeira é: "Also during that period, the elected members of the Council often suffered marginalisation as a result of ideological pressure to support the positions of one or more of the permanent members."

Já a Índia, participou do CSNU em cinco biênios durante a bipolaridade: 1950-1951, 1967-1968, 1972-1973, 1977-1978 e 1985-1985. A próxima seção, portanto, apresentará os mandatos da década de 1940.

4.2 **A Década de 1940**

4.2.1 Brasil (1946-1947)

Quando o Brasil iniciou seu primeiro mandato no CSNU, o cenário doméstico era de transição. Após o período de restrições de liberdade do Estado Novo, o anúncio de novas eleições e de uma Assembleia Constituinte levou ao poder o general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). O impacto da Segunda Guerra e o retorno dos oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) consolidaram a visão de que a democracia era a chave para a paz, e o governo Vargas perdeu, internamente, algumas de suas bases de sustentação. Com Dutra, veio também uma nova Constituição, eleições e o retorno dos partidos políticos. Segundo Gerson Moura (1990, p.23), "no novo governo constitucional, a política externa voltava a estar sob a supervisão do Congresso Nacional e reduzia-se drasticamente a 'personalização' do processo decisório".

Para o autor, a presença de personalidades reconhecidas e interessadas por temas internacionais, como o próprio Vargas, deu lugar a um presidente pouco familiarizado com o assunto. Coube, portanto, à burocracia especializada a condução da agenda. Segundo Moura, "o Itamarati (sic) a essa altura [era] fortemente influenciado por perspectivas liberais e preocupações jurídicas, facilmente traduzíveis numa clara política pró-aliados ocidentais" (MOURA, 1990, p. 23). Tal postura era convergente com a opinião do chanceler Raul Fernandes e de Osvaldo Aranha, embaixador do Brasil na ONU, ambos de tendência pró-estadunidense.

Domesticamente, a posição antissoviética tomou forma com a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Regionalmente, o governo Dutra foi marcado pela aprovação da Carta da OEA, que criou a organização em 1948, durante a Conferência Interamericana de Bogotá. No contexto da Guerra Fria, a organização foi utilizada pelos EUA como um mecanismo para controlar a expansão comunista e intervir nos países latino-americanos, inclusive por meio do apoio a governos autoritários (FAGUNDES, 2010).

Nesse ínterim, a política externa de Dutra é classificada pela literatura comumente como "alinhamento sem recompensas" (MOURA, 1990), uma vez que foram feitas concessões automáticas aos EUA sem a exigência de contrapartida. Sob a égide da democratização do país, após o período do Estado Novo, Dutra afastou-se da "equidistância pragmática" de Vargas, uma política de barganhas que incluía a aproximação com os Estados Unidos, e rumou para abraçar o vínculo ao dito Ocidente, que tinha no Plano Marshall o grande símbolo da colaboração entre aliados. Ainda de acordo com o autor,

> As formulações oficiais da política externa brasileira ao iniciar-se o governo Dutra, punham ênfase em dois temas gerais: a amizade e colaboração com todas as nações do continente e a colaboração com todas as nações democráticas de modo a consolidar a paz mundial. A tradução prática dessas ênfases foi enunciada pelo ministro João Neves da Fontoura ao representante do presidente Truman na posse do general Eurico Gaspar Dutra em termos de "O Brasil seguirá a política exterior dos Estados Unidos". Apesar de evidentes semelhanças de abordagem, a implementação da política de alinhamento aos Estados Unidos durante o governo Dutra diferiu largamente da mesma política sob Vargas. Enquanto com Vargas o alinhamento foi tomado como um instrumento da política externa brasileira, com Dutra ele tornou-se na prática realmente o objetivo da política, tanto em t ermos bilaterais como em termos multilaterais (MOURA, 1990, p. 22-23).

Foi nesse contexto de transição interna no Brasil e de mudanças na ordem internacional que, em 16 de janeiro de 1946, foi realizada a I Sessão do CSNU, na cidade de Westminster, antes da inauguração da sede atual da ONU, em Nova York. Destaca-se, nesse primeiro ano de funcionamento, a decisão sobre a rotatividade mensal da Presidência do órgão por ordem alfabética, regra que prevalece até os dias de hoje (ZIEMATH, 2016). O presidente do CSNU é responsável por montar a agenda de trabalho do mês e conduzir as reuniões. O Brasil participou como membro não permanente da inauguração dos trabalhos do órgão, representado pelo embaixador Cyro de Freitas-Valle. Naquele ano, 15 resoluções foram aprovadas pelo Conselho e nove foram alvo de vetos, todos emitidos pela URSS[130].

A partir do estudo de telegramas diplomáticos, Moura (1990) nota que as instruções enviadas pelo Itamaraty aos representantes brasileiros na ONU focavam na observância de princípios tradicionais e históricos da Política Externa Brasileira (PEB). A tradução prática dessas diretrizes esteve baseada em três linhas principais: seguir a orientação da delegação estadunidense, fazer oposição às posições dos países identificados como comunistas ou pró-soviéticos, e manter o equilíbrio na América do Sul, evitando confrontações diretas com a Argentina (MOURA, 1990, p. 26). Segue o autor, afirmando que "definidos de maneira tão peremptória os alinhamentos no plano internacional, as eventuais contradições do país, na

[130] A lista completa das Resoluções e dos posicionamentos encontra-se nos anexos da tese, bem como a relação dos projetos de resolução que foram alvo de veto pelos P5.

qualidade de país ‘pobre’, com os países ‘ricos’ não podiam gerar políticas mais atuantes” (p. 30).

Três temas destacaram-se na agenda do CSNU no primeiro ano de funcionamento: a reclamação do Irã quanto à presença de tropas soviéticas no seu território (S/RES/2, S/RES/3, S/RES/5); uma reclamação similar feita pela URSS quanto à presença de tropas britânicas na Grécia (S/RES/12, S/RES/15); e a situação da Espanha, sob o regime de Franco (S/RES/4, S/RES/7/ S/RES/10). Enquanto a URSS esteve ausente ou se absteve, o Brasil votou favoravelmente em todas as Resoluções mencionadas, acompanhando a posição dos três membros permanentes ocidentais (P3). Por sua vez, os vetos da URSS foram conferidos, majoritariamente, em projetos de resolução sobre a questão espanhola e a adesão de novos membros à ONU. Ao vetar a entrada de novos membros, a URSS buscava impedir a adição de Estados alinhados aos EUA.

Podemos buscar tanto na política doméstica quanto nos princípios de política externa do Brasil a explicação para essa postura de convergência. De acordo com Gustavo Ziemath (2016), na linha do proposto por Moura (1990), os votos coincidentes com os países ocidentais indicam a estratégia de alinhamento com os EUA no período em que o Brasil era governado por Dutra, bem como demonstram a centralidade da defesa do princípio da não ingerência na política externa brasileira, uma vez que estas Resoluções condenavam a presença de tropas estrangeiras em territórios soberanos. De acordo com o autor,

> Essa perspectiva de que o Brasil exercia política de voto alinhado aos EUA pode ser confirmada por meio da leitura de diversos despachos telegráficos encaminhados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) no Rio de Janeiro à Representação em Nova Iorque, nos quais se davam instruções expressas de acompanhar o voto dos Estados Unidos (ZIEMATH, 2016, p. 34).

No ano seguinte, em 1947, 22 resoluções foram aprovadas no CSNU, tendo como temas mais recorrentes a queixa soviética quanto à presença de tropas britânicas na Grécia (tema de quatro delas) e a situação da Indonésia, também ocupada por tropas britânicas e holandesas, presente em seis resoluções. 13 resoluções foram alvo de veto, todos conferidos, novamente, pela URSS, em início à política de boicote. A maioria dos projetos vetados referia-se à adesão de novos membros à ONU. Em todas as resoluções aprovadas, o Brasil votou favoravelmente, acompanhando o posicionamento dos EUA, mesmo que isso significasse a chancela da presença de tropas estrangeiras no território de outros países (UZIEL, 2012). Segundo Ziemath (2016), “fica claro, nesse contexto, como era mais desagradável aos países ocidentais a presença de tropas soviéticas no Irã do que tropas britânicas na Grécia” (ZIEMATH, 2016, p. 25).

Podemos concluir que as resoluções do primeiro mandato brasileiro relacionavam-se com países localizados em outros continentes e em regiões onde não havia interesses estratégicos diretos, portanto não eram países alvos ou competidores do Brasil; a política externa era direcionada por uma burocracia alinhada aos Estados Unidos, o que era ainda mais visível em um contexto de conflito bipolar; e o tema das resoluções associava-se a um princípio central da política externa brasileira, a não ingerência. Nesse caso, o alinhamento indicado pelo governo no poder prevaleceu, e ocupações feitas por aliados não sofreram críticas abertas, ao contrário daquelas cometidas pelos soviéticos.

Pelas configurações estratégicas dos jogos apresentadas no Capítulo 2, podemos ver que, em condições normais, a ocupação estrangeira a um território, por ferir os princípios do direito internacional, deveria consistir no cenário de aversão comum e ser o caso a ser evitado. Entretanto, o início das hostilidades da Guerra Fria alterou a distribuição de *payoffs* entre as grandes potências, pois um território liberado seria potencialmente ocupado pelo bloco rival. Institui-se um cenário de dois pesos e duas medidas, em que o poder de veto define para que lado o pêndulo segue. Os *payoffs* do Brasil, com poucos incentivos para enfrentar os EUA em nome de seus princípios, também ajudam a compreender a posição brasileira.

A mesma contradição de princípios ocorreu em relação à Espanha, no regime de Franco. Para o Brasil, a situação era uma linha tênue entre a defesa da democracia e a ingerência nos assuntos internos de outro Estado (MOURA, 1990). Após a proposta da Polônia de solicitar que a ONU rompesse relações diplomáticas com a Espanha, que estaria dando abrigo a nazistas, as instruções para a delegação brasileira foram de "manter os princípios tradicionais de nossa política externa, contrários à intervenção nos assuntos internos de cada país, e, ao mesmo tempo, recomendar à delegação que acompanhasse o voto da delegação americana" (MOURA, 1990, p. 28). O Brasil apoiou, portanto, uma solução de compromisso, em que a Espanha não seria admitida da ONU e teria um "prazo razoável" para instituir um governo democrático.

Podemos verificar, portanto, que a interseção de níveis de análise domésticos e externos é uma ferramenta para interpretar a ação brasileira nesse primeiro mandato, após a frustração com a não obtenção do assento permanente nas negociações prévias. No nível doméstico, há a passagem do governo Vargas para o governo Dutra, com todos os elementos implicados nessa transição: novo perfil de governante, nova Constituição, retorno do papel do Legislativo na política externa e ênfase na democracia após a Segunda Guerra. Já no nível externo, há a preocupação com a manutenção da estabilidade nas relações com a Argentina e o fortalecimento do vínculo de aliança com os Estados Unidos, expressos nas instruções recebidas pela delegação na ONU e no apoio às ações da OEA.

4.3 A Década de 1950

4.3.1 Índia (1950-1951)

Em 1950, a Índia ocupou pela primeira vez um dos assentos não permanentes do CSNU, três anos após ter se tornado um país independente e ainda se adaptando às modificações territoriais da partição, que culminaram na criação do Paquistão e, posteriormente, de Bangladesh. Naquele momento, a Índia estava sob o governo de Jawaharlal Nehru, do Partido do Congresso, o grande "pai" dos princípios da política externa indiana, apresentados no capítulo anterior. Destacavam-se entre as prioridades de seu governo a necessidade de reconstruir a Índia após os anos de ocupação britânica, tanto econômica quanto politicamente, a preocupação com a integridade territorial e a não ingerência externa nos assuntos indianos.

Logo no primeiro ano de presença no órgão, a delegação indiana vivenciou as tensões envolvendo a Guerra da Coreia e as mudanças de interpretação da Carta, que causaram o retorno da URSS, conforme detalhado no Capítulo 1 e retomado na seção anterior. Essa volta foi caracterizada pela queda na quantidade de vetos, uma vez que, pela nova interpretação, apenas o voto negativo configuraria impasse para a aprovação: apenas três projetos foram alvo de veto, todos relacionados ao conflito asiático.

Das onze resoluções aprovadas em 1950, uma tratava diretamente dos interesses indianos: a resolução S/RES/80 destinava-se a solucionar os problemas fronteiriços e a militarização da região de Jammu e Cachemira, entre Índia e Paquistão. Apesar de a Índia ser a responsável por colocar o tema na agenda do CSNU, o resultado não foi o esperado:

> O primeiro choque entre Delhi e o CSNU ocorreu em relação à Cachemira, em 1948, após uma invasão de forças tribais apoiadas pelos militares paquistaneses. O primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru levou o tema para o CSNU esperando um resultado favorável. Ele ficou extremamente desapontado, sobretudo com os países ocidentais, que tratavam o assunto mais como uma disputa entre dois países do que como uma invasão do território de um pelo outro. Os líderes indianos concluíram dessa experiência que o Conselho de Segurança era um órgão rigorosamente político e que as decisões eram tomadas pelos seus membros com base em suas perspectivas de interesse nacional e não nos méritos do caso concreto (MUKHERJEE; MALONE, 2013, p. 111, tradução nossa[131]).

[131] O texto em língua estrangeira é: "Delhi's first major brush with the UNSC occurred over Kashmir in 1948, following an invasion by tribal forces backed by the Pakistani military. Indian Prime Minister Jawaharlal Nehru referred the matter to the UNSC, hoping for a favourable outcome. He was rudely disappointed, particularly by the western powers, which treated the matter more as a dispute between two states rather than the invasion of one's territory by the other. Indian leaders concluded from this experience that the Security Council was a strictly political body and that decisions were taken by its members on the basis of their perspective of their national interest and not on the merits of any particular case."

O documento aprovado demandava a cessação das hostilidades, a criação de uma comissão e um cronograma de desmilitarização. Ainda em sua estratégia de boicote, o voto da URSS não foi computado e Índia e Iugoslávia abstiveram-se da votação.

Cinco resoluções, por sua vez, relacionavam-se à contenda entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, após a violação do paralelo 38, que separava os dois territórios. A posição da Índia nas resoluções concernentes ao tema aponta uma postura diferente da brasileira: enquanto o Brasil, também presente no Conselho em 1951, buscou acompanhar as potências ocidentais, sobretudo os Estados Unidos, o posicionamento indiano aproximou-se do soviético.

Na Resolução S/RES/83, em que o CSNU demandou que as tropas da Coreia do Norte evacuassem a região do paralelo, a Índia acompanhou a posição soviética e não votou, fazendo que a resolução fosse aprovada com apenas sete votos afirmativos (do quórum de 11 países no CSNU naquele período, Índia, Egito e URSS não votaram e a Iugoslávia votou negativamente). Na resolução seguinte (S/RES/84), a URSS continuou a não votar, mas, dessa vez, Índia uniu-se à Egito e Iugoslávia na abstenção. Tal resolução estabelecia os Estados Unidos como o comandante do Comando Unificado para solucionar as hostilidades na península coreana. De acordo com Mukherjee e Malone (2013), a postura indiana, para além de uma aproximação com os soviéticos, pode ser explicada pela necessidade de evitar uma solução militar para o caso coreano, uma vez que a própria Índia passava por uma situação de instabilidade territorial e não desejava que fosse estabelecido um precedente para a intervenção da ONU.

Em 1951, Índia e Brasil estiveram presentes simultaneamente no órgão. Naquele ano, apenas sete resoluções foram aprovadas, devido ao desvio de temas para a AGNU, por conta da *Uniting for Peace*. Dois temas dominaram a agenda do órgão: as tensões entre Índia e Paquistão e a situação da Palestina. A URSS absteve-se das três resoluções apresentadas sobre a Palestina, com a companhia da Índia e da China – à época representada por Taiwan - em uma delas (S/RES/95). Nos dois documentos aprovados sobre a situação na fronteira indo-paquistanesa (S/RES/91 e S/RES/96), Índia e URSS abstiveram-se em conjunto, acompanhadas em uma das ocorrências pela Iugoslávia. Nenhum veto foi outorgado naquele ano, o que indica uma nova dinâmica de negociação entre os Estados, a partir do retorno da URSS ao órgão e à entrada de Taiwan como representante do assento chinês.

O primeiro mandato indiano é elucidativo para a comparação com o Brasil, a partir das tipologias do modelo de política externa comparada. Ao contrário do país sul-americano, que não foi alvo de nenhuma resolução temática diretamente, logo em sua primeira participação a Índia teve seus interesses abertamente envolvidos nos debates do órgão, devido à inconsistência de sua integridade territorial após a independência – situação pela qual o Brasil não passava

desde a consolidação de suas fronteiras no início do século XX. A convergência de votos com a URSS, de volta ao órgão, não só nos documentos sobre a Cachemira, mas em uma agenda mais ampla de conflitos asiáticos, indica que a Índia julgava necessário buscar apoio em um dos membros permanentes para ter alguma capacidade de influência nas negociações. Essa aproximação, conforme visto no Capítulo 3, não só foi útil para evitar condenações públicas à Índia, como também para estabelecer uma rotina de cooperação militar e comércio de armamentos.

4.3.2 Brasil (1951-1952)

No ano de mandato simultâneo entre Brasil e Índia, a postura brasileira foi oposta à do país asiático. O Brasil reafirmou sua convergência com os países ocidentais e votou de forma afirmativa e idêntica aos P3 em todas as resoluções de 1951. Nos documentos sobre a Guerra da Coreia, o Brasil apoiava a liderança dos Estados Unidos no comando militar e, em relação à Cachemira, concordava com o estabelecimento de uma comissão de acompanhamento, posteriormente consubstanciada no UNMOGIP (ZIEMATH, 2016). De acordo com os princípios diplomáticos do país, "nas palavras do representante brasileiro, era difícil acreditar que duas nações com tantos laços e tanto em comum não conseguiriam chegar a uma solução pacífica para suas diferenças" (ZIEMATH, 2016, p. 31).

Em ambos os casos, não havia interesse direto do Brasil, a não ser pela vontade de evitar a continuidade de conflitos armados. Apesar de ter acompanhado a posição estadunidense, é possível verificar uma mudança de postura: o alinhamento incondicional aos EUA durante o governo Dutra deu lugar a uma conduta mais pragmática e negociada no segundo governo de Getúlio Vargas. O presidente voltou ao poder nas eleições de 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com uma retórica de proteção social, defesa dos trabalhadores e ênfase na industrialização. A estratégia nacionalista de Vargas, cujo grande exemplo foi a criação da Petrobras, acirrou a oposição das elites liberais, que tentou aproximar a imagem de Vargas à do presidente argentino Juan Domingo Perón identificando nos dois líderes uma suposta simpatia ao comunismo (FAUSTO, 2012).

Somou-se à tensão política uma crise econômica, em que dificuldades salariais e fiscais internas foram intensificadas pela postura do presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower de focar esforços na Coreia, e não mais na América Latina. A aliança ocidental sonhada por Dutra, portanto, não gerou um Plano Marshall latino-americano e o Brasil precisou buscar

outros caminhos. De acordo com Seixas Corrêa (2007), "o alinhamento com os EUA parecia não haver rendido os frutos esperados" e "sem abandonar a expectativa da aliança norte-americana, a diplomacia brasileira passaria a qualificá-la" (CORRÊA, 2007, p. 81).

Naquele contexto, o Brasil apoiou os EUA nas resoluções sobre as Coreias, mas se recusou a enviar tropas para o conflito, mesmo tendo rompido relações diplomáticas com a Coreia do Norte, em 1948, e mesmo com a pressão norte-americana para a adesão brasileira. Vargas decidiu seguir a Constituição brasileira e convocar o Conselho de Segurança Nacional, além de demandar contrapartidas econômicas dos EUA. A incompatibilidade entre a demanda brasileira e a disposição dos EUA inviabilizou a participação do Brasil (ALVES, 2007).

Em 1952, a atividade do Conselho foi ainda menor, com apenas duas resoluções aprovadas. Já sem a Índia, mas com a presença do Paquistão pela primeira vez, um dos documentos continuou a fazer referência à questão indo-paquistanesa (S/RES/98)[132]. A URSS manteve a posição de abstenção e o Paquistão não computou voto. O Brasil, novamente, votou de forma afirmativa, acompanhando os P3. Oito projetos de resolução foram vetados, todos pela URSS, majoritariamente concernentes ao ingresso de novos Estados na organização.

Cabe questionar, portanto, por que naquele momento a URSS preferiu abster-se das resoluções sobre a Índia, em vez de simplesmente vetá-las. A explicação encontra-se na vigência da *Uniting for Peace*: se o tema ficasse paralisado no CSNU, seria deslocado para a AGNU, órgão no qual os EUA possuíam aliados em maioria (ALBUQUERQUE, 2016). A abstenção, portanto, simbolizava a não adesão dos soviéticos, sem alterar o âmbito decisório do tema.

4.3.3 Brasil (1954-1955)

O ano de 1954 também teve um movimento discreto, com apenas duas resoluções aprovadas: uma concernente à substituição de um juiz da CIJ, falecido durante o mandato (S/RES/105), e outra sobre a Guatemala (S/RES/104). No mesmo ano de 1954, o presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz, sofreu um golpe de estado, maquinado pelos Estados Unidos. Em um contexto de Guerra Fria, medidas proclamadas por Arbenz como a reforma agrária e a nacionalização de empresas foram consideradas influências comunistas pelos estadunidenses.

Os dois representantes do GRULAC no CSNU, Brasil e Colômbia, apresentaram ao órgão uma Carta enviada pelo ministro das Relações Exteriores da Guatemala, em que sugeria,

[132] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/98(1952)>. Acesso em 3 de setembro de 2019.

com base no Capítulo VIII da Carta da ONU, que o tema fosse levado à apreciação da OEA. De acordo com o representante brasileiro, "é uma tradição antiga entre os Estados americanos que todas as disputas e situações que possam ameaçar ou colocar em perigo as relações amistosas entre as repúblicas americanas devam ser tratadas pela organização que essas mesmas repúblicas criaram para esse propósito" (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS*, 1954, tradução própria [133]).

A URSS, entretanto, vetou o projeto, alegando que o caráter urgente da questão impedia que houvesse um vácuo de tempo para a apreciação da OEA. Entretanto, uma das possíveis explicações é que a posição soviética visava impedir que a organização americana, então dominada pelos EUA, retirasse do CSNU o poder decisório sobre o tema e adquirisse uma margem de atuação sem a possibilidade de interferência soviética. A Resolução sobre a Guatemala que conseguiu consenso para ser aprovada foi alvo de múltiplas revisões e a versão final não fazia menção à OEA, apenas contemplando um enunciado genérico sobre evitar ações agressivas, de acordo com os princípios da Carta da ONU[134].

Ao contrário dos mandatos anteriores, o Brasil precisou confrontar-se com uma situação em seu próprio continente, somada à deterioração da situação doméstica. Ao olharmos para o papel dos atores e do governo, podemos verificar que o governo brasileiro sofria o impacto do suicídio de Getúlio Vargas, pois, segundo Corrêa (2007), "a tensão do quadro internacional somada à instabilidade do quadro interno brasileiro que se seguiu ao suicídio de Vargas determinam prudência nos pronunciamentos do país na ONU" (CORRÊA, 2007, p.95-96). As medidas nacionalistas tomadas por Vargas, como a nacionalização da Petrobras, ligaram o alerta nos Estados Unidos.

Para apaziguar a situação, o embaixador Ernesto Leme, representante do Brasil na ONU, adotou um tom conciliatório ao dizer que "um armistício foi assinado na Coreia, um cessar-fogo foi concluído na Indochina, a paz voltou à Guatemala e, pela primeira vez em um período muito longo, não há uma guerra assolando nosso planeta" (LEME *apud* CORRÊA, 2007, p. 97). Ao reforçar o objetivo de manutenção da paz, o embaixador acrescentou que "os sessenta vetos que a União Soviética já exerceu contra decisões do Conselho mostram claramente que o assunto terá que ser bem estudado quando a Carta for revista em 1955" (p. 99). Por essa fala, podemos apreender dois elementos centrais da presença do Brasil no CSNU naquele período: a

[133] O texto em língua estrangeira é: "It has long been a tradition among the American States that all disputes and situations which could threaten or endanger the friendly relations among American republics should be dealt with by the organization which those republics themselves have set up for that purpose". Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.675>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.
[134] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/104(1954)>. Acesso em 3 de setembro de 2019.

crítica pública à URSS indicava um apoio tácito aos EUA, no contexto da Guerra Fria – sobretudo após a experiência intervencionista na Guatemala; e o reforço da busca por reformas na ONU, baseadas no espírito da Emenda Veloso.

Em 1955, cinco resoluções foram aprovadas no CSNU, uma sobre a adesão de novos membros à ONU, outra sobre a reforma da Carta das Nações Unidas e três sobre a situação na Palestina. Em relação à reforma, a S/RES/110 adiava indeterminadamente a convocação de uma conferência de reforma da Carta da ONU, conforme havia sido acordado na Conferência de São Francisco em adaptação à proposta de Leão Veloso de que o documento fosse revisto em um prazo de dez anos. Pela decisão aprovada no CSNU, deveria ser respeitada a opinião da AGNU de adiar a convocação para momento mais oportuno. Apesar de ter sido um dos maiores incentivadores da reforma, o Brasil votou de forma afirmativa. De acordo com o representante brasileiro, Ciro Freitas-Valle,

> Parece, contudo, que o cenário internacional de hoje não dá muitas esperanças de que se conseguiria apoio suficiente para o texto resultante desta revisão para assegurar a sua aprovação. Isto se aplica não apenas à sua adoção em termos de votos, como também ao processo mais lento da ratificação. Sendo este o caso, enquanto reconhecemos a necessidade de se revisar a Carta, seria mais inteligente, na opinião da delegação brasileira, tomar agora uma decisão em favor da convocação daquela conferência, deixando para a próxima Sessão da Assembleia Geral a tarefa de marcar uma data para ela. Ao nosso ver, isso possibilitaria aos Estados-membros, então guiados por um espírito mais forte de harmonia, rever lucrativamente aquelas disposições da Carta que, à luz da experiência, provaram ser insatisfatórias (VALLE *apud* CORRÊA, 2007, p. 109-110).

Os cálculos do governo brasileiro indicam mudanças de configurações nos níveis relacionados ao grupo político interno e ao nível global. Em relação à situação doméstica do país, a substituição de Vargas por Café Filho e o processo eleitoral que levou à vitória de Juscelino Kubistchek colocavam o país em um momento de instabilidade e de menor capacidade de barganha para direcionar a reforma da ONU ao seu tema prioritário: sua inclusão como membro permanente no CSNU. As circunstâncias internas estavam acompanhadas de uma mudança no nível global, a partir do momento em que as tensões entre EUA e URSS se acirraram, após o governo comunista obter a bomba de hidrogênio e formar o Pacto de Varsóvia. O espírito de cooperação necessário para a aprovação da reforma parecia improvável naquele cenário.

Já em relação à Palestina, em cuja criação o Brasil esteve diretamente envolvido, com a liderança de Oswaldo Aranha na Sessão da AGNU que consolidou a solução dos dois Estados, o país posicionou-se afirmativamente em relação ao repúdio ao uso da força por parte de Israel. De acordo com os registros do CSNU, "o representante do Brasil sustentou que uma vez que

Israel fez um ataque premeditado e planejado, o Conselho não poderia se omitir de condenar a ação" (*REPORT OF THE SECURITY COUNCIL TO THE GENERAL ASSEMBLY*, 1955, p. 9, tradução nossa[135]). As três resoluções sobre o tema foram aprovadas por consenso, condenando o ataque israelense e solicitando às partes que cooperassem para as negociações de fim das hostilidades.

Podemos observar que os anos 1950 marcaram oportunidades e estratégias diferenciadas para os dois países no CSNU. Enquanto o Brasil manteve postura voltada à obtenção de um assento permanente, amplificado pelo retorno de Getúlio Vargas ao poder, a Índia cumpriu seu primeiro mandato enquanto membro eletivo do órgão. Entretanto, apesar da inexperiência, o contexto da Guerra Fria e as tensões da década abriram para o país asiático uma oportunidade que há muito vinha sendo obstaculizada ao Brasil. Nesse período, EUA e URSS, paralelamente, ofereceram à Índia a possibilidade de integrar o órgão como o sexto membro permanente, de forma a atrair o país para sua zona de influência e alterar o equilíbrio de poder asiático após a revolução popular na China. Apesar disso, como a mudança exigiria uma emenda à Carta da ONU, Nehru temia que as negociações em um período de polarização para a alteração pudessem levar à derrocada da ONU como um todo (BAGHAVAN, 2015). Sreeram Chaulia (2011) acrescenta:

> Nehru poderia ter, oportunisticamente, capitalizado a polarização da Guerra Fria na ONU para assegurar à Índia um assento permanente no Conselho de Segurança, mas perdeu a chance duas vezes na década de 1950, para o arrependimento perpétuo das futuras gerações indianas. Em 1952, Washington ofereceu a entrada da Índia como sexto membro permanente, para conter a China e deixar o Kuomintang de Taiwan em seu lugar na ONU após o reconhecimento do regime chinês. Nehru, que estava apreensivo para acomodar a relação com a China de Mao Tse Tung, rejeitou a oferta com a justificativa de que esta criaria divisões entre Nova Delhi e Pequim, e dividiria a união do Terceiro Mundo contra o neoimperialismo ocidental. Em 1955, o primeiro-ministro soviético Nikolai Bulganin fez uma oferta semelhante, que passaria ao largo da China maoísta e tornaria a Índia um membro do Conselho de Segurança com poder de veto. Novamente, Nehru insistiu em um processo de admissão por etapas, em que 'precisamos nos concentrar em conseguir a admissão da China [comunista]' para que 'depois a questão da Índia possa ser considerada separadamente' (CHAULIA, 2011, p. 280, tradução nossa[136], grifos do autor).

---

[135] O texto em língua estrangeira é: "The representative of Brazil maintained that since Israel had made a prearranged and planned attack, the Council should not fail to condemn that action." Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/2935(SUPP)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

[136] O texto em língua estrangeira é: "Nehru could have opportunistically capitalized on Cold War polarization at the UN to secure for India a Permanent Seat on the Security Council, but missed the boat twice in the 1950s to the perpetual dismay of future generations of Indians. In 1952 Washington offered India entry as the sixth Permanent Member, in order to keep China out of contention and to leave the Kuomintang of Taiwan in its place as the UN-recognized Chinese regime. Nehru, who was anxious then to accommodate Mao Tse Tung's China, rejected the offer on the grounds that it would sow divisions between New Delhi and Beijing, and would split Third World unity against Western neo-imperialism. In 1955 Soviet Prime Minister Nikolai Bulganin issued a similar offer that would have entailed bypassing Maoist China and would have made India a veto-wielding member of the Security Council. Again, Nehru insisted on a stage-by- stage admission process wherein, 'we

Esse caso exemplifica o caráter político do CSNU referenciado nos Capítulos 1 e 2, em que não são o mérito nem "os serviços internacionais prestados" que qualificam um Estado a integrar o órgão, mas sim o apoio daqueles que, em última instância, controlam o processo decisório. Com apenas uma década de independência, a Índia teve a porta aberta para iniciar negociações para sua adesão, que tinha como objetivo controlar as relações de poder asiáticas, sobretudo devido à revolução comunista na República Popular da China. Naquele momento, a Índia era um pivô na região, útil para as demais potências para refrear as incertezas derivadas da revolução chinesa. Na América do Sul, não havia desafios imediatos de igual vulto. Com isso, coube ao Brasil apoiar o adiamento da conferência de revisão, na qual Leão Veloso previa que poderia ser aberta uma nova chance para o país.

4.4 **A Década de 1960**

4.4.1 Brasil (1963-1964)

A mudança de década trouxe inúmeras transformações para o papel do Brasil no mundo, não só pelas mudanças em sua política doméstica, mas também pela nova configuração de forças na Guerra Fria, a partir da busca por coexistência gerada pela Crise dos Mísseis, em Cuba, em 1962. Partindo do modelo, podemos buscar indícios dessas alterações nos três primeiros níveis, referentes à política doméstica. No nível dos atores, o ano de 1963 foi marcado pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pela ascensão de João Goulart ao poder. Goulart era membro do PTB e sua figura era associada às medidas trabalhistas e nacionalistas de Getúlio Vargas. Enquanto vice, Goulart estava em viagem à República Popular da China quando Quadros renunciou, o que só adicionou elementos de desconfiança à sua filiação aos ideais de esquerda (CERVO; BUENO, 2010).

No nível do governo, percebemos que a chegada de Goulart ao poder foi acompanhada de uma modificação no sistema político brasileiro: em uma tentativa de diluir o poder do presidente e aumentar a força do Legislativo, o Brasil passou a ser um regime parlamentarista por um breve período, até que um plebiscito realizado em 1963 confirmou a preferência dos brasileiros pelo sistema presidencial. Conforme vimos no Capítulo 3, o regime parlamentarista

---

should first concentrate on getting [communist] China admitted', and 'then the question of India might be considered separately'."

confere um papel diferenciado ao primeiro-ministro, já que ele passa a ser diretamente responsabilizado pelas ações de política externa, cuja falha pode levar à sua destituição.

Goulart reforçou o papel do chanceler João Augusto de Araújo Castro, um dos principais nomes da chamada Política Externa Independente, caracterizada pela busca por autonomia no sistema internacional. A PEI havia sido iniciada com o chanceler Francisco de San Tiago Dantas, no governo de Jânio Quadros, cujo marco foi a posição adotada na Conferência Interamericana de Punta Del Este, em 1962. Na ocasião, o Brasil, contrariando o desejo estadunidense, não endossou integralmente a suspensão de Cuba da OEA, abstendo-se da votação (FRANCHINI NETO, 2005). Em um contexto de polarização ideológica, maximizada pela Revolução Cubana de 1959, a postura brasileira foi vista com desconfiança, e os Estados Unidos atuaram de forma a retirar a legitimidade do governo brasileiro. Aqui podemos observar como os chanceleres brasileiros assumiram, historicamente, posições de protagonismo, ao contrário dos indianos, que normalmente passam de forma discreta pelo cargo, à exceção de casos em que o posto é acumulado pelo primeiro-ministro.

A postura independentista foi reforçada pelo chanceler seguinte, Araújo de Castro, que se posicionou publicamente em favor da responsabilidade coletiva pelo desenvolvimento e de forma contrária ao abandono das grandes potências às suas ex-colônias: em 1963, ele realizou na AGNU o famoso "Discurso dos Três Ds", em que demandava a ênfase dos Estados na promoção do desarmamento, do desenvolvimento e da descolonização. De acordo com o chanceler, "o mundo de 1963 não é o mundo pré-atômico de 1945" e "nem tudo é Leste ou Oeste nas Nações Unidas de 1963"[137]. Falar em desarmamento no contexto no qual os membros permanentes buscavam consolidar seus arsenais, criticar o abandono dos países em desenvolvimento no período em que o recorte prioritário era Leste-Oeste e demandar descolonização quando as grandes potências eram colonizadoras foi um marco de afastamento da estratégia anterior de aliança com os Estados Unidos e as demais potências ocidentais.

No âmbito socioeconômico, também é possível verificar como uma nova correlação de forças impactou a postura internacional do Brasil. As políticas propostas por Goulart não foram bem vistas por setores conservadores da sociedade nem pelos Estados Unidos, que tiveram participação direta na escalada ao poder de grupos militares, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. De acordo com Corrêa (2007):

> No Brasil, acentuavam-se àquela altura as contradições que iriam conduzir, no ano seguinte, à deposição do Presidente João Goulart. Reintroduzido o sistema

[137] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IrNQeAdaseE>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019. A transcrição encontra-se disponível em Corrêa (2007).

> presidencialista, o Presidente Goulart tratou desde o início do ano de consolidar a sua liderança e implantar as reformas de base que considerava essenciais para o êxito de seu programa. Sucedem-se os desentendimentos com as forças políticas representadas no Congresso, assim como manifestações envolvendo as Forças Armadas. Multiplicam-se as greves e um levantamento de suboficiais suscitaria temores quanto à manutenção da disciplina e da unidade das Forças Armadas (CORRÊA, 2007, p. 167).

A essa situação doméstica, somou-se uma nova fase da Guerra Fria, conhecida como *détente*. Após a Revolução Cubana, em 1959, e a Crise dos Mísseis, em 1962, a ameaça nuclear e o risco da destruição mútua assegurada levaram as duas superpotências a buscar formas de coexistência pacífica. Destacam-se, por exemplo, a instalação do "telefone vermelho" entre Washington e Moscou e a assinatura dos primeiros tratados de limitação de armamentos e proibição de testes nucleares (SAMPAIO, 2012). O sistema global também foi afetado pela descolonização, que ampliou consideravelmente a quantidade de membros da ONU e reintroduziu novos temas na agenda, como as clivagens Norte-Sul e as medidas extremas dos regimes de segregação racial.

Foi nesse contexto que, em 1963, o Brasil voltou ao CSNU para seu quarto mandato como membro não permanente. Oito resoluções foram aprovadas naquele ano, majoritariamente relacionadas ao processo de descolonização, como a adesão de novos membros, os regimes de *apartheid* e os territórios portugueses. Por serem temas que tratavam de interesses centrais das grandes potências, os votos mostraram um contraste entre os membros permanentes e não permanentes: enquanto os membros eletivos votaram a favor de todas as resoluções, os P5 se abstiveram ou vetaram em seis ocasiões. Portanto, os votos brasileiros indicam a vinculação do Brasil às demandas por desenvolvimento e descolonização. A delegação brasileira resumiu essa postura em sua justificativa de voto no caso da Rodésia do Sul:

> Os laços especiais que unem a Rodésia do Sul e o Reino Unido sem dúvida contêm um elemento de artificialidade que, nesse caso, está presente nas relações entre as potências coloniais e os territórios sob sua jurisdição. (...) É um problema colonial cujo núcleo contém um elemento desprezível de discriminação racial, com inúmeros obstáculos à internacionalização da economia e um uso incontido da coerção física (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS*, 1963, tradução nossa[138]).

Já em relação às colônias portuguesas, a conduta brasileira foi ambivalente. O país não podia mais se furtar a condenar as ocupações coloniais, mas também evitava discordar de um

[138] O texto em língua estrangeira é: "The special ties which unite Southern Rhodesia to the United Kingdom no doubt contain an element of artificiality which, for that matter, is present in the relationships between other colonial Powers and the territories under their jurisdiction. (...) It is a colonial problem whose core contains a distasteful element of racial discrimination, with overtones of foreign economic encroachment and the impending use of physical coercion". Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.1069(OR)>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

país europeu com o qual possuía vínculos históricos. Dessa forma, de acordo com o diplomata Gustavo Ziemath (2014), trocas de telegramas diplomáticos entre a delegação brasileira e a Secretaria de Estado de Relações Exteriores indicam como o Brasil precisou contrabalançar a crítica com uma proteção ao governo português:

> A troca de telegramas permite observar como a representação brasileira na ONU conseguiu ponderar a visão mais favorável a Portugal, a qual partia de dentro do Itamaraty (...). No caso português, são encaminhadas instruções para tornar mais brando o posicionamento brasileiro. Segundo a orientação vinda de Brasília, 'podemos destacar em nosso pronunciamento a confiança na evolução política conciliatória de Portugal, não baseando esse entendimento em qualquer dado atual, mas claramente *em nosso conhecimento da experiência histórica portuguesa*' (ZIEMATH, 2014, p. 50, grifos do autor).

Em 1964, o golpe militar alterou drasticamente a situação interna do Brasil. Afastando-se da PEI, o país retomou o alinhamento com os EUA no governo Castelo Branco, sobretudo em temas relacionados ao continente americano e à aversão ao comunismo. Entretanto, o diplomata Eduardo Uziel (2012) aponta que o governo não voltou aos patamares de alinhamento incondicional com os EUA, pois houve discordância em votações. Ziemath (2014) acrescenta que também não houve mais instruções por telegramas diplomáticos que recomendassem aos representantes brasileiros acompanhar o voto dos EUA, como nas décadas de 1940 e 1950.

Em 1964, 14 resoluções foram aprovadas e apenas dois projetos foram vetados, o que simboliza um maior espírito cooperativo entre os P5, no contexto da *détente* da Guerra Fria. A descolonização e a mudança nas configurações de voto na AGNU também ajudam a explicar esse aumento de atividade do CSNU, pois a entrada de novos países do Terceiro Mundo podia fazer com que eles decidissem os rumos do processo decisório. Dessa forma, a *Uniting for Peace* deixou de ser invocada pelos EUA, que já não tinham mais garantia do resultado e passaram a referir os temas de paz e segurança novamente para o Conselho.

Destacam-se, naquele ano, resoluções sobre adesões de novos membros e sobre o *apartheid* da África do Sul, mas o tema mais recorrente, com um total de seis resoluções, foi o conflito entre Chipre e Turquia pelo controle de uma zona limítrofe, que resultou no estabelecimento de uma operação de paz. Em todas as seis, o Brasil votou de forma afirmativa, acompanhando o voto das três potências ocidentais, os P3. Já em relação ao regime de exclusão racial na África do Sul, há uma mudança em relação aos votos de 1963: na resolução S/RES/190, o país absteve-se, em conjunto com Estados Unidos, França e Reino Unido. Em sua justificativa de voto, o embaixador Carlos Alfredo Bernardes ressaltou o respeito ao princípio diplomático brasileiro de observância do direito internacional:

> Sobre a resolução recém adotada pelo Conselho de Segurança, meu governo considera que uma vez que o tema está sob apreciação de uma Corte de Justiça, o Conselho deve prescindir de qualquer ação que possa ser vista como uma intervenção ao devido processo legal em um Estado-membro. Nós somos favoráveis aos motivos que estimularam a ação sugerida, mas temos sérias dúvidas sobre os efeitos desta ação, tendo as vista as circunstâncias na África do Sul. Nós temos preocupação de que uma ação bem-intencionada do Conselho possa atrapalhar seu próprio objetivo (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS*, 1964, p.10, tradução nossa[139]).

Argumentos semelhantes foram utilizados pelos representantes dos Estados Unidos, Reino Unido e França na mesma ocasião. De acordo com Uziel (2012), ao contrário do costume anterior de apoiar o consenso, naquele momento "o Brasil passa a utilizar a abstenção como instrumento para marcar posição discordante da maioria, ou seja, 'perdendo' a votação" (UZIEL, 2012, p. 145). Além disso, o Brasil inaugurou, no mandato, uma prática que veio a utilizar com frequência posteriormente: abster-se de uma resolução não para impedir sua aprovação, mas sim para indicar descontentamento com partes do documento (UZIEL, 2012).

Analisando o quarto mandato brasileiro, podemos ver que os temas se concentraram em regiões distantes do perímetro brasileiro, sobretudo em relação aos processos de descolonização. Entretanto, há variações na postura do país em relação à condenação a Portugal, com o qual o Brasil possui vínculos históricos, bem como o alinhamento aos Estados Unidos após a Crise dos Mísseis. O auge das tensões da Guerra Fria deu origem ao período da coexistência pacífica, em que EUA e URSS puderam estreitar laços, o que ficou visível pelo aumento de resoluções aprovadas no CSNU. Em relação à produção da política externa, podemos encontrar mudanças nos níveis domésticos, a partir das transições do parlamentarismo para o presidencialismo e o fim do ciclo democrático, em que a PEI deu lugar a uma ação mais pragmática.

4.4.2 Brasil e Índia (1967-1968)

Em 1967, Brasil e Índia retornaram ao CSNU simultaneamente, após a aprovação da emenda que aumentou de seis para dez a quantidade de membros não permanentes no órgão. Em 1963, após a entrada de diversos países africanos e asiáticos recém-independentes, foi

[139] O texto em língua estrangeira é: "As to the resolution just adopted by the Security Council, my Government feels that since the matter is under review by a court of justice, the Council should have refrained from any action that might be construed as an intervention in the due process of law in a Member State. We are in full sympathy with the motivations of the suggested action, but we have serious doubts as to the effects of such an action, in view of the prevailing circumstances in South Africa. We are concerned that a well-meaning action on the part of the Council might defeat its own purposes." Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL6/400/10/PDF/NL640010.pdf?OpenElement>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

aprovada na AGNU a Resolução A/RES/1991 (XVIII)[140], criando quatro assentos eletivos. A nova composição dos dez não permanentes seguiria o critério de representação regional: cinco para África e Ásia, um para o EEG, dois para o GRULAC e dois para o WEOG. A emenda também foi acompanhada de modificações na composição do ECOSOC, para aumentar proporcionalmente a quantidade de membros no órgão, a partir do incremento da quantidade dos Estados membros da ONU.

Ao focarmos no nível doméstico brasileiro, podemos verificar que de acordo com ofícios de comunicação oficial da delegação, a entrada de novos países poderia alterar o apoio para a eleição do Brasil ao CSNU: o país temia que sua postura diante das colônias de Portugal pudesse pesar negativamente perante os Estados recém-descolonizados (ZIEMATH, 2014). Somavam-se a isso mudanças internas, a partir da ascensão de Costa e Silva ao poder. Junto ao chanceler Magalhães Pinto, o presidente colocou em prática uma política externa baseada no conceito de "diplomacia da prosperidade", associada ao projeto de "Brasil Potência": "o cenário internacional foi utilizado para ampliar a dimensão e fortalecer o exercício do poder nacional" (CERVO; BUENO, 2010, p. 398).

Dessa forma, Costa e Silva alterou o curso de ação promovido por Castelo Branco e direcionou a política externa não para o alinhamento com os EUA, mas sim para as demandas de desenvolvimento. Esse ponto ajuda a ilustrar o argumento apresentado no capítulo anterior segundo o qual as mudanças na PEB que se afastam dos princípios de Rio Branco são descritas como "desvios", como foi o caso de Castelo Branco. No governo seguinte, já houve uma reaproximação ao padrão histórico de ação externa do Brasil.

A postura levada a cabo por Magalhães Pinto partia de uma tendência global que reafirmava que havia uma desigualdade histórica entre Norte e Sul, que precedia a divisão bipolar entre Leste e Oeste, a exemplo das iniciativas no âmbito do Movimento dos Não Alinhados e da UNCTAD. O Brasil seguiu essa linha de denúncia das desigualdades, argumentando que elas eram reforçadas pelas assimetrias no poder militar.

Em 1967, foram abertas as negociações para o Tratado de Não Proliferação, aprovado no ano seguinte. O TNP previa três pilares para o tratamento da energia nuclear: desarmamento, não proliferação e direito ao uso pacífico da energia atômica. Segundo o Brasil, esse tratado apresentava uma natureza desigual, ao ser mais rígido com as exigências de não proliferação do que com o monitoramento do desarmamento. No discurso de abertura da AGNU do ano de 1967, Magalhães Pinto argumentou:

---

[140] Disponível em <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1991(XVIII)>. Acesso em 16 de abril de 2019.

> Imbuídos do espírito de cooperação e objetividade, não podemos deixar de verificar, entretanto, que os projetos não implicam qualquer redução dos armamentos nucleares existentes, nem sequer desestimulam o incremento e o aperfeiçoamento dos mesmos por aqueles que já os possuem. Nenhum recurso é liberado para fins econômicos e pacíficos. As limitações propostas se aplicam, praticamente, apenas aos países que não dispõem de armas nucleares e incluem restrições não essenciais aos objetivos da proliferação. A adesão a esses propósitos não deve acarretar renúncia ao direito de desenvolver tecnologia própria (PINTO *apud* CORRÊA, 2007, p. 230).

Alguns anos depois, o ex-chanceler Araújo de Castro classificou o TNP como um dos instrumentos do "congelamento do poder mundial" (CASTRO, 1971). Dessa forma, ao rejeitar o TNP com base em sua desigualdade, o Brasil utilizava um argumento jurídico e reafirmava, por outro lado, o comprometimento com o desarmamento e a não proliferação, utilizando como argumento a adesão do país do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco, 1967). Entretanto, havia dúvidas sobre a validade jurídica do Tratado, pois um de seus dispositivos exigia que Estados de fora da região não utilizassem armas nucleares contra os signatários. Como Tratados internacionais não podem gerar obrigações para terceiros, a ratificação do Tratado de Tlatelolco não significaria, portanto, a completa renúncia brasileira à obtenção de armas nucleares (STUENKEL, 2010a).

A Índia possuía uma visão semelhante à brasileira, adotando uma postura crítica e de distanciamento do TNP, com um argumento que foi conceituado, posteriormente, como "*apartheid* nuclear" (SINGH, 1998). De acordo com a visão indiana, o Tratado também gerava assimetrias e possuía cobranças diferenciadas para os grupos de países. Ao considerar que os Estados que obtiveram armas nucleares antes da assinatura do Tratado eram legitimamente armados (e eles coincidem com os P5), o governo indiano acreditava que seria consolidado um status quo desigual, sobretudo pela inclusão da China nesse grupo seleto, logo após a ocorrência de uma guerra entre os dois países em 1962. Entretanto, podemos considerar que outros fatores estratégicos podem ter pesado na avaliação indiana:

> Formalmente, a Índia rejeitou o tratado com base em argumentos morais e políticos – a natureza discriminatória do tratado, a falta de equilíbrio entre as obrigações de poder nucleares e não nucleares, a ausência de restrições na continuidade da expansão e aprimoramento dos arsenais dos poderes nucleares já existentes, e a falta de movimento em direção ao desarmamento nuclear universal – mas a lógica fundamental para a rejeição foi estratégica; qual seja, a de manter a opção nuclear para a Índia, a ser exercida na circunstancia e no tempo de sua escolha (NAYAR; PAUL, 2003, p. 175, tradução nossa[141]).

[141] O texto em língua estrangeira é: "Formally, India rejected the treaty on moral and political grounds – the discriminatory nature of the treaty, the lack of balance in obligations between nuclear and non-nuclear powers, the absence of constraints on continued expansion and improvement of nuclear arsenals of the existing nuclear powers, and the lack of movement toward universal nuclear disarmament – but the underlying logic for its rejection was strategic; that is, to retain India's nuclear option, to be exercised at a circumstance and time of its own choosing."

Ao olhar para os níveis internos, cabe ressaltar que, naquele momento, a Índia era governada pela primeira-ministra Indira Gandhi (1966-1977; 1980-1984), filha de Nehru, que foi a responsável pelos primeiros testes nucleares indianos na década seguinte. Após disputas dentro do partido, Indira fundou seu próprio Partido, o Congresso I, e reafirmou medidas socialistas como a nacionalização de bancos no país e uma emenda constitucional que restringia o direito fundamental à propriedade (METCALF; METCALF, 2013). Pelo exposto no capítulo anterior, a economia da Índia consolidou-se em base nacionais, com forte centralidade estatal. Com isso, o país aproximou-se ainda mais da URSS.

Dentro do CSNU, o TNP não foi assunto de resoluções específicas naquele ano, uma vez que o órgão focalizou o conflito árabe-israelense de 1967, conhecido como Guerra dos Seis Dias. Das 12 resoluções aprovadas em 1967, sete foram sobre o tema. Nenhum veto foi conferido na ocasião. A guerra ocorreu devido a uma demanda do Egito de que as tropas da UNEF I fossem retiradas da região da Península do Sinai, o que provocou reações de Israel e arrastou para o conflito diversos países do Oriente Médio, como Síria, Iraque, Jordânia e Arábia Saudita. De acordo com Markus E. Bouillon (2016), as discordâncias do período da Guerra Fria fizeram com que o CSNU fosse incapaz de tomar uma ação preventiva e atuasse, apenas, com demandas de cessar-fogo e reparações posteriores.

> A Resolução 242, talvez a mais famosa da história do Conselho de Segurança, foi adotada vários meses após a Guerra dos Seis Dias, em 22 de novembro de 1967. Apresentada como um compromisso do Reino Unido, a resolução era ambígua em postos importantes e vaga o suficiente para receber apoio geral. Ela afirmava que a aquisição de territórios pelo uso da força era inadmissível e estipulava que Israel deveria devolver os territórios ocupados no conflito. De forma crucial, a versão em inglês da resolução refere-se de forma ambivalente a "territórios", sem o artigo definido, deixando em aberto se Israel deveria retirar-se de *todos* os territórios ocupados no curso da guerra (BOUILLON, 2016, p. 531, tradução nossa[142], grifos do autor).

Todas as votações relacionadas ao conflito foram aprovadas de forma unânime no CSNU, bem como as demais daquele mesmo ano (que tratavam sobre uma questão envolvendo o Chipre, a adesão do Iêmen à ONU e sobre a integridade territorial da República Democrática do Congo). Conforme a citação acima indica, a unanimidade não significa a ausência de discordâncias, o que inclusive protelou a aprovação da resolução, mas sim que ela possuiu uma

[142] O texto em língua estrangeira é: "Resolution 242, perhaps the most famous resolution in the Security Council's history, was thus adopted several months after the Six-Day War, on November 22, 1967. Presented as a compromise by the United Kingdom, the resolution was ambiguous on important points and vague enough to command general approval. It asserted the inadmissibility of acquisition of territory by force and stipulated that Israel should return territories occupied in the conflict. Crucially, the resolution's English version refers ambivalently to "territories" without the definite article, thus leaving open whether Israel would be required to withdraw from all territory occupied in the course of the war."

linguagem vaga o suficiente para afastar descontentamentos. Em 1967, a postura de Brasil e Índia foi convergente em termos de votos, mas a análise da posição das delegações aponta para motivações diferentes.

Historicamente, o Brasil posicionou-se a favor do fim das hostilidades da região e enviou tropas para UNEF I, conforme apresentado nas seções anteriores. Entretanto, esse contexto foi modificado por elementos das relações entre Brasil e Israel. Segundo Garcia (2005), os anos anteriores ao conflito foram marcados por uma aproximação entre os dois países, a partir da assinatura de acordos, inclusive no campo nuclear, e da troca de visitas entre representantes. Ziemath (2014, p. 81), a partir da pesquisa com o acervo das comunicações diplomáticas do Brasil, afirma que foram enviadas à delegação na ONU instruções para não apoiar uma proposta soviética que condenava Israel pelos ataques e exigia a imediata retirada das tropas.

O caminho encontrado pela delegação foi copatrocinar uma resolução que não mencionasse expressamente os culpados, mas sim apontasse para a observância de princípios do Direito Internacional. Junto com as delegações de Argentina, Mali e Etiópia, foi proposta a Resolução S/RES/237(1967)[143], aprovada por unanimidade. O texto da resolução falava sobre a necessidade do governo de Israel de garantir a segurança e o bem-estar da população, bem como seguir os princípios do direito humanitário.

Em relação à Resolução 242, mencionada anteriormente, o Brasil possuía uma proposta alternativa, apoiada por países do GRULAC e do grupo africano e asiático, que especificava os territórios a serem desocupados, mas a comunicação diplomática indica que o país optou por seguir a proposta vaga aprovada, que já havia sido negociada e possuía apoio suficiente (ZIEMATH, 2014, p.82). Portanto, esse é um caso clássico em que uma proposta do Brasil deixou de ser apresentada por decisão da delegação de não competir com um projeto alternativo que possuía a concordância das potências. O desenho institucional e as assimetrias do órgão configuram, dessa forma, uma variável interveniente para a interpretação do voto brasileiro.

A delegação indiana também votou favoravelmente nas sete resoluções sobre o conflito, mas manteve nas justificativas de voto uma posição pró-árabe, em defesa da descolonização e do não alinhamento, bem como do terceiro mundismo (MUKHERJEE; MALONE, 2013), em consonância com os legados do passado colonial recente, apresentados no capítulo anterior. Ao olharmos a declaração dada pelo representante indiano durante os debates, é possível ver a

[143] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/237(1967)>. Acesso em 17 de abril de 2019.

defesa da proposta brasileira, em que havia claramente menção à desocupação de todos os territórios:

> (...) os membros afro-asiáticos e latino-americanos do Conselho examinaram todas as propostas encaminhadas durante a quinta sessão de emergência da Assembleia Geral e levaram em consideração as visões dos outros membros do Conselho e das partes envolvidas para produzir um texto justo e equilibrado. (...) [Este] demandava a retirada das tropas israelenses de todos os territórios ocupados como resultados do conflito recente. Este não só reivindicava o fim do estado de beligerância como também qualquer alegação de beligerância; enfatizava o reconhecimento do direito de cada estado da região estar seguro dentro de suas fronteiras (*REPORT OF THE SECURITY COUNCIL, 1967-1968*, p. 14, tradução nossa[144]).

O tema continuou na agenda no Conselho no ano seguinte, quando oito das 18 resoluções aprovadas tratavam sobre o Oriente Médio. Em todas, a linguagem aprovada era vaga e Israel não foi condenado abertamente pelo conflito nem foram demarcados os territórios a serem desocupados, em contradição com a proposta brasileira, que fora deixada de lado. As resoluções sobre o tema também começaram a dividir opiniões, pois, apesar de nenhuma ter sido vetada, Estados Unidos, Canadá Dinamarca e Argélia se abstiveram em ao menos uma ocasião.

Somado a isso, o continente africano e temas relacionados à descolonização marcaram os debates do órgão naquele ano. Um dos casos remetia à interferência da África do Sul no território da atual Namíbia. A proposta apresentada por Brasil, Índia, Paquistão, Argélia, Senegal e Paraguai culminou na Resolução S/RES/246(1968)[145], que condenava o desrespeito ao direito internacional, sem determinar medidas efetivas contra os sul-africanos. Novamente, a posição do Brasil em temas que envolviam colonização e ocupação de territórios era matizada pela dificuldade em criticar Portugal. De acordo com Ziemath (2014, p. 84), "diante de uma resolução que não colocava em risco interesses diretos do Brasil – fossem eles não dificultar as relações luso-brasileiras ou as trocas comerciais com a África do Sul –, nem decidia medidas práticas contra o regime sul-africano, era confortável ao Brasil apoiá-la".

Essa limitação da crítica brasileira ficou ainda mais visível nos debates sobre o regime de discriminação racial da Rodésia, atual Zimbábue. Índia, Paquistão, Argélia e Senegal apresentaram uma proposta que criticava duramente Portugal e África do Sul por não

---

[144] O texto em língua estrangeira é: "(...) the Afro-Asian and Latin American members of the Council had examined all proposals put forward during the Assembly's fifth emergency session and had taken into account the views of other Councils' members and of the parties concerned in order to produce a fair and balanced text. (..) [It] provided for withdrawal of Israeli forces from all territories occupied as a result of the recent conflict. It not only called for the termination of the state of belligerance but also of any claim of belligerance; it emphasized the recognition of the right of every state in the area to be secured within its borders." Disponível em <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/7202(SUPP)>. Acesso em 17 de abril de 2019.

[145] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/246(1968)>. Acesso em 17 de abril de 2019.

cumprirem os bloqueios e medidas de controle ao regime segregacionista. Entretanto, o Reino Unido, que possuía mandato do Conselho de Tutela para atuar na região, tomou as rédeas do processo negociador e apresentou a resolução S/RES/253[146] que, ao contrário do costume do período, citava expressamente o Capítulo VII como base para as medidas a serem implementadas. Entretanto, o texto aprovado não fazia nenhuma menção a Portugal ou à África do Sul, o que angariou o apoio do Brasil e, eventualmente, também da Índia e dos proponentes do projeto anterior.

Naquele ano, o tema do desarmamento, que no ano anterior fora tratado no âmbito da AGNU, entrou na pauta do CSNU. Conforme destacado anteriormente, tanto Brasil quanto Índia vocalizaram expressamente os descontentamentos com o caráter desigual do TNP. Essa postura foi reafirmada quando a Resolução S/RES/255[147] foi negociada. O tema foi introduzido no órgão por iniciativa de URSS, EUA e Reino Unido (a China era representada nesse momento por Taiwan), de forma a assegurar garantias aos Estados signatários de que armas nucleares não seriam utilizadas contra os que se comprometeram a não obter tais equipamentos. Por conseguinte, o texto da Resolução estabelece que a agressão ou a ameaça de ataque feita por Estados nucleares a países não nucleares geraria ação imediata do CSNU.

A resolução foi aprovada com dez votos afirmativos e cinco abstenções, sendo estas de Argélia (país que, junto com a Índia, figurava como uma liderança do Movimento dos Não Alinhados), Brasil, França, Índia e Paquistão. De acordo com a transcrição da reunião[148], o representante da Argélia sublinhou o caráter discriminatório da resolução em sua justificativa de voto; já a delegação paquistanesa afirmou que, se o tema cairá na responsabilidade do CSNU, alguns dos potenciais utilizadores das armas nucleares teriam poder de veto na temática. A delegação francesa não utilizou a palavra para justificar a abstenção, mas nos debates na AGNU o país ressaltou que é a favor do uso de armamentos nucleares apenas para fins defensivos. Nesse período, inclusive, a França passava por um período de distanciamento das potências ocidentais, a exemplo da decisão do então presidente Charles De Gaulle de retirar-se do comando militar da OTAN.

Gopalaswami Parthasarathi, representante da Índia no Conselho, reforçou que a ênfase do documento deveria ser igualmente na exigência de desarmamento dos Estados nuclearmente armados. Além disso, ressaltou que a resolução só garantia proteção àqueles Estados signatários

[146] Disponível em < https://undocs.org/S/RES/253(1968)>. Acesso em 17 de abril de 2019.
[147] Disponível em < https://undocs.org/S/RES/255(1968)>. Acesso em 17 de abril de 2019.
[148] Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/581961/files/S_PV-1433-EN.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2019.

do TNP, quando a própria Carta da ONU estabelece a necessidade de proteção a todos, não apenas aos que tenham escolhido soberanamente aderir ao tratado:

> Na visão do Governo da Índia, o problema da segurança dos Estados não nucleares em relação ao uso ou ameaça do uso de armas nucleares deriva da posse, estocagem e sofisticação de armas nucleares e suas formas de emprego. A esperança efetiva dos Estados não nucleares está no desarmamento nuclear, quando estas armas deverão ser completamente eliminadas. (...) A ameaça não possui relação com a assinatura ou não de um determinado tratado de não proliferação. (...) O Conselho de Segurança está sendo requisitado para levar em consideração apenas as preocupações de certo grupo de Estados que expressou o desejo de aderir ao TNP. Eu declaro que esse conceito é contrário aos propósitos e princípios da Carta (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 1443 meeting*, 1968, p.9, tradução nossa[149]).

A posição do embaixador Carvalho de Silos, representante do Brasil, seguiu uma linha semelhante, com o adendo de que o Brasil estaria respaldado pela adesão ao Tratado de Tlatelolco:

> A Carta de São Francisco estipula uma estrutura de segurança universal que inclui, sem exceções, todos os membros da organização. Entretanto, as garantias previstas nesse projeto de resolução diante de nós, unilateralmente apresentada por três das cinco atuais potências nucleares, seria aplicada apenas para os Estados membros que se tornarem partes do TNP. (...) Eu gostaria de mencionar a importância que meu país – bem como outros Estados da América Latina – associa ao sistema de garantias estabelecido pelo Tratado de Tlatelolco. (...) Portanto, parece que a proposta apresentada ao Conselho pelas três potências nucleares refere-se a um novo sistema de garantias que, para ser preciso, não foi moldado de acordo com os mesmos princípios e critérios que formaram o sistema de garantias da Carta das Nações Unidas e do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 1443 meeting*, 1968, p.3, tradução nossa[150]).

É possível concluir, preliminarmente, como o voto foi impactado por um conjunto de variáveis. No caso das resoluções sobre a descolonização de países africanos e regimes de discriminação racial, o Brasil possuiu uma abordagem conservadora, devido aos seus vínculos

---

[149] O texto em língua estrangeira é: "In the view of the Government of India, the problem of the security of non-nuclear-weapon States against the use or the threat of use of nuclear weapons arises from the possession, the continued stockpiling and the further sophistication of nuclear weapons and the means of their delivery. The real hope of security for non-nuclear-weapon States lies in nuclear disarmament when nuclear weapons shall have been completely eliminated. (...) That threat has nothing to do with the signature or non-signature of a particular non-proliferation treaty. (...) The Security Council is being asked to take into consideration the concern of only certain of those States which have expressed a desire to subscribe to the non-proliferation treaty. I submit that this concept is contrary to the purposes and principles of the Charter."

[150] O texto em língua estrangeira é: "The Charter of San Francisco sets up a universal security machinery which includes, without any exception, all Members of the Organization. However, the guarantees referred to in the draft resolution now before us, unilaterally offered by only three of the five existing nuclear Powers, would be applied only to those Member States which become party to the Treaty of the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. (...) I would also like to mention the special importance that my country – as well as all other Latin American countries – attaches to the system of guarantees established by the Treaty of Tlatelolco. (...) Hence it seems that the draft resolution presented to this Council by the three nuclear Powers refers to a new system of guarantees which, strictly speaking, was not shaped in accordance with the same principles and criteria which give form to the systems of guarantees of the Charter of the United Nations and of the Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America."

e acordos com Portugal, ao contrário da Índia, que, recém-independente e também invadida pelos portugueses, não possuía freios em sua defesa expressa da descolonização.

As relações interestatais também ajudam a compreender os diferentes argumentos mobilizados em relação às guerras árabe-israelenses, mas cabe ressaltar como a dinâmica do CSNU, sobretudo no contexto da Guerra Fria, afastou a possibilidade de que a proposta copatrocinada pelo Brasil fosse levada à votação, gerando a aprovação de um documento vago, que foi negociado pelos membros permanentes. Aqui novamente é possível observar a situação pelas lentes de um cenário de aversão comum: para o Brasil, os *payoffs* incentivavam que fosse dado apoio ao documento vago, já que este também se aplicava ao cenário a ser evitado, e os custos para seguir o curso de ação preferido eram impeditivos, pela possibilidade de veto.

Centrais para a hipótese deste trabalho encontram-se os debates sobre o TNP. Os dois anos do mandato correspondem às negociações do tratado, inicialmente na AGNU e, posteriormente, no CSNU. Tanto Brasil quanto Índia, que não assinaram o tratado na ocasião, criticavam a assimetria dos dispositivos e o caráter discriminatório tanto do TNP quanto da resolução aprovada. Essa posição possuiu relação direta com o contexto interno dos países, presentes nos três primeiros níveis do modelo de política externa: no Brasil, o governo militar de Costa e Silva, junto ao chanceler Magalhães Pinto, alterou a política de Castelo Branco e passou a defender a capacidade de desenvolvimento nacional; na Índia, a primeira-ministra Indira Gandhi, considerada uma líder pragmática e realista (RAFI; SHRIVASTAVA; AKHTAR, 2015), não só se opunha ao caráter discriminatório do TNP como, poucos anos depois, aprovou e comandou os primeiros testes nucleares do país.

4.5 **A Década de 1970**

4.5.1 Índia (1972-1973)

O terceiro mandato da Índia marca o início do período que Maya Chadda (2014) chama de "dominância regional defensiva". De acordo com a autora, essa postura relaciona-se com acontecimentos das décadas anteriores, como a adesão do Paquistão ao Pacto de Bagdá[151] (1955), em conjunto com Irã, Iraque, Turquia e Reino Unido, com extensivo apoio dos EUA. No período em que a Guerra Fria foi determinante para as relações entre os países asiáticos, as

[151] O Pacto de Bagdá deu origem à Organização do Tratado Central (CENTO, da sigla em inglês para *Central Treaty Organization*), uma aliança militar entre os países signatários, que foi desfeita em 1979.

guerras com o Paquistão, em 1948 e 1965, e a derrota para a China em 1962, influenciaram o curso de ação a ser tomado pelos governantes indianos. Nessa linha, argumenta Chadda (2014, p. 141, tradução nossa[152]):

> A humilhação contínua daqueles anos ajuda a explicar a determinação de Indira Gandhi de construir a capacidade militar indiana e se direcionar para a autarquia econômica. Enquanto o mundo estava preocupado com a Guerra do Vietnã, a Índia estava, silenciosamente, construindo sua força militar (...). A Índia se sentiu compelida a defender suas visões de uma guerra contra um país da Ásia que tinha sido vítima tanto de ocupação colonial quanto de ambições imperiais mal definidas. A determinação de [Indira] Gandhi de tornar a Índia auto-suficiente nas esferas da economia e da defesa trouxeram esta progressivamente para perto da União Soviética.

Foi com esse espírito que a Índia empreendeu uma terceira guerra com o Paquistão, em 1971. No período, o território do Paquistão estendia-se pelas fronteiras Leste e Oeste da Índia, dividindo-se em duas partes, sem contiguidade territorial: o Paquistão do Leste/Paquistão Oriental e o Paquistão do Oeste/Paquistão Ocidental. O mapa abaixo ilustra a disposição dos territórios.

Figura 1 – Fronteiras entre Índia e Paquistão, em 1971



Fonte: BBC, 2011[153].

[152] O texto em língua estrangeira é: "The sustained humiliation of those years helps to explain Indira Gandhi's determination to build India's military capability and move still further toward economic autarchy. While the World was preocuppied with the Vietnam War, India was quietly building its military strenght (...). India felt compelled to defend its views of a war against an Asian country that had been the victim of both colonial occupation and ill-defined imperial ambition. Gandhi's determination to make India self-reliant in the spheres of economy and defense brought it progressively closer to the Soviet Union."

[153] Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-16111843>. Acesso em 16 de maio de 2019.

O conflito teve início a partir da entrada de um fluxo considerável de refugiados na Índia, provenientes do Paquistão do Leste. A Índia, por sua vez, iniciou uma estratégia de financiamento e treinamento às guerrilhas da região, o que causou um ataque preemptivo do Paquistão na fronteira da região da Cachemira. Em contraposição às derrotas e resultados pouco consolidados dos conflitos anteriores, a Guerra Indo-Paquistanesa de 1971 gerou um resultado positivo para a Índia: a independência do Paquistão do Leste, com a formação de Bangladesh. Além do enfraquecimento do Paquistão, a Índia utilizou o discurso de libertação de Bangladesh do domínio de uma ditadura militar, colocando-se como defensora da democracia (CHADDA, 2014).

A guerra também foi mais um capítulo na aproximação entre Índia e União Soviética. Indira Gandhi assegurou apoio dos soviéticos para que estes interviessem caso a China entrasse no conflito em defesa do Paquistão. O resultado foi a assinatura do Acordo Indo-Soviético de Paz, Amizade e Cooperação, em 1971 (CHADDA, 2014). Naquele contexto, o CSNU foi um ambiente propício para a aplicação acordada entre os dois Estados. Durante o conflito, a URSS vetou três projetos de resoluções referentes ao conflito indo-paquistanês.

De acordo com Nayar e Paul (2003), essa situação levou a um acercamento dos interesses entre os EUA e o Paquistão. Os estadunidenses tinham interesse em controlar a influência da China na região e enviaram uma força marítima para a Baia de Bengali, mas não chegou a ocorrer um confronto físico, pois as tropas paquistanesas já estavam em rendição. Para os autores, "os EUA condenaram a Índia como agressores e saíram em apoio integral ao Paquistão. Se não fosse pelos vetos soviéticos, as ações dos EUA no CSNU teriam tornado a situação da Índia irreparável" (NAYAR; PAUL, 2003, p.177, tradução nossa[154]).

Dentro do órgão, a maior parte dos Estados considerou que a justificativa dos fluxos de refugiados era menos convincente do que os argumentos em favor da intervenção em território estrangeiro e da integridade territorial do Paquistão. Argentina, Bélgica, Burundi, Itália, Japão, Nicarágua, Reino Unido e Estados Unidos apresentaram o tema ao CSNU, com projetos de resoluções que demandavam o fim imediato das hostilidades (S/10416; S/10423; S/10446[155]). No debate do primeiro projeto, o representante soviético defendeu que não só as delegações de Índia e Paquistão fossem ouvidas pelo CSNU, mas também os novos governantes de Bangladesh. O embaixador soviético reforçou que os fluxos de refugiados são o ponto central

[154] O texto em língua estrangeira é: "the US administration reflexively condemned India as an agressor and came out fully in support of Pakistan. Were it not for Soviet vetoes, the US actions at the UN Security Council would have rendered India's situation hopeless."
[155] Os projetos de resolução estão disponíveis, respectivamente, em <https://undocs.org/en/S/10416>, <https://undocs.org/en/S/10423> e <https://undocs.org/en/S/10446>. Acesso em 16 de maio de 2019.

do conflito e que não se deve usar os termos "rebeldes" para tratar dos líderes da independência em Bangladesh, mas sim de "movimentos de libertação nacional" (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 1606th Meeting*, 1971[156]), em clara postura de defesa dos indianos.

Naquele mesmo ano de 1971, a URSS absteve-se de uma resolução que estabeleceu uma missão de observação para a área de cessar-fogo entre Índia e Paquistão, na região da Cachemira. A Resolução 307 (S/RES/307[157]) criou o Grupo de Observação Militar das Nações Unidas na Índia e no Paquistão, mas ambos os países possuíram discordâncias sobre o mandato e as funções da missão, que existe até os dias de hoje, com mandato limitado à observação e monitoramento (JACOB, 2019).

A Índia discordava de soluções multilaterais e pregava que o tema deveria ser enfrentado de forma bilateral entre ela própria e o Paquistão. Os dois Estados chegaram a assinar um documento conhecido como Acordo de Simla, em 1972, assinado por Indira Gandhi e Zulfikar Ali Bhutto, líder paquistanês. Pelo acordo, a Índia comprometia-se a devolver porções do território ocupado e 90.000 prisioneiros de guerra, exigindo em contrapartida que o Paquistão se comprometesse a resolver a situação apenas em base bilateral. Os paquistaneses não seguiram o compromisso, e o Acordo foi inviabilizado (NAYAR; PAUL, 2003, p. 180).

Foi em um contexto de críticas e instabilidade, portanto, que a Índia voltou ao CSNU para um novo mandato. Em 1972 foram aprovadas 17 resoluções, mas nenhuma sobre o conflito indo-paquistanês. O ano foi marcado, ainda, pela substituição de Taiwan pela República Popular da China. Os temas variaram de Oriente Médio, à descolonização e à continuidade das críticas aos regimes de segregação racial. A Índia votou de forma favorável a todas as resoluções, tendo sido acompanhada pela URSS em 16 ocasiões, com exceção da Resolução S/RES/323, referente à ocupação da Namíbia pela África do Sul, em que os soviéticos optaram pela abstenção.

Em relação aos regimes de segregação racial, a posição indiana foi assertiva, com crítica direta aos governos da África do Sul e da Rodésia do Sul. O embaixador indiano, Sen, reforçou que os países deveriam estipular um embargo de armas e não cooperar militarmente com a África do Sul (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 1639th meeting*, 1972). Em relação às colônias portuguesas, marca-se uma diferença clara em relação à posição brasileira. A Índia também teve uma parte de seu território colonizada pelos portugueses, na região de Goa, no sul do país, mas, ao contrário do Brasil, não manteve laços pacíficos com a metrópole europeia. Enquanto a formação histórica do Brasil produziu uma independência negociada,

[156] Disponível em <https://undocs.org/en/S/PV.1606(OR)>. Acesso em 16 de maio de 2019.
[157] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/307(1971)>. Acesso em 29 de maio de 2019.

após a família real portuguesa ter residido em território brasileiro, a libertação da Índia ocorreu por meio de conflitos militares. Somava-se a isso, ainda, o papel central da Índia nos movimentos por descolonização no mundo.

> Nós na Índia temos um conhecimento e uma experiência mais do que adequados sobre o colonialismo português. (...) Acusações abertas foram feitas sobre o envio de armas da OTAN para os territórios coloniais. Negações públicas também foram feitas. Isto, obviamente, requer investigação. Há, para além das armas da OTAN, outras armas sob controle do governo de Portugal, e nós estamos receosos que essas armas - apesar de compradas no mercado aberto e vendidas por motivos de lucro – estão sendo enviadas para os territórios coloniais. Estamos impacientes para que todos os recursos de Portugal que possam ser desvirtuados para esses territórios coloniais sejam, de alguma forma, barrados (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 1639th meeting*, 1972, p.14, tradução nossa[158]).

Ainda no ano de 1972, outro acontecimento marcou as alianças informais entre países asiáticos. Após a separação do Paquistão, o novo governo de Bangladesh solicitou a entrada do país recém-formado na ONU. O pedido (S/10771[159]), entretanto, foi vetado pelos chineses, que eram aliados ao Paquistão. Essa situação ilustra as alianças cruzadas da região, entre URSS e Índia, e entre China e Paquistão. Os dois últimos, inclusive, firmaram um acordo de parceria estratégica em 1972, decorrente dessa política de aliança (OGDEN, 2011a) Ao fundamentar o voto, o representante chinês reforçou a aliança entre indianos e soviéticos:

> (...) ao arrastar para as Nações Unidas "Bangladesh", que violou os princípios da Carta e as resoluções relevantes e, portanto, não é qualificado de nenhuma forma para ser admitido nas Nações Unidas, as delegações da União Soviética e da Índia não hesitaram em distorcer os princípios da Carta e suas previsões relevantes, e tentaram fortemente separar a consideração do pedido de "Bangladesh" para ser membro das Nações Unidas e a implementação das resoluções relevantes da ONU. Isto vai inteiramente contra os princípios da Carta e é totalmente desconectado da legalidade. Isto não pode ser tolerado de nenhuma forma. Considerando as condições específicas e a situação em que "Bangladesh" passou a existir, é óbvio que a questão da solicitação de entrada de "Bangladesh" não pode ser examinada sem levar em consideração as resoluções da AGNU e do CSNU sobre a guerra de agressão do ano passado no subcontinente indiano. (...) O governo soviético apoiou o governo indiano em uma guerra de agressão contra o Paquistão. Isto, em si, configura uma violação da Carta (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 1660th meeting, 1972*, p.7-8, tradução nossa[160], grifos do autor).

---

[158] O texto em língua estrangeira é: "We in India have more than adequate knowledge and experience of Portuguese colonialism. (...) Open accusations have been made that NATO arms are going to the colonial Territories. Open denials also have been made. This obviously will require investigation. There are, apart from NATO arms, other arms under the control of the Government of Portugal and we are most anxious that these arms, however procured-bought in the open market and sold for reasons of profit-are finding their way into these colonial Territories. We are anxious that all sources of supplies to Portugal which can be diverted to these colonial Territories should somehow or other be stopped."

[159] Disponível em <https://undocs.org/en/S/10771>. Acesso em 21 de maio de 2019.

[160] O texto em língua estrangeira é:"(...) so as to drag into the United Nations "Bangladesh", which has violated the principles of the Charter and the relevant resolutions and is therefore not qualified at all to be admitted into the United Nations, the delegations of the Soviet Union and India, have not hesitated to distort the principles of the Charter and its relevant provisions and have tried hard to separate consideration of the application of "Bangladesh" for membership in the United Nations from the implementation of the relevant United Nations

A resposta do representante indiano trouxe como argumento pareceres anteriores da Corte Internacional de Justiça sobre a avaliação da entrada de novos membros, em que questões de mérito não devem ser consideradas. Sen também numerou as adesões recentes à ONU, indicando que não houve demora injustificada para a aprovação das entradas. O representante recorreu, ainda, a princípios do direito internacional para argumentar em favor da entrada de Bangladesh, que acabou só sendo aprovada dois anos depois, em 1974:

> Por diversas vezes a grande quantidade de problemas que existem entre Bangladesh e Paquistão foi mencionada. O representante do Sudão mencionou algumas, eu poderia mencionar muitas outras. Mas o fato é que todos esses problemas podem ser solucionados – ao menos negociados e espera-se que resolvidos – se a negociação for feita com base na igualdade. Porque esse princípio fundamental do direito internacional, ou do costume internacional, de que dois países, dois Estados, duas partes, devem sempre se encontrar como iguais não tem sido observado que todos esses problemas começaram (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 1660th meeting*, 1972, p. 5, tradução nossa[161]*).*

No segundo ano do mandato indiano, em 1973, 20 resoluções foram aprovadas no CSNU, com voto afirmativo da Índia em todas; entre elas, destaca-se o litígio entre Estados Unidos e Panamá pelo uso do canal do país latino-americano, cujo tema foi objeto de veto dos Estados Unidos. Prologaram-se, ainda, resoluções sobre os países africanos, como a Rodésia do Sul, e a adesão de novos membros, a exemplo do reconhecimento das duas Alemanhas.

Entretanto, o principal tema no ano foi a guerra árabe-israelense, que culminou no estabelecimento de uma operação de paz. O conflito começou com a derrubada de um avião libanês por Israel, e se espalhou pela região, a partir da declaração de guerra do Egito. De acordo com Bouillon (2016), a guerra de 1973 seguiu o padrão das anteriores, com resoluções não cumpridas sobre cessar-fogo e negociações paralelas lideradas por EUA e URSS. Da mesma forma que no conflito anterior, a solução do CSNU foi reeditar uma operação de paz para a

---

resolutions. This runs entirely counter to the principles of the Charter and is totally untenable from a legal point of view. This cannot be tolerated in any way. Taking into consideration the specific conditions and situation in which "Bangladesh" came into being, it is quite obvious that the question of the application of "Bangladesh" for membership in the United Nations can in no way be examined without taking note of the resolutions of the General Assembly and the Security Council concerning last year's war of aggression on the South Asian subcontinent. (...) The Soviet Government supported the Indian Government in launching a war of aggression against Pakistan. This in itself constituted a most grave violation of the Charter." Disponível em <https://undocs.org/en/S/PV.1660(OR)>. Acesso em 21 de maio de 2019.

[161] O texto em língua estrangeira é: "Time and again large number of problems which stand between Bangladesh and Pakistan have been mentioned. The representative of the Sudan mentioned some; I could mention many more. But the fact of the matter is that all these problems can be solved – at least negotiated and it is to be hoped solved – if there is negotiation on the basis of equality. And it is because this fundamental principle of international law or international behaviour that two countries, two States, two parties must always meet as equals has not been accepted that all these troubles have started."

região, a *United Nations Emergency Force* (UNEF II). Foi convocada, ainda, uma Conferência de Paz para tratar do tema.

Dessa forma, o terceiro mandato indiano permite que destaquemos alguns pontos relevantes. Em primeiro lugar, em relação aos votos, a Índia adotou posição firme contra o colonialismo, mais especificamente o promovido por Portugal, o que diferencia sua postura da apresentada pelo Brasil nos mandatos anteriores. Entre as explicações possíveis, cabe interpretar que tal oposição por parte da Índia decorre dos conflitos gerados pela ocupação portuguesa, enquanto no Brasil as condições históricas propiciaram uma saída negociada entre colônia e metrópole – o que não significa que os conflitos foram inexistentes.

Além disso, o veto chinês à entrada de Bangladesh evidencia tanto dimensões regionais quanto relacionais. Ao mesmo tempo em que a defesa indiana da adesão do novo membro indica a postura dos círculos concêntricos, para evitar a predominância das potências na região, o evento ilustra as alianças cruzadas, a partir da aproximação entre URSS e Índia, por um lado, e Paquistão e China, por outro. Isso se aplica, inclusive, aos vetos conferidos pela URSS em 1971 para poupar a Índia de condenações pelo conflito com o Paquistão, que culminou na independência de Bangladesh. O mandato marcou, ainda, maior interesse pela participação no órgão: após os dois mandatos iniciais, até o fim da Guerra Fria a Índia buscará constantemente ser eleita para o assento, com uma ausência máxima de seis anos entre um mandato e outro.

4.5.2 Índia (1977-1978)

Conforme visto acima, durante os anos de 1970 a Índia foi governada pela primeira-ministra Indira Gandhi, cujo primeiro mandato, iniciado em 1966, durou até 1977. De acordo com Ogden (2011a), conforme apresentado no capítulo anterior, naquela década a governante implementou uma estratégia de política externa conhecida como Doutrina Indira, cujo objetivo era usar o poder militar como mecanismo dissuasório para intervenções externas no perímetro regional indiano, mesmo que tal contenção fosse feita por meio de intervencionismos da própria Índia em outros países. Nesse sentido, Indira teria se aproximado de uma postura realista e pragmática de conduzir a relação da Índia com o resto do mundo (MALONE; MAHAN; RAGHAVAN, 2015), aceitando que demonstrações de força e de poder fazem parte do jogo dos Estados no sistema.

Ao adotar essa direção, Indira afastou-se de algumas medidas colocadas em prática pelo pai, Nehru. Considera-se que Nehru, sem renunciar ao pragmatismo, adotou um comportamento

mais idealista, baseado na união dos povos e a doutrina da não violência, a exemplo da proposta feita por ele de banimento dos testes nucleares e de defesa do desarmamento como meio para alcançar a paz (KENNEDY, 2015). Ao defender o argumento da discriminação do regime de não proliferação nuclear por um viés realista, Indira Gandhi alterou o destino do país ao ser a governante responsável pelos testes nucleares de 1974, conhecidos como Pokhran I, os primeiros a serem conduzidos por um Estado à margem do TNP.

De acordo com George Perkovich (1999), é necessário interpretar os caminhos que levaram aos testes por uma análise multidimensional. No nível regional, as guerras com o Paquistão e com a China levaram o país a aplicar um programa de longo prazo de modernização das Forças Armadas, situação que o aproximou e o tornou dependente do comércio de armas com a URSS. Assim, houve uma militarização do entorno regional indiano, que criou nas elites do país a narrativa de ameaça e a necessidade de forças de defesa e contra-ataque. A derrota para a China, por exemplo, teria criado um sentimento de humilhação e de afastamento do status de grande potência. A situação foi agravada em 1964, quando os chineses produziram sua bomba nuclear.

Entretanto, o autor acrescenta que "fatores domésticos, incluindo personalidades individuais, foram no mínimo tão importantes quanto o ambiente de segurança externo para determinar a política nuclear" (PERKOVICH, 1999, p. 6; tradução nossa[162]). Nesse ínterim, destaca-se a filiação de Indira Gandhi a ideais próximos ao socialismo, conforme mencionado anteriormente. A primeira-ministra colocou a narrativa da importância da tecnologia como forma de desenvolvimento do país e, portanto, ressaltou a necessidade de garantir a manutenção do programa pacífico de energia nuclear na Índia, ao considerar que as demandas de um país de independência recente não se enquadram nas noções pré-concebidas do Ocidente (BHATIA, 2017).

Com isso, Indira Gandhi desafiou o TNP, cujos artigos II e III afirmam a não diferenciação entre explosões pacíficas e não pacíficas, e conduziu os testes de Pokhran I, argumentando que seriam pacíficos (*Peaceful Nuclear Explosion* – PNE), voltados para o desenvolvimento tecnológico, e não para a produção de armamentos. EUA e Canadá mostraram forte descontentamento, pois consideraram que a Índia havia violado acordo de cooperação nuclear estabelecido previamente com os dois países, conhecido como CIRUS (*Canada India Reactor US*).

[162] O texto em língua estrangeira é: "domestic factors, including individual personalities, have been at least as important as the external security environment in determining nuclear policy."

De acordo com Bhatia (2017), a justificativa de Gandhi foi a reafirmação do compromisso do país com o regime internacional de desarmamento, ressaltando o engajamento histórico com o tema, a exemplo da assinatura do Tratado de Banimento Parcial de Testes Nucleares, de 1963 (PTBT, da sigla em inglês para *Partial Nuclear Test Ban Treaty*). Segundo a primeira-ministra, o desacordo da Índia com o TNP relacionava-se ao seu caráter discriminatório e às dificuldades colocadas à transferência tecnológica, e não ao desarmamento em si. Ainda de acordo com a autora,

> A PNE de 1974 foi o reflexo de uma mudança na posição da Índia de uma nação na linha de frente das negociações pelo desarmamento nuclear para uma nação com capacidade nuclear demonstrada. Essa mudança resultou de uma reorientação substancial da abordagem da Índia sobre o controle internacional de armas e desarmamento – de uma política de desarmamento global orientada de fora para dentro para uma abordagem focada na autossuficiência doméstica de segurança nacional (BHATIA, 2017, p. 34; tradução nossa[163]).

A partir dos testes de 1974, a Índia passou a ser uma "anomalia" dentro do sistema do TNP, por não ser um Estado signatário do Tratado e, ao mesmo tempo, ter demonstrado sua capacidade de se tornar um país nuclear. Essa "irregularidade", ao ter tomado forma em um tema tão sensível para a classificação do status do país no sistema internacional, causou desconfortos nas grandes potências, sobretudo nos EUA, que passaram a descrever a Índia como um Estado-pária e não confiável. O TNP e as grandes potências não estavam equipados para uma abordagem alternativa. Nessa linha, ao interpretar a posição das potências em ascensão no regime de não proliferação, Jaswant Singh (2012) considera que, apesar de ter causado perturbação nas grandes potências em um campo sensível, nenhum dos poderes nucleares subsequentes, a exemplo da Índia, adotou uma postura maximalista de arsenais: a justificativa era que os programas nucleares eram mecanismos de defesa e de ascensão pacífica[164].

Apesar da narrativa pregar o avanço tecnológico e não uma estratégica de confronto, a resposta internacional liderada pelos EUA não foi condescendente. A reação consistiu no aumento dos controles da AIEA e a criação do NSG, para regulamentar e controlar o comércio entre países produtores de urânio e Estados detentores da tecnologia de enriquecimento. Por

[163] O texto em língua estrangeira é: "The PNE of 1974 reflected a change in India's stance from a nation at the forefront of nuclear disarmament negotiations to a nation with demonstrated nuclear capability. This change resulted from an underlying reorientation of India's approach to international arms control and disarmament – from an outward oriented global disarmament policy to an inward focused self-reliant approach to national security."

[164] O comportamento recente da Coreia do Norte indica que essa justificativa não seja mais aplicável.

meio das diretivas, o NSG foi impedido de comercializar com a Índia, já que o país se localizava fora da regulamentação internacional.

O quarto mandato do país foi assinalado, ainda, por tensões no nível doméstico que impactaram a ação da política externa. Após uma década no poder, o ano de 1977 consolidou o fim do governo de Indira Gandhi, período que ficou conhecido como "*Indira Raj*" (METCALF; MELTCALF, 2013, p. 277). Cresceram os descontentamentos populares após a estagnação econômica e as práticas autoritárias da primeira-ministra, como a política de controle de natalidade, por meio da esterilização forçada de mulheres com mais de dois filhos. Somaram-se a isso denúncias de corrupção que atingiram seu governo e críticas a nomeações baseadas em lealdades e personalismo.

Em 1975, a justiça indiana concluiu que as eleições de 1971 haviam sido adulteradas pela primeira-ministra e deveriam ser consideradas inválidas, mas, "em vez de renunciar, (...) num golpe preventivo contra seus adversários, Indira Gandhi declarou um estado extraordinário de emergência", em que direitos como o *habeas corp*us foram suspensos, a imprensa foi censurada e partidos de oposição foram banidos (METCALF; MELTCALF, 2013, p. 278). Ao convocar eleições em 1977, Indira não obteve o apoio esperado e, pela primeira vez em trinta anos, o Partido do Congresso saiu do poder (sob a forma de sua dissidência, o Congresso I), com a eleição do primeiro-ministro Morarji Desai, um dos fundadores do Partido do Povo Indiano (BJP, da sigla em inglês para *Bharatyia Janata Party*).

Além dos testes e da contenda eleitoral, um fator regional também causou críticas à política externa indiana. Em 1975, a Índia anexou o território conhecido como Reino de Sikkim, na região dos Himalaias, área que estava sob domínio do Nepal. Com a colonização britânica, a monarquia de Sikkim uniu-se aos europeus para evitar a influência nepalesa, tornando-se protetorado britânico. Após a independência indiana, Sikkim passou a ser protetorado da Índia; portanto, com a anexação em 1975, motivada pela existência de uma comunidade hindu na região, o argumento indiano era de que não ocorrera nenhuma invasão ou interferência, apenas a união espontânea de Estados já ligados historicamente[165]. Entretanto, China e Paquistão não encararam o fato da mesma forma, e o tema surgiu nos debates da ONU, conforme será visto a seguir. Nesse caso, há um exemplo explícito da atuação indiana em relação aos círculos concêntricos: equilíbrio de poder com os vizinhos maiores e práticas intervencionistas com os menores.

[165] Disponível em <https://www.thehindu.com/opinion/op-ed/the-sikkim-saga-through-an-american-lens/article4617433.ece>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

Era esse o cenário quando a Índia iniciou o mandato em 1977, ano em que 20 resoluções foram aprovadas. Além da admissão de novos membros após as descolonizações, dois temas centrais ocuparam a agenda do órgão: o *apartheid* sul-africano e a continuidade das tensões entre Israel e os países árabes no Oriente Médio. O regime de discriminação racial foi tema de três vetos concedidos naquele ano, todos pelos P3 em conjunto, durante o mês de presidência da Índia no CSNU. O argumento de Estados Unidos, França e Reino Unido era de que o governo sul-africano havia se mostrado não cooperativo, e que a única solução possível seria a aprovação de uma resolução com base no Capítulo VII[166]. Essa proposta tomou forma com a resolução S/RES/418[167], que aprovou, um embargo de armas para a ex-colônia britânica. Na mesma linha, a Índia apoiou as resoluções que tratavam sobre o regime de segregação na Rodésia do Sul. Em relação ao conflito no Oriente Médio, as resoluções aprovadas tratavam dos conflitos de Egito e Síria com Israel, com a renovação do mandato da missão de observação na região[168].

No nível regional, o ano de 1977 também trouxe novas questões para o tabuleiro regional do sul da Ásia. O Paquistão, que também estava no CSNU naquele ano, foi palco de um golpe de Estado orquestrado por militares. Conhecida como Operação *Fair Play*, a deposição do primeiro-ministro Ali Bhutto pelo chefe do Estado-Maior, Muhammad Zia-ul-Haq, ilustrou tensões que vinham se acumulando no país desde a guerra de 1971, que culminou na perda do território de Bangladesh. Após a derrota, o país passou por um processo de islamização e envolvimento com as tropas afegãs de oposição à invasão da URSS. Havia uma forte polarização entre o partido no poder, considerado de esquerda, e a extrema direita islâmica na oposição. Apesar do argumento de que o golpe havia sido motivado por fraudes nas eleições, elas só voltaram a acontecer em 1985 (HYMAN et al., 1989).

O tema não foi alvo de resoluções no CSNU naquele ano, mas pode-se interpretar que o governo militar no país vizinho propiciou que a Índia reforçasse a democracia como um ativo do país no sistema internacional. Ao estar cercada por governos considerados autoritários, como Paquistão, China e URSS, a realização de eleições periódicas e livres passou a ser um diferencial indiano e um elemento de identificação com as potências ocidentais. O fato também ajuda a compreender por que, na Índia, os militares possuíram, historicamente, pouco espaço na elaboração da política externa. Assim como no Brasil, que teve a experiência do golpe em

[166] Transcrição da reunião disponível em <https://undocs.org/en/S/PV.2045(OR)>. Acesso em 19 de julho de 2019.
[167] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/418(1977)>. Acesso 19 de julho de 2019.
[168] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/420(1977)>. Acesso 19 de julho de 2019.

seu próprio território, o controle civil despontou como estratégia prioritária, conforme apresentado no capítulo anterior.

Em 1978, 21 resoluções foram aprovadas, todas com voto afirmativo indiano, e nenhum veto foi concedido. O tema majoritário de atenção foram novos conflitos entre Israel e os países árabes, com sete resoluções: foram aprovadas ações relacionadas a tensões entre Israel e Líbano, Síria e Egito. Continuou na agenda o caso da Rodésia do Sul e a recomendação à adesão de novos membros. Nas três resoluções acerca do conflito libanês-israelense, a URSS absteve-se da votação, por considerar que suas ressalvas não haviam sido expressas no projeto, mas a Índia não acompanhou a posição e votou afirmativamente, com confrontações diretas com o representante de Israel. Este, quando foi ao plenário do CSNU justificar as ações israelenses, remontou ao passado de interferências externas da Índia:

> Quanto aqueles que jogam pedras têm teto de vidro, eu me sinto impelido a responder. O representante da Índia não aprovou a minha caracterização das Nações Unidas ao lidar, ou melhor, ignorar, o problema do terrorismo ou de outras tragédias no Líbano, e outros problemas consideráveis no mundo. Ele fez objeção à minha referência à hipocrisia. Eu posso entender sua preocupação, pois aparentemente a carapuça serviu. Com que direito ele quer nos dar uma lição? Baseado no fato de que, em 1975, as forças do seu governo escolherem cruzar as fronteiras do Reino de Sikkim – recorde-se, embaixador, que estamos discutindo a santidade da soberania nacional aqui – e anexou, sem mais nem menos, aquele reino, e o Conselho fingiu que não viu? Hipocrisia, deixe-me lembrá-lo, é o único tributo que os vícios pagam às virtudes[169] (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS*, 2074th *meeting*, 1978).

Em sua resposta, o representante indiano remeteu ao histórico da colonização britânica:

> Minha delegação votou a favor do projeto de resolução mesmo que ele não tenha atingido plenamente as nossas demandas e preocupações. Eu entendo que o representante de Israel tenha se referido à passagem das tropas indianas para Sikkim em 1975. Ele estava equivocado, como de costume, sobre os fatos. O que aconteceu em 1975 foi que Sikkim, por meio de um ato de autodeterminação de seu povo, tornou-se uma parte integrante da Índia. Quando os britânicos estavam na Índia, Sikkim era um protetorado da Índia Britânica por um arranjo e, posteriormente, quando a Índia conquistou a independência da dominação britânica, manteve-se o arranjo pelo qual Sikkim se tornou um protetorado indiano. Foi por conta de Sikkim ser nosso protetorado que as forças de defensa indianas entraram em Sikkim em 1948, e não, como o embaixador Herzog disse, em 1975. Ele só está 27 anos atrasado em relação a esse tema. Mas com certeza ele está ainda mais atrasado se considerarmos sua atitude antiquada por conta de sua afiliação patética exclusivamente ao Velho Testamento, sem a mínima consciência de que hoje existe algo como a Carta das

[169] O texto em língua estrangeira é: “But when those who live in glasshouses proceed to throw stones, I am constrained to reply. The representative of India did not approve of my characterization of the United Nations handling, or rather ignoring, of the problem of terror or of the tragedy of Lebanon and other major problems in the world. He took exception to my reference to hyprocrisy. I can appreciate his concern since apparently the shoe fits. By what right does he lecture us? By right of the fact that in 1975 his Government’s forces chose to cross the border of the Kingdom of Sikkim – remember, Ambassador, we are discussing the sanctity of national sovereignty here-and annex, no more and no less, that kingdom, and the Council did not even blink an eyelid? Hypocrisy, Sir, let me remind you, is the only tribute which vice pays to virtue”. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/224880?ln=en>. Acesso 19 de julho de 2019.

> Nações Unidas (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS*, 2074th *meeting*, 1978, tradução nossa)[170].

A partir do exposto, de acordo com Manu Baghavan (2015), no mandato de 1977-1978, a Índia continuou em sua campanha de críticas ao *apartheid* sul-africano e ressaltou a causa da Palestina, em parte como uma estratégia de se aproximar dos países árabes, como forma de compor interesses com o Paquistão. Sua participação no biênio também foi marcada pelo copatrocínio de uma resolução referente à retirada de tropas israelenses do território do Líbano e do apoio a três resoluções condenando os regimes de discriminação racial na Rodésia do Sul e a outra sobre embargo de armas ao regime discriminatório da África do Sul (MUKHERJEE; MALONE, 2013).

4.6 **A Década de 1980**

4.6.1 Índia (1984-1985)

No quinto mandato indiano, os principais temas na agenda do CSNU seguiram a tendência dos anos anteriores: a situação do *apartheid* na África do Sul e os conflitos entre Israel e seus vizinhos, a exemplo de Síria (S/RES/551) e Líbano (S/RES/459 e S/RES/555[171]). A Índia votou afirmativamente em todas as 14 resoluções aprovadas em 1984, sem necessariamente acompanhar o voto da URSS, que se absteve das duas resoluções referentes às contendas entre Líbano e Israel. O Oriente Médio foi o tema de dois vetos dados no ano: um deles pela URSS e outro pelos EUA. As discordâncias das grandes potências do período referiam-se, principalmente, às desavenças acerca da atuação da operação de paz instalada em território libanês, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, da sigla em inglês para *United Nations Interim Force in Lebanon*).

---

[170] O texto em língua estrangeira é: “My delegation voted for the United States draft resolution even though it did not fully meet our requirements and concerns. I understand that the representative of Israel referred to the crossing over of Indian troops into Sikkim in 1975. He was quite wrong, as usual, in regard to his facts. What happened in 1975 was that Sikkim, through an act of self-determination by its people, became an integral part of India. When the British were in India, Sikkim was a protectorate of British India by a treaty arrangement, and later, when India attained its independence from British rule, India continued the treaty arrangement whereby Sikkim became an Indian protectorate. It was because Sikkim was our protectorate that Indian defence forces entered Sikkim in 1948, and not, as Ambassador Herzog said, in 1975. He is only 27 years out of date in this regard. But of course he is much more out of date still if we reckon his antiquated attitude by his pathetic reliance on only the Old Testament, without the slightest awareness that nowadays there is such a thing as the Charter of the United Nations”.

[171] Disponíveis em <https://undocs.org/S/RES/549(1984)> e <https://undocs.org/S/RES/555(1984)>. Acesso em 23 de agosto de 2019.

Naquele ano, a Índia teve novamente a companhia do Paquistão no órgão. Um tema da agenda mostrou uma divergência entre os dois vizinhos: a situação do Chipre. O país vinha, há anos, deparando-se com um movimento de pretensões separatistas estimulado pela Turquia na parte norte do território, a República Turca do Chipre do Norte. Por conta das disputas territoriais entre Turquia e Grécia, o país contava com a atuação da Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP, da sigla em inglês para *United Nations Peacekeeping Forces in Cyprus*), desde 1964. Na primeira resolução apresentada sobre o tema em 1984 (S/RES/550[172]), os Estados Unidos abstiveram-se, e o Paquistão votou negativamente. O tema foi levado ao CSNU por iniciativa do Movimento dos Não Alinhados, do qual a Índia despontava como liderança, com copatrocínio de Nicarágua, Zimbábue e Alto Volta (atual Burkina Faso).

Apesar de, na ocasião, a Índia não ter pedido a palavra para justificar seu voto, o texto da resolução proposta pelo país demandava aos Estados o não reconhecimento da República Turca do Chipre do Norte e solicitava a "todos os Estados o respeito à soberania, à independência, à integridade territorial, à unidade e ao não alinhamento da República do Chipre"[173]. Todos os elementos citados textualmente na resolução inserem-se nos pontos centrais da política externa indiana, o que converge com sua centralidade no documento: a Índia é país membro do MNA, que se tornou independente tardiamente, que sofreu danos em sua integridade territorial e que ressalta a não interferência externa em seu território.

Já o representante do Paquistão adotou uma via oposta e solicitou a palavra para justificar o voto negativo do país. Devido ao histórico da participação da Índia e a formação do Paquistão, o embaixador paquistanês ressaltou a autodeterminação como elemento central para a oposição à resolução:

> Nesse sentido, uma nova abordagem precisa ser construída nos elementos positivos e promissores que ainda existem na situação e nas atitudes das duas comunidades cipriotas. Uma resolução apropriada, em nossa visão, deveria reafirmar a independência, a soberania, a integridade territorial e a unidade do Chipre, a retomada das conversas intercomunitárias na base dos acordos de alto nível de 1977 e 1979, que vislumbravam um Chipre unido dentro de um quadro federal bicomunal. Isso renovaria a missão de bons ofícios do secretário-geral para reativar os esforços na busca pela resolução do problema do Chipre dentro da retomada das negociações intercomunais, e convocaria as partes para cooperar com a missão do secretário, afastando-se de qualquer ação que pudesse frustrar o cumprimento do mandato (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 2539th meeting*, 1984, pp. 3-4, tradução nossa[174]).

[172] Disponível em: <https://undocs.org/S/RES/550(1984). Acesso em 23 agosto 2019.
[173] O texto em língua estrangeira é: "Calls upon all states to respect the sovereignty, independence, territorial integrity, unity and non-alignment of the Republic of Cyprus".
[174] O texto em língua estrangeira é: "Accordingly, a fresh approach needs to be built on the positive and promising elements which still survive in the situation and in the attitudes of the two Cypriot communities. An

Em 1985, 20 resoluções foram aprovadas, com África do Sul, Chipre, Israel e Oriente Médio como temas centrais. Assim como no mandato anterior, a Índia votou favoravelmente a todas. A quantidade maior de resoluções em comparação ao início das atividades da ONU é, novamente, fruto do aumento do número de temas para apreciação do órgão e da acomodação da dinâmica de relacionamento entre EUA e URSS, no contexto de final da Guerra Fria. O processo também é ilustrado pela queda na quantidade de vetos: em 1985, foram apenas dois, um dos EUA e outro do país norte-americano com o Reino Unido, tendo, portanto, se invertido a lógica anterior de concentração dos vetos na URSS.

Ao analisarmos o quinto mandato indiano pelos níveis doméstico e internacional, cabe destacar que, durante o biênio, o país esteve sob comando do primeiro-ministro Rajiv Gandhi, filho de Indira, eleito após seu assassinato. O governante, que integrava o mesmo partido de sua mãe, fez uma campanha em que apresentou as potencialidades de crescimento da Índia e foi aclamado pela mídia e pelas potências ocidentais como uma solução desejável para a condução o país (VANAIK, 1985). O resultado positivo nas eleições também deu a Gandhi um parlamento de maioria alinhada ao seu partido e suas políticas.

Em relação à política externa, Rajiv Gandhi seguiu a mesma linha adotada por sua mãe, relativa à busca pela não interferência externa na região asiática. A Doutrina Indira é chamada por alguns autores de Doutrina Indira-Rajiv devido a tais traços de permanência (OGDEN, 2011b; SCOTT, 2011). Entretanto, apesar de manter as linhas gerais da busca por equilíbrio com Rússia e China, e de controle sobre os Estados menores, algumas alterações de ênfase foram identificadas, a exemplo da postura no conflito do Sri Lanka.

Apesar de não ter sido objeto de nenhuma resolução no biênio, o tema central de segurança que envolveu a atenção indiana foi a guerra civil no seu vizinho regional do Oceano Índico. O conflito, apesar de ter se intensificado nos anos de 1980, tem raízes históricas no embate étnico-linguístico da década de 1950, quando o país ainda era conhecido como Ceilão. Em 1956, o primeiro-ministro do país, Solomon West Ridgeway Dias Bandaranaike, conhecido como SWRD, aprovou o documento *Sinhala Only Act*, em que o idioma sinhala passou a ser a

---

appropriate resolution, in our view, would reaffirm the independence, sovereignty, territorial integrity and unity of Cyprus, call for the resumption of the intercommunal talks on the basis of the high-level agreements of 1977 and 1979, which envisaged a united Cyprus within a bicommunal, bi-zonal federal framework. It would renew the Secretary-General's mission of good offices to reactivate efforts in the search for a settlement of the Cyprus problem through the resumption of intercommunal talks and would call on the parties to co-operate with the Secretary-General in his mission of good offices and to refrain from any action which might frustrate the fulfilment of his mandate." Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/157913?ln=en>. Acesso 23 de agosto de 2019.

língua oficial do país, dando a seus falantes vantagens na obtenção de cargos públicos e postos de poder (ORLAND, 2011). Com o ato, o segundo grupo identitário mais relevante do país, os tâmiles – que também habitavam regiões da Índia – foram isolados e afastados da vida política. De acordo com Puri (2016), tal medida de unidade linguística foi inspirada na política prévia de Nehru para a consolidação do hindi:

> Na eleição de 1956, SWRD defendeu que sua inspiração foi o primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru. Ao justificar a imposição do Sinhala Only, SWRD remeteu à visão de Nehru em sua política linguística de 1953. Nehru falava sobre substituir o inglês pelo hindi como língua oficial da Índia em 20 anos. Ele disse que faria isso mesmo que só 42% dos indianos falassem hindi. No Ceilão, 72% falavam sinhala. Bandaranaike concluiu que se ele 'se tornasse primeiro-ministro, em 24 horas, sinhala only se tornaria a língua oficial' (PURI, 2016, p. 168; tradução nossa[175]).

O que parecia uma disputa por acesso e inclusão de grupos minoritários escalou para uma guerra civil, na medida em que as partes se armaram para defender suas posições. Indira Gandhi, durante seus mandatos, apoiou os tâmiles em suas reivindicações. Apesar de negar publicamente que tenha treinado tropas em território indiano, havia desconfianças sobre a abertura do território indiano de Tamil Nadu para grupos militantes provenientes de Colombo. Segundo Puri (2016, p. 171; tradução nossa), "o fato de que rebeldes tâmiles do Sri Lanka receberam apoio em Tamil Nadu era claro. (...) Havia relatos de que o governo era solícito para isentá-los de vistos e regulações migratórias, permitindo que alguns viajassem ao exterior com passaportes indianos[176]".

Com o prolongamento do conflito, Rajiv Gandhi viu-se no centro da questão, após a morte de Indira, mantendo o envolvimento diplomático e militar da Índia na guerra civil, a exemplo do Acordo de Paz Índia-Sri Lanka (1987), que defendia a inclusão do direito dos tâmiles e culminou no desdobramento de tropas da Força de Manutenção da Paz da Índia (IPKF, da sigla em inglês para *Indian Peace Keeping Force*). Segundo Puri (2016), apesar dos princípios do acordo, a IPKF foi interpretada como uma intervenção nos assuntos internos de outro país, o que gerou um fracasso diplomático para a Índia.

Ainda segundo o autor, está no nível doméstico a explicação para a postura indiana: Gandhi tinha uma base de sustentação frágil para o seu governo, estava envolvido em

[175] O texto em língua estrangeira é: "In the run-up to his election in 1956, SWRD claimed he drew inspiration from Indian prime minister Jawaharlal Nehru. In justifying the imposition of Sinhala Only, SWRD recalled Nehru's views on his language policy in 1953. Nehru had talked of replacing English with Hindi as the o cial language of India in twenty years. He had said he would do so even though only 42 per cent of the Indian population spoke Hindi. In Ceylon, 72 per cent spoke Sinhala. Bandaranaike concluded that if he 'became prime minister, in twenty-four hours, "Sinhala Only" ... will be made [their] official language."

[176] O texto em língua estrangeira é: "The fact that Sri Lankan Tamil rebels enjoyed support in Tamil Nadu was clear. (...) There were reports that the government was even happy to exempt them from visa and immigration regulations, allowing some of them to travel abroad on Indian passports."

escândalos de corrupção e teve seu mandato marcado pela morte trágica da mãe. Por isso, a mobilização da IPKF tinha como intuito o arrefecimento do conflito, para que a Índia pudesse se desassociar da função instituída por Indira de armar grupos rebeldes. Nitin Anant Gokhale (2009) acrescenta que a política indiana de buscar, progressivamente, solucionar o conflito estava vinculada diretamente ao fato de a coalizão governista no poder depender dos votos do Partido Dravida Munnetra Kazhagam (DMK), de Tamil Nadu, para aprovações no parlamento. Tal posição é corroborada por Orland (2011:

> A representação política de Tamil Nadu nas coalizões do centro, como no caso da presente coalizão, confere a ele uma influência significativa na política centrista. Isso significa que as decisões políticas indianas em assuntos que envolvem o Sri Lanka precisam levar em consideração as reações que os efeitos dessas políticas poderão ter na população tâmil (ORLAND, 2011, p. 99, tradução nossa[177]).

Iniciada nos anos 1950 e aprofundada nos anos 1980, a participação indiana na guerra civil do Sri Lanka só começou a ser desmobilizada em 1991, após Rajiv Gandhi ter o mesmo destino de sua mãe e também ser assassinado por grupos minoritários. Enquanto Indira fora assassinada por guardas sikhs, a morte de Rajiv teve como responsável um homem-bomba suicida do grupo de libertação tâmil, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE, da sigla em inglês para *Liberation Tigers of Tamil Eelam*). Para Puri (2016, p. 169; tradução própria), "é irônico que o arquiteto do acordo bilateral com o Sri Lanka que garantiu que os tâmiles obtivessem seus direitos legítimos enquanto grupo minoritário tenha sido assassinado por aqueles que lutavam por esses mesmos direitos"[178].

Apesar de a guerra civil no país vizinho ter sido o conflito de maior proeminência e duração, cabe destacar que não foi o único em que a Índia esteve envolvida durante o mandato de Rajiv Gandhi. Se no caso no Sri Lanka a interpretação foi de um fracasso diplomático e de um envolvimento em bases não proveitosas para a Índia, Chadda (2014) aponta que uma intervenção contra grupos considerados rebeldes nas Maldivas, em 1988, foi apresentada como um caso de sucesso da rápida capacidade de mobilização do exército indiano. Após um golpe de estado, as tropas indianas invadiram o arquipélago para restaurar o governo no poder, no episódio conhecido como Operação Cacto. O grupo que orquestrou o golpe era liderado por elites das Maldivas e por tâmiles do Sri Lanka.

---

[177] O texto em língua estrangeira é: "Tamil Nadu's political representation in coalitions at the Centre, as is the case in the present coalition, gives it formidable influence on the Centre's policy. This means that India's policy decisions on matters involving Sri Lanka have to take into consideration Tamil Nadu's likely reactions to the effects such decisions may have on the Sri Lankan Tamil population."

[178] O texto em língua estrangeira é: "It is ironic that the architect of the bilateral agreement with Sri Lanka that ensured Tamils were granted their legitimate minority rights was assassinated by those struggling for those very rights."

Além das duas intervenções diretas, a Doutrina Indira-Rajiv foi aplicada indiretamente ao Nepal, em 1989, por meios econômicos. No momento da renovação do tratado bilateral de comércio, os países não acordaram sobre termos específicos para tarifas de trânsito de bens nepaleses. A postura de Rajiv Gandhi foi negociar com rigidez e atrasar qualquer tipo de acordo, o que colocou o Nepal, na prática, em um embargo econômico, que durou mais de um ano. De acordo com Chadda (2014), as restrições vividas pelos nepaleses naquele período funcionaram como catalisadores para as revoluções democráticas iniciadas no país na década seguinte.

Cabe destacar que, assim como o caso do Sri Lanka, nem a questão das Malvinas e nem o embargo ao Nepal foram temas de resoluções nem de vetos no CSNU. Uma possível explicação para tal situação é que qualquer projeto apresentado sobre o tema seria alvo do "veto invisível" da URSS, ou até mesmo da China, para evitar que a região asiática virasse foco de ação externa. Somado a isso, apesar de não haver evidências públicas, pode-se aventar a possibilidade de a Índia, após os testes nucleares, ter adquirido capacidade de negociar certa margem de manobra para não ser objeto de críticas nas resoluções do órgão. Caso essa explicação seja aplicável, o silêncio sobre a ação indiana contrasta com o momento pré-nuclear, quando, na década anterior, o país foi o centro de diversas resoluções e críticas abertas devido às guerras com o Paquistão.

A política de ingerência nos vizinhos menores durou quase três décadas, incluindo os mandatos de Indira e a sucessão de Rajiv. Essa postura seria alterada na década seguinte, com o primeiro-ministro I.K Gujral, do Partido Janata Dal. A Doutrina Gujral, em contraste com a estratégia anterior, era baseada em um direcionamento *Look-East Policy*, com concessões bilaterais aos vizinhos menores e aproximação de instrumentos multilaterais, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, da sigla em inglês para *Association of Southeast Asian Nations*), na qual a Índia se tornou Estado parceiro. Ogden (2011b) resume a mudança de rumos:

> Assegurar a hegemonia regional indiana era um passo chave para obter o status de grande potência, e foi conduzido, principalmente, pela negação da intervenção de qualquer tipo de influência de poderes externos na Ásia do Sul. Essa política é comumente chamada de Doutrina Indira/Rajiv, nomeada a partir dos dois primeiros-ministros que lideraram a Índia nos anos 1960, 1970 e 1980. Como parte dessa doutrina, o poder militar indiano foi utilizado como instrumento de dissuasão e como uma força intervencionista na região, com o engajamento indiano nas operações de paz bilaterais no Sri Lanka (1971-1987-90) e nas Maldivas (1988), assim como no bloqueio econômico ao Nepal (1989-90). Apesar de nem sempre ser um sucesso completo – como no caso das operações de paz no Sri Lanka, em 1987-90 – a Índia adotou para a Ásia do Sul as políticas intervencionistas que abominava para si mesma. Em face da necessidade crescente de recursos energéticos e de aprofundar relações econômicas, a política indiana para a região mudou nos anos 1990, principalmente pelas ações do primeiro-ministro I.K. Gural, que renunciou à reciprocidade nas

> relações bilaterais. Considerada necessária para conter a influência de Estados como Paquistão, China e EUA, a Doutrina Gujral baseou as relações regionais na boa vontade e na benevolência (OGDEN, 2011b, p. 7, tradução nossa[179]).

Os casos do Sri Lanka, Maldivas e Nepal são emblemáticos para ilustrar o argumento de Sennes (2001) sobre os círculos concêntricos da política externa indiana. Enquanto no nível global o país se colocava como defensor ferrenho da não intervenção e da soberania, a exemplo da resolução proposta sobre o Chipre, no nível regional o cálculo ocorria de forma diferenciada. Em relação ao círculo mais próximo, a relação com os vizinhos menores não acompanhava a crítica da intervenção no nível global. Pela duração da guerra civil na ilha vizinha, também pode-se avaliar como as mudanças domésticas, tanto de atores (Indira e Rajiv) quanto de governo (coalizão governista e votos no parlamento) impactou o grau de envolvimento indiano nos conflitos e as estratégias utilizadas para tal. Verifica-se, portanto, a importância de abrir a caixa preta do Estado e analisar os níveis de forma interdependente.

4.6.2 Brasil (1988-1989)

O Brasil voltou para o seu sexto mandato após um hiato de 20 anos, situação inédita desde a criação da organização. Ziemath (2016) compilou algumas abordagens teóricas que buscam identificar os motivos para tal afastamento. De forma preliminar, uma parte dos autores considera que as vulnerabilidades internas do país, durante a ditadura militar, era um dos elementos que implicava o afastamento dos regimes multilaterais. Outro grupo de pesquisadores acredita que constrangimentos externos foram centrais para que o país não se candidatasse à vaga do órgão ao qual lutava, há tantos anos, para pertencer de forma permanente.

Entre o primeiro grupo, o autor cita as contribuições de Wayne A. Selcher (1972), que considerava que o baixo perfil de atuação multilateral do país devia-se tanto ao foco interno quanto à possível exposição de vulnerabilidades que uma projeção ampliada poderia causar. Apesar de não ser mencionado por Ziemath, cabe acrescentar o argumento de Benoni Belli

[179] O texto em língua estrangeira é: "Assuring India's regional hegemony was a key step to achieving Great Power status and was primarily carried out by denying external powers any influence in South Asia. This policy is often referred to as the Indira/Rajiv Doctrine, named after two prime ministers who led India in the 1960s, 1970s and 1980s. As part of this doctrine, Indian military power was used as a deterrent and as an interventionist force in the region, with India engaging in bilateral peacekeeping operations in Sri Lanka (1971 and 1987–90) and in the Maldives (1988), as well as an economic blockade of Nepal in 1989–90. While not always wholly successful—as with the 1987–90 peace-keeping operations in Sri Lanka—India embraced such interventionist policies towards South Asia, which it abhorred if applied to itself. In the face of heightening energy needs and deeper economic relations, Indian policy towards the region changed in the 1990s, mainly through the actions of Prime Minister I.K. Gujral, who effectively gave up reciprocity in bilateral affairs. Regarded as necessary to counter the influence of states such as Pakistan, China and the USA, the Gujral Doctrine instead based regional relations upon good will and benevolence."

(2009), acerca da mudança de ênfase da ação brasileira na ONU: a diplomacia brasileira teria concentrado esforços não no CSNU, mas na então vigente Comissão de Direitos Humanos, para que, uma vez no órgão, pudesse obstruiu possíveis investigações sobre as práticas dos governos militares.

No segundo grupo de atores, Ziemath reúne as análises de João Augusto Costa Vargas (2008), Gelson Fonseca Jr. (2014) e Eduardo Uziel (2010). Para o primeiro, o afastamento do órgão foi motivado pela vontade de não receber críticas abertas por posturas consideradas contraditórias no órgão, como a política de leniência em relação ao colonialismo português e ao *apartheid*. O autor reproduz, inclusive, telegrama diplomático de Araújo de Castro que, em 1968, enfatizou a reação dos países africanos como um possível obstáculo para o Brasil:

> (...) faltaria ao meu dever se não confiasse a Vossência minha grande preocupação com a visível deterioração da posição brasileira na ONU, em virtude do acumulado de tantos votos negativos (contrários às posições africanas): prevejo grandes dificuldades para quaisquer pretensões brasileiras a posições eletivas na ONU, dado o desapontamento e mesmo a franca irritação de inúmeros países africanos, que já não escondem sua hostilidade para conosco (CASTRO apud VARGAS, 2008, p. 77).

Fonseca Jr. (2014) também busca em Araújo de Castro um caminho para interpretação da ausência de duas décadas, ao mencionar os constrangimentos internacionais da ordem internacional como fator explicativo. Se o sistema estava envolto em uma lógica de "congelamento de poder", o multilateralismo seria apenas um espaço de exposição, e não de ganhos, sendo até mesmo um obstáculo para o projeto de Brasil Potência. Nessa linha, Uziel (2010) acrescentou que, para além do imobilismo do status quo, ao não ter ameaças de fronteira imediatas e nem envolvimento em conflitos diretos, o Brasil não teria incentivos para centrar seus esforços na presença no órgão naquele momento.

Lima (2013) pontua, ainda, que o Brasil fez um cálculo político acerca de seu engajamento multilateral naquele período, por conta de sua posição ambivalente no regime de não proliferação. Para não ser alvo de críticas ou de possíveis derrotas na ONU, a ausência de vinte anos no CSNU estaria vinculada à prioridade concedida a outros âmbitos, a exemplo do foco na política doméstica e nas relações bilaterais. Destacam-se, nesse ínterim, medidas como o foco na industrialização, por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha.

Em outra obra, Fonseca Jr. (1998) argumenta que o período da redemocratização no país, após três décadas de governos militares, foi o momento da "renovação de credenciais". A transição, que já vinha sendo preparada por Figueiredo (1979-1985), último presidente militar, foi concretizada com a posse de José Sarney (PMDB), vice de Tancredo Neves que assumiu o

cargo após seu falecimento. Vemos, portanto, que a política externa foi profundamente impactada pelas mudanças no nível doméstico: democratização e necessidade de se reinserir e se reaproximar da ordem internacional, após o isolamento do CSNU.

Naquele momento, o Brasil precisava mostrar que era um parceiro confiável e que o governo autoritário não era mais uma realidade. Para "renovar as credenciais", Sarney mudou certas posturas brasileiras, como um rechaço mais direto à África do Sul, a partir do cumprimento da resolução do CSNU que instituía um bloqueio do comércio de armas com o país, e o anúncio do rompimento de relações esportivas e culturais (um gesto mais simbólico do que de efeitos práticos, no entanto). Além de se referir ao Brasil como um lugar de convivência pacífica entre raças e exaltar a figura do mestiço, em seu primeiro discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, o presidente fez a seguinte declaração em relação ao *apartheid*:

> O Brasil determinou que a discriminação racial não é só ilegítima como também é ilegal; é um crime em nosso código penal. Consideramos repulsiva a emergência de conflitos raciais derivados de uma intolerância racista e a persistência de configurações coloniais. Eu reitero solenemente nossa total condenação ao *apartheid* e o apoio irrestrito à liberação da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas. Não podemos aceitar que a ONU comemore a "era da razão" sem que haja uma ofensiva contra todas as formas de racismo na Terra. Como presidente do meu país, eu reforcei, há algumas semanas, o banimento das exportações de petróleo e derivados, de armas e munições, e de patentes para a África do Sul, e suspendi todas as atividades culturais, artísticas e esportivas com o governo de Pretoria (*GENERAL ASSEMBLY, PROVISIONAL VERBATIM RECORD OF THE 4TH MEETING*, 1985, p. 8-9; tradução nossa[180]).

A defesa da emancipação da Namíbia e a ênfase na necessidade do fim do regime de discriminação sul-africano precisam ser interpretados à luz da criação da ZOPACAS, em 1986 pela resolução 44/11 da Assembleia Geral[181], na qual os dois países africanos e o Brasil estavam incluídos. Por trás da criação da aliança, estava a ideia de que ambos os continentes possuem uma raiz histórica e cultural conjunta e que, portanto, o Atlântico Sul seria a fronteira natural entre eles. Por ser uma zona de paz, seus membros deveriam adotar políticas de desnuclearização e se afastar de atos de agressão no sistema internacional.

---

[180] O texto em língua estrangeira é: "Brazil has determined that racial discrimination is not only illegitimate, but illegal; it is a crime covered by the penal code. We consider repulsive the upsurge of racial conflict dictated by racist intolerance or the persistence of colonial configurations. I solemnly reiterate our total condemnation of apartheid and unreserved support for the immediate emancipation of Namibia under the aegis of the United Nations. We cannot conceive of the United Nations commemorating its 'age' of reason without an all-out offensive against all the vestiges of racism on earth. As president: of my country, I reconfirmed few weeks ago the ban on exports of oil and its by-products and of arms and ammunition and on licenses and patents to South Africa and I suspended all cultural, artistic or sports activities with the Government in Pretoria". (*GENERAL ASSEMBLY, PROVISIONAL VERBATIM RECORD OF THE 4TH MEETING*, 1985, p. 8-9). Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N85/640/21/pdf/N8564021.pdf?OpenElement>. Acesso em 31 de agosto de 2019.

[181] Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/123188?ln=en>. Acesso em 31 de agosto de 2019.

Além disso, para se descolar na imagem de vilão ambiental, por conta das políticas de exploração da região amazônica propagadas pelos militares para sustentar o crescimento do país no Milagre Econômico, Sarney ofereceu o país para sediar a próxima conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, que veio a ser realizada no Rio de Janeiro, em 1992, já no governo seguinte. Sarney também precisou lidar com um clima doméstico de polarização e acomodação democrática, a exemplo da campanha ativa pelas Diretas Já e a convocação da Assembleia Constituinte. Esses temas foram refletidos no último discurso de Sarney na Assembleia Geral, em 1989 (A/44/PV.4), em que o presidente destacou que "nossas instituições foram restauradas e o estado de direito foi estabelecido" (p.5; tradução própria) e que "o maior inimigo da democracia no nosso continente tem sido os baixos padrões de vida e a inflação, que corrói nossas economias" (p.7; tradução nossa)[182].

Em 1988, quando voltou ao CSNU, o Brasil teve a oportunidade de reafirmar esses princípios em suas posições, em um contexto de aproximação do fim da Guerra Fria. Foram aprovadas 20 resoluções, com voto afirmativo do Brasil em todas. Os temas principais foram a África do Sul, o conflito Israel-Palestina e disputas no Oriente Médio, a exemplo de Israel e Tunísia, Líbano, Síria, Iraque e Irã. Em relação ao caso palestino, o Brasil continuou apoiando a solução dos dois Estados, em consonância com a defesa histórica de Osvaldo Aranha. Esse tema, no entanto, fez com que a convergência entre Brasil e Estados Unidos caísse no biênio, uma vez que os estadunidenses se abstiveram de resolução que tratava sobre o retorno de territórios ocupados por Israel (UZIEL, 2012). Com isso, a maior convergência no período foi com a URSS, e não com a potência americana.

A guerra entre Irã e Iraque havia se iniciado no início da década, mas só em 1988 caminhou para um cessar-fogo. Paulo Nogueira Batista (1992) destaca que, por coincidência temporal, o Brasil acabou tendo participação direta na aprovação da resolução sobre o tema, pois um avião civil iraniano foi abatido por um navio de guerra dos EUA quando o Brasil ocupava a presidência rotativa do órgão. A resolução aprovada (S/RES/616[183]) não condenava expressamente os EUA, lidando com o tema em termos de respeito ao direito internacional e da necessidade de uma investigação imparcial, mas acomodou as expectativas do Irã, ao ser aprovada por unanimidade. Esse caso também ilustra a necessidade de acomodação de

[182] Os textos em língua estrangeira são: "Our institutions have been restored and a State based on the rule of law has been established" e "The greatest enemies of democracy on our continent have been low standards of living and inflation, which corrode our economies.")
[183] Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/541/43/img/NR054143.pdf?OpenElement>. Acesso em 31 de agosto de 2019.

linguagem para garantir a aprovação da resolução, pois uma condenação expressa aos EUA seria objeto de veto, e o cenário de aversões comuns não seria evitado.

Para Nogueira Batista (1992), embaixador do Brasil no CSNU no período, um caso emblemático marcou a falta de transparência do órgão: o Afeganistão. Em prosseguimento à invasão do país feita pela URSS, em 1979, iniciou-se no país uma guerra civil que durou uma década. O conflito opôs grupos de contornos marxistas, apoiados pela URSS, e grupos mujahidins. De acordo com o autor, em sua fase crítica de resolução, o conflito só foi tema de uma resolução do órgão no biênio, devido à prática adotada pelos P5 de tratar do caso diretamente com o secretário-geral. Batista segue afirmando que essa única resolução só ocorreu porque o Brasil articulou para que fosse apreciada por todos os membros do CSNU no período, utilizando como argumento o multilateralismo e o sistema de segurança coletiva. Aqui, evidencia-se a tendência, discutida nos Capítulos 1 e 2, de centralização da decisão na mão dos P5, por meio de expedientes de métodos de trabalho pouco participativos.

Em 1989, outras 20 resoluções foram aprovadas, novamente com voto afirmativo do Brasil em todas e abstenção dos EUA naquelas referentes ao conflito israelo-palestino – os estadunidenses, inclusive, vetaram oito projetos de resolução sobre o tema no biênio. Temas do ano anterior repetiram-se, a exemplo dos desacordos entre Israel e seus vizinhos e a liberação da Namíbia. Destaca-se, naquele ano, a aprovação de duas resoluções sobre países americanos. As resoluções S/RES/637 e S/RES/644 foram aprovadas dentro da rubrica da agenda de "América Central: esforços para a paz", que objetivava a desmobilização de grupos armados em países como Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. Ambas mencionam, nos marcos do Capítulo VIII, a cooperação com a OEA para obter os resultados.

Ziemath (2016) considera que o Brasil evitou o papel ativo que costumava ter em resoluções referentes ao seu continente. Para o autor, apesar de ter defendido a participação da OEA, como havia feito nas décadas anteriores, o país não se comprometeu diretamente com o grupo de observadores formado para acompanhar o caso:

> Destaca-se a Resolução 644, que estabelecia, com o apoio do secretário-geral da OEA, um Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central, para auxiliar na verificação do cumprimento dos acordos de desmobilização militar na região. O Brasil, embora apoiasse a decisão do Conselho de auxiliar, com efetivos civis e militares sem poder de fogo, a verificação do cumprimento dos acordos de desmobilização, não fez parte dos países que compunham o grupo de observadores, dando sinais de que continuava apoiando soluções negociadas, que vinculavam ONU e OEA, para as questões regionais, mas que, naquele momento, não visava assumir maior engajamento que gerasse custos financeiros (ZIEMATH, 2016, p. 71).

Pode-se concluir, portanto, que o retorno do Brasil ao CSNU após vinte anos esteve inserido nos marcos do projeto de redemocratização do país. No contexto das "renovações de

credenciais", a postura brasileira foi um comportamento assertivo em debates dos quais buscara se esquivar no período autoritário. A Constituição de 1988 também trouxe um novo ponto de referência para a política externa brasileira, ao inserir em seu artigo 4 os princípios das relações exteriores do Brasil, conforme discutido no capítulo anterior. A partir do argumento de que a democracia estava na base para a solução das questões mundiais, a diplomacia brasileira utilizou a transição do país para reforçar a necessidade de democratizar também as instituições multilaterais, a exemplo da defesa de Sarney em seu discurso e da ação de Nogueira Batista para levar o tema do Afeganistão para o plenário do órgão.

4.7 **Balanço da Guerra Fria e Perspectivas das Décadas Seguintes**

Criada em 1945, as quatro primeiras décadas da ONU foram sublinhadas pelas confrontações bipolares da Guerra Fria. No ano seguinte à fundação da organização, EUA e URSS desfizeram a aliança da Segunda Guerra e envolveram o mundo em uma disputa bipolar por poder e áreas de influência. O mecanismo do veto fez com que o CSNU também fosse uma arena de demonstração de poder e de busca por arrefecimento das aspirações do bloco inimigo. Com isso, os primeiros mandatos de Brasil e Índia estiveram inseridos na lógica de paralisia decisória e uso da ameaça de veto para barrar projetos de resolução que confrontassem o interesse de algum dos P5. Temos aí a tradução prática do microlateralismo, introduzido no Capítulo 2, em que dentro de uma instituição multilateral se forma uma rede de alianças e ações unilaterais que inviabilizam a reciprocidade e a participação dos Estados.

No caso brasileiro, foram seis mandatos nesse marco temporal. Questões domésticas e internacionais podem ser identificadas como elementos que interferiram nas posturas adotadas pelo país no período. Em relação aos atores, podemos citar o alinhamento de Dutra, apoiado pelo chanceler Raul Fernandes e por Osvaldo Aranha, representante do Brasil na ONU. Essa vinculação se expressou em termos do apoio automático à posição dos EUA na organização, mesmo que determinados posicionamentos estivessem em contradição com os princípios da PEB. No governo Vargas, as posturas nacionalistas do presidente também contribuíram para flutuações na relação brasileira com os EUA e, consequentemente, com a ordem global. A breve alteração para o parlamentarismo no governo Goulart também indica uma nova correlação de forças domésticas, nos marcos da Política Externa Independente.

Com relação à dimensão do governo, a alteração de partidos no poder e o argumento da redemocratização aparece duas vezes: no fim do Estado Novo e no governo de José Sarney, após o governo militar. A extensão da democracia era uma defesa do Brasil também para a

ONU, a partir da demanda por transparência e multilateralização do CSNU e a continuidade da campanha pelo assento permanente, mesmo que com ímpetos diferenciados em cada momento. A aprovação de uma nova Constituição no governo Dutra recolocou o Poder Legislativo como integrante do processo de aprovação dos atos externos, condição mantida pela Constituição de 1988. No aspecto socioeconômico, a ênfase na necessidade de desenvolvimento fez com que o Brasil se afastasse do "alinhamento sem recompensas" e rumasse para a defesa da observação do conflito Norte-Sul, a exemplo da diplomacia da prosperidade, no governo Costa e Silva. A denúncia da desigualdade não se restringiu ao campo econômico, sendo utilizada como base para a não adesão imediata ao TNP, sob o argumento do congelamento de poder mundial.

Regionalmente, o país buscou fortalecer a OEA e manter relações estáveis com a Argentina, mas com engajamentos diferenciados nos temas americanos, a exemplo da não participação nas missões de observação na América Central durante o governo Sarney. No nível global, o país não deixou de ser aliado do bloco ocidental, mas tampouco manteve a postura de alinhamento incondicional, afastando-se da política dos EUA em relação ao conflito entre Israel e Palestina, por exemplo, bem como em relação ao regime de desarmamento e não proliferação.

Já a Índia foi eleita para cinco mandatos no período, o primeiro deles apenas três anos após sua independência. Ao contrário do Brasil, que não foi alvo de críticas diretas em termos de segurança no período, a Índia viu seu nome diretamente envolvido em debates sobre as guerras com o Paquistão, a independência de Bangladesh e em conflitos no seu entorno regional, como a guerra civil no Sri Lanka e a anexação de Sikkim. Esses casos explicitam a teoria dos círculos concêntricos, pois se com os vizinhos menores a política era de ingerência, no entorno mais amplo a aproximação com a URSS visava manter o equilíbrio regional e evitar intromissões externas. Essa parceria ficou evidenciada pelos vetos soviéticos em defesa da Índia. Enquanto a América do Sul não configurou uma zona de atenção imediata, o Sul da Ásia foi uma região pivô para a correlação de forças da Guerra Fria.

Domesticamente, a Doutrina Indira foi um dos fatores que levou o país rumo à nuclearização. A dependência do partido de Tamil Nadu no parlamento também contribui para a compreensão do envolvimento indiano na guerra do Sri Lanka. Os testes de Pokhran I igualmente se vinculam ao aspecto socioeconômico, uma vez que a posse de tecnologia nuclear para fins defensivos foi descrita por Indira como uma etapa para o desenvolvimento do país. Pode-se mencionar, ainda, a defesa enfática do fim do colonialismo, devido ao passado histórico, sem as amarras do Brasil em relação à oposição direta à Portugal.

A combinação de fatores domésticos e internacionais contribui para a interpretação dos votos dos países no CSNU, ilustradas pelas justificativas dos votos dadas por seus

representantes. Entretanto, como nesse período a Índia ainda não era potência nuclear, não é possível comprovar preliminarmente a hipótese de que essa característica tenha influenciado as posturas tomadas. Dois elementos iniciais, contudo, contribuem para abrir o debate: em primeiro lugar, após os testes nucleares de Pokhran I, as ações indianas em seu entorno não foram levadas para a agenda do CSNU; essa omissão pode ter sido tanto um receio dos demais P5 de que a URSS vetaria resoluções que afrontassem os interesses da Índia quanto uma estratégia para evitar confrontações diretas com o país e desincentivar que a nuclearização se completasse.

Em segundo lugar, pode-se considerar que os métodos de trabalho do órgão geravam uma assimetria de condições negociadoras tamanha que ser membro permanente poderia ser mais determinante para o poder negociador do que ser potência nuclear. Nesse sentido, é importante analisar como foram os posicionamentos de Brasil e Índia no pós-Guerra Fria, quando a renovação da ordem internacional coincidiu tanto com a completa nuclearização indiana quanto com a renúncia do Brasil em obter tais armamentos, após a Constituição de 1988.

5 **BRASIL E ÍNDIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA: PÓS-GUERRA FRIA (1991-2012)**

Durante quase cinco décadas, a história mundial foi perpassada pelo conflito entre capitalismo e comunismo. A bipolaridade, liderada por Estados Unidos e União Soviética, ditou a tônica do relacionamento internacional dos Estados e impactou processos como descolonização, emergência de conflitos, interações comerciais, embargos e surgimento de novos países. A ameaça constante representada pela estratégia conhecida como destruição mútua assegurada, suscitada pela posse de armas nucleares, também ressignificou a ordem internacional, uma vez que a própria existência da humanidade ficou dependente da manutenção de relações minimamente amistosas entre as grandes potências.

Imersa nesse contexto, e produto das relações de poder entre os Estados, a ONU também teve suas décadas iniciais pautadas pela lógica da Guerra Fria. A agenda de segurança da organização foi diretamente influenciada pela oposição entre os blocos, a exemplo do boicote soviético e da troca de vetos, e concentrou ainda mais o poder decisório nos membros permanentes do CSNU. Apesar de ser um equívoco dizer que o órgão ficou completamente paralisado, a exemplo de aprovações como o comando para a Guerra da Coreia e as sanções para a Rodésia do Sul e para a África do Sul, seu funcionamento pleno foi comprometido. Os países intermediários ou pequenos viram a AGNU como espaço possível para introdução de suas demandas, e foi nela que as demandas do Terceiro Mundo e do não alinhamento encontraram oportunidades para florescer.

De acordo com Latif (2000), a Guerra Fria impediu a ONU de cumprir seu objetivo principal de manutenção da paz e da segurança internacionais, pois o ambiente hostil dificultou a implementação das provisões da Carta. O autor afirma que apesar do grande impacto nos aspectos securitários, houve avanços significativos em temas como descolonização, direitos humanos, promoção do direito internacional e desenvolvimento econômico. Além do impasse da bipolaridade, "a estrutura da organização – com um CSNU não democrático, Secretariado altamente burocrático e ausência de pessoal militar – também dificultou que ela fosse um instrumento útil para a resolução de disputas" (LATIF, 2000, p. 35; tradução nossa[184]).

[184] O texto em língua estrangeira é: "(...) the structure of the organization - with an undemocratic SC, heavy bureaucracy in the Secretariat, and no military staff- was also effective to prevent it from being a useful instrument in solving disputes" (LATIF, 2000, p. 35).

Esse ponto também foi reforçado por Fromuth (1993), para quem a lógica da bipolaridade tornava o multilateralismo e a segurança coletiva dispensáveis para as grandes potências:

> Na passagem da Guerra Fria para o presente, as velhas alianças Leste e Oeste trocaram a angústia da catástrofe pela complexidade da vida em comunidade. Durante o período da Guerra Fria, enquanto as políticas de segurança das alianças eram ditadas pelo claro e presente medo da aniquilação, suas fundações morais eram auto evidentes. Enquanto os recursos eram iguais às ameaças confrontadas, as alianças eram fisicamente e politicamente autossuficientes. A estrutura bipolar da Guerra Fria dispensava qualquer necessidade, – e impedia qualquer habilidade – tanto de construção de um consenso universal de segurança, quanto de uma consulta a tal consenso. Desafios à justiça e equidade do status quo – normalmente provenientes de Estados em desenvolvimento ou Estados menores dentro da aliança ocidental – eram deixados de lado pelo desafio maior da sobrevivência em si (FROMUTH, 1993, p. 341; tradução nossa[185]).

Se a Guerra Fria foi interpretada como causa primária dos obstáculos da ONU no período imediatamente posterior à sua criação, seu fim trazia a esperança de novos tempos. Após a queda do muro de Berlim, em 1989, a desintegração da URSS, em 1991, foi o marco de um novo ciclo de expectativas. Na década de 1980, já havia indícios de um futuro alvissareiro: entre 1986 e 1990, os P5 votaram de forma coincidente em 93 de 103 resoluções, o que indicava a potencialidade do aumento da cooperação (LATIF, 2000). A resposta coletiva à Guerra do Golfo, após a invasão do Kuwait pelo Iraque, também indicava que países antes inimigos estavam dispostos a buscar soluções coletivas.

Se nos casos em que havia uma incontestável violação de soberania a organização parecia munida de legitimidade para agir, os desafios vieram de conflitos não previstos pelos formuladores originais da Carta: as guerras intraestatais. Conflitos nacionalistas étnicos, inclusive estimulados pela desintegração de territórios causada pelo fim da Guerra Fria, complexificaram sobremaneira as tarefas sob jugo do CSNU ao trazer à tona temas como intervenção humanitária e violação de soberania. Esses assuntos fizeram com que debates sobre reformas e adaptações da ONU e do sistema de segurança fossem inevitáveis e abrissem espaço para a emergência de demandas de potências intermediárias.

---

[185] O texto em língua estrangeira é: “In passing from the Cold War to the present, the old alliances of East and West have traded the angst of doomsday for the complexity of community living. During the Cold War period, so long as the alliances’ security policies were dictated by the so-called clear and present danger of annihilation, their moral foundations were self-evident. So long as their resources were equal to the threats they faced, the alliances were physically and politically self-sufficient as well. The bipolar structure of the Cold War dispensed with any necessity, and prevented any ability, to build a universal security consensus, much less consult with one. Challenges to the justice or equity of the status quo – often raised by developing countries and lesser states within the Western alliance – were swept aside by the larger challenge of survival itself.”

Depois dos mandatos descritos no capítulo anterior, com todas as dificuldades de participação dos membros não permanentes, somadas às mudanças domésticas, regionais e mundiais das décadas anteriores, Brasil e Índia – esta já no caminho para se tornar país nuclear - também tiveram participação ativa no CSNU no pós-Guerra Fria. Ambos foram protagonistas na luta pela reforma do órgão, bem como atores centrais no processo negociador de resoluções de grande repercussão.

O objetivo do quinto capítulo será introduzir e analisar os biênios em que os países estiveram representados no CSNU a partir da tipologia dos eventos e dos níveis de análise do enfoque comparativo. Com o aumento expressivo da quantidade de resoluções aprovadas e a queda da quantidade de vetos a partir da década de 1990, será dada ênfase aos documentos aprovados com base no Capítulo VII, pois tratam diretamente da possibilidade de uso da força e de sanções. Para organizar a exposição, o capítulo encontra-se dividido em quatro seções, três referentes às décadas de 1990, 2000 e 2010, respectivamente, e uma conclusão, em que os dados apresentados serão interpretados e relacionados àqueles abordados no capítulo anterior, de forma a verificar se a hipótese da tese se confirma.

5.1 **A Década de 1990**

Na década que se seguiu ao término da bipolaridade, o trabalho do CSNU foi submetido a sucessivos testes. Além da necessidade de lidar com conflitos entre dois Estados soberanos – como foi o caso da Guerra do Golfo envolvendo Iraque e Kuwait – a emergência de conflitos intraestatais, para os quais a organização não estava preparada, fez com que a ONU sofresse seus maiores fracassos: as crises na Somália, em Ruanda e na Bósnia. A complexificação dos desafios foi acrescida do aumento da variedade de temas na agenda do órgão, em que a securitização de assuntos não convencionais ampliou a pauta de debates, a exemplo de direitos humanos, refugiados, gênero e infância.

Conscientes da urgência de adaptar a ONU à nova realidade internacional, tanto os Estados quanto a própria organização estimularam o processo de renovação. Em 1992, seguindo a Guerra do Golfo, pela primeira vez o CSNU realizou uma reunião com a presença de chefes de Estado e de governo. O resultado do encontro foi uma declaração em que se solicitava ao secretário-geral que compilasse recomendações para atualizar e tornar mais efetiva a capacidade da instituição de superar a eclosão de conflitos (LATIF, 2000).

O então secretário, o egípcio Boutros Boutros-Ghali, considerou que uma alternativa potencialmente eficaz seria consolidar e fortalecer as operações de paz, que já vinham sendo

empregadas desde a década de 1950, mas sem parâmetros institucionais nem previsões legais. A decorrência do pedido foi a publicação da "Agenda para a Paz", descrita no Capítulo 1, em que o secretário-geral estipulava os critérios e os passos para a aplicação da diplomacia preventiva, do *peace making*, do *peace keeping*, do *peace enforcement* e do *peace building*. O secretário-geral seguinte, Kofi Annan, também acompanhou a interpretação de que mudanças eram necessárias, e convocou o Painel de Alto Nível para propor sugestões de reforma financeira e institucional.

Brasil e Índia observaram com atenção essas transformações, pois a viabilidade de reformas no órgão era de interesse de ambos. O Brasil, já democrático, buscava se reposicionar na ordem internacional e consolidar definitivamente sua posição de interlocutor necessário para temas globais. A Índia, já nuclear, procurava amplificar sua influência e reafirmar as relações de poder em seu entorno regional. Nos anos de 1991 e 1992, o país asiático teve a primeira oportunidade de concretizar esse objetivo.

5.1.1 Índia (1991-1992)

De acordo com Sumit Ganguly e Rahul Mukherji (2014), a mudança de ordem internacional gerou a redefinição de algumas bases da política externa e de defesa da Índia. Os autores elencam seis aspectos, que serão identificados nos casos sob apreciação do CSNU desde então: a aproximação com Israel; o fim do apoio à causa palestina; a reaproximação lenta com os norte-americanos; a reafirmação da posição indiana quanto à questão nuclear; a manutenção da relação com a Rússia baseada na transferência de armamentos; e a reaproximação com o Sudeste Asiático (GANGULY; MUKHERJI, 2014, p. 43).

Dois desses aspectos, a saber a aproximação com Israel e a postura de conciliação com os EUA, podem ser analisados a partir do primeiro grande teste pelo qual o CSNU passou após o fim da bipolaridade: a Guerra do Golfo. A crise na região começou a partir de um desentendimento entre Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait de um lado e Iraque do outro, sobre a dívida dos iraquianos em decorrência da Guerra Irã-Iraque na década de 1980. Não tendo sua dívida perdoada, o Iraque aproveitou um litígio histórico que tinha com o Kuwait sobre a ocupação de ilhas na região e iniciou uma ofensiva militar em 1990.

Em 1991, 42 resoluções foram aprovadas no CSNU. A quantidade já indica um aumento de atividades, com aprovações superiores à média das décadas anteriores. Naquele ano, nenhum veto foi conferido por nenhum dos cinco membros permanentes. Das 42, 13 foram autorizadas com base no Capítulo VII, e o tema que concentrou grande parte das atenções foi a Guerra do Golfo, objeto de 11 resoluções baseadas no Capítulo VII. O conflito foi iniciado em 1990,

quando tropas iraquianas invadiram a fronteira com o Kuwait e rapidamente assumiram controle do país, um dos maiores produtores mundiais de petróleo.

Após o início das hostilidades, um grupo de países do MNA, incluindo a Índia, propuseram que o tema fosse incluído, em caráter de urgência, na agenda do CSNU. Entretanto, após a oposição dos EUA e do Kuwait, que ainda avaliavam a conveniência de multilateralizar os próximos passos do conflito, o órgão, então presidido pelo embaixador do Zaire, não convocou a reunião. Ao reforçar o compromisso da Índia com o multilateralismo, C.R. Gharekhan, embaixador indiano, reagiu afirmando que o CSNU estaria paralisado, e que os EUA e o Kuwait estavam impedindo que o órgão cumprisse seu papel na manutenção da paz (BARAL; MAHANTY, 1992). Com a manutenção do conflito, o aumento do apoio internacional e a posição impassível do Iraque, o tema foi finalmente levado ao CSNU que, a partir da negativa dos iraquianos de se retirarem, aprovou a resolução 678 (S/RES/678[186]), autorizando o uso de "todos os meios necessários" para solucionar a questão.

Em 1991, com a continuidade da invasão, o órgão aprovou a imposição de sanções econômicas ao Iraque, bem como a instalação da Operação *Desert Storm*, entre os meses de janeiro e março, liderada pelos EUA como forma de evitar que a Arábia Saudita, sua aliada estratégica, fosse arrastada para o conflito. A aprovação das atividades não significou a complacência de todos os Estados representados no órgão naquele momento, e a coalizão para atuar na Guerra do Golfo não esteve livre de complicações. De acordo com Latif (2000, p. 37),

> Apesar de a coalizão liderada pelos EUA estar, supostamente, atuando em nome da ONU, ao contrário da situação da Coreia no início dos anos 1950, bandeiras e símbolos da ONU não foram utilizados na ação militar. Assim como na Coreia, o CSNU não foi capaz de controlar os EUA e a coalizão, e falhou em cumprir seu papel de supervisor. Os objetivos da guerra excederam largamente o mandato da missão de restaurar a soberania do Kuwait, e a ação militar da força de coalizão gerou novas questões securitárias e legais. (...) A falta de vínculo da operação com a ONU fez com que muitos membros não pudessem opinar na ação (LATIF, 2000, p. 37, tradução nossa[187]).

Das 11 resoluções com base no Capítulo VII sobre o tema, cinco tiveram a abstenção ou o voto negativo de ao menos um membro, a exemplo de Cuba, que votou negativamente quatro vezes e se absteve em outra ocasião, de Iêmen, que se absteve quatro vezes, e do Equador, que o fez em uma oportunidade. Cabe ressaltar o caso da resolução 686

---

[186] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/678(1990)>. Acesso em 10 outubro de 2019.

[187] O texto em língua estrangeira é: "Although the US-led coalition was supposed to act on behalf of the UN, unlike the Korean situation in the early 1950s, UN flags and symbols were not used in the military action. UN after the Cold War. As in Korea, the SC was not be able to control the US and the coalition, and failed to perform its supervisory role. The war's objectives far exceeded the mandated mission to restore Kuwaiti sovereignty, and the military action of the coalition force generated new security and legal problems. (…) The operation's lack of direct link to the UN made most of the members to have no say in the operation."

(S/RES/686[188]), que foi aprovada com 11 votos afirmativos, um voto negativo cubano, e três abstenções: Iêmen, China e Índia.

Ao longo do processo negociador, para além da amizade história com o Iraque, o governo indiano possuía reservas em relação a termos do texto que poderiam gerar externalidades desvantajosas para os conflitos no qual o próprio país estava envolvido. A título de ilustração, na avaliação do país, o CSNU não era o fórum correto para proceder à fixação de fronteiras. A oposição indiana só arrefeceu após a inclusão da ressalva de que a ONU não fixaria novas fronteiras, mas sim respeitaria aquelas que tivessem sido acordadas anteriormente entre os envolvidos. Essa questão era extremamente delicada para os indianos por conta da Cachemira, sendo-lhe conveniente evitar a criação de precedentes para a formalização de limites pela organização internacional (BARAL; MAHANTY, 1992).

Nova Délhi também era reticente quanto aos termos que relacionavam o conflito com a obtenção de armas nucleares pelo Iraque. O texto propunha incluir que Bagdá deveria desativar qualquer artefato nuclear que porventura possuísse e se comprometer a não desenvolver mísseis balísticos. Segundo os indianos, a inclusão de tal demanda, com base no Capítulo VII, seria uma violação de soberania (BARAL; MAHANTY, 1992). Novamente, o receio de criar precedentes é uma chave interpretativa para tal posicionamento, uma vez que a Índia também possuía seu próprio programa nuclear e utilizava a soberania como argumento para justificá-lo.

Por conta desses impasses, a instrução de Délhi foi a abstenção. Ao justificar o posicionamento, o representante indiano utilizou três argumentos principais: o pouco tempo para apreciação do rascunho da resolução, a lacuna no texto que permitiria a retomada dos conflitos e a manutenção do sistema de sanções. De acordo com Gharekhan, "com tempo suficiente para apreciar a proposta de resolução (...) poderíamos ter alcançado um resultado mais consensual" (S/PV.2978, 1991, p. 74, tradução nossa[189]). Acrescentou, ainda, ser "imperativo que o Conselho, sem mais delongas, passe para o próximo passo: um cessar-fogo permanente ou formal. Esse importante elemento está ausente da resolução" (S/PV.2978, 1991, p. 76; tradução própria[190]). No caso das sanções, a narrativa empregada pela Índia foi a do impacto econômico e social que a medida causava, não só no Iraque, mas em outros países, inclusive nela própria:

---

[188] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/678(1990)>. Acesso em 9 outubro 2019.
[189] O texto em língua estrangeira é: "with sufficient time to consider the draft resolution […] we might conceivably have reached a more consensual draft […]." Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/125655?ln=en>. Acesso em 9 outubro de 2019.
[190] O texto em língua estrangeira é: "it is imperative for the Council, without any delay, to move to the next step: a permanent or formal cease-fire. This important element is missing from the resolution adopted by the Council."

> Outro ponto de preocupação da minha delegação é a manutenção das sanções. (...) O Iraque já concordou com a responsabilização perante o direito internacional pelas perdas e danos causados ao Kuwait e a terceiros, resultantes da invasão e da anexação ilegal. (...) As sanções vêm causando estragos, não só na economia do Iraque como também na do meu país e de vários outros. Elas estão afetando os fluxos de comércio mundial. O povo iraquiano certamente merece um alívio. Esse importante elemento também está ausente da resolução (S/PV.2978, 1991, p. 77, tradução nossa[191]).

Essa postura precisa ser compreendida à luz dos cinco níveis de análise, para fundamentar os motivos que levaram o país a se abster da resolução, principalmente porque a Índia esteve diretamente envolvida em questões logísticas do conflito. Em relação ao nível dos atores e do governo, entre a invasão do Kuwait e a decisão da ONU de agir no conflito, houve uma mudança de poder na Índia, com a entrada de Chandra Sekhar, do Partido Samajwadi Janata, também chamado de Janata(S), no lugar de V.P. Singh, do Janata Dal. O novo partido governava no centro, e foi criado a partir de uma desintegração do próprio Janata Dal. O governo de Sekhar durou aproximadamente seis meses, com diversas instabilidades causadas pela ausência de apoio majoritário do legislativo, e pela interferência de Rajiv Gandhi, líder do Congresso e ex-primeiro-ministro. Um partido minoritário governando no centro foi a realidade da Índia de 1989 até 2014, com exceção da segunda metade do governo de Narasimha Rao, marcado pelo predomínio do Congresso (SRIDHARAN, 2016).

Quando Sekhar assumiu, o país passava por uma crise econômica e política, e as sanções ao Iraque só pioraram o desequilíbrio. Em relação à adversidade econômica, o fim da URSS e do acesso preferencial ao comércio da região impactaram diretamente as contas externas do país. No campo político, é importante incluir o nível de análise da sociedade. A Índia passava por um contexto de turbulência interna por conta da aprovação do Relatório Mandal, referente à implementação de ações afirmativas para que castas menos privilegiadas ingressassem no setor público, conforme apresentado no Capítulo 3. Divergências sobre a aprovação da medida geraram conflitos violentos no país, o que prejudicou a capacidade da Índia de centrar seus esforços na política internacional.

De acordo com J. K. Baral e J. J. Mahanty (1992, p. 368, tradução nossa[192]), "o governo enfrentou um dilema em relação à política externa: associar-se às potências aliadas que

[191] O texto em língua estrangeira é: "Another point of concern to my delegation is the continuation of the sanctions. Iraq has already agreed to liability under international law for the loss or damage caused to Kuwait or third countries as a result of Iraq's invasion and illegal annexation. The sanctions are playing havoc, not only with Iraq's economy but also with the economy of my country and indeed the economies of many other countries. They are affecting patterns and flows of world trade. The people of Iraq certainly deserve relief. This important element is also missing from the resolution."

[192] O texto em língua estrangeira é: "the government was confronted with a dilemma with regard to its foreign policy: whether to throw in its lot with the allied powers who appeared to be sure winners, or to stand by a good friend like Iraq which was sure to suffer defeat".

aparentavam ter vitória certa, ou permanecer ao lado de um bom amigo como o Iraque, que certamente seria derrotado". Além disso, figurava nos cálculos políticos a dificuldade de fazer oposição aberta aos EUA, que despontavam então como a única superpotência. Seria necessário que a Índia desfizesse décadas de antiamericanismo para estreitar os laços com o país e adentrar as cadeias de comércio ocidental, para compensar as perdas do relacionamento preferencial com a URSS.

No governo V.P. Singh, a estratégia indiana foi a de não condenar abertamente o Iraque, e focar a urgência da resolução do conflito na necessidade de repatriar mais de 185.000 indianos que habitavam as regiões envolvidas (AMINUZZAMAN, 2015). Nessa linha, de acordo com Noronha (2017),

> O posicionamento adotado por Délhi com a invasão do Kuwait pelo Iraque gerou controvérsias por destoar do discurso adotado pela comunidade internacional, especialmente com os países do Oriente Médio, região estratégica para a segurança energética da Índia. O Kuwait, naquele momento, contava com aproximadamente duzentos mil indianos expatriados. Um dos grandes desafios era garantir a evacuação e repatriação segura desses trabalhadores. O esperado era que a Índia endossasse o repúdio internacional, mas, ao invés disso, o então ministro das relações exteriores I.K. Gujral, enviado a Bagdá para negociar a liberação dos trabalhadores indianos, tirou uma foto para a imprensa abraçando o ex-líder iraquiano, Saddam Hussein. A foto, divulgada mundialmente, gerou mal-estar diplomático tanto com a comunidade internacional, quanto com os outros países do Golfo e os expatriados indianos que lá residiam (NORONHA, 2017, p.43).

A entrada do tema na agenda do CSNU fez com que essa posição fosse mais arriscada para o governo de Sekhar, principalmente porque o líder sinalizava uma aproximação aos EUA. Esse acercamento possui evidências econômicas: devido à crise financeira, a Índia resolveu abrir sua economia nos anos de 1990, conforme detalhado no capítulo anterior. Para isso, resolveu solicitar um empréstimo ao FMI – e os EUA possuíam papel central na aprovação do pedido. Um dia após Sekhar endossar a decisão dos EUA de declarar guerra ao Iraque, o empréstimo foi concedido (BARAL; MAHANTY, 1992).

A percepção de condescendência com os EUA foi consolidada publicamente a partir da controvérsia acerca do reabastecimento de aviões estadunidenses em território indiano. Em 1990, o governo de V.P. Singh autorizou o uso do espaço aéreo indiano por aviões dos EUA, mas Sekhar aprofundou o compromisso em 1991, ao permitir que aviões de guerra americanos posassem para abastecimento, sem fiscalização e sem inspeção das aeronaves. Apesar de críticas da oposição, segundo a qual a medida feria o princípio do não alinhamento, Sekhar utilizou o argumento de que estava cumprindo as recomendações da ONU, que considerou o Iraque culpado pelo conflito. Em resposta, a oposição passou a questionar a legitimidade da

guerra, pois estava ficando cada vez mais claro que os EUA tinham interesses particulares na questão (SAINATH, 1992).

Tanto o Iraque quanto o Kuwait eram membros do MNA, e o grupo se mostrou inapto a chegar em um consenso sobre o curso de ação a ser adotado. Essa falha também já havia ocorrido no embate entre Irã e Iraque, o que estimulou a ideia de que o não alinhamento caía em descrédito. O grupo também não conseguiu avaliar a validade de vincular os debates sobre a ocupação estrangeira com a ocupação da Palestina, tema central na atividade dos não alinhados.

A contenda acerca da Guerra do Golfo ajuda a ilustrar outro ponto acerca do nível de análise: a centralidade do primeiro-ministro nas decisões de política externa. De acordo com Bahal e Mahanty (1992), Sekhar não dedicava atenção especial à política externa, mas precisou fazê-lo quanto a repercussão gerou dúvidas acerca de sua capacidade de liderança. Ainda de acordo com os autores, o ministro do Comércio, que tinha uma posição pró-EUA, teria influenciado a decisão de Sekhar de autorizar os abastecimentos. Há dúvidas, porém, sobre a escolha ter sido informada pelo primeiro-ministro ao gabinete:

> A decisão de permitir o abastecimento foi mantida em segredo e é questionável se o primeiro-ministro a confidenciou ao gabinete. É importante notar que onze embaixadores indianos do Leste Asiático se encontraram em Nova Délhi no mesmo dia que o reabastecimento começou, mas todos eles, quando entrevistados, confirmaram que não estavam cientes da decisão. Por isso, é evidente que não houve coordenação entre o governo e os operadores para tomar essa importante decisão. (BAHAR, MAHANTY, 1992, p. 379; tradução nossa[193]).

Por ser um governo minoritário, Sekhar só suspendeu a autorização quando o Partido do Congresso ameaçou retirar o apoio ao primeiro-ministro. Entretanto, seu governo ficou marcado pelo início de uma aproximação com EUA, que perdurou na administração seguinte, com o retorno do Partido do Congresso, sob a liderança de Narasimha Rao. De acordo com Bahar e Mahanty (1992), essa alteração de rumos em direção a uma linha pró-ocidental ocorreu não só pela mudança na ordem internacional e pelos problemas econômicos que o país atravessava, mas também pelo sentimento de que o MNA poderia tornar-se irrelevante. Para os autores, o fim da Guerra Fria reacendeu na Índia o debate sobre a manutenção de sua postura

[193] O texto em língua estrangeira é: "The refueling decision was a closely guarded secret and it is doubtful if the Prime Minister took the cabinet into confident about it. It is important to note that eleven Indian ambassadors from West Asia met in New Delhi the same day on which refueling started, but all of them, when interviewed, admitted that they were not aware of the decision. It is thus apparent that there was no proper coordination between the headquarters and the field while making such an important decision."

de líder do Terceiro Mundo, bem como sobre a efetividade de vincular os temas internacionais à questão da Palestina.

A decisão de se abster de resoluções que o país não chancelasse integralmente foi mantida pela Índia no ano seguinte. Em 1992, uma quantidade recorde de 73 resoluções foi aprovada, em parte referente à adesão de novos membros, a partir da dissolução da URSS[194]. Do total de documentos, 11 eram resoluções com base no Capítulo VII, com destaque para a situação da recém-ingressada Bósnia e Herzegovina. A Índia absteve-se em duas votações: uma referente à Líbia, e a segunda ao país do leste europeu.

No caso líbio, a resolução S/RES/748[195] referia-se a uma crise que se prolongava desde 1988, quando um avião da empresa americana PanAm fora abatido, seguido pela queda de outra aeronave da companhia francesa UTA, em 1989. Dois cidadãos líbios foram criminalmente acusados de serem os responsáveis pelas derrubadas, mas os EUA, a França e o Reino Unido, ao longo da investigação, exigiam que ambos fossem extraditados para serem julgados em seus territórios, mesmo antes que suas sentenças fossem transitadas em julgado. Com a continuidade das divergências sobre o julgamento, o tema voltou a ser debatido em 1992, ocasião na qual o representante da Líbia foi convidado a participar do debate. De acordo ele, o CSNU estava agindo às margens de considerações legais e atuando como juiz, sem que os acusados tivessem sido definitivamente considerados culpados pelos atos:

> [O debate] está acontecendo sem que se leve em consideração as circunstâncias nas quais o tema deveria ser examinado: o âmbito legal. [O debate] está ocorrendo sem aguardar a decisão final de uma jurisdição neutra e objetiva. A decisão do Conselho de Segurança de analisar o tema dois meses depois da última ocasião em que o fez sugere que todos os aspectos da questão tenham sido exaustivamente considerados, que os dois cidadãos líbios tenham sido condenados por uma corte justa e objetiva, e que tenha sido provado clara e inequivocamente que os dois acusados estão ligados ao Estado da Líbia, que este seja responsável pelos seus atos e que a partir de agora seja prerrogativa do Conselho de Segurança de implementar a sentença (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3063th meeting*, 1992, p. 4, tradução nossa[196]).

Ainda nas palavras do representante líbio, o uso do Capítulo VII para lidar com a questão seria o verdadeiro crime internacional cometido, principalmente por ser a imposição da vontade

---

[194] Em 1992, Cazaquistão, Armênia, Quirguistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Moldávia, Turcomenistão, Azerbaijão, San Marino, Croácia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina, e Geórgia foram admitidos na ONU.
[195] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/748(1992)>. Acesso em 28 de outubro de 2019.
[196] O texto em língua estrangeira é: "This is occurring without taking into consideration the framework in which the issue should be examined: the legal framework. It is occurring without awaiting the final word on the subject from neutral and objective jurisdiction. The Security´s Council decision to consider the item again two months after the last -time it did so implies that all aspects of the question have been exhaustively considered, that the two Libyan citizens have been convicted by a just and objective court, that it has been clearly and unequivocally proven that the two accused are linked to the Libyan State, that the Libyan State is responsible for their acts and that it is now the task of the Security Council to carry out the sentence."

de três grandes potências contra um Estado pequeno, lutando para se desenvolver. A situação seria ainda mais grave com a previsão, presente na resolução, de medidas militares e sanções econômicas. Dessa forma, "esse ato faria da ONU um instrumento explorado por certos Estados para alcançar seus próprios objetivos; ameaçando a base da organização e fazendo com que ela tivesse o mesmo fim que a Liga das Nações" (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3063th meeting*, 1992, p. 22, tradução nossa[197])

Na ocasião, a exposição da justificativa indiana para a abstenção foi feita pelo embaixador Gharekhan na qualidade de representante do MNA. Para a Índia, a situação merecia uma análise mais detalhada dos dois pontos ressaltados pelo governo líbio: clareza na definição das sanções econômicas, incluindo a previsão das circunstâncias em que elas seriam suspensas e dos potenciais problemas que poderiam acarretar, e observância do devido processo legal.

> Neste caso, o processo judicial ainda não está finalizado. Por conta do amplo potencial de impacto do caso, a consideração da opinião da Corte Internacional de Justiça nos aspectos legais serviria à causa da paz e do direito internacional. Um breve atraso na apreciação do Conselho de Segurança antes de dar o próximo passo teria sido, portanto, interpretado como vantajoso. Deveria ser possível que esses dois órgãos das Nações Unidas pudessem funcionar em parceria para reforçar e ressaltar a eficácia e o prestígio de cada um na promoção da causa da paz e da segurança internacional (SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3063th meeting, 1992, p. 58, tradução nossa[198]).

No mesmo ano, um novo conflito testou tanto a capacidade da ONU de agir quanto a posição indiana em relação ao uso da força, às emergências humanitárias e às violações massivas de direitos humanos. Um dos membros fundadores das Nações Unidas, a Iugoslávia, passou por um processo de dissolução violenta que impactou toda a região dos Balcãs e trouxe à tona a necessidade de observância de um dos princípios da Carta, a autodeterminação. O caos começou em 1991, quando Croácia e Eslovênia proclamaram sua independência da Iugoslávia. O Exército Nacional da Iugoslávia respondeu agressivamente, com apoio de forças paramilitares sérvias, causando mortes e um significativo fluxo de refugiados (BERDAL, 2016).

---

[197] O texto em língua estrangeira é: "Such acts would make of the United Nations an instrument exploited by certain States to achieve their own objectives and aims; this would threaten the very foundations of the Organization, and would make it meet the same fate as that of the League of Nations."

[198] O texto em língua estrangeira é: "In the present case, the judicial process has not yet run its full course. Because of the far-reaching potential of this case, the considered opinion of the International Court of Justice on the legal aspects of the issues involved can only serve the cause of international law and peace. A little delay on that account in the Security´s Council moving on to the next stage of its action would, therefore, have merited positive consideration. It should be feasible for these two principal organs of the United Nations to function in tandem in a manner so as to reinforce and enhance each other´s efficacy and prestige in the cause of international peace and security."

Nos primeiros meses do conflito, o CSNU não se ocupou diretamente do assunto, que ficou à cargo da Comunidade Europeia, um intento de resolver a crise diplomaticamente. Com a continuidade das hostilidades, o tema entrou na agenda do CSNU a partir da resolução 713 (S/RES/713[199]), de 1991, que foi aprovada por unanimidade e impôs um embargo de armas aos grupos envolvidos. Foi só em 1992 que o órgão deu um passo adiante e aprovou a implementação da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR, da sigla em inglês para *United Nations Protection Force*) para atuar nas áreas controladas pelos sérvios, com a utilização de tropas da OTAN.

A guerra se aprofundou após o reconhecimento da independência da Bósnia e o massacre ocorrido em Sarajevo em 1992. O descontentamento veio por parte dos sérvios que residiam nas fronteiras do novo país, e que se recusavam a aceitar o resulto do referendo, que os impunha o status de minoria étnica. De acordo com Berdal (2016), durante esse período os membros do CSNU foram incapazes de formular uma estratégia conjunta e insistiram em uma "tradicional operação de manutenção da paz, mas que estava atuando em um ambiente onde, por muito tempo, não havia paz para manter" (BERDAL, 2016, p. 575, tradução nossa[200]).

Nesse período turbulento, a Índia teve uma alternância de governo e um aprofundamento da crise econômica deixada como legado pela administração de Sekhar. As externalidades herdadas da Guerra do Golfo, como os custos para repatriar os indianos do Kuwait e o desequilíbrio no balanço de pagamentos pelo aumento do preço do petróleo, impactaram diretamente a capacidade de pagamento de credores e de absorção de divisas (NORONHA, 2017). Em relação à mudança de governo, entrou no poder P.V. Narasimha Rao, que havia sido ministro das Relações Exteriores, e liderou o governo de 1991 a 1996.

De acordo com Harish Kapur (2009), o governo Rao realizou mudanças que impactaram diretamente a política externa do país. Podemos citar, nesse ínterim, a intensificação do processo de liberalização comercial e da atração de investimentos estrangeiros e de divisas provenientes da diáspora indiana. Diretamente ligada a essa proposta estava a necessidade de diversificar parceiros comerciais, o que gerou uma aproximação no nível regional com o Sudeste Asiático e culminou na *Look East Policy*, impulsada posteriormente pelo primeiro-ministro Gujral, conforme apresentado no Capítulo 3, além de um fortalecimento nas relações com a Ásia Central, a chamada *Look North Policy* (KAVALSKI, 2015). Outro ponto que merece menção é a manutenção da postura de aproximação com os Estados Unidos, a partir do

[199] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/713(1991)>. Acesso em 12 de novembro de 2019.
[200] O texto em língua estrangeira é: "(…) peace-keeping of a traditional kind but that was operating in an environment where, for much of the time, there was no peace to keep."

aumento de medidas como o estabelecimento de relações diplomáticas plenas com Israel e a continuidade das críticas ao Iraque.

Também vinculado ao relacionamento com os norte-americanos, mas de maior relevância, estava a posição ambivalente de Rao em relação ao programa nuclear. Por um lado, a Índia buscou uma posição mais diplomática acerca do tema e, em 1992, participou da elaboração de um tratado de interdição completa de testes nucleares, em conjunto com os EUA. Entretanto, quando os estadunidenses levaram a proposta à AGNU, a Índia absteve-se de assiná-la, retomando o argumento do caráter discriminatório do regime e da vulnerabilidade indiana em sua região (NORONHA, 2017; GANGULY; MUKHERJI, 2014). Pairava, ainda, desconfiança de que Rao planejava um segundo teste nuclear secreto, e a suspeita ganhou ares de verdade quando fotos de satélite dos EUA apontaram a existência de preparativos (KAPUR, 2009).

Durante a presidência do Reino Unido no CSNU, foi publicada uma nota da presidência (S/235000)[201] reiterando que a proliferação de armas de destruição em massa consistia em uma ameaça à segurança internacional e que o TNP era o principal mecanismo para garantir a não proliferação. Como a nota foi apresentada em uma reunião na qual estavam presentes os chefes de Estado e/ou de governo de diversos membros, inclusive o primeiro-ministro indiano, Raja Mohan (2004) considera que o texto foi um recado direcionado ao país como força de pressão política.

Naquela conjuntura de tensões, três resoluções com base no Capítulo VII foram aprovadas em 1992, mas cabe ressaltar a Resolução 770 (S/RES/770[202]), que contou com a abstenção de Índia, China e Zimbábue. As duas principais questões que incomodavam o governo indiano se relacionavam à utilização da OTAN como instrumento para a intervenção, bem como a expansão do Capítulo VII para temas humanitários. Em relação ao primeiro ponto, o representante indiano reforçou a importância de assegurar que o comando e o controle da operação fossem feitos pela própria ONU. Para o embaixador Gharekhan, "(...) é altamente recomendável – na verdade, imperativo – que a operação, que pode envolver o uso da força, esteja e permaneça sempre sob comando e controle das Nações Unidas" (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3106th meeting*, 1992, p. 12; tradução própria[203]). Sobre a securitização

[201] Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/196971>. Acesso em 11 dezembro de 2019.
[202] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/770(1992)>. Acesso em 12 novembro de 2019.
[203] O texto em língua estrangeira é: "(…) it would be highly advisable – indeed, imperative – that the operation, which could involve the use of force, should be and should always remain under the command and control of the United Nations."Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/204936?ln=en>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

do humanitarismo, na mesma ocasião o representante afirmou que o local adequado para debater tal tema era o Conselho de Direitos Humanos, pois o CSNU não teria competência para decidir sobre a aplicação do direito humanitário.

A guerra nos Balcãs prolongou-se pelos anos seguintes, com eventos de graves violações de direitos humanos, a exemplo do genocídio de bósnios em Srebrenica, em 1995, até a assinatura dos Acordos de Dayton no mesmo ano. Os acordos não englobaram a situação do Kosovo, que vivenciou a continuidade das tensões até o final da década e demandou uma operação de paz própria, a Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK, da sigla em inglês para *United Nations Mission in Kosovo*). A UNPROFOR, apesar da violência da guerra, não foi transformada em missão de *peace enforcement*, ficando o uso da força à cargo da OTAN.

Apesar da inabilidade da ONU para lidar com a crise, o resultado gerou um legado importante para a instituição: em 1993, foi estabelecido o Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia, responsável por julgar pessoas que ordenaram ou executaram atos violentos. Esse tribunal *ad hoc* foi um dos fundamentos para a posterior criação do Tribunal Penal Internacional, em 1998.

Após dois anos no órgão, a Índia despediu-se já programando sua volta nas eleições de 1996. Entretanto, apesar de estar em crescente projeção internacional, o país não obteve os votos necessários e perdeu sua vaga do grupo asiático para o Japão. Poorvi Chitalkar e David M. Malone (2016) argumentam que a derrota adveio da oposição de diversos Estados à obstrução da Índia nas negociações do CTBT.

O Tratado foi adotado na AGNU por meio da Resolução 50/245 (A/RES/50/245[204]) e teve apoio dos P5 e de mais de 120 países, inclusive o Brasil. O argumento de Nova Delhi para não aderir ao CTBT remontava às justificativas para não adesão ao TNP: seu caráter discriminatório. O CTBT também alocava os países nucleares em um grupo de demandas separadas, e os indianos não apoiavam tal diferenciação. Para a Índia, o Tratado deveria prever a eliminação total de armas nucleares (SAMPAIO, 2012). O retorno da Índia ao órgão precisaria esperar ainda a virada do milênio, só ocorrendo em 2011. O Brasil, por sua vez, garantiu seu assento por dois mandatos na década de 1990.

5.1.2 Brasil (1993-1994)

O fim das décadas de governo militar e a nova Constituição encaminharam a redemocratização, mas não trouxeram calmaria para o Brasil. É importante observar os três

[204] Disponível em <https://undocs.org/A/RES/50/245>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

níveis de análise internos para compreender a condição na qual o Brasil voltou ao CSNU após o fim da Guerra Fria. No nível dos atores, o retorno ao órgão ocorreu após o impeachment do primeiro presidente democraticamente eleito sob a nova Carta Magna, Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), uma sigla sem histórico político-eleitoral. Se pensarmos no nível do governo, o sistema eleitoral brasileiro estava em processo de adaptação após o bipartidarismo *de facto* que imperou durante a ditadura. Novas legendas, com ideologias distintas, criaram a necessidade de composição de coalizões como forma de assegurar a governabilidade.

O nível socioeconômico também ganha vulto para a compreensão da conjuntura brasileira. Após décadas de intenso gasto para promover a industrialização e a infraestrutura, a democracia veio acompanhada de um grave desequilíbrio nas contas públicas e externas, além de altos níveis de inflação que corroíam o poder de compra da população e aumentavam a desigualdade. Logo no primeiro ano de governo, em 1990, a estratégia de Collor para conter o problema foi diminuir a quantidade de moeda em circulação. Para isso, o plano formulado pela equipe econômica, liderada pela ministra Zélia Cardoso de Mello, consistia no confisco das poupanças pelo prazo de 18 meses. A decisão, altamente impopular, foi efetivada por meio de uma Medida Provisória, e a aprovação ao presidente entrou em queda que se mostraria constante.

Apesar do confisco, o fato que levou o presidente a ser impedido de se manter no cargo foram relações ilegais mantidas com Paulo César Farias, tesoureiro da campanha que o levou à presidência. Após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, constatou-se que Farias agia como laranja de Collor em negociações fraudulentas. A reação popular, já inflamada pela insatisfação com o plano econômico, ganhou as ruas, a partir do movimento dos "Caras Pintadas", liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Com o início do processo de impeachment no Legislativo, Collor foi afastado da presidência e quem assumiu o governo foi seu vice, Itamar Franco. Sem base de sustentação partidária nas Casas, Collor renunciou ao cargo numa tentativa de evitar a perda de seus direitos políticos, mas o Congresso confirmou que o presidente deveria, além de sair do cargo, ficar inelegível por oito anos. Com a posse de Itamar, houve um rearranjo em cargos do Poder Executivo: o então chanceler Fernando Henrique Cardoso saiu do Itamaraty para liderar a equipe econômica que colocou em marcha o Plano Real, sendo substituído no MRE pelo embaixador Celso Amorim, diplomata de carreira com experiência e entusiasmo pelo multilateralismo das Nações Unidas.

Amorim deu o tom da postura que defenderia dali para frente: em seu primeiro discurso na abertura da AGNU, em 1993, sugeriu que os três D's de Araújo de Castro precisariam ser atualizados para desarmamento, desenvolvimento e democracia, já que o processo de descolonização já havia avançado. Sem se furtar de comentar a política doméstica, Amorim afirmou que o processo de impeachment servira como prova da solidez da recém-inaugurada democracia brasileira, como fica claro no seguinte trecho de seu discurso: "Estou seguro de que a forma pacífica e estritamente legal e constitucional como ocorreu a transição no Brasil será uma referência necessária nos livros que se venham a escrever sobre a História da Democracia em nosso tempo" (AMORIM *apud* CORRÊA, 2007, p. 571).

Se durante o regime militar a postura brasileira foi de se afastar do CSNU, o pós-Guerra Fria abriu uma janela de oportunidade para que o país voltasse a enfatizar seu pleito histórico pela restruturação da ONU. Levando esses valores para o sistema internacional, Amorim defendeu a democratização da nova ordem a partir da reforma do CSNU:

> A promoção e a defesa do regime democrático no interior de cada país não são suficientes. Impõe-se um esforço vigoroso de democratização das relações internacionais, em consonância com dois importantes fenômenos da hora atual: o amplo consenso em torno da superioridade da democracia representativa e a crescente vinculação entre as esferas interna e externa. Essa dupla constatação nos obriga a reconhecer que o ideal democrático se aplica com igual validade ao relacionamento entre as nações. É com satisfação que vemos formar-se um virtual consenso quanto à necessidade de atualizar a composição do Conselho de Segurança. Entendemos que à crescente atuação do Órgão em assuntos que afetam os interesses fundamentais dos Estados-membros corresponde a necessidade de garantir sua maior representatividade e, com isso, sua legitimidade e sua eficácia. A reforma do Conselho deve ser alcançada de forma tal que não se agrave o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no processo decisório das Nações Unidas. A Assembléia (sic) Geral é o órgão democrático por excelência do sistema das Nações Unidas. A ele cabe o papel determinante de dar forma a esse processo (AMORIM *apud* CORRÊA, 2007, p. 573-574).

Os ares de mudança da organização também chegaram ao CSNU, embora não exatamente com tom democratizante. Conforme detalhado no Capítulo 1, a fluidez dos métodos de trabalho do órgão fez com que o aumento das atividades e das resoluções aprovadas não passasse, necessariamente, por uma maior participação de seus membros. Os documentos foram aprovados de forma cada vez menos transparente, a partir do aumento da incidência de negociações a portas fechadas dos P5 e dos mecanismos informais, como os Grupos de Amigos. De acordo com Ronaldo Mota Sardenberg (1997), representante do Brasil no CSNU naquele biênio, as reuniões oficiais do Conselho viraram apenas oportunidades fotográficas e televisivas, pois não constituíam um fórum efetivamente decisório.

Em 1993 foram aprovadas 94 resoluções no CSNU, todas com voto favorável do Brasil, sendo 26 delas baseadas no Capítulo VII. Esse aumento deve-se, principalmente, ao incremento

da utilização do capítulo para a instalação e a renovação dos mandatos de operações de paz, após terem sido formalizadas e incentivadas pela Agenda para a Paz, de Boutros-Ghali. Em relação ao tema, a postura do Brasil foi de engajamento crescente: segundo Uziel (2010) e Ziemath (2016), à medida que deixaram de ter como missão o combate ao "inimigo interno", na época da ditadura, as Forças Armadas passaram a ser enviadas para missões em países como Angola, Moçambique, Timor Leste e Haiti.

Destacou-se na agenda do Conselho a continuidade das resoluções referentes à dissolução da ex-Iugoslávia e as guerras étnicas nos Balcãs, sobretudo na Bósnia. A UNPROFOR teve seu mandato renovado e ampliado e o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia teve suas funções formalizadas, de acordo com o descrito na seção anterior. Em todas as resoluções sobre o tema, o Brasil votou favoravelmente, convergindo com o voto dos P3. Apesar de não terem utilizado o veto, China e Rússia demonstraram desconforto com a imposição de sanções, e abstiveram-se da resolução 820[205], que previa a criação de um plano de paz para o conflito. A China absteve-se, ainda, da resolução 816[206], que criava uma zona de banimento aéreo na Bósnia. Paquistão e Venezuela abstiveram-se da resolução 836[207], em nome do MNA, por falta de clareza no texto e por conta do não atendimento da solicitação de aguardo do envio de relatório do secretário-geral sobre o caso[208].

O Brasil votou favoravelmente em todas as resoluções sobre o tema, utilizando como argumento a emergência humanitária. De acordo com Sardenberg, em seus pronunciamentos no CSNU, o Capítulo VII só deveria ser usado em caso extremo, e o genocídio nos Balcãs era um desses momentos excepcionais[209]. Vemos aqui um contraste entre a posição indiana, no biênio anterior, e a brasileira. Enquanto o Brasil utilizou o argumento humanitário para basear sua concordância, a Índia temia que o tema fosse securitizado e considerava que o Conselho de Direitos Humanos era o espaço ideal para tratar do assunto.

Outro conflito que ocupou a agenda do órgão foi a guerra civil na Somália. Iniciada nos anos 1980, as tensões originaram-se com revoltas contra o governo de Siad Barre, que reprimiu brutalmente a população. Rapidamente, a situação evoluiu para uma crise humanitária. Em 1992, o CSNU aprovou a resolução 746[210], que estabeleceu uma missão de paz para controlar a crise, a Operação das Nações Unidas na Somália (UNISOM I, da sigla em inglês para *United*

[205] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/820(1993)>. Acesso em 13 de novembro de 2019.
[206] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/816(1993)>. Acesso em 13 de novembro de 2019.
[207] Disponível em >https://undocs.org/S/RES/836(1993)>. Acesso em 13 de novembro de 2019.
[208] Disponível em <https://undocs.org/s/pv.3228>. Acesso em 13 de novembro de 2019.
[209] Disponível em <https://undocs.org/S/PV.3200>. Acesso em 13 de novembro de 2019.
[210] Disponível em >https://undocs.org/S/RES/746(1992)>. Acesso em 13 de novembro de 2019.

Nations Operation in Somalia, posteriormente substituída pela UNISOM II). O mandato da operação foi, inicialmente, de observação, contrariando a recomendação da Cruz Vermelha, que denunciou a ausência total de controle do país por parte do governo central (CANADÁ, 1997).

> Durante os primeiros meses de 1992, a situação política na Somália estava se deteriorando rapidamente. A queda, em janeiro de 1991, do presidente somali, Siad Barre, levou a uma ampla e violenta luta por poder entre clãs e facções em diversas partes do país. As duas maiores facções, localizadas principalmente nas regiões norte e sudeste, eram um grupo do Congresso Somali Unido (CSU) que apoiava o presidente interino, Mohammed Ali Mahdi, e um grupo rival, também do CSU, que apoiava o líder do próprio Congresso, General Mohammed Farah Ameed. Esses dois grupos controlavam mais de 50.000 milícias, armadas com tanques soviéticos, artilharia, uma enorme quantidade de armas leves e munições para abastecer as rivalidades (CANADÁ, 1997, n.p., tradução nossa[211]).

Em 1993, cinco resoluções com base no Capítulo VII foram aprovadas sobre o país, tanto em relação à extensão de mandato quanto sobre a investigação de ataques realizados contra as tropas e a estrutura da ONU no local. Todas foram aprovadas por consenso. Essa concordância não se refletiu em votações sobre outros dois temas, a Líbia e o Haiti. Em relação ao país árabe, quatro países se abstiveram da resolução 883, que aplicava um regime de sanções por conta do descumprimento de decisões prévias do CSNU relacionadas ao sequestro de aviões no ano anterior: China, Djibouti, Marrocos e Paquistão. A posição chinesa foi motivada, novamente, por oposição às sanções; o Marrocos, defendia que o caso fosse resolvido em conjunto com a Liga Árabe; o Djibouti não justificou seu voto; e o Paquistão considerou que as resoluções anteriores não foram efetivas[212].

O embaixador Sardenberg pediu a palavra para a exposição de motivos do voto favorável do Brasil. De acordo com o diplomata, todas as resoluções do CSNU deveriam ser cumpridas, então a Líbia deveria ser punida por não ter obedecido à decisão. Sardenberg também classificou os ataques aos aviões como atos terroristas e defendeu que, apesar do Capítulo VII ser o último recurso, o caso também configurava uma condição excepcional e, portanto, que seu emprego estaria justificado. O representante brasileiro remontou aos debates acerca do tema e afirmou que não cabia ao CSNU julgar o mérito de uma investigação criminal.

---

[211] O texto em língua estrangeira é: "During the early months of 1992, the political situation in Somalia was deteriorating rapidly. The downfall in January 1991 of Somalia's president, Siad Barre, led to an extended and often violent power struggle among clans and factions in many parts of the country. The two largest factions, located mainly in the central and southern areas of the country, were a group of United Somali Congress (USC) members who supported the interim President of Somalia, Mohammed Ali Mahdi and a rival group, also from the USC, which supported the USC Chairman, General Mohammed Farah Ameed. These two groups controlled upwards of 50,000 militia, armed with Soviet tanks, artillery, and vast quantities of lighter weapons and ammunition to fuel their rivalries."

[212] Disponível em <https://undocs.org/s/pv.3312>. Acesso em 13 de novembro de 2019.

Assim como a Índia havia feito no ano anterior, o Brasil também citou expressamente a preocupação com o regime de sanções, apesar de ter mantido o apoio ao documento:

> Nossa opinião é a de que as medidas extremas de sanções que o Conselho é habilitado para impor com base no Capítulo VII da Carta constituem o último recurso, a ser usado apenas em circunstâncias excepcionalmente graves que envolvam uma clara e direta ameaça à paz e à segurança internacionais. Foi só depois de uma ponderação cautelosa sobre a natureza grave da situação diante de nós, bem como das consequências negativas caso o Conselho se mostre inapto a agir, que decidimos dar um voto afirmativo nesta resolução. (...) Estamos convencidos de que a imposição de sanções deve estar sempre relacionada ao emprego de atos específicos, limitados e concretos, que são obrigatórios a partir de decisões do CSNU. Esses atos precisam ser especificamente expressos pelo Conselho, para que o Estado para o qual foram determinados possa saber, com antecedência, e sem nenhuma dúvida, que as sanções serão retiradas assim que os critérios estabelecidos sejam alcançados (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3312th meeting*, 1993, p. 48-49, tradução nossa[213]).

Em 1994, foram aprovadas 77 resoluções, sendo 23 delas com base no Capítulo VII. A questão dos Balcãs continuou presente e em desenvolvimento, mas foi outra guerra identitária que se configurou como a principal ameaça à paz internacional naquele ano: o genocídio de Ruanda. A questão étnica no país remonta à colonização, quando os belgas privilegiaram a minoria tutsi na ocupação de postos de poder, em detrimento dos hutus. Após a independência do país, em 1962, grupos hutus assassinaram o presidente tutsi, e instalaram um governo que não reconhecia direitos à parcela minoritária. A crise foi aprofundada com um golpe militar, em 1973, que instalou uma ditadura de duas décadas, dominada por hutus.

Decorreu dessa situação a emergência de um fluxo significativo de refugiados de Ruanda para outros países da região dos Grandes Lagos, sobretudo Uganda e Burundi. A diáspora se organizou em torno da Frente Patriótica de Ruanda (RPF, da sigla em inglês para *Rwandese Patriotic Front*,), que voltou à Ruanda para derrubar o governo estabelecido. A guerra civil deu origem às negociações de paz de Arusha, na Tanzânia (DALLAIRE, 2004). Entretanto, os acordos de paz não foram implementados satisfatoriamente e a guerra étnica tomou proporções de genocídio e crise humanitária. O estopim para a radicalização dos conflitos foi o abate de um avião que transportava os presidentes de Ruanda e Burundi, ambos de origem hutu.

---

[213] O texto em língua estrangeira é: "It is also our view that the strong measures of sanction that this Council is empowered to impose under Chapter VII of the Charter constitute a last resort, to be used only in exceptionally grave circumstances that involve a clear and direct threat to international peace and security. It was thus only after carefully pondering the extremely serious nature of the case before us, as well as the negative consequences that would ensue should the Council be unable to act, that we decided to cast a positive vote on this resolution. (…) We are convinced that the imposition of sanctions must always be linked to the performance of limited, concrete and very specific acts that are made mandatory by decisions of the Security Council. Such acts must be specifically set out by the Council so that the State on which sanctions are imposed may be able to know in advance, and beyond all doubt, that the sanctions will be lifted as soon as those specific requirements are met."

A brutalidade das imagens do genocídio de Ruanda assustou a comunidade internacional. Listas eram entregues às milícias armadas, que promoviam assassinatos em série, inclusive de mulheres, crianças e idosos, utilizando-se, inclusive, do estupro em massa sob a justificativa de limpeza étnica. Apesar do grau de violência, a entrada na ONU em cena ocorreu em forma de uma missão de observação, baseada no Capítulo VI, em 1993. O comandante da operação, General Dallaire, afirmou que, inicialmente, acreditou que a observação seria suficiente (DALLAIRE, 2004), mas, após constatar a real situação em campo, solicitou repetidamente a ampliação do mandato e o aumento da quantidade de militares. A burocracia e questões políticas do CSNU, entretanto causaram uma demora injustificada, e deixando de impedir centenas de milhares de mortes. De acordo com o general, a solução foi agir nas brechas da normatividade:

> Entretanto, eu também sabia que, dados a natureza étnica do conflito, a presença de opositores do acordo e a potencial ocorrência de crimes e genocídios por soldados desmobilizados, eu precisava enfrentar os desafios com força militar. (...) nós inserimos o parágrafo dezessete, que nos autorizava a usar força até, e inclusive, o limite da força letal para prevenir "crimes contra a humanidade". Nós estávamos criando regras, apesar de não sabermos disso naquele momento. Estávamos nos encaminhando para o que veio a ser chamado posteriormente de "capítulo seis e meio", uma nova abordagem para a resolução de conflitos (DALLAIRE, 2004, p. 72, tradução nossa[214]).

Entre os documentos aprovados sobre o país em 1994, destaca-se a resolução 929[215], que contou com cinco abstenções, uma quantidade pouco comum para o padrão consensual de tomada de decisões que vinha se consolidando desde o fim da Guerra Fria. Os países que não endossaram o documento foram China, Nova Zelândia, Nigéria, Paquistão e Brasil. Ruanda, que estava no CSNU naquele ano, mas havia faltado diversas reuniões, compareceu para votar afirmativamente. Em linhas gerais, o documento, proposto pela França, visava dotar a Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (UNAMIR, da sigla em inglês para *United Nations Assistance Mission for Rwanda*) de prerrogativas baseadas no Capítulo VII. Entretanto, a possibilidade de uso da força não se aplicaria a todas as atividades da operação, e foram separadas em escopo e em estratégias as ações relacionadas à catástrofe humanitária.

Ao justificar seu voto, o representante da Nigéria considerou que haveria duplicidade de comando com a reformulação da UNAMIR. De acordo com o país, seria criada, na prática,

---

[214] O texto em língua estrangeira é: "However, I also knew that given the ethnic nature of this conflict, the presence of some who opposed the agreement, and the potential for banditry or ethnic killings by demobilized soldiers, I needed to be able to confront such challenges with military force. (…) we inserted paragraph seventeen, which authorized us to use force up to and including the use of deadly force to prevent "crimes against humanity". We were breaking new ground, though we didn't really understand it at the time. We were moving toward what would later be called "chapter six and a half", a whole new approach to conflict resolution."

[215] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/929(1994)>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

uma estrutura de comando paralela que dificultaria o trabalho da operação. A justificativa da China foi a de que as medidas constantes no documento não asseguravam a cooperação das partes em conflito. A Nova Zelândia, por sua vez, argumentou que uma expansão do mandato não estaria em concordância com a resolução imediata da questão humanitária. Já o Paquistão não pediu a palavra para embasar sua posição.

O embaixador Sardenberg, em nome do Brasil, voltou a enfatizar a situação excepcional de emprego do Capítulo VII, mas questionou a eficiência de separar as atividades da UNAMIR. De acordo com o representante,

> Em relação a essa questão, meu governo, para além de problemas de natureza política relacionados com a implementação da missão, tem sérias dúvidas sobre o provável impacto na Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (UNAMIR), considerando a atual conjuntura. Como princípio, o Brasil vem repetidamente sustentando que o Conselho deve evitar ao máximo invocar os poderes extraordinários conferidos pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Dessa forma, nos espanta que o Conselho de Segurança tenha evitado colocar o mandato humanitário da UNAMIR nos termos deste capítulo. Nós também estamos conscientes das dificuldades de manter operações de *peace-keeping* e de *peace-enforcement* separadas e simultâneas no mesmo país (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3392th meeting*, 1994, p. 3, tradução nossa[216]).

A abstenção adotada pelo Brasil nessa resolução foi uma entre outras que se seguiram no mesmo ano. Cabe ressaltar as quatro abstenções conferidas pelo país em resoluções referentes ao Haiti. Nos anos de 1993 e 1994, 12 resoluções tiveram o país americano como objeto, seguindo o golpe militar contra o presidente Jean-Bertrand Aristide, em 1991. O Brasil buscou evitar os excessos dos mandatos, mas inicialmente apoiou o estabelecimento da Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH, da sigla em inglês para *United Nations Mission in Haiti*), o embargo de petróleo e armas e o bloqueio naval, de forma a pressionar o retorno do presidente ao cargo (ZIEMATH, 2016).

Só no ano de 1994, sete documentos foram aprovados, sendo quatro baseados no Capítulo VII. A estratégia do CSNU em relação ao uso da força foi alterada, e passou a basear-se na aprovação de uma força multinacional para conter a escalada de tensões no Haiti e na

[216] O texto em língua estrangeira é: "On the question before us, my Government, aside from problems of a political nature related to the implementation of the mission, has serious doubts as regards its likely impact on the United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR), considering the present political environment. As a principle, Brazil has repeatedly maintained that the Council should do its utmost to avoid invoking the extraordinary powers conferred upon it by Chapter VII of the United Nations Charter. In this connection, it strikes us that the Security Council has avoided placing the humanitarian mandate given to UNAMIR under that Chapter. We are also keenly aware of the difficulty of maintaining simultaneous but separate peace-keeping and peace-enforcement operations in the same country." Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/190051?ln=en>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

imposição de um regime de sanções, até que o presidente legitimamente eleito fosse reconduzido ao cargo.

Por discordar desses mecanismos, o Brasil votou afirmativamente na primeira das quatro resoluções, mas se absteve das demais, acompanhado pela China em duas ocasiões e pela Rússia em uma delas. De acordo com Uziel (2012), a postura brasileira denota uma coerência em relação à discordância sobre a aplicação do Capítulo VII para o caso. Para o diplomata, essa postura se insere na estratégia do Brasil de utilizar a abstenção não como uma forma de impedir a aprovação das resoluções, mas sim de indicar seu descontentamento com o teor das propostas. Segundo ele, o país "(...) não parece jamais ter tido a intenção de impedir a aprovação das resoluções. A meta era exclusivamente discordar publicamente e afastar-se da substância e dos procedimentos adotados" (UZIEL, 2012, p. 151). Além disso, o Brasil não estava satisfeito com o que considerava um intervencionismo na América Latina, uma região descrita como pacífica e em processo de consolidação democrática.

> Em suas explicações de voto, o Brasil repetidamente reiterou seu interesse em resolver a crise haitiana e a legitimidade do Conselho para atuar, mas expôs uma forte objeção ao que via como intervencionismo. Em especial, questionou a autorização para o uso da força, em um país das Américas, com base no Capítulo VII da Carta e sob linguagem semelhante à da Resolução 678 (1990) sobre o Iraque – vista como símbolo do triunfo estadunidense no CSNU. Criticou fortemente também a ausência de debates adequados no Conselho e a abrupta decisão de mudar de tática. No conjunto, os questionamentos brasileiros delineiam um contexto em que os EUA, em momento de influência particularmente forte, desenharam limites muito estreitos para a negociação, deixando de lado as preocupações brasileiras e de outros latino-americanos. O Brasil optou por conspicuamente sinalizar que seu ponto ideal estava fora do espaço delineado pelas preferências dos EUA e aceito pelos demais membros do CSNU (UZIEL, 2012, p. 150).

Apesar de ser baseada no Capítulo VI, cabe destacar, ainda, o caso da resolução 948[217], emblemática por um motivo inédito: pela primeira vez desde a criação da ONU, o Brasil se absteve de uma resolução de forma isolada, sem estar acompanhado de um membro permanente. Entretanto, o diplomata aponta que o Brasil não pretendia votar desacompanhado, mas foi surpreendido pela mudança de decisão da China. De acordo com relatos dos demais embaixadores presentes no CSNU, a China sinalizou a abstenção, e a expectativa de ter o reforço chinês "(...) é mais consistente com a preferência dos eletivos de reforçar seu posicionamento discordante ao associar-se a um dos permanentes" (UZIEL, 2012, p. 151). Conforme apresentado no Capítulo 2, como os *pay offs* associados à oposição aos P5 costumam ser pouco vantajosos para o membro não permanente, fazer *soft balancing* para ter apoio e volume de barganha ajuda a diluir os custos de transação.

[217] Disponível em <https://undocs.org/s/res/948(1994)>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

Na ocasião, o embaixador Sardenberg fundamentou a abstenção pela coerência com os posicionamentos anteriores do Brasil sobre o tema:

> No momento da adoção da Resolução 940 (1994), a delegação brasileira afirmou a posição de que o uso do Capítulo VII para um país do hemisfério ocidental era um assunto que considerávamos da maior gravidade. Nossas principais reservas eram relacionadas ao estabelecimento de uma força multinacional com mandato amplo e vago. Ressalvas também foram feitas por outros países latino-americanos que não era membros do Conselho de Segurança no encontro formal em que a Resolução 940 (1994) foi adotada. O projeto de resolução diante de nós hoje possui elementos que minha delegação não pode apoiar. Se fizéssemos isso, seríamos inconsistentes com a posição adotada pela minha delegação em relação à Resolução 940 (1994), principalmente tendo em vista nosso respeito pelo princípio da não intervenção presente na Constituição brasileira. Não estamos preparados para dar endossos retroativos a provisões do projeto de resolução sobre os quais já expressamos reservas (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3437th meeting*, 1994, p. 4, tradução nossa[218]).

A atitude do Brasil em relação ao Haiti é um aspecto que está referido ao quarto nível de análise, pois denota o posicionamento do país frente ao intervencionismo externo na região. Pelo histórico da colonização e da influência externa durante os governos militares, o Brasil costumava adotar um comportamento semelhante aos demais países latino-americanos, no sentido de buscar na região as soluções para as questões dos Estados americanos. Se anteriormente o lócus para a ação na região era a OEA, a década de 1990 consolidou o processo iniciado nas décadas anteriores de "latino-americanização" da integração. Podemos destacar, nesse ínterim, a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1979, da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em 1980, e do Mercosul, em 1991. O Brasil, ainda, afiançava-se na "vocação pacífica" da América Latina como credencial para a representação da região em um reformado CSNU.

Todos esses pontos ficam visíveis no supracitado discurso de Celso Amorim na AGNU, em 1994. Em relação à paz regional, o ministro usou a palavra para afirmar que "Somos parte da América Latina e orgulhamo-nos de estarmos inseridos em sua longa história de paz. A América Latina é a região mais desarmada do mundo e a única a haver-se tornado, por força do Tratado de Tlatelolco, definitivamente livre das armas nucleares" e que "por sua tradição

[218] O texto em língua estrangeira é: "At the time of the adoption of Security Council resolution 940 (1994) the Brazilian delegation stated the view that the issue of using force under Chapter VII in relation to a country of the Western Hemisphere was a matter we regarded with the utmost seriousness. Our main reservations related to authorization for the establishment and deployment of a multinational force with a broad and vague mandate. Reservations were also expressed by Latin American countries non-members of the Security Council at the formal meeting when resolution 940 (1994) was adopted. The draft resolution before us today contains concepts that my delegation cannot support. To do so would be inconsistent with the position taken by my delegation in relation to resolution 940 (1994), particularly in view of our respect for the principle of non-intervention contained in the Constitution of Brazil. We are not prepared to give retroactive endorsement to provisions of a draft resolution about which we have expressed reservations. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/163394?ln=en>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

jurídica e contribuição à causa da paz, a região da América Latina e do Caribe deve estar contemplada em qualquer ampliação do Conselho" (AMORIM *apud* CORRÊA, 2007, p. 587). Na fala, o ministro ainda afirmou que

> A paz e a fraternidade são a vocação da América Latina. (...) É motivo de inquietação para nós que os princípios da não intervenção e da auto- determinação sejam objeto de interpretações incompatíveis com as Cartas da ONU e da OEA. A gravidade da crise haitiana e a urgência em resolvê-la não nos impedem de ver os riscos embutidos numa situação que evoca traumas e cicatrizes ainda vivos na memória da América Latina (AMORIM *apud* CORRÊA, 2007, p. 582).

O relacionamento regional aponta, ainda, mudanças no quinto nível de análise, referente ao sistema internacional. O fim da Guerra Fria e a intervenção na Guerra do Golfo colocaram os EUA no centro do equilíbrio de poder global. Se, nesse contexto, a postura da Índia foi se aproximar dos norte-americanos como forma de equacionar seus problemas econômicos e se reposicionar politicamente na região, o Brasil passou a adotar uma atitude de divergências pontuais com os estadunidenses. Sem criar oposição evidente, é possível perceber o exercício da autonomia, a exemplo do caso do Haiti, em que o Brasil convergiu em opinião com Rússia e China. Essa resolução não foi um caso isolado, pois a convergência de votos entre Brasil e EUA vinha diminuindo, tanto na AGNU quanto no CSNU (ALBUQUERQUE, 2016; AMORIM NETO, 2011; UZIEL, 2012)[219].

Se no caso do Haiti o pertencimento à região impulsou a tomada de posição brasileira, outro vínculo foi fundamental para que o país buscasse participação ativa em dois outros temas. A língua portuguesa foi apresentada como credencial e identidade histórica para que o Brasil fosse um interlocutor importante e um contribuinte de tropas nas operações de paz aprovadas para Angola e Moçambique. Em seu discurso de abertura na sessão da Assembleia Geral de 1994, o ministro Celso Amorim reforçou esses pontos, ao expressar que "Em Angola, país tão próximo do Brasil por laços de sangue e de cultura, vemos, com dor e revolta, estender-se um conflito que é hoje a mais antiga e devastadora guerra civil" e que "É motivo de orgulho para o Brasil o fato de que tropas brasileiras estejam contribuindo para a reconstrução de Moçambique, através da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ, da sigla em inglês para *United Nations Operation in Mozambique*) [220]" (AMORIM *apud* CORRÊA, 2007, p. 583).

---

[219] De acordo com dados de Uziel (2012, p. 147), a convergência com os EUA caiu de 78%, em 1968, para 16% em 1988. Em 1994, a convergência foi de 69%. O aumento da sinergia deve-se, em parte, à concordância nas resoluções sobre renovações de mandatos de operações de paz. Já na AGNU, a convergência manteve-se abaixo de 20% durante toda a década de 1990, e jamais recuperou o patamar de 100% de convergência do governo Dutra (AMORIM NETO, 2011, p.69).

[220] Operação das Nações Unidas em Moçambique. A sigla provém da expressão em inglês *United Nations Operation in Mozambique.*

Na situação angolana, o CSNU aprovou, de forma unânime, o estabelecimento da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II, da sigla em inglês para *United Nations Angola Verification Mission* II), para monitorar a implementação do cessar-fogo entre o Movimento Popular pela Liberação de Angola (MPLA) e a União Internacional pela Independência Total de Angola (UNITA), partes da guerra civil que se alastrava pelos país desde sua independência, em 1975. Em Moçambique, a guerra civil também se seguiu à independência, e o CSNU aprovou a UNOMOZ para observar o cumprimento do acordo de paz entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Antes do fim da década, o Brasil ainda teve a chance de voltar ao órgão para um novo mandato. A presença ativa e constante no CSNU era um argumento-chave para que o país continuasse a demandar a reforma e sua inclusão na nova estrutura. Na eleição de 1997, o Brasil recebeu 96% dos votos da AGNU e se credenciou para realizar seu oitavo termo no Conselho.

5.1.3 Brasil (1998-1999)

No ano de 1998, o mundo reviveu os piores medos da guerra nuclear quando Índia e Paquistão declararam publicamente o domínio do ciclo nuclear e a posse de artefatos explosivos. A Índia foi o primeiro país a não aderir ao TNP e buscar a fabricação das armas nucleares, e foi seguida pelo Paquistão. Pouco tempo depois, os dois países realizaram sua série de testes e explosões. No caso da Índia, os testes de Pokhran II fizeram com que países individuais e grupos lhe impusessem sanções, a exemplo de EUA, Austrália, Canadá e Japão, G8, União Europeia e P5 (NARLIKAR, 2009). O CSNU não observou a situação impassível, e aprovou, com base no Capítulo VI e com quinze votos afirmativos, em 1998, a Resolução 1172[221], que condenava os testes e requisitava aos países que assinassem o TNP e o CTBT com brevidade e sem ressalvas ou condições.

Na reunião do CSNU que avaliou a resolução, o Paquistão solicitou a participação da reunião, mas a Índia não demandou sua presença. Quando o representante do Paquistão pediu a palavra, culpou a Índia e a falta de engajamento do CSNU pelo fato de o Paquistão ter tido a necessidade de adotar o caminho da nuclearização.

> O Paquistão manteve o secretário-geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança plenamente informados, em todas as etapas, dos desdobramentos da grave situação atual e da crise de segurança no sul da Ásia. De fato, até certo ponto, foi o abandono

[221] Disponível em <https://undocs.org/s/res/1172(1998)>. Acesso em 11 de dezembro de 2019.

> de suas responsabilidades pelo Conselho de Segurança que encorajou a Índia a implementar seus projetos hegemônicos e agressivos, cruzando o limiar nuclear, ameaçando o uso de armas nucleares contra o Paquistão e recorrendo à chantagem nuclear para impor uma solução militar na Caxemira. Informamos o Conselho sobre as ações provocativas da Índia e a expressão inequívoca da intenção de cometer agressão contra o Paquistão. Infelizmente, o Conselho não prestou atenção à violação iminente da paz. Diante desses avanços ameaçadores resultantes de ações deliberadas e calculadas da Índia para alterar a equação estratégica, o Paquistão ficou sem alternativa a não ser a opção nuclear em seu supremo interesse nacional para restaurar o equilíbrio estratégico e preservar a paz (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3890th meeting*, 1998, p. 26, tradução nossa[222]).

O Brasil, ao condenar os testes e justificar o apoio à resolução, recorreu à sua própria experiência como exemplo positivo de contribuição para a segurança internacional. Com isso, o país reforçou a narrativa de ator responsável e buscou reafirmar-se como um Estado comprometido com a paz internacional e com as normativas da ONU. Pela fala do embaixador Celso Amorim, representante brasileiro nos primeiros meses do biênio, a adesão aos instrumentos multilaterais de não proliferação seria um elemento que confere prestígio e status.

> Mais uma vez, o governo brasileiro apela à Índia e ao Paquistão para assinar e ratificar o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares e contribuir para a entrada em vigor desse instrumento. O Brasil também apela a ambos os governos para que exerçam restrições, reduzam tensões, promovam o diálogo sobre a solução pacífica de todas as questões bilaterais e se envolvam em um processo de cooperação significativa. Tais medidas não apenas trariam benefícios concretos aos povos das duas nações, mas também aprimorariam seu status e prestígio perante a comunidade internacional. Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso solicitou o consentimento do Congresso para o texto do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 20 de junho de 1997, ele enfatizou que no mundo de hoje, as armas nucleares representam apenas "um dreno de recursos e uma fonte de risco e incerteza". Observamos, com extrema preocupação, uma cadeia de eventos que levaram o sul da Ásia à beira de uma corrida armamentista nuclear, ameaçaram o regime de não proliferação nuclear e dificultaram ainda mais os esforços globais para o desarmamento nuclear. Esses eventos lamentáveis reforçam a urgência da adoção por todas as potências nucleares de medidas concretas para a completa eliminação de armas nucleares (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 3890th meeting*, 1998, p. 9, tradução nossa[223]).

---

[222] O texto em língua estrangeira é: "Pakistan has kept the United Nations Secretary- General and the Security Council fully informed, at all stages, of the developments pertaining to the current grave situation and security crisis in South Asia. Indeed, to some extent, it was the dereliction of its responsibilities by the Security Council that emboldened India to implement its hegemonic and aggressive designs by crossing the nuclear threshold, threatening the use of nuclear weapons against Pakistan and resorting to nuclear blackmail to impose a military solution on Kashmir. We informed the Council about India's provocative actions and unambiguous expression of intent to commit aggression against Pakistan. Unfortunately, the Council did not pay heed to the impending breach of peace. Faced with these ominous developments resulting from India's deliberate and calculated actions to alter the strategic equation, Pakistan was left with no choice but to exercise its nuclear option in its supreme national interest to restore the strategic balance and to preserve peace." Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/255148?ln=en>. Acesso em 11 de dezembro de 2019.

[223] O texto em língua estrangeira é: "Once more, the Brazilian Government calls upon both India and Pakistan to sign and ratify the Comprehensive Nuclear-Test- Ban Treaty and to contribute towards the entry into force of that instrument. Brazil also appeals to both Governments to exercise restraint, reduce tensions, promote dialogue on the peaceful settlement of all bilateral issues and engage in a process of meaningful cooperation. Such steps would not only bring concrete benefits to the peoples of the two nations, but also enhance their status and prestige before the international community. When President Fernando Henrique Cardoso asked for

Para além dos testes nucleares, as 73 resoluções aprovadas, 23 delas baseadas no Capítulo VII, foram dominadas por outros dois temas principais: Iraque e Angola. A crise iraquiana seguiu-se a tensões no Oriente Médio. Se por um lado as relações entre Israel e Palestina aparentavam melhora, após acordos mediados pelo presidente estadunidense Bill Clinton, por outro a região passava por instabilidades, em função de retaliações dos EUA após os atentados às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia. O quadro se complexificou com as desconfianças acerca do programa nuclear iraquiano.

De acordo com Fonseca Jr. (2002), após a Guerra do Golfo foi aprovado um pacote de sanções para o Iraque, que continuava vigente mesmo sete anos depois do fim da invasão ao Kuwait. Por conta dos impactos econômicos causados pelas medidas, em 1995 o CSNU implementou o programa "Petróleo por Alimentos", que permitia que o Iraque vendesse petróleo para adquirir material de ajuda humanitária e utilizasse esses recursos para pagar as compensações de guerra. Em 1998, um memorando de entendimento autorizou um aumento do montante permitido, devido ao agravamento da situação social no país. Foi aprovada a Resolução 1175[224] que, como contrapartida, demandava o retorno de inspetores da Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM, da sigla em inglês para *United Nations Special Commission*) para fiscalizar as atividades.

O Iraque questionou a imparcialidade da decisão, por conta da presença de estadunidenses na UNSCOM, e parou de colaborar com os inspetores enviados pela ONU. O país afirmou, ainda, que a AIEA podia continuar suas atividades, desde que sem participação da Comissão (FONSECA JR., 2002). Em reação, o CSNU suspendeu a revisão periódica das sanções, e aprovou a Resolução 1205[225], condenando a ação iraquiana. A desaprovação não ficou só no plano da retórica, pois os EUA e o Reino Unido iniciaram uma série de ataques militares ao país. Quando a Rússia solicitou uma reunião de emergência, os dois representantes justificaram o ataque sob o pretexto de que "tornara-se evidente que a diplomacia havia sido esgotada" e que agiam "com base nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança" (FONSECA JR., 2002, p. 209).

Congressional consent to the text of the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT) on 20 June 1997, he stressed that in today's world, nuclear weapons represent only "a drain in resources and a source of risk and uncertainty". We therefore noted with extreme concern a chain of events that brought South Asia to the brink of a nuclear arms race, endangered the nuclear non-proliferation regime and made global efforts towards nuclear disarmament even more difficult. These regrettable events reinforce the urgency of the adoption by all nuclear Powers of concrete measures for the complete elimination of nuclear weapons."

[224] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1175(1998)>. Acesso em 3 de dezembro de 2019.

[225] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1205(1998)>. Acesso em 3 de dezembro de 2019.

Em 1999, o Brasil deparou-se com tumultuado contexto ao assumir a presidência do órgão e, dadas as inquietações causadas pelo ataque, foi necessário tratar do tema pela via da situação humanitária. O embaixador do Brasil na ocasião, ministro Celso Amorim, liderou a criação e presidiu três painéis para tratar da questão, um relacionado a desarmamento e verificação, outro a assuntos humanitários e um terceiro acerca de prisioneiros de guerra e recuperação de propriedade. O substrato do relatório dos painéis, elaborado por especialistas independentes e conhecido como "Relatório Amorim"[226], baseou a Resolução 1284[227], que estabelecia um cronograma de cumprimento e criava um renovado programa de monitoramento, a Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNMOVIC, da sigla em inglês para *United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission*).

A liderança foi considerada pela diplomacia brasileira uma forte contribuição para a paz internacional e um exemplo de que membros não permanentes podem influenciar a agenda de trabalho do órgão. Em um momento no qual as competências do CSNU eram questionadas devido ao ataque não autorizado ao Iraque, Amorim afirmou que "os elementos da unipolaridade coexistem com certo grau de multipolaridade, ao passo que instantes de unilateralismo não excluem a negociação de soluções multilaterais para as crises" (AMORIM *in* FONSECA JR., 2002, p. 9) e que "o Brasil desempenhou função pioneira na promoção de 'briefings' abertos quanto a temas humanitários, ajudando assim a desfazer o 'véu de sigilosidade' do qual o Conselho era constantemente acusado" (AMORIM *in* FONSECA JR., 2002, p. 12) .

No tocante à Angola, os debates relacionavam-se à continuidade dos conflitos com a UNITA, que vinha sistematicamente descumprindo os termos do Protocolo de Lusaka e se recusando a se desmilitarizar. A Resolução 1157[228] culpabilizou a UNITA pelo fracasso na implementação do acordo, e a Resolução 1173[229] determinou, entre outras sanções, o congelamento de fundos da UNITA no exterior e a proibição do comércio de diamantes sem certificado de origem. Alguns meses depois, a situação tornou-se ainda mais crítica com o abate de um avião da ONU no território controlado pela União e com sua recusa de cooperar na investigação. Para tentar controlar a situação, a Resolução 1268[230], de 1999, instaurou o

[226] Disponível em <https://www.un.org/Depts/unmovic/documents/Amorim%20Report.htm>. Acesso em 3 de dezembro de 2019.
[227] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1284(1999)>. Acesso em 3 de dezembro de 2019.
[228] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1157(1998)>. Acesso em 4 dezembro de 2019.
[229] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1173(1998)>. Acesso em 4 dezembro de 2019.
[230] Disponível em < https://undocs.org/S/RES/1268(1999)>. Acesso em 4 dezembro de 2019.

Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA, da sigla em inglês para *United Nations Office in Angola*) e reiterou a validade dos acordos de Lusaka (FONSECA JR., 2002). Na ocasião, o representante do Brasil no Conselho, embaixador Gelson Fonseca Júnior, afirmou:

> Em junho do ano passado, o Conselho de Segurança adotou a resolução 1173 (1998), condenando a liderança da UNITA e identificando-a como responsável pela presente crise em Angola, em razão do fracasso na implementação de suas obrigações conforme o Protocolo de Lusaka. Mediante a mesma resolução, o Conselho impôs sanções financeiras à UNITA e adotou medidas voltadas à diminuição dos contatos oficiais e do comércio que beneficia sua liderança, na expectativa de que estas medidas teriam um impacto na postura da UNITA. Apesar desta vigorosa ação do Conselho de Segurança, a situação em Angola deteriorou-se. A UNITA retomou o controle de várias localidades e revelou sua força militar. O Brasil lamenta profundamente que, após anos de esforços para a reconstrução da paz, Angola mais uma vez esteja sofrendo as consequências de uma guerra civil. O Governo de Angola merece forte apoio internacional neste momento crítico. O povo de Angola precisa de paz (FONSECA JR., 2002, p. 57-58).

Valendo-se da proximidade cultural e linguística e do histórico de bom relacionamento bilateral – a exemplo de ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975 –, o Brasil assumiu uma posição de destaque na negociação das resoluções sobre o país africano. O embaixador Amorim organizou uma reunião sobre o tema na Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, e ampliou o escopo de análise do assunto. Para Amorim, seria essencial atacar as causar do conflito e encará-lo como uma questão de bases socioeconômicas. O país sugeriu a menção ao ECOSOC nos documentos aprovados e solicitou que o Secretariado da ONU oferecesse auxílio ao governo angolano para a criação de instituições promotoras de direitos humanos (AMORIM *in* FONSECA JR., 2002).

Os laços históricos ajudam a explicar o envolvimento do Brasil com outro conflito daquele biênio: o caso do Timor Leste. As desavenças timorenses iniciaram-se em 1976, quando o país, foi anexado pela Indonésia, que deu apoio à Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (FRETILIN) na guerra de independência do país. Desde então, o tema vinha sendo tratado na AGNU, até que, em 1999, a delegação brasileira solicitou que fosse incluído na agenda do CSNU. O primeiro resultado do envolvimento do órgão foi a aprovação da Resolução 1236[231], que previa uma consulta popular aos timorenses sobre uma proposta constitucional de autonomia. Pouco depois, a Resolução 1246[232] criou a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET, da sigla em inglês para *United Nations Mission on East Timor*) para supervisionar a consulta e o período de transição (FONSECA JR. 2002).

[231] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1236(1999)>. Acesso em 5 dezembro de 2019.
[232] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1246(1999)>. Acesso em 5 dezembro de 2019.

O resultado da votação derrotou a proposta de autonomia, pois a vontade popular era pela independência completa e imediata. O aumento da violência e dos conflitos entre grupos causou preocupações na comunidade internacional, e Brasil e Portugal solicitaram a convocação de uma sessão formal do CSNU para analisar a situação. Como o estabelecimento de uma operação de paz demandaria um intervalo grande de tempo para sua organização, o senso de urgência fez com que a proposta do órgão fosse o desdobramento de uma força multinacional, a Força Internacional para o Timor (INTERFET, da sigla em inglês para *International Force East Timor*), aprovada pela Resolução 1264[233]. Como esta seria uma solução temporária, a Resolução 1272[234], por sua vez, criou a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET, da sigla em inglês para *United Nations Transitional Administration in East Timor*), uma operação de paz formal, para gerir o processo de independência.

O caso do Timor é emblemático para avaliar a política externa brasileira do período, pois o apoio a todas as resoluções e o envio de tropas brasileiras[235] destoa do comportamento do mandato anterior, quando o Brasil se absteve e criticou a criação de uma força multinacional para o Haiti (ZIEMATH, 2016). Uziel (2011) apresenta alguns argumentos para justificar tal mudança de posição, como o viés humanitário que o conflito adquiriu devido a ação de milícias e o fato de o governo da Indonésia ter consentido com a entrada das tropas. No caso haitiano, não havia tal concordância por parte da autoridade nacional.

Apesar de serem argumentos válidos, é importante ampliar o escopo de análise, pois questões domésticas, regionais e internacionais também são aportes necessários para compreender a alteração de posição brasileira. Ao enfocar o nível dos atores, cabe destacar que o Brasil era governado, naquele período, por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que havia sido chanceler e ministro da Fazenda no governo anterior. Tendo como principal credencial a liderança da estabilização econômica por meio do Plano Real, Cardoso buscou consolidar a inserção internacional brasileira pela estratégia que ficou conhecida como "autonomia pela participação", descrita por Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007, p.283) como a "adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade de gestão da política externa".

---

[233] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1264(1999)>. Acesso em 5 dezembro de 2019.
[234] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1272(1999)>. Acesso em 5 dezembro de 2019.

Essa adesão aos regimes pode ser exemplificada pela ratificação do TNP, trinta anos após sua criação. Com FHC, o Brasil formalmente sinalizava para a comunidade internacional que era um parceiro confiável e comprometido com as normas coletivas. Entretanto, para manter a capacidade de gestão mencionada pelos autores, o Brasil não ratificou o Protocolo Adicional do TNP, que permitiria a inspeção de equipamentos sem aviso prévio. Ainda no regime de não proliferação, o Brasil também aderiu ao CTBT. Essas medidas denotam a necessidade de reafirmar sua confiabilidade em um contexto de crises econômicas e fugas de investimentos na Ásia e na América Latina, que interferiam no equilíbrio das contas externa brasileiras. Outros exemplos do empenho pela inserção em diversas áreas são a participação brasileira nas negociações da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), o engajamento com a recém-criada OMC e os empréstimos concedidos pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Pelo nível de análise do governo, merece menção o fato de FHC ter governado com maioria parlamentar e conseguido avançar com medidas que exigiam forte base de apoio. O principal caso foi a aprovação da reeleição, que permitiu que Cardoso realizasse um segundo mandato e permanecesse no cargo entre 1995 e 2002. A maioria também foi importante para aprovar e agilizar temas de política externa, a exemplo da participação brasileira em forças e operações de paz da ONU. Uziel (2011) destaca a agilidade para a aprovação do envio de tropas para o Timor Leste, inclusive com a sinalização de que a quantidade de oficiais poderia ser ainda maior.

> Em sua primeira solicitação, o Executivo explicava que as tropas brasileiras já estavam em Timor-Leste desde 1999, com permissão legislativa, e afirmava que o país tinha interesse em manter um papel ativo no processo político timorense. Ademais, seria necessário demonstrar "solidariedade àquele povo irmão". Os parlamentares acolheram favoravelmente as razões apontadas e aduziram ser necessário ao Brasil trabalhar para reintroduzir o português em Timor-Leste. Nos debates também é elencado um interesse adicional, o de promover a atuação de empresas brasileiras no território sob administração das Nações Unidas, o qual poderia "ajudar a abrir as portas do mercado do Oriente, por meio de um grande entreposto". O Decreto Legislativo n. 10/2000 afinal aprovou, sem dificuldades, o envio de 70 policiais do exército. A única objeção foi de que o Brasil deveria contribuir com contingente maior (UZIEL, 2011, p. 94).

Esse período de readequação da política externa para participar de uma ordem global cada vez mais liberal também teve reflexos nos votos do Brasil. No biênio 1998-1999, o país voltou a ter convergência de 100% de votos com os Estados Unidos, tendência que havia sido revertida nas décadas anteriores. Uziel (2012) aponta que, na prática, a convergência completa não foi apenas com os EUA, mas sim com a maioria dos membros do CSNU, por conta da consolidação do padrão consensual de votação. Entretanto, essa dinâmica de concordância já era uma realidade no mandato anterior, e mesmo assim o país havia optado por manter

abstenções nos casos que considerou pertinentes. Pode-se concluir que, entre outros fatores, a busca por afirmação perante os organismos internacionais, principalmente econômicos e financeiros, passou, também, pela não confrontação em temas de segurança.

No nível regional, o Brasil enfrentava um período de afastamento da Argentina. A crise econômica que se abateu sobre ambos prejudicou o comércio bilateral e causou um arrefecimento do *boom* de trocas comerciais que ocorreu logo após a criação do Mercosul. Além disso, a Argentina continuava a se posicionar de forma contrária à inclusão do Brasil como membro permanente do CSNU. Por outro lado, a adesão do Brasil ao TNP fortaleceu sua parceria estratégica no campo da energia nuclear, a exemplo do aprofundamento da relação no âmbito da ABACC (CORRÊA, 2007).

A posição do Brasil em relação aos temas de segurança e desarmamento no final do século foi diametralmente oposta à da Índia. Se em 1998 o Brasil assinou o TNP e se reafirmou como um ator responsável, a Índia realizou uma nova rodada de testes nucleares (Pokhran II) e se assumiu enquanto potência nuclearmente armada, assim como o Paquistão. Délhi afastava-se tanto do TNP quanto do CTBT, e essa postura afastou a Índia de suas demandas por inclusão no CSNU. De acordo com Arraes (2005),

> Em junho, Brasil, Argentina e África do Sul seriam convidados pelo G-8 para debater o tema da energia nuclear, exatamente pela renúncia em fazer uso militar dela. Na ocasião, Lampreia sobressairia o impacto de posturas distintas na disputa da reforma do Conselho, de sorte que: (...) afeta inevitavelmente a candidatura da Índia. A secretária de Estado (Albright) já fez declarações públicas nas quais não deixa a menor dúvida (...) Mas é possível que o processo todo, em função desse problema na Ásia, sofra algum atraso (...) Esse convite (do G-8) e essa participação são uma demonstração do respeito que o Brasil e a Argentina obtiveram junto à comunidade internacional pela sua decisão e pelo fato de potencialmente poderem dar uma contribuição significativa nessa crise muito grave que ameaça seriamente a paz e a segurança internacional" (ARRAES, 2005, p. 12).

Apesar de a Índia ter afirmado que não pretendia usar as armas nucleares a não ser que fosse atacada primeiro, a desconfiança já estava posta. Sumit Ganguly (2015) resume as ressalvas que a comunidade internacional levantou sobre a Índia, ao reforçar que a posse de mísseis balísticos intercontinentais, aeronaves de entrega nuclear e submarinos equipados vão além da necessidade de simples deterrência. O autor também aponta que há divergências e falta de transparência acerca da infraestrutura nuclear indiana.

O final do século XX trouxe, para Brasil e Índia, questões diferenciadas. Se o Brasil optava por aderir às normas e participar ativamente dos regimes, a Índia direcionava sua ação de política externa para a reafirmação da autonomia e da não aceitação das assimetrias do sistema internacional. Com isso, a ação dos dois países impactou diretamente no

relacionamento com seu entorno regional: se o Brasil estabelecia uma zona de transparência e confiança com seus vizinhos, a Índia colocava-se em flagrante oposição não só ao Paquistão, mas também à China, fazendo com que o sul da Ásia passasse a ser a região com a maior concentração de potências nucleares do planeta.

5.2 **Anos 2000**

A proximidade do novo século trouxe consigo esperanças renovadas para a atuação da ONU. Os fracassos em evitar os genocídios e as dificuldades enfrentadas pelas intervenções humanitárias serviram de aprendizado para que a organização pudesse reformular e adaptar suas atividades. O secretário-geral Kofi Annan assumiu uma posição de liderança na proposta de consolidar a organização para que catástrofes como as ocorridas na década anterior fossem minimizadas. Ao se endereçar à AGNU em 1999, Annan afirmou:

> Nesta ocasião, eu gostaria de mencionar as perspectivas para a segurança humana e a intervenção no próximo século. Em face dos dramáticos eventos do ano passado, eu acredito que vocês irão compreender essa decisão. Como secretário-geral, eu me empenhei ao máximo para restaurar as Nações Unidas ao seu papel de buscar a paz e a segurança, e aproximá-la dos povos ao qual ela serve. Ao estarmos à beira de um novo século, essa missão continua. Mas ela continua em um mundo transformado por mudanças geopolíticas, econômicas, tecnológicas e ambientais cuja significância permanente nos confunde. Ao buscarmos novas formas de combater antigos inimigos como a guerra e a pobreza, só teremos sucesso se adaptarmos nossa organização a um mundo de novos atores, novas responsabilidades e novas possibilidades para a paz e para o progresso (*UN SECRETARY-GENERAL ANNUAL REPORT*, SG/SM/7135, 1999, tradução nossa[236]).

Em alguns meses, o otimismo foi substituído por um dos maiores desafios enfrentados pela ONU em toda a sua existência. Em 11 de setembro de 2001, ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono impactaram diretamente a confiança na capacidade da ONU para solucionar crises e a reafirmação do unilateralismo estadunidense. O terrorismo, que antes era tratado na ONU apenas em relação a casos concretos, passou a ser securitizado de forma genérica, com condenações irrestritas para eventos passados e futuros.

---

[236] O texto em língua estrangeira é: “On this occasion, I shall like to address the prospects for human security and intervention in the next century. In light of the dramatic events of the past year, I trust that you will understand this decision. As Secretary-General, I have made it my highest duty to restore the United Nations to its rightful role in the pursuit of peace and security, and to bring it closer to the peoples it serves. As we stand at the brink of a new century, this mission continues. But it continues in a world transformed by geo-political, economic, technological and environmental changes whose lasting significance still eludes us. As we seek new ways to combat the ancient enemies of war and poverty, we will succeed only if we all adapt our Organization to a world with new actors, new responsibilities, and new possibilities for peace and progress.” Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/285834?ln=en>. Acesso em 6 de dezembro de 2019.

Cabe mencionar como marco a aprovação da Resolução 1373[237], poucos dias após o ataque, em que o CSNU aprovou, por unanimidade e com base no Capítulo VII, medidas como congelamento de fundos de suspeitos, prevenção ao tráfego de terroristas por suas fronteiras, cooperar com informações de inteligência e adesão aos tratados internacionais sobre a temática. Para além de medidas direcionadas aos Estados, o 11 de setembro gerou efeitos na estrutura da organização, pois foi criado o Comitê Antiterrorismo (CAT), também pela resolução supracitada, e o Diretório Executivo do Comitê Antiterrorismo (CTED, da sigla em inglês para *Counter-Terrorism Committee Executive Directorate*), por meio da Resolução 1535[238] (CUNHA, 2009).

Entretanto, a resposta ao terrorismo nem sempre seguiu a via do multilateralismo. George W. Bush empreendeu uma série de ataques a possíveis culpados sem permissão e sem acompanhamento efetivo do CSNU. As invasões do Afeganistão e do Iraque, no contexto da Guerra ao Terror, serviram de argumento para que muitos críticos reafirmassem a inaptidão das instituições internacionais para lidar com a política de poder das grandes potências. A caracterização do terrorista como inimigo a ser combatido teve repercussões na relação dos EUA com a Índia, pois o país asiático passou a ser visto como um aliado para conter os extremismos islâmicos que tinham solo fértil no Paquistão.

A caça aos terroristas ganhou a atenção midiática com a procura de lideranças de grupos e de novas células espalhadas pelo mundo. Além do ataque às torres gêmeas, ganharam as manchetes e geraram comoção internacional os ataques realizados em na Rússia, em 2004, na Espanha, no mesmo ano, e no Reino Unido, em 2005. No último caso, o reforço da necessidade de responsabilização causou a morte de Jean Charles pela polícia britânica – o brasileiro teria sido confundido com um terrorista.

Para além da centralidade do terrorismo na agenda internacional no início da década, outros conflitos permaneceram sendo tema de debate. A persistência da instabilidade no Haiti fez com que o CSNU precisasse alterar sua estratégia de enfrentamento da crise, por meio da criação de uma operação de paz na qual o Brasil desempenhou papel central. De interesse direto do Brasil, Timor Leste e Guiné-Bissau também foram assunto de resoluções. Para além disso, permaneciam as crises não resolvidas no Oriente Médio e a proliferação de conflitos na África, a exemplo de República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria e Sudão, sobretudo a crise humanitária em Darfur.

---

[237] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1373(2001)>. Acesso em 6 de dezembro de 2019.
[238] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1535(2004)>. Acesso em 6 de dezembro de 2019.

Em consonância com os obstáculos encontrados para lidar com adversidades e com o *zeitgeist* de renovação do novo século, as demandas por reformas na ONU se avolumaram quantitativa e qualitativamente. Foi nesse contexto que Annan convocou o Painel de Alto Nível, em 2003, para propor reformas financeiras e institucionais de adequação da organização, e que se formaram as coalizões reformistas, a exemplo do G4 e do Unidos pelo Consenso, conforme detalhado no Capítulo 1.

Esta seção irá analisar os principais conflitos e a reação do Brasil a eles nos mandatos de 2004-2005 e 2010-2011, e da Índia, em 2011-2012. Após décadas de ausência, o país asiático retornou ao CSNU, já na condição de potência nuclear reconhecida e na vigência de seu acordo de cooperação nuclear com os EUA. Durante o período de afastamento, a Índia se consolidou como uma das maiores economias do mundo e, junto ao Brasil, ganhou projeção internacional ao formar o G4, grupo que demandava a reforma da ONU, e as coalizões de geometria variável, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o IBAS e o BASIC. Em 2011, os cinco países dos BRICS estiveram representados no CSNU simultaneamente, situação que abre perspectivas para analisarmos o emprego do *soft balancing*.

5.2.1 Brasil (2004-2005)

Após os ataques de 11 de setembro e o início da Guerra ao Terror, em 2004 uma das primeiras questões a ser abordada pelo CSNU foi a ameaça da posse de armas nucleares e o acesso a elas por grupos terroristas. A suspeita de que países pudessem repassar ou ser omissos na contenção de sua tecnologia nuclear aumentou a rigidez das normas de controle e ampliou a necessidade de ter canais de monitoramento multilateral. Por esse motivo, o CSNU aprovou a Resolução 1540, com base no Capítulo VII, que enfatizava o perigo da proliferação de armas de destruição em massa para agentes terroristas. O texto proibia que os Estados cooperassem com atores não estatais nesse tema, e impelia a adoção de legislações para prevenir a proliferação. A resolução estabeleceu um comitê especial para receber comunicações nacionais dos Estados sobre temas como medidas de prevenção de desvio de material físsil e sobre estratégias de rastreio e controle.

A resolução foi aprovada com voto afirmativo de todos os membros do CSNU naquele período, mas o apoio do Brasil não veio sem ressalvas. Na primeira comunicação do país, enviada em 2004, foi reforçada a demanda histórica de que a não proliferação só é efetiva se

acompanhada também de empenho para a eliminação de armas de destruição em massa (WMD, da sigla em inglês para *Weapons of Mass Destruction*).

> O Brasil é integralmente comprometido com os objetivos da não proliferação de armas de destruição em massa e com os esforços internacionais direcionados para prevenir que atores não estatais tenham acesso a elas, bem como aos materiais e tecnologias correspondentes elas relacionados. Para o Brasil, uma estratégia internacional consistente e de longo prazo precisa ser necessariamente acompanhada de medidas concretas no campo do desarmamento. O Brasil está convencido que é só com a eliminação completa dessas armas que podemos nos assegurar de que elas não cairão nas mãos de atores não estatais (*REPORT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SUBMITTED IN ACCORDANCE WITH SECURITY COUNCIL RESOLUTION 1540*, 2004, p. 3, tradução nossa[239]).

Mesmo sem estar no CSNU no biênio, a Índia também enviou sua comunicação nacional, já que as obrigações impostas pelas resoluções se aplicam a todos os Estados-membros. O teor do documento enviado ilustra bem a posição do país em relação às armas nucleares: a Índia não defende, em princípio, que as armas existam, e o objetivo ideal seria sua eliminação; uma vez que elas existem e certos Estados não estão dispostos a abrir mão delas, é injusto que o acesso seja vedado aos demais. Além dessa lógica, a Índia enfatizou os riscos relacionados ao terrorismo, argumentando que ela própria fora vítima de atentados no passado.

> A proliferação de armas de destruição em massa é um dos grandes desafios postos à comunidade internacional atualmente. Como uma vítima do terrorismo por quase duas décadas, a Índia entende totalmente os riscos implicados na transferência de armas de destruição em massa para atores não estatais. (...) Plenamente consciente das responsabilidades que acompanham a posse de tecnologias avançadas, a Índia é comprometida com a manutenção de leis efetivas para prevenir a transferência de armas de destruição em massa para fins terroristas e preservar controles domésticos efetivos para prevenir a proliferação. Prevenir o acesso a armas de destruição em massa e seus meios de entrega para atores não estatais é um tema de política governamental na Índia. A Índia não será uma fonte de proliferação de tecnologias sensíveis. A Índia não apoia, auxilia ou encoraja qualquer Estado a desenvolver armas de destruição em massa e seus meios de entrega. A política do governo indiano inclui a continuidade de controles rígidos na exportação de materiais e tecnologias nucleares e físseis *(INDIA'S NATIONAL REPORT ON THE IMPLEMENTATION OF SECURITY COUNCIL RESOLUTION 1540*, 2004, p. 2, tradução nossa[240]).

---

[239] O texto em língua estrangeira é: "Brazil is fully committed to the objectives of non-proliferation of weapons of mass destruction (WMDs) and to the international efforts aimed at preventing non-State actors from gaining access to those weapons, as well as to related materials and technology. For Brazil, a consistent and sustainable long-term international strategy must be necessarily followed by concrete measures in the field of disarmament. Brazil is convinced that only the complete elimination of WMDs can ensure that these weapons will never fall in the hands of non-State actors." Disponível em <https://undocs.org/S/AC.44/2004/(02)/17>. Acesso em 6 dezembro de 2019.

[240] O texto em língua estrangeira é: "Proliferation of weapons of mass destruction is a major challenge facing the international community today. As a victim of terrorism for almost two decades, India fully understands the dangers that the transfers of such weapons of mass destruction to non-State actors could entail. (…) Fully conscious of the responsibilities that come with the possession of advanced technologies, India is committed to maintaining effective laws to prevent the transfer of weapons of mass destruction for terrorist purposes and to maintain effective domestic controls to prevent WMD proliferation. Preventing access to weapons of mass destruction and their means of delivery to non-State actors is a matter of national policy for the Government of India. India will not be a source of proliferation of sensitive technologies. India does not support, assist or

A Resolução 1540 foi uma entre as 26 resoluções com base no Capítulo VII aprovadas em 2004, ano que teve 59 documentos aprovados no total – três deles sobre o Haiti. Depois de ter figurado na agenda do Conselho na década anterior, o país americano voltou à pauta após conflitos armados de contestação ao governo alastrarem-se nas cidades de Gonaives e Porto Príncipe, culminando na saída do presidente Jean-Baptiste Aristide do país em um avião dos Estados Unidos. Enquanto questionava-se se a saída havia sido voluntária ou imposta, Boniface Alexandre, presidente da Suprema Corte, assumiu o governo. Com a conflagração da crise, o Haiti solicitou assistência à ONU (ZIEMATH, 2016), e o CSNU aprovou por unanimidade a Resolução 1529, que estabelecia uma Força Interina Multinacional, com duração de três meses[241].

Como havia feito no caso do Timor, o Brasil novamente apoiou a Força Multinacional, mas ela ficou ativa por pouco tempo. Devido à complexidade encontrada no terreno, foi substituída pela Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH, da sigla em francês para *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*), criada pela Resolução 1542[242]. Se em 1994 a postura do Brasil foi de desconfiança e abstenção, dez anos depois o comportamento foi de apoio. O suporte, entretanto, não foi ausente de críticas internas. Podemos encontrar exemplos das divergências no nível de análise do governo.

No modelo presidencialista de coalizão brasileiro, Lula governou necessitando do apoio do PMDB, partido que, ao longo dos anos, nem sempre fez jus à alcunha de governista. Com isso, abriu-se no Congresso Nacional um caminho fértil para o surgimento de críticas à participação brasileira no Haiti. De acordo com Uziel (2011), ao contrário do que ocorrera nas operações de paz anteriores, houve uma movimentação de parlamentares para impedir a cessão de tropas. Dada oposição fez com que os ministros das Relações Exteriores e da Defesa se engajassem pessoalmente no processo negociador.

De acordo com o autor, os críticos podem ser separadas em três grupos: aqueles que consideravam que, caso compusesse a MINUSTAH, o Brasil estaria chancelando um golpe orquestrado pelos EUA; aqueles que defendiam que esses recursos deveriam ser utilizados para resolver problemas internos do Brasil; e um terceiro grupo que argumentava que a questão de fundo no Haiti era econômica e social, portanto não seria resolvida pelas Forças Armadas

---

encourage any State to develop weapons of mass destruction and their means of delivery. The Government of India's stated policy includes a continuance of strict controls on export of nuclear and missile related materials and technologies." Disponível em <https://undocs.org/S/AC.44/2004/(02)/62>. Acesso em 6 de dezembro de 2019.

[241] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1529(2004)>. Acesso em 6 de dezembro de 2019.

[242] Disponível em <https://undocs.org/s/res/1542(2004)>. Acesso em 6 de dezembro de 2019.

(UZIEL, 2011, p. 117). Para contemporizar a oposição, o governo listou os benefícios do engajamento em uma exposição de motivos que visava colocar o caso do Haiti em uma perspectiva de objetivos estratégicos de longo prazo, cujos principais tópicos encontram-se resumidos Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 – Interesses brasileiros em contribuir para missões de paz

Internos	**Bilaterais/regionais**	**Institucionais**
- cumprir os princípios do artigo 4º da Constituição; - treinar as Forças Armadas - promover o papel dos militares na sociedade.	- solidarizar-se com o país egresso de conflito; - adensar relação com o país anfitrião ou com países vizinhos; - adensar relações com outros TCCs; - promover comércio e investimentos brasileiros.	- legitimar candidatura à vaga permanente no CSNU; - fortalecer o multilateralismo e a solução pacífica de conflitos; - maximizar a influência brasileira no CSNU durante biênios eletivos; - demonstrar capacidade de mobilização.

Fonte: UZIEL, 2011, p. 121.

O detalhamento de cada elemento da Quadro 10 foge ao escopo deste trabalho, mas cabe aprofundar dois aspectos não mencionados: a menção ao Capítulo VII na resolução e o comando militar. Nas operações de paz anteriores, o Brasil defendia que elas fossem baseadas no Capítulo VI, e que o uso da força só deveria ser efetivado em último caso. Entretanto, após a experiência da Força Interina Multinacional, o CSNU concluiu que, para o Haiti, a menção ao Capítulo VII seria essencial para assegurar que a missão pudesse cumprir seus objetivos. O Brasil atuou para minimizar danos e articulou para que a menção ao capítulo não viesse no preâmbulo da resolução, mas apenas antes do parágrafo operativo referente às questões de segurança do pessoal da ONU. Com isso, o Brasil buscava assegurar que não houvesse no Haiti um mandato amplo e vago, nem que o Capítulo VII fosse estendido ao uso de "todos os meios necessários". Foi defendida pela diplomacia brasileira a visão de que aquela era uma operação de manutenção da paz, e não de imposição da paz (MARCONDES, 2012).

O engajamento brasileiro se aprofundou quando o país foi convidado a assumir o comando militar da operação. Danilo Marcondes (2012) aponta que, de acordo com o então ministro da Defesa, José Viegas, o secretário-geral Kofi Annan teria ligado pessoalmente para

o chanceler Celso Amorim reforçando a importância de o Brasil assumir tal posição. O Brasil enviou para o Haiti o maior contingente de tropas desde a Segunda Guerra Mundial, sob o argumento de que havia laços históricos e regionais que uniam os dois países e que a ameaça à paz no continente era um risco para todos. O Brasil, ainda, logrou envolver a OEA no mandato da missão, de forma a dotar a organização regional de capacidade de articulação dos países americanos para tratar do tema.

Não foi só do entorno brasileiro que surgiram os desafios à segurança internacional no período. Na África, destacaram-se os conflitos no Sudão e a estabilização na Guiné-Bissau. Em relação a esta, o Brasil teve a iniciativa de trazer o tema para a agenda do Conselho, solicitando que o órgão debatesse o mandato do Gabinete Integrado das Nações Unidas para Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS, da sigla em inglês para *United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau*). O interesse especial no país vincula-se, assim como no caso do Timor, com a busca por integração do Brasil com os países da CPLP. Segundo Uziel (2011), a articulação brasileira conseguiu superar as limitações procedimentais do CSNU, que comumente restringem a formação da agenda aos P5, que costumam manter fora dos debates os temas que neles despertam baixo interesse. O Brasil defendia a aprovação de uma resolução que ampliasse o mandato do gabinete, o que foi alcançado com a Resolução 1580[243], aprovada por unanimidade.

Em relação ao Sudão, o conflito na região de Darfur relembrou a comunidade internacional dos grandes fracassos da ONU em coibir os genocídios na década anterior (ARAÚJO; FERREIRA, 2016). Desde a independência, em 1956, o país muçulmano possui um histórico de instabilidade racial e religiosa, com a formação de milícias, planos de conversão religiosa forçada e assassinato de líderes políticos. No início dos anos 2000, a crise se intensificou após os desacordos entre o governo estabelecido e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão, o que culminou em um fluxo de dezenas de milhares de refugiados para países vizinhos, como o Chade. A solução demorou anos para ser efetivada, e culminou na divisão do país e a independência do Sudão do Sul, em 2011.

Durante o mandato brasileiro, o CSNU aprovou com 15 votos afirmativos a Resolução 1590[244], que estabeleceu a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS, da sigla em inglês para *United Nations Mission in the Sudan*), para garantir o cumprimento dos acordos de paz que vinham sendo negociados entre as partes. Novamente, a menção ao Capítulo VII foi deslocada apenas para os parágrafos operativos relacionados à proteção do pessoal das Nações

[243] Disponível em <https://undocs.org/s/res/1580(2004)>. Acesso em 8 dezembro de 2019.
[244] Disponível em <https://undocs.org/s/res/1590(2005)>. Acesso em 8 dezembro de 2019.

Unidas. Se para a operação de paz a posição foi consensual, houve divergência sobre as punições aos culpados pelo massacre em Darfur. Durante a presidência brasileira no CSNU, a Resolução 1593[245] afirmava que houve violações dos direitos humanos e do direito humanitário na região, e que, com base no Capítulo VII, o caso deveria ser levado ao Tribunal Penal Internacional (TPI).

A oposição brasileira não foi direcionada à competência do TPI para julgar o tema –a delegação brasileira era a favor a esse ponto, como forma de fortalecer a Corte. A discordância apresentada pelo embaixador Sardenberg durante a exposição de motivos estava relacionada à abertura de precedentes de exceções à competência do tribunal. Em 2003, os EUA conseguiram aprovar um documento que isentava os *peacekeepers* estadunidenses de serem julgados pela Corte, como parte de um esforço maior para conseguir, no futuro, a isenção irrestrita do julgamento de nacionais de países não signatários. A prerrogativa foi renovada por mais um ano, em 2003. Quando a Resolução 1593 foi apresentada, seu sexto parágrafo reforçava a imunidade estadunidense ao colocar os nacionais não signatários sob a jurisdição de seu país de origem:

> [O Conselho de Segurança] Decide que nacionais, atuais, ex-oficiais ou pessoal de um país contribuinte de tropas que não seja parte do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional deve ser objeto de uma jurisdição exclusiva deste país para todos os atos e omissões relacionados com as operações estabelecidas ou autorizadas no Sudão pelo Conselho da União Africana, a não ser que tal jurisdição tenha sido expressamente renunciada pelo país contribuinte (S/RES/1593, 2005; tradução nossa[246]).

De acordo com o embaixador Sardenberg, o Brasil não poderia apoiar uma resolução que afirmasse que os Estados não signatários do TPI não possuem nenhuma obrigação frente a ele. Para o representante, o texto do documento configurava, na prática, uma interferência do CSNU nos dispositivos do TPI.

> A manutenção da paz internacional e a luta contra a impunidade não podem ser vistas como objetivos incompatíveis. O Brasil reafirma que o TPI possui todos os freios e contrapesos necessários para prevenir possíveis abusos e usos politicamente motivados de sua jurisdição. Portanto, esforços para assegurar imunidades mais amplas que a jurisdição da Corte não são, em nossa visão, nem úteis nem desejáveis. (...) Ir além consistiria em uma interferência inadequada e arriscada do Conselho na base constitucional de um órgão judicial independente e uma posição inconsistente com os princípios que defendemos anteriormente sobre o tema. (...) Nós consideramos que seria uma contradição reconhecer a existência de uma jurisdição exclusiva no próprio texto que remete o tema ao TPI, uma medida que limita a atividade

[245] Disponível em: <https://undocs.org/s/res/1593(2005)>. Acesso em 8 dezembro de 2019.
[246] O texto em língua estrangeira é: "Decides that nationals, current or former officials or personnel from a contributing State outside Sudan which is not a party to the Rome Statute of the International Criminal Court shall be subject to the exclusive jurisdiction of that contributing State for all alleged acts or omissions arising out of or related to operations in Sudan established or authorized by the Council or the African Union, unless such exclusive jurisdiction has been expressly waived by that contributing State."

> jurisdicional da corte. Além disso, o Brasil também não está em condições de apoiar o parágrafo operativo 6, pelo qual o Conselho reconhece a existência da jurisdição exclusiva, uma exceção legal inconsistente com o direito internacional." (SECURITY COUNCIL OFICCIAL RECORDS, 5158th meeting, 2005, p.11; tradução nossa[247]).

O Brasil não foi o único país a se abster na votação, embora os outros três países que o fizeram tenham apresentado justificativas distintas da brasileira. A Argélia não apoiou integralmente a resolução e argumentou que a União Africana seria o âmbito ideal para julgar e avaliar os crimes cometidos em Darfur. A China, por sua vez, afirmou que, ao não ser membro do TPI, tem divergências sobre sua operacionalidade. Já os Estados Unidos discordavam da própria vinculação do tema ao TPI. Para os estadunidenses, a melhor solução seria a criação de um tribunal especial, com sede no continente africano, uma vez que o TPI não pode ultrapassar os limites da soberania e da jurisdição nacional (*SECURITY COUNCIL OFICCIAL RECORDS, 5158th meeting*, 2005).

Pode-se afirmar que o mandato de 2004 e 2005 apresenta o reforço e o aprofundamento de um comportamento que deu seus principais sinais em 1998 e 1999. Mesmo com todas as limitações e a falta de incentivo para que os membros não permanentes arquem com o custo político de serem ambiciosos durante seus mandatos, o Brasil reforçou os indícios de que encara o CSNU como um espaço para aquisição de protagonismo internacional. Com isso, o país buscou a abstenção como instrumento de discordância, mesmo que acompanhado dos P5. Para além disso, assumiu posições de destaque na formação da agenda do órgão e nas operações de paz. Essa postura não foi casual, e sim integrante da estratégia de implementar uma política externa "altiva e ativa".

Se estudássemos o período apenas no primeiro nível, aquele referente aos atores envolvidos, já teríamos muitas pistas da inserção internacional brasileira no início do século. Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil. Após ter sido derrotado em três eleições, naquele ano Lula levou o Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência pela primeira vez na história. Para além do ineditismo partidário, havia também uma originalidade na trajetória de Lula. Torneiro mecânico e sindicalista, o presidente estabeleceu como

---

[247] O texto em língua estrangeira é: "The maintenance of international peace and the fight against impunity cannot be viewed as conflicting objectives. Brazil reiterates that the ICC provides all the necessary checks and balances to prevent possible abuses and politically motivated misuse of its jurisdiction. Thus, efforts to secure broader immunities from the jurisdiction of the Court are both unwarranted and unhelpful, in our view. (…) To go further would constitute an inadequate and risky interference of the Council in the constitutional basis of an independent judicial body and a position inconsistent with the principles we have defended in the past on this issue. (…) We understand that it would be a contradiction to mention, in the very text of a referral by the Council to the ICC, measures that limit the jurisdictional activity of the Court. In addition, Brazil also was not in a position to support operative paragraph 6, through which the Council recognizes the existence of exclusive jurisdiction, a legal exception that is inconsistent in international law." Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/544860?ln=en>. Acesso em 8 dezembro de 2019.

prioridades de seu governo o combate à fome e à pobreza e a promoção do desenvolvimento social. Em seu discurso na abertura da AGNU, em 2004, Lula sintetizou esses pontos ao afirmar: "Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, pela fome e pela desesperança" (SILVA *apud* CORRÊA, 2007, p. 715).

Para garantir esses valores também no sistema internacional, Lula convidou Celso Amorim para retomar o cargo de ministro das Relações Exteriores. Lula e Amorim empreenderam, juntos, uma diplomacia baseada no princípio da não indiferença. Foi naquele momento que o Brasil buscou reforçar seu protagonismo internacional por meio da estratégica de "autonomia pela diversificação" (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). O Brasil reforçou seus laços com parceiros não tradicionais e reforçou os vínculos com a África, por meio da CPLP e da ZOPACAS, com o Oriente Médio, por meio das cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA), e com seu entorno regional imediato, a exemplo da criação da Unasul e da ampliação do Mercosul. O Brasil assumiu o papel de *paymaster* da integração regional e liderou projetos de redistribuição de recursos entre os vizinhos para investimentos em infraestrutura, a exemplo da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada no governo de FHC, e do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).

Internamente, Lula implementou medidas que visavam democratizar os acessos aos direitos e estabelecer mecanismos que garantissem a manutenção desses benefícios a longo prazo. No sistema internacional, os dois pontos foram igualmente defendidos. Em relação à estruturação dos ganhos para assegurar a continuidade dos resultados, a diplomacia brasileira atuou para que a resolução de conflitos contemplasse o fim da raiz do causador do problema. Para o Brasil, seria necessário dotar os países de capacidades efetivas de identificar, prevenir e solucionar possíveis futuras tensões que surjam de forma autônoma. Um dos mecanismos que Lula e Amorim defenderam para esse intento foi a instauração da Comissão para a Construção da Paz.

A Comissão foi uma das sugestões feitas pelo relatório do Painel de Alto Nível, na linha do instrumento de estabilização pós-conflito previsto na Agenda para a Paz. O objetivo do órgão seria continuar o monitoramento e prestar auxílio a países que estivessem em processo de reconstrução após terem saído de uma situação emergencial. Segundo Ziemath (2016), o Brasil tinha uma posição divergente dos P5 acerca da composição da Comissão. Enquanto os membros permanentes queriam que sua presença fosse assegurada, o Brasil defendia uma estrutura diversificada, que abrisse espaço para Estados que não são contribuintes tradicionais das operações de paz.

Depois de intensas negociações, uma proposta de resolução que incluía os P5 na composição foi apresentada 18 horas antes da votação. Colocou-se para o Brasil a linha tênue entre manter sua decisão ou apoiar o reforço das instituições multilaterais (ZIEMATH, 2016). O país optou por ambos: liderou a negociação e votou a favor da Resolução 1645[248], que criou a PBC, mas se absteve da Resolução 1646[249], que garantia a presença dos P5 nela, acompanhada apenas de um membro não permanente: a Argentina. De acordo com o embaixador Sardenberg,

> O Brasil acredita que a resolução 1645 (2005) contém um desequilíbrio na interação entre a Comissão para a Construção da Paz e os órgãos principais das Nações Unidas. Não há dúvidas de que, de acordo com a Carta, a responsabilidade primária sobre questões relacionadas à paz e à segurança internacionais é do Conselho de Segurança. Entretanto, quando se consideram as atividades de construção da paz, deve haver um papel maior do Conselho Econômico e Social, especialmente à luz do Conselho Econômico e Social reformado e ativo que buscamos. Em nossa visão, a Comissão para a Construção da Paz deve ser capaz de determinar sua própria agenda e dar recomendações e sugestões a qualquer órgão que considerar necessário. Ela não deve ser entendida como um órgão subsidiário do Conselho de Segurança, e não deve operar como tal (*SECURITY COUNCIL OFFICIAL RECORDS, 5335th meeting*, 2005, p. 2, tradução nossa[250]).

Mesmo com a aprovação da presença dos P5, a composição final da PBC abriu espaços para que o Brasil estivesse recorrentemente representado. Em 2006, quando a Comissão entrou em vigor, suas 31 vagas foram divididas entre sete países indicados pelo CSNU (incluindo os P5), sete pela AGNU, sete pelo ECOSOC, os cinco países que mais contribuem com tropas para as operações de paz e os cinco que mais contribuem financeiramente para os fundos e programas da ONU.

A busca pela democratização da organização também passou pelo reforço do pleito de reforma do CSNU. Em 2004, formou-se o G4, composto por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, conforme detalhado no Capítulo 1. Os quatro países advogavam pela criação de seis novos assentos permanentes, sendo os outros dois para países africanos, todos inicialmente sem poder de veto. A manutenção da estrutura de 1945 foi descrita pelo ministro Amorim, no discurso de abertura da AGNU, em 2005, como um "déficit democrático":

---

[248] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1645(2005)>. Acesso em 8 de dezembro de 2019.
[249] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1646(2005)>. Acesso em 8 de dezembro de 2019.
[250] O texto em língua estrangeira é: "Brazil believes that resolution 1645 (2005) contains an imbalance in the interaction between the Peacebuilding Commission and the main organs of the United Nations. There can be no doubt that, in accordance with the Charter, the primary responsibility in questions pertaining to international peace and security lies with the Security Council. However, when peacebuilding activities come into play, a greater role for the Economic and Social Council should have been provided for in the resolution, especially given the reformed and active Economic and Social Council we are striving for. In our view, the Peacebuilding Commission should be able to determine its own agenda and to provide recommendations and advice to any body as it deems necessary. It must not be understood to be a subsidiary organ of the Security Council, and it should not operate as such." Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/563414?ln=en>. Acesso em 8 de dezembro de 2019.

> A reforma do Conselho de Segurança destaca-se como peça central do processo em que estamos envolvidos. A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros. No horizonte histórico em que vivemos, nenhuma reforma do Conselho de Segurança será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias. Não podemos aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo. Um Conselho mais eficaz deve ser capaz, acima de tudo, de assegurar o cumprimento de suas decisões. Não parece razoável imaginar que o Conselho poderá continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolva seu déficit democrático (AMORIM *apud* CORRÊA, 2007, p. 753).

Nessa empreitada, o Brasil obteve o apoio da Índia, que também lutava pela reforma do CSNU e pela sua inclusão como membro permanente. Se, em parte, a aspiração indiana pode estar relacionada ao objetivo de impedir o envolvimento da ONU na questão da Cachemira, a narrativa oficial do governo baseia-se na necessidade de ampliação da representatividade, em linha com a proposta defendida pelo Brasil (STUENKEL, 2010b). Na década seguinte, ambos estiveram simultaneamente no Conselho e puderam advogar em causa própria.

5.2.2 Brasil (2010-2011)

Em seu décimo mandato, o Brasil teve novamente a oportunidade de apresentar suas credenciais como um Estado engajado na manutenção da paz e da segurança internacionais, e cuja presença, de forma permanente em um CSNU renovado, seria não só proveitosa como também desejável. Para a embaixadora Maria Luiza Viotti, representante permanente do Brasil na ONU durante o período, três temas principais serviram de plataforma para que o país pudesse atuar no órgão com base em seus princípios de política externa: Haiti, Irã e Oriente Médio (*VIOTTI et al*, 2014).

Em relação ao Haiti, um terremoto ocorrido em janeiro de 2011 amplificou a catástrofe humanitária no país, ainda não plenamente recuperado dos furacões de 2008 nem da crise política do início do século. Com isso, o Brasil reforçou sua presença no país por meio das tarefas de reconstrução e de cooperação, além de ter feito doações para o Fundo de Reconstrução do Haiti do Banco Mundial. Nessa linha, de acordo com a embaixadora Viotti, o Brasil aproveitou o mês de presidência no órgão para propor que o Haiti fosse encarado por meio do binômio segurança e desenvolvimento:

> O debate de alto nível organizado pela presidência brasileira do Conselho de Segurança, em 11 de fevereiro de 2011, sobre a relação entre segurança e desenvolvimento, permitiu realçar a importância de um tratamento integrado dessas questões e de uma ação mais coordenada do Conselho de Segurança com outros foros e agências da ONU para assegurar transição efetiva para a paz em cenários pós-conflito. Essa é uma tese que decorre, por exemplo, da experiência brasileira no Haiti e da análise de outras situações de conflito ou pós-conflito. Destaca-se, nesse

> sentido, a contribuição dos engenheiros militares, os quais, ao realizarem tarefas como construção de pontes e recuperação de estradas, conferem maior mobilidade à Missão, ao mesmo tempo em que ajudam os próprios haitianos a avançar no seu desenvolvimento. Passada a fase mais aguda da crise pós-terremoto, as atenções se voltaram para a reconstrução haitiana (VIOTTI et al., 2014, p. 27).

Além de agir a título individual, o Brasil também liderou o processo de envolvimento da Unasul, no qual foram eliminadas tarifas e taxas de comércio para incentivar investimentos sul-americanos no país caribenho. O Conselho de Defesa da organização também criou uma comissão especial para acompanhar atentamente o desenvolvimento da situação haitiana. Com isso, podemos perceber na ação brasileira a confirmação da narrativa de solucionar os conflitos na América por via das organizações regionais e manter o continente como uma zona de paz. Em uma perspectiva que une os eixos regional e global, para Carlos Henrique Ruiz Ferreira (2012) o empenho do Brasil no Haiti revigorou suas perspectivas de inclusão como membro permanente, pois não só indicou a abertura para participação em operações com base no Capítulo VII como expandiu a legitimidade e o reconhecimento do Brasil na América Central, uma área quantitativamente importante em termos eleitorais.

Sem questionar a inegável importância da questão do Haiti para a diplomacia brasileira, Viotti et al. (2014) consideram que o assunto de maior visibilidade para a inserção internacional do Brasil durante o biênio foi a questão nuclear do Irã. A relevância justifica-se, pois conforme já introduzido nos capítulos anteriores a Resolução 1929[251], que aprovava uma nova rodada de sanções ao país persa, foi o único voto negativo que o Brasil já conferiu no CSNU. O motivo de tal postura, considerando os custos políticos de se opor a todos os P5 em uma resolução com base no Capítulo VII, decorre da liderança brasileira na negociação da Declaração de Teerã, que visava exatamente dispensar a necessidade de sanções. A Declaração, assinada em 2010 por Irã, Turquia e Brasil, tinha "o objetivo de iniciar processo de construção de confiança e abrir caminho para a retomada de negociações que pudessem esclarecer dúvidas quanto à natureza pacífica do programa nuclear iraniano" (VIOTTI et al., 2014, p. 26).

A proposta turco-brasileira acerca do envio de urânio iraniano para enriquecimento na Turquia havia ultrapassado a principal barreira que há anos travava os debates no tema: a concordância do governo do Irã. Entretanto, os cinco membros permanentes e a Alemanha (P5+1) desconsideraram os esforços e mantiveram na agenda o projeto de resolução que aprovava a rodada de sanções. A embaixadora Viotti, ao embasar o voto negativo, reforçou que o Brasil não se opunha à exigência de que o Irã cumprisse as regulamentações do TNP e da

[251] Disponível em <https://undocs.org/s/res/1929(2010)>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

AIEA, mas discordava que as sanções fossem o melhor caminho (S/PV.6335[252]). Como vimos nos mandatos anteriores, o Brasil costumava se opor a tais medidas, por considerar que seu impacto econômico geraria consequências sociais aos países. No caso em tela, as sanções também serviriam para aprofundar a desconfiança recíproca e isolar o Irã das soluções multilaterais, quadro ainda não inteiramente revertido.

De acordo com Hirst (2019, p. 86), "o frustrante resultado da Declaração ressalta que as potências emergentes dificilmente escapam das restrições de depender apenas das capacidades de poder brando". A observação é particularmente importante para esta tese, pois cabe questionar se a aceitação da Declaração teria sido assegurada caso Brasil e Turquia fossem potências militares, ou até mesmo nucleares. Não é possível precisar resultados por meio de cenários hipotéticos, mas podemos considerar alguns pontos para a análise. Em primeiro lugar, a estratégia brasileira era mostrar sua capacidade de resolução de conflitos internacionais por meios alternativos que não o uso da força, então a falta de poder militar fora apresentada pela narrativa diplomática como um ativo para a promoção da paz, e não como uma lacuna. Tal direcionamento difere do indiano, país que não tem a mesma projeção diplomática que o Brasil e que reafirma suas capacidades militares como elemento de reconhecimento e status.

Somado a isso, devemos considerar que a negação de chancela do acordo pelos P5 pode ter sido motivada pelo incômodo gerado pelo precedente de membros não permanentes assumirem a liderança em processos negociadores de paz e segurança. Um fato que corrobora esse argumento é que o acordo aprovado posteriormente em nome do P5+1 não diferia radicalmente do proposto por Brasil e Turquia (AMORIM, 2015); portanto, não havia incompatibilidade normativa.

Em um contexto de crescimento do papel internacional das potências emergentes, a postura dos P5 pode ser interpretada também como uma autodefesa para a manutenção do status quo. A participação de membros não permanentes pode ocorrer, como foi historicamente, se feita em conjunto com os P5, a exemplo da integração da Alemanha na coalizão negociadora, mas há barreiras para que seja empregada de forma autônoma. Dessa posição, decorre que a variável interveniente do tipo de desenho institucional não pode ser descartada dos estudos sobre o CSNU, pois a assimetria entre permanentes e não permanentes é uma característica que limita os espaços abertos à negociação dos últimos.

Para além da questão iraniana, em relação ao Oriente Médio também se destacou o pleito de ingresso da Palestina como membro pleno na organização, a participação brasileira na

[252] Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6335>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

operação de paz no Líbano e as instabilidades e conflitos civis decorrentes da Primavera Árabe. Em relação à adesão palestina, o Brasil relembrou sua defesa histórica da solução dos dois Estados e enfatizou que a crise teria mais chances de alcançar uma solução exitosa pela via multilateral. A posição brasileira também foi a de conclamar Israel a cumprir sua parte nos acordos, garantindo a autodeterminação do povo palestino, e assegurando a suspensão do bloqueio e a liberação da circulação de material humanitário para Gaza.

> Fazemos chamado a ambas as partes, em especial a Israel, para que não desperdicem qualquer oportunidade para avançar na direção da retomada de negociações substantivas e orientadas para a ação. Sabemos que isso exige grande coragem política, uma vez que a construção da paz requer frequentemente altos riscos. Precisamente por esta razão – a necessidade urgente de negociações justas e equilibradas – é que o Brasil decidiu reconhecer o Estado da Palestina baseado em suas fronteiras de 1967. Esta decisão não é e não deve ser tomada como descrédito numa solução negociada e, muito menos como incentivo a medidas unilaterais por parte da Autoridade Palestina. Ao contrário. Todos sabemos que o estabelecimento efetivo de um Estado Palestino plenamente funcional não pode ser alcançado a não ser mediante negociações. A decisão brasileira deve, portanto, ser vista como uma contribuição a uma solução justa e equilibrada entre as partes, capaz de tornar realidade o objetivo compartilhado pela comunidade internacional: dois Estados vivendo lado a lado em paz e segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. O Conselho tem um papel central a desempenhar neste esforço. O Brasil continua preparado e desejoso de considerar ideias e iniciativas para este objetivo (Debate sobre o Oriente Médio, inclusive a Questão Palestina Nova York, 19 de janeiro de 2011 in VIOTTI et al., 2014, p. 78-79).

O reconhecimento oficial do pleito palestino foi consumado por meio de carta enviada pelo governo brasileiro ao então presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. Essa deferência não foi uma posição isolada do Brasil e foi realizada também pelos demais membros dos BRICS. Além deles, o Mercosul também demonstrou seu reconhecimento ao assinar um acordo de livre comércio com a Palestina em 2011 (FERREIRA, 2012).

Ainda em relação à região do Oriente Médio, destaca-se a posição pioneira do Brasil na operação de paz da ONU no Líbano. A instabilidade no país remonta ao ano de 1975, quando conflitos religiosos domésticos causaram a ingerência externa de Israel e Síria. Em 1978, os israelenses invadiram e ocuparam uma região no sul do Líbano, fato que motivou a criação de uma operação de paz para o país. Duas resoluções do CSNU foram aprovadas naquele ano (S/RES/425[253] e S/RES/426[254]), exigindo a retirada completa das tropas israelenses no Líbano e estabelecendo a UNIFIL, que teve seu mandato periodicamente renovado.

---

[253] Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/425(1978) >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.
[254] Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/426(1978) >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Israel não cumpriu o cronograma de retirada, situação que causou um aumento das tensões e o fortalecimento do Hezbollah, movimento político xiita que demandava a completa e imediata liberação do território libanês e empregava táticas de guerrilha, descritas por Israel como terroristas. Após décadas de bombardeios, confrontos e vidas perdidas, a retirada das tropas israelenses ocorreu em 2000, mas durou pouco tempo. Em 2006, o Hezbollah proferiu ataques aéreos em direção a Israel e sequestrou dois soldados da patrulha de fronteira. Israel contra-atacou e o conflito entre os vizinhos foi retomado. O então primeiro-ministro israelense, Ehud Olmert, responsabilizou o Líbano pela retomada das hostilidades e classificou a reação como legítima defesa (*ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS*, 2006[255]). Com a ofensiva, Israel procedeu ao bloqueio de portos libaneses e à destruição de infraestrutura nas principais cidades do país.

A resposta do CSNU foi a aprovação da Resolução 1701[256], que instituiu a Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL, com o propósito de apoiar o governo libanês no monitoramento do mar territorial do país e minimizar os efeitos do bloqueio israelense. A FTM foi um experimento inédito nas operações de paz da ONU, e foi liderada inicialmente por uma sucessão de países europeus, como Alemanha, França, Itália, Portugal, Espanha e Bélgica (*UNIFIL MARITIME TASK FORCE*, 2019[257]).

A relação direta da UNIFIL com o mandato brasileiro no CSNU naquele biênio ocorreu pelo fato de o Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli ter assumido o comando da FTM, fazendo com que o Brasil fosse o primeiro país não membro da OTAN a ocupar o posto. Para além do apoio com pessoal, a Marinha Brasileira cedeu um navio-capitânia para atuação na região. Liderar a FTM da UNIFIL não era um movimento desconectado da estratégia da política externa do período. Naquele momento, o presidente Lula buscava reafirmar a imagem do Brasil como um mediador internacional, a exemplo da Declaração de Teerã (AMORIM, 2015).

No caso do Líbano, em especial, a participação brasileira no esforço de estabilização também se vincula à histórica migração libanesa para o Brasil. Tal postura se insere, ainda, em um contexto de busca por aproximação e reforço dos laços históricos com os países do Oriente Médio. Lula visitou Estados como Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Argélia e Arábia Saudita, além de ter ido a Jordânia, Israel e Palestina (LIMA et al., 2017). Tais pontos foram

---

[255] Disponível em <https://mfa.gov.il/mfa/pressroom/2006/pages/pm%20olmert%20-%20lebanon%20is%20responsible%20and%20will%20bear%20the%20consequences%2012-jul-2006.aspx>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

[256] Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701(2006) >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

[257] Disponível em <https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

resumidos pelos ministros das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim e Nelson Jobim, em 2010, ao apresentarem ao Congresso Nacional a exposição de motivos para a aprovação legislativa do envio de tropas para a operação. De acordo com os ministros,

> Informalmente, o Comandante da UNIFIL manifestou entusiasmo com a possível participação do Brasil, em função da credibilidade das Forças Armadas brasileiras e dos laços históricos que unem Brasil e Líbano, o que facilitaria a atuação dos militares brasileiros junto à comunidade local. Representante do Departamento das Nações Unidas de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) consultou informalmente a Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York sobre o interesse no preenchimento de 13 postos no Estado-Maior da UNIFIL, inclusive o de Comandante da Força Tarefa Marítima (MFT), vislumbrando sua ocupação por oficiais e praças brasileiros. Eventual participação do Brasil na UNIFIL poderia reforçar nossas credenciais como ator capaz de contribuir positivamente para a promoção da paz e da segurança na região. Tal participação seria percebida favoravelmente pelo Líbano e por Israel. A iniciativa contribuiria ademais, para o esforço de Vossa Excelência de aumentar a presença brasileira nos termos relativos ao processo de paz no Oriente Médio. Ao ajudar a preservar um clima de paz no Sul do Líbano, condição necessária para favorecer a retomada do diálogo entre os principais atores, a participação na UNIFIL, ampliaria a ação internacional do país na manutenção da paz e da segurança internacionais e contribuiria para diversificar a experiência das Forças Armadas brasileiras no exterior (DECRETO LEGISLATIVO Nº 741, DE 2010 – Exposição de Motivos, 2010[258]).

Apesar de notoriamente conturbada, não foi a situação do Líbano que dominou a agenda do CSNU no décimo mandato brasileiro, mas sim as questões ligadas à Primavera Árabe. Introduzida no Capítulo 2, a confluência de protestos e demandas por democracia nos países árabes provocou uma sucessão de conflitos civis, formação de milícias e quedas de governantes, em um processo acelerado e violento. No Egito, na Síria, na Líbia ou na Tunísia, guardadas as devidas particularidades locais, a juventude, munida do domínio das redes sociais, foi para as ruas demandar a possibilidade de escolher seus líderes e ter seus direitos fundamentais assegurados. A sensação de falta de reconhecimento entre cidadãos e governo é bem captada por Fouad Ajami que considera que "os árabes começaram a se sentir amaldiçoados, condenados ao despotismo. O excepcionalismo da região estava se tornando não só um desastre humano, mas uma vergonha moral" (AJAMI, 2012, p.56, tradução nossa[259]).

Ao entrar na pauta do CSNU, dois países dominaram os debates: a Líbia e a Síria. O caso líbio tornou-se emblemático por conta da aprovação de duas resoluções que tiveram percursos de negociação diferenciados. Após manifestações políticas e sociais contra o governo de Muammar al-Gaddafi, o Estado líbio reagiu aos protestos com extrema violência. Quando o Conselho de Direitos Humanos apresentou um relatório em que mostrava preocupação com o

---

[258] Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2010/decretolegislativo-741-10-dezembro-2010-609650-exposicaodemotivos-145083-pl.html>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

[259] O texto em língua estrangeira é: "Arabs started to feel they were cursed, doomed to despotism. The region's exceptionalism was becoming not just a human disaster but a moral embarrassment".

aumento das mortes de civis (A/HCR/S-15/1)[260], o CSNU incluiu o tema na agenda e aprovou, por unanimidade, a Resolução 1970[261]. O Brasil apoiou a resolução, pois suas medidas baseadas no Capítulo VII eram restritas ao artigo 41 da Carta da ONU, direcionado para providências que não envolvem o emprego da força, como sanções econômicas e rompimento de relações diplomáticas. A resolução instituiu um embargo de armas à Líbia, como forma de impedir o aumento das agressões entre as partes.

Entretanto, a medida não foi eficaz para interditar a continuidade do fluxo de armas para o país. O CSNU decidiu aprovar uma nova resolução, dessa vez baseada no Capítulo VII em sua integralidade, a Resolução 1973[262]. O texto apresentava a previsão do uso de "todos os meios necessários" para fazer cumprir suas obrigações e estabelecia diretrizes como zona de banimento aéreo, congelamento de fundos e imposição do embargo de armas. Tal rigidez foi motivada pela adoção do princípio R2P, no qual a comunidade internacional deve se encarregar da manutenção da segurança em locais no qual o Estado não logre fazê-lo. A negociação do documento foi cercada por divergências acerca do princípio e do texto, que culminaram na aprovação com apenas dez votos afirmativos e cinco abstenções, uma proporção pouco usual em um contexto de prevalência de resoluções consensuais. Os cinco Estados que não endossaram completamente o documento foram Rússia, China, Brasil, Índia e Alemanha.

A África do Sul, que também estava no CSNU naquele momento, votou afirmativamente, acompanhando a posição dos P3. Ana Paula L. Oliveira et al. (2015), entretanto, apontam que a votação ocorreu antes da Cúpula de Sanya, encontro no qual a África do Sul foi oficialmente integrada aos BRICS, e que, portanto, a posição divergente não deve ser interpretada como uma "traição" à unidade do grupo. Os autores apontam que, inclusive, na declaração resultante da referida cúpula, os BRICS mencionaram expressamente a presença simultânea no CSNU e a preocupação com a situação nos países árabes:

> Destacamos que a presença simultânea dos cinco países do BRICS no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 oferece valiosa oportunidade de se trabalhar de forma conjunta e estreita sobre questões de paz e segurança, com vistas a reforçar as abordagens multilaterais e a facilitar futura coordenação sobre temas da agenda do Conselho de Segurança da ONU. Manifestamos nossa profunda preocupação com a turbulência no Oriente Médio, no Norte e no Oeste da África e desejamos sinceramente que os países afetados alcancem paz, estabilidade, prosperidade e progresso e que recuperem sua posição e sua dignidade no mundo de acordo com as

[260] Relatório disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/SpecialSession/Session15/A-HRC-S-15-1.pdf >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.
[261] Disponível em:<http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1970%20%282011%29:>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.
[262] Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973%20%282011%29>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

> legítimas aspirações de seus povos. Compartilhamos o princípio de que o uso da força deve ser evitado. Afirmamos que a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de cada nação devem ser respeitadas. Desejamos dar continuidade a nossa cooperação no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a questão na Líbia. Concordamos que todas as partes devem resolver suas divergências por meios pacíficos e pelo diálogo com a ONU e organizações regionais competentes desempenhando os papéis que lhes cabem. Expressamos igualmente apoio ao Painel de Alto Nível da União Africana sobre a Líbia (DECLARAÇÃO DE SANYA, 2011[263]).

Para a embaixadora Viotti, a amplitude da resolução apresentada para votação causaria mais prejuízo do que beneficio, podendo resultar em ainda mais sofrimento aos civis que buscava proteger. Para a representante brasileira, "ao lidar com situações de natureza essencialmente doméstica, a via política deveria prevalecer sobre a utilização de meios coercitivos, especialmente o uso da força, dando-se mais espaço, por exemplo, para esforços de mediação de organismos regionais" (VIOTTI et al., 2014, p.23). O Brasil defendia que a solução deveria ser obtida em conjunto com a União Africana e a Liga Árabe.

As ressalvas do Brasil para com a abertura de precedentes danosos se confirmaram pertinentes quando a ação da OTAN na Líbia começou a ser criticada, não só por não ser capaz de dirimir a violência como também pelo seu uso político para promover mudanças de regime na região. De forma a evitar que tal inquietação passasse a ser uma constante nas atividades do CSNU, Viotti defendeu que as ações do órgão fossem baseadas no princípio RWP, introduzido no Capítulo 1.

O conceito, apresentado publicamente na ONU durante pronunciamento do então chanceler Antonio Patriota, apresentava algumas diretrizes que o CSNU deveria considerar na elaboração dos mandatos, como enfatizar a diplomacia preventiva e a mediação, incluir o uso da força apenas após o esgotamento dos demais meios de solução pacífica, observar a proporcionalidade nos casos excepcionais em que a força vier a ser aplicada, e garantir o monitoramento constante do CSNU[264]. Apesar de ter causado grande repercussão, o RWP não foi utilizada como parâmetro nas negociações seguintes, em grande parte por conta da sensação de "fracasso" dos mandatos baseados no R2P e da falta de endosso à proposta brasileira. Oliveira et al. (2015) apontam que, nesse ponto, não houve unidade de propósito nem mesmo entre os BRICS, e os outros quatro países não acompanharam a iniciativa brasileira.

---

[263] Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2569-declaracao-de-sanya-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

[264] Pronunciamento do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU – Nova York, 21 de fevereiro de 2012. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8653-pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-proteger-na-onu-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Além de Palestina, Líbano e Líbia, a Síria também figurou entre os tópicos de atenção do órgão no biênio. Enquanto seis resoluções foram aprovadas sobre a Líbia, nenhuma sobre a Síria obteve a concordância necessária dos membros do Conselho, e três foram vetadas por Rússia e China em conjunto. Destaca-se o projeto de resolução S/2011/612[265], proposto por França, Alemanha, Portugal e Reino Unido, que, além dos votos negativos dos dois países, contou com a abstenção de Brasil, Índia, África do Sul e Líbano. O documento condenava a Síria por violações de direitos humanos e contemplava a previsão de sanções para o país. O veto russo e chinês esteve baseado no fato de que os dois propuseram um texto alternativo que, nas palavras do representante russo, respeitava o princípio da não intervenção e da manutenção da integridade territorial da Síria. Na justificativa do veto, a Rússia agradeceu diretamente aos países dos BRICS por terem dado apoio à proposta sino-russa[266]. Para Oliveira et al. (2015, p. 74), "as explicações de voto, sobretudo a russa, deixam claro ter havido uma articulação entre os BRICS sobre a substância do projeto".

Se a Rússia acentuou a colaboração entre os BRICS, Viotti, ao justificar a posição brasileira, fez referência a uma segunda coalizão:

> A situação na Síria nos causa grande preocupação. O Brasil expressou sua apreensão publicamente e em nossas conversas com as autoridades sírias, individualmente e em conjunto com nossos parceiros do Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Nós demandamos o fim da violação e a permissão de acesso humanitário (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 6627th meeting*, 2011, p. 11, tradução nossa[267]).

A menção ao BRICS e ao IBAS não é ocasional. Naquele período, as demandas por reforma da ONU recobraram forças, e a simultaneidade de candidatos a assumir uma vaga permanente funcionou como um indicativo sobre o que esperar de um CSNU reformado. No BRICS, a presença de dois membros permanentes impacta a lógica de negociação e composição, pois a coordenação de preferências ganha um resultado concreto caso um dos dois opte pelo veto, como foi no caso da Síria. Já se pensarmos no IBAS, o caminho é mais complexo, pois a oposição a um projeto de resolução pode influenciar sua legitimidade, mas não impedir sua aprovação por si só.

O mandato de 2010 e 2011 do Brasil é paradigmático para compreendermos o CSNU como um jogo de coordenação. Há um cenário de aversão mútua, mas o apoio de um membro

---

[265] Disponível em <https://undocs.org/en/S/2011/612>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.
[266] Disponível em <https://undocs.org/en/S/PV.6627>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.
[267] O texto em língua estrangeira é: "The situation in Syria is of great concern to us. Brazil has voiced this concern publicly and in our conversations with the Syrian authorities, individually and alongside our India-Brazil-South-Africa (IBSA) partners. We have called for violence to cease and humanitarian access to be granted." Disponível em <https://undocs.org/en/S/PV.6627>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

permanente reconfigura os *pay offs* – como no caso da Síria – e a ausência desse suporte gera um custo político que não se traduz em alterações de resultado – como no caso do Irã. Na situação líbia, o *soft balancing* entre os BRICs e a Alemanha funcionou para marcar uma posição na qual há concordância sobre a prioridade de evitar o cenário de aversão mútua, mas não há apoio irrestrito para o curso de ação escolhido. Essa posição mostra que os Estados entendem as regras do jogo e interpretam como as regras de funcionamento do CSNU podem ser variáveis realmente intervenientes na coordenação política.

> (...) a presença conjunta dos BRICS no Conselho de Segurança parece ter contribuído para a produtividade e unidade do órgão. As referências aos BRICS no Conselho, por vezes, dão conta, de um lado, da expectativa de um multilateralismo rebelde e, de outro, de uma militância intransigente em favor da soberania estatal, que bloquearia os trabalhos do órgão. A imagem que emerge dos dados agregados sugere, porém, que, se efetivamente os BRICS demonstraram essas características, sua atuação foi assimilada pelo Conselho. Pode-se, mesmo, arriscar sugerir que a presença dos BRICS contribuiu para debates e decisões mais consequentes, por receio que o grupo se unisse para bloquear um projeto precipitado (OLIVEIRA et al, 2014, p. 75).

Após esse mandato, as circunstâncias domésticas e internacionais causariam uma mudança de perspectiva na ação diplomática brasileira. Com o fim dos dois mandatos de Lula, Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil e, apesar de ter mantido, em linhas gerais, as diretrizes de política externa do PT, foi pessoalmente menos engajada na condução das relações exteriores. Para além da mudança de perfil, a alteração na liderança do MRE também produziu impactos. Se com Lula o ministro Amorim foi mantido durante os oito anos de governo, Dilma teve três ministros em seis anos: Antonio Patriota, Luiz Figueiredo e Mauro Vieira, todos diplomatas de carreira. A passagem da primeira mulher presidenta do Brasil por Brasília também foi encurtada devido ao processo de impeachment que conduziu ao poder o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), em 2016.

Com as tensões internas, o retorno ao CSNU não figurou entre as prioridades do governo e, naquela conjuntura, foi previsto apenas para os anos de 2033 e 2034. A ausência prolongada minaria as pretensões do Brasil de se manter atuante no órgão e continuar a pleitear o assento permanente. Posteriormente, entretanto, após negociações internas no GRULAC, em 2018 o país fez um acordo com Honduras, que cedeu sua vaga no biênio 2022-2023 para o Brasil (Declaração do ministro Aloysio Nunes Ferreira, 2018[268]). Como o grupo regional tradicionalmente negocia a vaga entre seus membros, para que não haja competição eleitoral

[268] Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18548-declaracao-do-ministro-aloysio-nunes-ferreira-sobre-a-candidatura-brasileira-a-assento-nao-permanente-no-conselho-de-seguranca-das-nacoes>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

no plenário da AGNU, espera-se que o Brasil seja candidato único para as eleições que serão realizadas em 2021.

A Índia, por sua vez, compartilhou com o Brasil a experiência no ano de 2011 e, como foi visto, integrou os esforços de concentração dos BRICS para lidar com a Primavera Árabe e seus desdobramentos. Na próxima seção, portanto, veremos os principais pontos da participação indiana e os temas que figuraram na agenda do órgão em 2012.

5.2.3 Índia (2011-2012)

Se o Brasil ficou afastado do CSNU durante vinte anos durante os governos militares, em 2011 chegaram ao fim as duas décadas de distanciamento da Índia. Nesse meio tempo, o país virou potência nuclear, foi diretamente criticado por isso por meio de resoluções do CSNU e assinou um acordo nuclear com os EUA. Durante esse período, a Índia foi responsabilizada como uma ameaça à paz e à segurança internacionais não só por meio da supracitada Resolução 1172, mas também indiretamente pela 1887[269], de 2009. O texto, aprovado por consenso, convocou os Estados de fora do TNP a aderirem ao Tratado, ao CTBT e a cooperarem com os órgãos de monitoramento, a exemplo do Comitê 1540. Mesmo com a obrigatoriedade decorrente das decisões do CSNU, a Índia manteve-se afastada do regime de não proliferação, preservando o argumento do caráter discriminatório dos acordos (STUENKEL, 2010a).

Apesar do descumprimento, a inserção da Índia na temática foi marcada por uma melhora significativa. Para além do acordo com os EUA, que deu um caráter de reconhecimento às pretensões defensivas do programa nuclear indiano, recaiu sobre o Paquistão a figura de vilão atômico. As desconfianças em relação a Islamabad vieram em um crescente desde os atentados de 11 de setembro. O Paquistão, país muçulmano, foi interpretado como liberal em suas regulações de prevenção ao terrorismo e como um terreno de fácil circulação para células e indivíduos envolvidos com os grupos. Somado a isso, A.Q. Khan, líder do programa de enriquecimento de urânio no país, foi investigado por ter proliferado partes, componentes e tecnologia para Estados como Líbia e Coreia do Norte. Essa situação aprofundou a percepção do Paquistão como um país irresponsável e como uma fonte de instabilidade internacional (OGDEN, 2014).

Em seu sétimo mandato, portanto, a Índia voltou ao órgão após o longo hiato em uma posição bem diferente de sua participação anterior. Se partíssemos da hipótese inicial desta tese,

[269] Disponível em <https://undocs.org/S/RES/1887(2009)>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

o resultado esperado seria que, uma vez potência nuclear, a Índia tivesse adotado uma postura menos alinhada, mais ativa, mais propositiva e com maior protagonismo. Entretanto, a análise dos votos em si vai em direção diversa. Das 32 resoluções baseadas no Capítulo VII aprovadas em 2011, a Índia só se absteve em duas ocasiões, em convergência com o Brasil: na Resolução 1973 e no projeto sobre a Síria, vetado por China e Rússia. Das 31 aprovadas em 2012, baseadas no Capítulo VII, todos os votos foram afirmativos e coincidentes com os P5, com a exceção de um documento sobre o TPI para a ex-Iugoslávia, que contou com abstenção russa. Se fizermos uma comparação apenas com base nesses dados, o mandato 2010 e 2011 do Brasil teria sido mais incisivo do que a participação da Índia em 2011 e 2012, já que o Brasil, além das abstenções conjuntas, votou negativamente na resolução sobre o Irã.

A requalificação do poderio militar indiano também não foi traduzida em consenso acerca de sua liderança internacional. Tal conclusão é defendida por Chaulia (2011), que aponta que a dificuldade da Índia em se apresentar como um candidato crível para o assento permanente não recai apenas sobre a possibilidade de veto dos P5, mas também pela falta de garantia do apoio de 2/3 dos membros da AGNU. De acordo com o autor, há uma oposição fortemente estruturada pelo Paquistão, não só por meio do Unidos pelo Consenso, como também pela via da Organização da Conferência Islâmica.

Passando para a análise do mandato, cabe reforçar que, assim como o Brasil, a Índia também se absteve do projeto de resolução sobre a Síria vetado por China e Rússia, e fez, igualmente, menção à parceria com as demais potências emergentes ao justificar o voto:

> Dada a complexidade das realidades do terreno na Síria, acreditamos que envolvê-la em um diálogo e uma parceria colaborativos e construtivos é o único caminho pragmático e produtivo a seguir. Em nossos contatos bilaterais com o governo sírio, bem como por meio da iniciativa Índia-Brasil-África do Sul, pedimos que eles exercitem restrições, abjurem a violência e prestem atenção às aspirações de seu povo (*SECURITY COUNCIL MEETING RECORDS, 6627th meeting*, 2011, p.6, tradução nossa[270]).

Já em relação à abstenção indiana na Resolução 1973, cujos termos principais foram detalhados na seção anterior, cabe destacar que o principal ponto que baseou o voto do país foi diferente dos elementos elencados pelo Brasil. De acordo com Hardeep Puri (2016), embaixador indiano na ONU naquele período, o desconforto da Índia era com a percepção de que as resoluções baseadas no R2P rumavam para a imposição de mudanças de regime. De

[270] O texto em língua estrangeira é: "Given the complexity of ground realities in Syria, we believe that engaging Syria in a collaborative and constructive dialogue and partnership is the only pragmatic and productive way forward. In our bilateral contacts with the Syrian Government, as well as through the India-Brazil-South Africa initiative, we have urged them to exercise restraint, abjure violence and pay heed to the aspirations of their people." Disponível em <https://undocs.org/en/S/PV.6627>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

acordo com o embaixador, a busca por democratização a qualquer custo causou mais prejuízos do que benefícios durante a invasão ao Iraque, em 2003, pois a mudança de regime sem apoio da população gerou turbulências e radicalizações que culminaram na formação de milícias e grupos terroristas e *jihadistas*, a exemplo do Estado Islâmico (ISIS). Puri identificava semelhanças com o que a ação na Líbia procurava fazer. Para o representante, cabia pontuar que

> (...) o armamento [desses grupos] estava ocorrendo sem a devida diligência e que, em pouco tempo, surgiriam evidências de que tal ação fora equivocada, além de todas as consequências não intencionais e negativas. Também fiz uma referência passageira às forças especiais de alguns membros do Conselho que estavam orientando as operações no terreno. Acrescentei que a camuflagem de uma intervenção perfeitamente executada – sem baixas civis e com uma oposição pouco armada – se tornaria cada vez mais problemática. Também ficou cada vez mais claro que o objetivo da mudança de regime estava suplantando todos os objetivos. Sublinhei que o objetivo da mudança de regime não havia sido mencionado na Resolução 1973 nem aprovado pelo Conselho. Tornou-se claro que Gaddafi havia sido tão demonizado que os parceiros da coalizão provavelmente não recuariam sem sua remoção do poder, apesar dos relatos de negociações com emissários líbios em Londres e Atenas (PURI, 2016, p. 102; tradução nossa[271]).

A negociação sobre a Primavera Árabe no CSNU indica que, apesar de ser uma democracia e utilizar esse fato como um ativo internacional, para a Índia o princípio da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados não deve ser desrespeitado mesmo tendo a exportação democrática como justificativa. A democracia não deixa de ser um valor a ser defendido, mas a imposição, via Nações Unidas, é que consiste em uma postura dúbia para a Índia. Exemplo é que, se a Índia se colocou como contrária à mudança de regime nas resoluções da ONU, não deixou de apoiar outros documentos menos invasivos que traziam a democracia como valor a ser aplicado na Líbia, a exemplo do apoio à Carta Democrática da SAARC e o endosso ao "Mapa do Caminho" para a Líbia elaborado pela União Africana, documento que tratava da necessidade de reformas políticas para eliminar as fontes de crise no país (PICCONE; ALINIKOFF, 2012).

Hall (2018) complementa o debate, trazendo a contribuição de autores que consideram que, se por um lado a Índia possui desconfianças acerca da intervenção da ONU em assuntos

[271] O texto em língua estrangeira é: "(...) the arming was taking place without due diligence, and that before long evidence of such misguided action would not only surface but would do so along with all the unintended and negative consequences. I also made a passing reference to the special forces of some Council members who were guiding operations on the ground. I added that the fig leaf of a perfectly executed intervention – no civilian casualties and a barely armed opposition – would become increasingly problematic. It was also increasingly clear that the goal of regime change was getting the better of all objectives. I stressed that the objective of regime change was neither mentioned in Resolution 1973 nor approved by the Council. It had become clear that Gaddafi had been demonized so much that the coalition partners were not likely to back down without his removal from power, notwithstanding reports negotiations with Libyan emissaries in London and Athens."

internos devido à intromissão indesejável na questão da Cachemira , por outro há também questões da política interna que contribuem para a falta de simpatia com o R2P:

> Jaganathan e Kurtz explicam a decisão de abster-se de votar na Resolução 1973, nas críticas subsequentes da Índia à intervenção na Líbia, e na demanda para que o CSNU agisse na Síria em termos semelhantes como produtos de combinações de variáveis ideológicas e institucionais. Eles observam que a oposição ao uso da força militar na Líbia fora manifestada por alguns líderes muçulmanos influentes, cujos eleitores geralmente votam no Congresso, e observam que isso pode ter influenciado as opiniões do governo. Mas, acima de tudo, enfatizam a profunda preocupação, decorrente das ansiedades pós-coloniais, sobre a possível "instrumentalização do princípio R2P para justificar a mudança de regime". Ao mesmo tempo, Jaganathan e Kurtz observam a pressão de dentro dos elementos da sociedade indiana para tomar uma posição mais positiva no R2P, especialmente no que diz respeito ao Sri Lanka. Observam que a Índia votou em resoluções críticas ao tratamento cingalês de sua minoria tâmil e atribuem esse comportamento à influência do Partido Dravida Munnetra Kazhagam (DMK) no estado indiano de Tamil Nadu (HALL, 2018, p. 186, tradução nossa[272]).

Para além de uma preocupação com o apoio partidário, havia também um componente social, uma vez que havia em torno de 18.000 indianos trabalhando na Líbia que precisariam ser evacuados em caso de conflitos (HALL,2018). Com isso, a situação na região não podia passar ao largo das preocupações do governo da Índia. O primeiro-ministro Manmohan Singh, do Congresso, expressou seu receio para com o precedente da intervenção externa em seu discurso na abertura da sessão da AGNU em 2011:

> A observância do estado de direito é tão importante nos assuntos internacionais quanto no interior dos países. As sociedades não podem ser reordenadas de fora por meio da força militar. Pessoas de todos os países têm o direito de escolher seu próprio destino e decidir seu próprio futuro. A comunidade internacional tem um papel a desempenhar na assistência nos processos de transição e fortalecimento institucional, mas a ideia de que prescrições devem ser impostas de fora é repleta de perigos. As ações tomadas sob a autoridade das Nações Unidas devem respeitar a unidade, a integridade territorial, a soberania e a independência de cada Estado (*GENERAL ASSEMBLY SIXTY-SIXTH SESSION OFFICIAL RECORDS*, 2011, p. 10, tradução nossa[273]).

---

[272] O texto em língua estrangeira é: "Jaganathan and Kurtz explain the decision to abstain from voting on Resolution 1973 and India's subsequent criticism of the Libyan intervention and calls for UNSC action in Syria in similar terms – as products of combinations of ideational and institutional variables. They note the opposition to the use of military force in Libya voiced by some influential Muslim leaders, whose constituents generally vote for Congress, and note that this may have swayed the government's views. But above all they emphasize the deep-seated concern, flowing from postcolonial anxieties, about the possible 'instrumentalization of R2P to justify regime change'. At the same time, Jaganathan and Kurtz note the pressure from within elements of the Indian polity to take a more positive stance on R2P, especially with regard to Sri Lanka. The observe that India has voted for resolutions critical of Sri Lankans treatment of its Tamil minority and ascribe that behaviour to – in part – the influence of the Dravida Munnetra Kazhagam (DMK) Party in the Indian state of Tamil Nadu.")

[273] No original: "The observance of the rule of law is as important in international affairs as it is within countries. Societies cannot be reordered from outside through military force. People in all countries have the right to choose their own destiny and decide their own future. The international community has a role to play in assisting in the processes of transition and institution- building, but the idea that prescriptions should be imposed from outside is fraught with danger. Action taken under the authority of the United Nations must respect the unity, territorial integrity, sovereignty and independence of individual States." Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/715483?ln=en>. Acesso em 15 de dezembro de. 2019.

Singh ocupou o cargo por dois mandatos completos, entre 2004 e 2014, uma permanência que o coloca atrás apenas de Nehru e Indira Gandhi como os primeiros-ministros mais longevos da Índia independente. Ele havia sido ministro da Economia no início dos anos 90, durante o governo de Rao, e foi um dos articuladores da política de liberalização econômica e comercial do país. A eleição de Singh e do Congresso foi considerada uma surpresa em 2004, pois se espalhavam pelo país protestos e descontentamentos exatamente sobre o impacto concentrador de renda das reformas liberais. Com isso, a vitória foi apertada, e o líder governou durante seu primeiro mandato apoiado em uma coalizão pouco sólida, envolvendo 14 partidos (GUPTA, 2005). No segundo mandato, a popularidade e o suporte à Singh caíram vertiginosamente, após seu governo ser acusado de envolvimento em escândalos de corrupção.

De acordo com Baru (2014), como a economia estava em crescimento e o país não estava envolvido em conflitos militares no primeiro mandato, o primeiro-ministro optou por fazer da política externa uma área de dedicação direta. O autor enumera características que conformariam a "Doutrina Singh": i) a relação da Índia com o mundo deveria ser pautada no interesse maior do desenvolvimento econômico; ii) por isso, o país se beneficiaria de uma maior integração com a economia internacional; iii) a relação da Índia com as grandes potências foi historicamente vinculada a fatores econômicos, e a segurança energética adentrou o rol de temas prioritários; iv) é necessário que haja uma maior integração no Sul da Ásia, inclusive em relação à infraestrutura física; v) a experiência da Índia em buscar o desenvolvimento no contexto de um país plural, secular e democrático deve ser utilizado como exemplo; vi) a Índia tem a responsabilidade de auxiliar Estados em transição de economias planificadas para economias de mercado.

Diversos pontos da doutrina demandavam a melhoria das relações com o Paquistão. O fato de Singh ser o primeiro governante da Índia a professar a religião sikh facilitou a abertura do diálogo. Sendo ele mesmo membro de uma minoria religiosa, o primeiro-ministro não aprovou medidas restritivas aos muçulmanos, o que, destarte, não criou contendas com o vizinho. Entre os exemplos de aprimoramento de relações durante o governo, cabe citar a formação, em 2006, do Mecanismo Indo-Paquistanês de Contraterrorismo (*India-Pakistan Joint Counter-Terrorism Mechanism*), o fato de o Paquistão ter, em 2008, assumido a responsabilidade pelas guerras com a Índia e, em 2011, ter conferido à Índia o status de nação mais favorecida nas relações comerciais (OGDEN, 2014).

A relação sofreu uma brusca reversão com a saída de Singh e a entrada de Narendra Modi, do BJP, em 2014. Por ter o nacionalismo hindu como um dos motes de atuação do partido, o governo do BJP vem passando por dificuldades na condução dos assuntos regionais

com o Paquistão. As tensões emanam não só da questão religiosa, mas ainda da defesa feita pelo primeiro-ministro de que a Cachemira seja parte inviolável da Índia e que sua integridade territorial não possa ser questionada (RACINE, 2015).

Dirimir pendências com o Paquistão não fez com que a região ficasse livre de desafios, pois durante o governo de Singh as instabilidades domésticas no Sri Lanka foram reacesas, sobretudo em 2009, quando o governo empreendeu uma ofensiva violenta contra os grupos rebeldes (PURI, 2016). A resposta da ONU foi criar uma comissão de investigação no Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, da sigla em inglês para *Office of the High Commissioner for Human Rights*), cujos achados preliminares implicaram na recomendação de que Colombo fosse investigada por crimes de guerra[274]. A Índia, que estava representada no Conselho de Direitos Humanos no período, apoiou a condução da investigação (PURI, 2016).

Também obteve apoio do país, mas já no âmbito do CSNU, um conjunto de resoluções acerca do regime de não proliferação. O tema ganhou novamente a atenção do Conselho por conta da Coreia do Norte, que denunciou o TNP em 2003 e admitiu publicamente que possuía armamentos nucleares. Na década de 2010, os norte-coreanos fizeram testes de mísseis, foguetes e satélites, o que culminou, em 2012, com a renovação e a ampliação do Painel de Especialistas sobre o programa nuclear de Pyongyang. Duas resoluções sobre o tema foram aprovadas com base no artigo 41 do Capítulo VII (Resoluções 2049 e 2050[275]), consolidando sanções econômicas contra o país. Ambas foram aprovadas por unanimidade e nenhum país solicitou a palavra para justificar o voto. Nesse ínterim, podemos interpretar que o apoio indiano às sanções contra a Coreia do Norte decorre, de forma geral, não só de sua aproximação com os EUA nesse campo como, ainda, do reforço de sua imagem de país nuclear responsável, em oposição ao Paquistão.

Apesar do esforço de coordenação e engajamento com outros postulantes à vaga permanente no CSNU, Mukherjee e Malone (2013) consideram que o sétimo mandato indiano foi discreto e abaixo das expectativas para um país que busca protagonismo. De acordo com os autores, entre as limitações que a Índia encontrou para sua presença multilateral ativa estavam a falta de pessoal, numérica e qualitativa, para participar das atividades da ONU. Em 2011, de acordo com dados do serviço de protocolo da Organização, enquanto a delegação do Brasil

[274] O relatório final foi adotado em 2014 e está disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G14/132/86/PDF/G1413286.pdf?OpenElement>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.
[275] Disponíveis em <https://undocs.org/S/RES/2049(2012)> e <https://undocs.org/S/RES/2050(2012)>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

contava com 42 membros e a da África do Sul com 25, a Índia tinha uma missão permanente de apenas 22 representantes, quantidade comparável às delegações das Filipinas (22) e da Áustria (21), países com pretensões globais bem mais modestas[276].

Os autores apontam, ainda, que a Índia possuía um excesso de confiança nos requisitos que a tornaram uma candidata natural ao assento permanente. Para Mukherjee e Malone, ao se considerar simultaneamente uma potência emergente, um país em desenvolvimento e um *player* regional, a Índia desperdiçou oportunidades de apresentar uma narrativa convincente sobre seu papel na promoção da paz e da segurança internacionais. Com essas inconsistências e enormes desafios domésticos, a Índia teria perdido a oportunidade de utilizar o sétimo mandato como um ensaio de sua presença permanente (MUKHERJEE; MALONE, 2013).

Essa visão só se sustenta, entretanto, se pensarmos que apenas os votos no CSNU funcionam como um parâmetro das estratégias de inserção do país. Se analisarmos o mandato indiano pela perspectiva dos posicionamentos nas votações veremos que, de fato, a posição da Índia não divergiu do padrão pré-nuclearização e não se afastou das diretrizes de outras potências médias emergentes não nucleares, como Brasil e África do Sul. Caso a análise fosse finalizada neste ponto, a hipótese desta tese não se confirmaria . Entretanto, a descrição e as explicações acerca da evolução dos métodos de trabalho indicam que não só a assimetria entre permanentes e não permanentes desestimula a oposição como também que grande parte do poder de barganha dos países ocorre nas negociações informais e nos bastidores.

Cabe, assim, observar que o desempenho da Índia não pode ser considerado secundário. Ao se tornar potência nuclear, a Índia se coloca, ao mesmo tempo, como uma ameaça potencial e como um aliado a ser conquistado. Por isso, o país conseguiu se aproximar tanto dos EUA quanto da Rússia e da China. No caso estadunidense, os laços são expressamente identificáveis no acordo nuclear e no apoio formal à admissão como membro permanente no CSNU. No caso da Rússia e da China, para além da coordenação ensaiada em 2011 no âmbito dos BRICS, a afinidade vem ocorrendo também em outros âmbitos, sobretudo regionais. Cabe citar como exemplo a adesão simultânea da Índia e do Paquistão à OCS, em 2015, após dez anos como membros observadores, e a inclusão da Índia na Nova Rota da Seda.

A análise do último mandato indiano até o momento confirma, portanto, dois argumentos: os desníveis entre membros permanentes e não permanentes atuam como variável interveniente para o cálculo dos *pay offs* dos Estados. Ademais, para analisar o poder de um país nas Nações Unidas é necessário considerar mecanismos informais de interação. Se no

[276] Dados disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/703662?ln=en>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

primeiro deles, a Índia atua de forma semelhante ao Brasil, e até menos destacada, com menor preparo técnico quantitava e qualitativamente, no segundo aspecto a Índia logrou obter vínculos mais próximos das grandes potências desde que se tornou potência nuclear.

5.3 **Balanço do Período e Conclusões Preliminares**

O Capítulo 5 teve como objetivo a análise dos mandatos de Brasil e Índia no CSNU desde 1991. O período se insere no fim da Guerra Fria, em que a dissolução da bipolaridade permitiu que a ONU funcionasse com uma dinâmica mais próxima dos objetivos expressos na Carta de São Francisco. Ao mesmo tempo que a organização recobrava suas expectativas de atuação, novos desafios e novos temas voltaram a dificultar a resolução de eventuais ameaças à segurança internacional, a exemplo das guerras étnicas, das operações de paz robustas e do combate ao terrorismo. Para lidar com tal nível de complexidade, o CSNU usou como principais instrumentos o aumento das resoluções com base no Capítulo VII e o incremento da flexibilidade e da informalidade nos métodos de trabalho. A nova fase foi iniciada com adversidades que colocaram à prova a capacidade de ação do CSNU, como a Guerra do Golfo e os genocídios em Ruanda, nos Balcãs e na Somália.

Naquele contexto, a Índia realizou seu sexto mandato no Conselho em 1991 e 1992. Após a dissolução da URSS, o país asiático precisou se reinventar política e economicamente devido à perda do principal parceiro e apoiador. Délhi empreendeu uma estratégia de aproximação dos EUA e de liberalização da economia. Exemplo da postura foi a permissão para o abastecimento de aeronaves estadunidenses durante a Guerra do Golfo, mesmo que essa posição tenha minado o princípio histórico de não alinhamento defendido pela Índia.

Já o Brasil, ao ocupar o assento não permanente em 1993 e 1994, também experimentava um momento de reordenamento após o fim dos governos militares. A redemocratização veio acompanhada da liberalização econômica e da ênfase no multilateralismo. Destaca-se, no mandato, a postura do Brasil em relação ao Haiti, com a sequência de abstenções que simbolizavam o rechaço às sanções e ao uso da força no continente americano. O vínculo cultural e histórico também foi o mote das adesões do Brasil às operações de paz em países da CPLP, como Angola, Moçambique e Timor Leste. Nesses casos, o Brasil defendeu a integração do binômio segurança e desenvolvimento e advogou a inclusão do ECOSOC nos esforços de reconstrução.

Em 1998, Brasil e Índia adotaram posições diferentes em relação ao regime de não proliferação. No início da década, o primeiro-ministro Rao deu sinal verde para que a Índia desse continuidade ao seu programa nuclear, conduta que culminou no domínio do ciclo nuclear, a partir dos testes de Pokhran II. Com a admissão pública e a continuidade da postura crítica ao TNP e ao CTBT, seguiu-se a nuclearização do Paquistão e a transformação da Ásia no continente com maior número de países nucleares do mundo. Já o Brasil, ratificou o TNP e

o CTBT, no contexto da "autonomia pela participação". Assim, o Brasil adotava o papel de ator responsável, que buscava ser influente nos temas de segurança não pela força militar, mas pelo caminho alternativo da via diplomática e do reconhecimento.

Nos anos 2000, os ataques de 11 de setembro colocaram o terrorismo no topo da agenda de preocupação da organização. Os ataques serviram, ainda, para mostrar a fragilidade do arcabouço da ONU, o que estimulou os clamores por reformas. O então secretário-geral, Kofi Annan, atendeu ao chamado e convocou o Painel de Alto Nível para propor mudanças institucionais. Entre as sugestões dos especialistas, destacam-se a criação da Comissão para a Construção da Paz, do Conselho de Direitos Humanos e o reaquecimento das propostas para reformas no CSNU. Foi nessa conjuntura que, em 2004, Brasil, Índia, Japão e Alemanha formaram o G4, grupo que solicitou a inclusão de seis novos membros permanentes, em conjunto com dois países africanos.

Em 2004 e 2005, o Brasil novamente foi representado no órgão, tendo como grande elemento de sua atuação o comando militar da MINUSTAH. Mesmo com intensos debates acerca do tema no âmbito doméstico, a opção por se engajar ativamente no Caribe estava inserida no princípio da não indiferença, promovido pelo presidente Lula e pelo ministro Celso Amorim. Com base na estratégia de "autonomia pela diversificação", o Brasil também se envolveu na liderança de processos políticos distantes de seu perímetro estratégico, a exemplo do caso de Guiné-Bissau.

No décimo mandato brasileiro, em 2010-2011, cabe ressaltar as posições brasileiras no caso do Irã e nos conflitos do Oriente Médio. Após as tratativas para assinar a Declaração de Teerã, o CSNU decidiu aprovar uma nova rodada de sanções contra o Irã, desconsiderando os esforços que Brasil e Turquia haviam empreendido nos meses anteriores. A situação fez com que o Brasil proferisse seu único voto negativo na história de sua participação no CSNU, ao mesmo tempo em que criticou a falta de sensibilidade dos P5 para interpretar que as sanções e o isolamento prejudicariam ainda mais as oportunidades de diálogo.

Em relação ao Oriente Médio, o Brasil assumiu o comando da Força Tarefa Marítima da UNIFIL, uma incumbência pioneira que mostrou o potencial do país para assumir cargos de liderança em operações de paz. Em relação à Primavera Árabe, as abstenções em estratégias de *soft balancing* nos casos da Síria e da Líbia indicam como a conjugação de forças pode impactar a legitimidade de uma resolução. No caso da Síria, o veto de Rússia e China bloqueou o avanço da negociação, enquanto no caso da Líbia as abstenções não impediram a entrada em vigor, mas deixaram explícito o descontentamento com a amplitude do mandato. A Índia, que esteve no órgão em 2011 e 2012, após um hiato de duas décadas, também não apoiou a resolução da

Líbia, mas enfatizou sua discordância quanto à inclusão da mudança de regime nos termos do documento. Para seu sétimo mandato, a Índia voltou ao CSNU já nuclear, e com um acordo estratégico com os EUA, no qual seu programa nuclear era reconhecido.

A análise do comportamento de Brasil e Índia no CSNU nos indica que a nuclearização indiana não significou uma alteração brusca de comportamento em termos de votos. O país se absteve, no último mandato, das mesmas resoluções que o Brasil, que renunciou à opção nuclear ao assinar o TNP em 1998. Com isso, vemos que a hipótese inicial desta tese não se confirmou se considerarmos o voto como único instrumento de engajamento do país no Conselho. Entretanto, ao incluirmos na análise o desenho institucional como variável interveniente, podemos concluir que a assimetria de poder entre os membros permanentes e os não permanentes reconfigura os custos políticos da posição de oposição no órgão, modificando os *pay offs* de todos os membros eletivos, inclusive de países nucleares, como a Índia. Os membros permanentes encontram-se em posição privilegiada para reduzir a representatividade e a participação dos demais, transformando o órgão em um ambiente de interação microlateral, e não multilateral.

Para além da análise do voto, cabe considerar em pesquisas futuras que a posse de armas nucleares pela Índia a coloca como um Estado que precisa ser considerado pelas potências nos cálculos de qualquer negociação, pois seu poderio militar requalifica seu poder de barganha e de formação de alianças. O apoio dos EUA à entrada da Índia no CSNU é um indicador que ajuda a corroborar essa interpretação.

A seguir, a conclusão trará um apanhado dos principais resultados encontrados pela tese e apontará agendas de pesquisa que se abrem a partir das contribuições desta pesquisa.

CONCLUSÃO

Há mais de setenta anos, a Organização das Nações Unidas tem sido a instituição multilateral de maior abrangência e repercussão no âmbito das relações internacionais. Dotada de legitimidade para agir em nome de seus Estados membros em uma ampla variedade temática, a organização deve ser considerada em qualquer análise acerca da evolução e das transformações da cooperação e do conflito interestatal. Entretanto, ao ser produto de um período pós-conflito, a ONU foi moldada a partir dos interesses das potências vencedoras. Momentos de reconstrução da ordem são, para as grandes potências, um contexto propício à consolidação de regras que congelem o status quo que as favorece (IKENBERRY, 2001; 1999). Com a ONU, não foi diferente.

A regulação do pós-guerra instituiu normas assimétricas sobre a condução das negociações de segurança internacional. O Conselho de Segurança, órgão responsável por identificar e eliminar ameaças à paz, não possui uma estrutura participativa horizontal. Cinco Estados possuem representação permanente no órgão, o que os garante o poder de vetar projetos indesejáveis e de continuar regulando, de dentro para fora, as normas e os procedimentos de trabalho. Em análises sobre o papel da ONU em temas de segurança, o desenho institucional do CSNU precisa, necessariamente, ser considerado como uma variável interveniente no processo.

Entre os elementos reivindicados por esses cinco Estados para o recebimento de uma prerrogativa diferenciada estava a capacidade material e militar de engajamento efetivo em situações de distúrbio da paz. Por anos, eles foram os únicos detentores de armas nucleares e concentravam alguns dos principais orçamentos militares do mundo. O poder nuclear consistia em uma segunda camada do poder de veto, pois ao veto institucional se somava a intocabilidade de seu território e de seus aliados.

Poder, entretanto, é um conceito relacional. Desde 1945, a ordem internacional sofreu reconfigurações a partir da ascensão de outros Estados, a exemplo de potências médias emergentes, como Brasil e Índia. Influentes em sua região e em nichos específicos no sistema internacional, esses países passaram a galgar também posições de maior peso em temas de segurança. Enquanto o Brasil optou pelo caminho da integração às normas, a Índia seguiu o curso da militarização. Coube a ambos, não obstante, um papel limitado na condução de assuntos de segurança, uma vez que sua participação no CSNU se encontra restrita à condição de membro não permanente.

Esta tese teve como objetivo verificar se as alterações no poder relativo no sistema internacional modificaram a capacidade dos membros não permanentes, mais especificamente de Brasil e Índia, de se inserir de forma efetiva nos debates do CSNU. Pela diversidade de estratégias e de recursos entre a totalidade dos Estados-membros da ONU, não houve a pretensão de formular leis gerais e universalmente aplicáveis, mas sim de observar o comportamento de duas potências médias emergentes de grande peso internacional na contemporaneidade. Brasil e Índia são interlocutores respeitados em uma ampla gama de temas internacionais, mas optaram por estratégias diplomáticas diferenciadas para a adesão aos regimes e às instituições multilaterais.

A hipótese que norteou o trabalho é a de que o poder militar e nuclear indiano teria conferido ao país asiático uma margem maior de influência no processo decisório, enquanto o Brasil teria sua inserção no órgão limitada devido à ausência relativa de capacidade militar. A concentração de capacidades militares foi o argumento que justificou a assimetria entre membros permanentes e não permanentes na fundação da organização, sob a justificativa de que apenas os Estados com poder suficiente para arcar com os custos das ações em conflitos poderiam ter a palavra final em temas de segurança. Sendo assim, supõe-se que o poder militar – e principalmente o nuclear – deveria conferir certos benefícios ao Estado detentor.

Para verificar a validade da hipótese, foram compilados os votos e as justificativas de voto dos dois países durante seus mandatos no CSNU, divididos temporalmente pelo fim da Guerra Fria. Os votos e as justificativas foram retirados das bases de dados oficiais da ONU, unificadas na *United Nations Digital Library*. Foram considerados para a pesquisa todos os votos conferidos pelos países em cada um dos seus mandatos. No pós-Guerra Fria, foi dada ênfase às resoluções baseadas no Capítulo VII, devido à alta quantidade de documentos, alguns dos quais de função meramente procedimental. Das justificativas, foram ressaltados os trechos que se referem diretamente ao tema em apreciação. A maior parte dos discursos segue um protocolo de saudações e retomada de documentos anteriores, e apenas nos parágrafos finais o voto é efetivamente justificado.

Em outros trabalhos sobre o tema, a exemplo da contribuição de Amorim Neto (2011), optou-se por uma abordagem quantitativa, por meio de cálculos de convergência entre votos e pela busca de padrões de comportamento. Outros autores (ONUKI; OLIVEIRA, 2013) construíram a análise a partir da comparação entre os votos do CSNU e os da AGNU. Esta comparação não leva em conta os efeitos da assimetria institucional. Nesta pesquisa, partimos da premissa de que os votos não são ações herméticas que podem ser apenas quantificados, sem

a consideração dos contextos em que foram proferidos e da referida assimetria institucional do órgão sob análise.

Como os votos não podem ser dissociados de um quadro mais amplo de inserção internacional do país, a análise foi acrescida de um enfoque comparativo que conjugou os níveis doméstico e internacional. Busquei argumentar que as estratégias diplomáticas diferenciadas de Brasil e Índia, que levaram o último à nuclearização, são decorrentes de um processo histórico multicausal, com implicações domésticas, regionais e globais. Sendo assim, os votos foram considerados variáveis dependentes, enquanto o diferencial de poder militar foi a variável independente.

Como a ONU é o espaço institucional em que ocorrem as interações estudadas, inicialmente foi apresentado um panorama histórico de sua criação e evolução, desde a experiência com a Liga da Nações e das relações de poder estabelecidas durante as conferências preparatórias, que condicionaram a estrutura e o funcionamento da organização. Com a distribuição de poder do pós-Segunda Guerra, o Carta da ONU instituiu o CSNU, que separa seus membros em duas categorias: permanentes e não permanentes. Para além do previsto na Carta, o CSNU também é regido pelas Regras de Procedimento Provisórias, alteradas constantemente desde o início do funcionamento do órgão. Desse aporte inicial, podemos concluir que a informalidade das regras de procedimento do CSNU faz com que os membros permanentes influenciem também os métodos de trabalho, de forma a concentrar ainda mais privilégios nas negociações.

Para além do poder de veto institucionalizado na Carta da ONU, a presença constante no órgão permite que os membros permanentes tenham acesso regular às informações, conheçam e participem dos processos negociadores de todas as resoluções e controlem a linguagem dos documentos aprovados, a partir da instituição do método do *penholder*. O controle dos métodos de trabalho aprofunda o diferencial de poder institucional entre membros permanentes e não permanentes, já que estes passam apenas dois anos consecutivos no órgão e só podem assumir as funções aprovadas e permitidas pelo conjunto do CSNU – não se deve perder de vista que os P5 têm poder de veto.

Por conta desse descompasso, argumentei que podemos interpretar as negociações no CSNU como cenários que conferem diferentes *pay offs* às estratégias utilizadas pelos envolvidos. Se pensarmos que cada votação no CSNU possui um cenário de aversão comum, como a continuidade de um conflito, coloca-se o panorama de um jogo de coordenação, em que há concordância sobre a situação preterida, mas os Estados precisam negociar e articular posições para que a decisão se aproxime de um ponto ótimo aceitável. Entretanto, o poder de

veto recalcula os *pay offs*, pois seu emprego inviabiliza que o ponto ótimo de qualquer outro Estado seja obtido. Como há o risco constante de veto, o custo político de oposição desincentiva os membros eletivos a entrar em disputas. Assim, podemos compreender a emergência de um padrão consensual de tomada de decisões no CSNU. A negociação precisa ser feita previamente, pois o custo de oposição em plenário é grande e sem possibilidade de alterar o resultado, a não ser que um membro permanente integre o bloco opositor.

Como resultado principal dessa reflexão, proponho que o CSNU funciona como sistema baseado no que chamei de microlateralismo, e não em um multilateralismo recíproco. O conceito de multilateralismo descreve a interação entre diversas partes, mas traz em seu bojo as noções de participação e reciprocidade, contrapondo-se ao unilateralismo. O CSNU não opera por meio da reciprocidade nem tampouco da participação: o veto, o controle dos métodos de trabalho e a grande centralização de recursos e informações na mão dos P5 fazem com que estes sejam os únicos atores efetivos. Defendo, portanto, que é necessário um novo conceito para estudar as interações entre os membros do CSNU.

O conceito de microlateralismo proposto nesta tese foi construído a partir das limitações do uso do conceito de multilateralismo para entender a lógica do Conselho, bem como da não adequação da aplicação de outros conceitos cunhados para analisar situações de interação assimétrica. Demonstrei que termos como diplomacia de clube e minilateralismo, encontrados na literatura, descrevem situações em que foram criados fóruns paralelos, com membros restritos, de forma a escapar da participação que o multilateralismo enseja. O exemplo mais recorrente é a formação do G8.

O microlateralismo, por sua vez, pretende descrever uma situação na qual não há separação entre o fórum restrito e a instituição multilateral original. Dentro do próprio CSNU, os membros permanentes formam um grupo que conforma o lócus decisório. Não há fórum paralelo nem grupo alternativo: o microlateralismo se dá dentro do multilateralismo. Nesse cenário, o custo político da oposição é ainda maior. Uma forma que os membros não permanentes encontraram para aumentar a capilaridade da discordância foi unir forças e demonstrar a divergência em bloco. Por meio do *soft balancing*, os E10 podem, entre si ou com participação de algum P5, abalar a legitimidade de uma resolução, ao retirá-la do padrão de decisões consensuais.

Durante período de trabalho de campo para a elaboração da tese, participei do Programa de Capacitação Acadêmica da Missão Permanente do Brasil junto à ONU. Entre as atividades desempenhadas, acompanhei as reuniões da I Comissão da AGNU, sobre segurança e desarmamento, e dois processos eleitorais: a escolha do SGNU (o português António Guterres

foi eleito na ocasião) e a eleição dos membros não permanentes do CSNU para o biênio subsequente. Na rodada de votação para os representantes do WEOG, Itália e Países Baixos tiveram empate técnico, e nenhum se aproximou do quórum de dois terços. Os representantes do P5 se reuniram em separado, sem a participação de nenhum outro Estado membro, nem dos dois envolvidos, e decidiram que o mandato seria dividido, com um ano para cada. A decisão foi apenas comunicada, e não houve espaço para propostas alternativas nem discordâncias.

Se a discrepância entre os E10 e os P5 é tamanha, entre os próprios membros não permanentes também há heterogeneidade. Os Estados não possuem os mesmos recursos financeiros, militares e humanos para se inserir nos debates do CSNU. A análise da tese, portanto, focou em duas potências médias emergentes, o Brasil e a Índia. A classificação dos dois países como potência média emergente decorre da indicação de que ambos ocupam uma posição intermediária no sistema internacional, entre as grandes potências e Estados de menor projeção, mas que buscam a ascensão de seu status. O conceito, portanto, indica a posição atual e o movimento ascendente.

Para analisar os votos no CSNU, considerando que eles são vinculados às estratégias diplomáticas de cada país, detalhei a ação internacional de Brasil e Índia a partir de cinco níveis de análise: os atores, o governo, o aspecto socioeconômico, as relações regionais e o sistema global. O objetivo foi compreender como a conjugação dessas dimensões implicou na nuclearização indiana e na direção brasileira em buscar a participação por meio da observância das normas. Entre os principais resultados encontrados, cabe destacar que a inserção regional tem um peso expressivo no incentivo ao acúmulo de capacidades militares. Estando em uma região pivô e cercada por conflitos e países nuclearmente armados, a opção pacífica seria uma ameaça à integridade territorial da Índia. Já o Brasil está localizado em um subcontinente que não possui o mesmo peso estratégico e que é, comparativamente, menos sujeito a conflitos de grandes proporções.

Pela conjugação de fatores domésticos, regionais, e pelas configurações do sistema global, a Índia destoou do Brasil em temas de segurança. O país asiático envolveu-se em diversas guerras e intervenções em sua região, e foi tema de resolução condenatória no CSNU. Com isso, formou-se no país uma visão de desconfiança do multilateralismo, e consolidou-se nas elites a percepção de que o caminho para atingir o patamar de grande potência era fazer frente ao crescimento militar de seus vizinhos, sobretudo da China. Já no Brasil, por conta da ausência de conflitos imediatos com os vizinhos e a presença regional dos Estados Unidos, não houve legitimação por parte das elites para o projeto de potência militar. A opção do Brasil foi,

portanto, mostrar-se como uma alternativa pacífica e aderir ao multilateralismo, para influenciar a construção das normas.

Tendo esse material como base, procedeu-se à análise das votações, comparando votos e justificativas de voto dos dois países em seus mandatos no CSNU entre 1946 e 1990. Foram usados dados primários disponíveis nas bases de dados da organização, complementados pela contribuição de diplomatas e pesquisadores. Inicialmente, foram analisados os mandatos realizados por Brasil e Índia, separados ou em conjunto, durante a Guerra Fria. Enquanto durou a bipolaridade, a ONU esteve inserida nos embates entre as potências e a agenda da organização girou em torno das disputas de interesse entre o bloco capitalista e o socialista.

Naquele período, percebemos que a Índia, mesmo após os testes nucleares de 1974, continuou precisando do apoio da URSS para vetar resoluções que a implicavam ou que se referiram a ações externas no continente asiático. Já o Brasil adotou, majoritariamente, uma postura de convergência com os EUA, em maior ou menor grau, a depender da conjugação de fatores domésticos e internacionais. Não houve, portanto, uma diferença entre as estratégias de ambos: de modo geral, a Índia aproximou-se dos votos da sua aliada regional, a União Soviética, enquanto o Brasil fez o mesmo com os EUA. Mesmo após os testes nucleares e o desafio ao regime do TNP, o CSNU não foi um espaço no qual a Índia se apresentou como opositora das decisões.

Como continuidade à análise, investigamos o período do pós-Guerra Fria, no qual a Índia se tornou efetivamente nuclear e o Brasil renunciou formalmente à possibilidade de fazer o mesmo, ao aderir ao TNP. Com o fim da URSS, a Índia precisou rever sua rede de alianças e optou pela aproximação com os EUA, a exemplo da permissão do abastecimento de aeronaves estadunidenses no contexto da Guerra do Golfo. Para o Brasil, o período de liberalização econômica foi acompanhado da adesão aos regimes internacionais e da manutenção da postura de país (e credor) confiável. A conjuntura foi marcada, ainda, pela ascensão internacional de Brasil e Índia e pela demanda de uma reforma que incluísse potências médias emergentes ao grupo de membros permanentes do CSNU.

Em relação aos votos, a Índia permaneceu como um país que não desafia ou se posiciona autonomamente como opositor no CSNU, mesmo tendo poder nuclear. O Brasil, por sua vez, intensificou o uso da abstenção como forma de mostrar discordância com o texto ou com o processo negociador das resoluções. Ambos encontraram no *soft balancing* uma oportunidade de amplificar as vozes dissonantes, mas o único voto negativo dado por um dos dois foi conferido pelo Brasil, e não pela Índia. Portanto, os resultados encontrados indicam que a

hipótese não foi validada, pois o poder militar e nuclear da Índia não gerou, em termos de voto, uma posição autônoma e direcionada para os interesses nacionais.

Hipóteses nulas, no entanto, não devem ser desconsideradas: não confirmar resultados esperados diz tanto sobre um objeto quanto demonstrar a validade de uma ideia elaborada previamente à coleta de dados. A não confirmação da hipótese inicial resultou em uma contribuição relevante para o campo dos estudos do comportamento de potências médias em instituições internacionais: a não variação significativa no padrão dos votos e na convergência com membros permanentes de Brasil e Índia sugere que a lógica negociadora do CSNU e o impacto da concentração do poder decisório dependem mais da condição de membro permanente/não permanente do que da condição de país nuclear/não nuclear. O controle dos métodos de trabalho e o microlateralismo alteram significativamente os *pays offs* e os cenários possíveis dentro das negociações do CSNU. Como implicação dessa descoberta, vemos que o sistema internacional de segurança opera com uma quantidade reduzida de atores efetivos, o que ajuda a entender as enormes dificuldades para que esse grupo seleto seja ampliado e reformado.

As instituições importam, e as regras também. A estratégia do Brasil de se engajar por meio das normas para buscar transformá-las dentro de âmbitos institucionais é um comportamento adequado, dada sua opção de não se tornar potência nuclear. Entretanto, a nuclearização da Índia não pode ser retirada da equação, pois o país obteve aumento em seu poder de barganha e em seu peso nas considerações sobre questões de segurança, sobretudo no contexto regional. A aproximação com os EUA rendeu dividendos como o Acordo Nuclear e o apoio oficial para um assento permanente no CSNU, e seu papel central na região é cada vez mais reconhecido por Rússia e China, a exemplo da adesão da Índia à Organização para a Cooperação de Shangai, em 2017. O poder nuclear não é decisivo para os votos no CSNU, mas é certamente incontestável para a dinâmica de poder internacional, tema a ser explorado em futuros trabalhos.

A partir desta tese, abrem-se novas agendas de pesquisa a serem exploradas em pesquisas futuras. Como dois casos não permitem formular leis gerais, a metodologia de análise de votos pode, ainda, ser ampliada para estudar outros membros não permanentes do CSNU, como África do Sul, Turquia, México, entre outros. Contribuições posteriores podem, ainda, buscar comportamentos cruzados com outras organizações, como a OMC e as organizações regionais, de forma a verificar se em outro tema ou em sua própria região as correlações de força se alteram.

Para além de futuras aplicações, a tese buscou contribuir para uma maior divulgação na academia brasileira tanto de estudos mais aprofundados sobre as dinâmicas internas da ONU quanto de novas fontes sobre a política externa da Índia, país em franca ascensão internacional e ainda pouco estudado no Brasil. Acredito que os resultados apresentam informações que foram além do objetivo inicialmente proposto. Fica disponibilizado publicamente para todos os futuros pesquisadores um detalhamento do histórico e da construção das estratégias de política externa de Brasil e Índia, formulados a partir de extensa pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e visita ao país asiático.

Além disso, os anexos contêm uma extensa base de dados com as Resoluções, os membros e os votos de cada mandato estudado no CSNU. Os dados ficam disponibilizados na *United Nations Digital Library*, mas é necessário fazer a pesquisa manualmente e individualmente de cada documento, e há diversas ferramentas e filtros que distorcem os resultados caso não sejam corretamente aplicados. A compilação feita pretende auxiliar futuros pesquisadores a avançar nos estudos sobre os votos no CSNU.

Destaco como principal contribuição a constatação de que a separação entre categorias de membros no CSNU – e todos os privilégios e recursos que a acompanham – é o principal fator decisivo para a inserção internacional dos países. Nem a posse de poder nuclear é capaz de neutralizar os efeitos da exclusão de espaços decisórios. Dessa forma, o conceito de microlateralismo, proposto nesta tese, pretende fundamentar futuras pesquisas sobre o tema, ao afirmar que há, dentro do multilateralismo, um fórum excludente e pouco transparente de tomada de decisão: os membros permanentes.

REFERÊNCIAS

AJAMI, F. The Arab Spring at One: A Year of Living Dangerously. *Foreign Affairs*, vol. 91, n. 2, 2012, pp. 56-65.

ALBARET, M. 2013. L'ONU, entre puissance et multilatéralisme. *CERISCOPE Puissance*, pp; 1-7, 2013.

ALBARET, M.; DEVIN, G. Los Países del Sur en Naciones Unidas. *Foro Internacional* 223, vo. LVI, n. 1, pp.13-39, 2016.

ALBUQUERQUE, M.R.A. Os vetos dos EUA no Conselho de Segurança: leituras sobre a política externa estadunidense. *IX Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP)*. Montevidéu, Uruguai, 2017.

ALBUQUERQUE, M.R.A. *O Brasil no Conselho de Segurança: Votações em Resoluções de Capítulo VII (1993-2011).* Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

ALBUQUERQUE, M.R.A Para que serve a democracia? O Congresso Nacional brasileiro e a fundamentação das cláusulas democráticas sul-americanas. *Observador On-line*, vol. 10, n.1, pp 1-27, 2015.

ALDEN, C; MORPHET, S; VIEIRA, M. A. *The South in World Politics*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

ALMEIDA, P.R. "Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5". In FILHO, O.M; FREIXO, A.; FREITAS, J.V. (orgs.), *"Tempo Negro, temperatura sufocante": Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ Contraponto, 2008.

ALVES, V.C. *Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

AMINUZZAMAN, M. India and Iraq - Kuwait Crisis. *International Journal of Scientific Engineering and Research*, vol. 3, n. 7, 2015, pp. 143-150.

AMORIM, C. Prefácio ao Atlas da Política Brasileira de Defesa. In LIMA, M.R.S; MILANI, C.R.S; DUARTE, R.S; ALBUQUERQUE, M.R.A; ACÁCIO, I.D.P.; CARVALHO, T.C; MEDEIROS, J.; NOVACEK, N.; COSTA, M.G.; COSTA, H.B.M; LEMOS, J.P. *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Buenos Aires: Clacso, 2017.

_____. *A Grande Estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014).* Brasília: Funag; São Paulo: Unesp, 2016.

_____. *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.

_____. “Prefácio”. In FONSECA JR.G, (org.). *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU. 1998-1999*. Brasília: IPRI/Funag, 2002.

AMORIM NETO, O. *De Dutra a lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ANDRIOLE, S.J.; WILKENFELD, J; HOPPLE, G.W. A Framework for the Comparative Analysis of Foreign Policy Behavior. *International Studies Quaterly*, vol. 19, n.2, pp 160-198, 1975.

ANNAN, K. *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All*. United Nations, 2005.

ARAÚJO, W.B; FERREIRA, C.E.R. O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: um panorama sobre o mandato 2004-2005. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 5, n. 3, p. 562-592, 2016.

ARRAES, V.C. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n. 2, pp. 152-168, 2005.

ATTINÁ, F. “Global Power Competition and the Rise of Minilateralism in Peace Operations”. In ATTINÁ, F.; IRRERA, D. *Multilateral Security and ESDP Operations*. London: Routledge, 2011, pp. 19-35.

AYRES, A. *Our Time Has Come: How India is making its place in the world*. Nova York, Oxford University Press, 2018.

BACCARINI, M. A evolução dos métodos de trabalho e a emergência do consenso no Conselho de Segurança da ONU: a tomada de decisão por comitês. *Revista Carta Internacional*, v. 12, n. 2, pp. 5-29, 2017.

BADIE, B. *La diplomatie de connivence: les derives oligarchiques du système international*. Paris: La Découverte, 2011.

BAGHAVAN, M. “India and the United Nations: Or Things Fall Apart”. In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp. 596-608.

BARAL, J.K; MAHANTY, J.J. India and the Gulf Crisis: The Response of a Minority Government. *Pacific Affairs*, vol. 65, n. 3, 1992, pp. 368-384.

BARU, S. *The Accidental Prime Minister: The Making and Unmaking of Manmohan Singh*. Nova Délhi: Penguin Books India, 2014.

BATISTA, P. N. Presidindo o Conselho de Segurança da ONU. Política Externa, v. 1, n. 3, p. 86-99, 1992.

BECKER, U. Open systemness and contested reference frames and change: a reformulation of the varieties of capitalism theory. *Socio-Economic Review*, n. 5, 2007, pp. 261–286.

BELLAMY, A.J. *Responsibility to Protect: the global effort to end mass atrocities*. Malden: Polity Press, 2009.

BELLI, B. *A Politização dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

BERDAL, M. "The Balkans". In VON EINSIEDEL, S; MALONE, D; UGARTE, B.S. (eds.) *The UN Security Council in the 21st Century*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2016, pp. 569-594.

BHATIA, V. *The US-India Nuclear Agreement: Accommodating the Anomaly?* Lanham: Lexington Books, 2017.

BOUILLON, M.E. "The Arab Israeli Conflict". In VON EINSIEDEL, S; MALONE, D; UGARTE, B.S. (eds.) *The UN Security Council in the 21st Century*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2016, pp 529-550.

BRAGA, C.C.V. "International Interventions and the Use of Force: a theoretical framework for understanding rising powers? Normative responses". In KENKEL, K M.; MORAES, R.F (orgs.). *O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Brasília:Ipea, 2012.

BROOKS, S.; WOHLFORTH, W. C. Hard Times for Soft Balancing. *International Security*, vol. 30, n. 1, 2005, pp. 72–108.

CANADÁ. *Report of the Commission of Inquiry into the Deployment of Canadian Forces to Somalia*. Ottawa: Minister of Public Works and Government Services, 1997, pp. 227- 274.

CARR, E.H. *Vinte Anos de Crise (1919-1939): uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASARÕES, G. S.P. A Mídia e a Política Externa no Brasil de Lula. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, 2012, pp.211-236.
CASTRO, A. O Congelamento de Poder Mundial. *Revista de Informação Legislativa*, vol. 8, n. 31, pp. 37-52, 1971.

CASTRO GOMES, A. *Olhando Para Dentro (1930-1964)*. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, volume 4. Madrid/Rio de Janeiro: Fundación Mapfre/ Editora Objetiva, 2013.

CERVO, A.; BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2010.

CHADDA, M. *Why India Matters*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2014.

CHANDLER, D. The Responsibility to Protect? Imposing the 'Liberal Peace'. *International Peacekeeping*, vol.11, n.1, pp.59–81, 2014.

CHAUDHURI, R. "The Parliament". In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp. 219-231.

CHAULIA, S. “India and the United Nations”. In SCOTT, D. (ed.), *Handbook of India’s International Relations.* Londres: Routledge, 2011, pp. 278-289.

CHEIBUB, Z. (1985). Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados*, vol. 28, n.1.

CHITALKAR, P; MALONE, D. India and Global Governance. In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp. 581-594.

CLOSS, M. Novo Ciclo na América do Sul: transformações nos cenários de segurança e defesa. *Boletim OPSA*, n. 1, 2019, pp. 10-14.

COHEN, S.P. *India: Emerging Power*. Nova Delhi: Oxford University Press, 2002.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

CONSTITUTION OF INDIA, 1949.

CORRÊA, L.F.S (org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. Brasília: Funag, 2007.

CUNHA, C. L. M. *Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro*. Brasília: FUNAG, 2009.

CUNLIFFE, P (org.). *Critical Perspectives on the Responsibility to Protect: Interrogating Theory and Practice*. Londres/Nova York: Routledge, 2011.

DALLAIRE, R. *Shake Hands with the Devil: The failure of humanity in Rwanda.* Toronto: Vintage Canadá, 2004.

DANESE, S. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro; Topbook, 1999.

DEBAERE, P.; LESAGE, I., ORBIE, J. Effective minilateralism: the EU’S pragmatic embracement of the G20. In DRIESKENS, E.; G. VAN SCHAIK, L. *The EU and Effective Multilateralism: Internal and external reform practices*. Londres: Routledge, 2014.

DESTRADI, S. Regional powers and their strategies: empire, hegemony and leadership. *Review of International Studies*, 36, pp. 903-930, 2010.

DRÈZE, J.; SEN, A. Democratic Practice and Social Inequality in India. *Journal of Asian and African Studies*, vol. 37, n. 6, 2002, pp. 6-37.

ETZIONI, A. Sovereignty as Responsibility. *Orbis*, Philadelphia, vol. 50, n.1, pp 71-85, 2006.

EVANS, G. *The Responsibility to Protect: ending mass atrocities crimes once and for all*. Washington: Brooking Institute Press, 2008.

FAGUNDES, P.E. A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas crises políticas contemporâneas. *Meridiano 47*, vol. 11, pp. 30-32, 2010.

FASSBENDER, B. Rediscovering a Forgotten Constitution: notes on the place of the UN Charter in the international legal order. In DUNLOFF, J.L.; TRACHTMAN, J.P. (orgs), *Ruling the world? Constitutionalism International Law and Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, C.E.R. Brazil as a Non-Permanent Member of the UN Security Council During the 2010–2011 Term. *UN Security Council in Focus – FES Perspective*, 2012, pp. 1-5

FLEMES, D. Emerging Middle Powers' Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum. *GIGA Working Papers*, n. 57, pp 5-30, 2007.

FONSECA, P.C.D; PAES, L.O.; CUNHA, A.M. "The concept of emerging power in international politics and economy". *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 36, n.1 (142), pp. 46-69, 2016.

FONSECA JR., G. *Apontamentos para o estudo da diplomacia multilateral do Brasil: momentos fundadores e temas políticos nas Nações Unidas*. 2014. Tese de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____. *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU. 1998-1999*. Brasília: IPRI/Funag, 2002.

_____. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRANCHINI NETO, H. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n.2, 2005, pp. 129-151.

FROMOUTH, P.J. The Making of a Security Community: the UN after the Cold War. *Journal of International Affairs*, vol. 46, n. 2, 1993, pp. 341.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GANGULY, S. "India's National Security". In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015.

GANGULY, S; MUKHERJI, R. *A Índia desde 1980*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

GARCIA, E. V. "De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 54, n.1, pp. 159-177, 2011a.

_____. *O sexto membro permanente: O Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011b.

_____. *Cronología de las relaciones internacionales de Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GAREIS, S.; VARWICK, J.. *The United Nations: an introduction*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

GILPIN, Robert. 1981. *War and Change in World Politics*. Cambridge UK: Cambridge University Press.

GOKHALE, N.A. *Sri Lanka: From War to Peace*. New Delhi: Haranand Publications, 2009.

GUILHON DE ALBUQUERQUE, J. A. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: USP, 1996.

GUPTA, R.K. India's Economic Agenda: an Interview with Manmohan Singh. The McKinsey Quartely 2005 Special Edition: Fulfilling India's Promise, 2005, pp. 123-132.

HALL, I. The Responsibility to Protect. In PANT, H. V. (ed.), *New Directions in Indian Foreign Policy: Theory and Praxis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp. 172-194.

_____. "The Persistence of Nehruvianism in India's Strategic Culture". In TELLIS, A.J.; SZALWINSKI, A.; WILLS, M. (orgs.), *Strategic Asia 2016–17: Understanding Strategic Cultures in the Asia-Pacific*. The National Bureau of Asian Research: Seattle/Washington, 2016.

HERZ, M; HOFFMANN, A.R. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.

HIRST, M. Potências Emergentes e Negociações de Paz: A Experiência Brasileira nas Conversações Nucleares com o Irã. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 8, p. 68-93, 2019.

_____. "Os cinco 'As' das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação". In ALEMANI, H; LESSA, A.C. (orgs.) *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas*, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 91-128.

HOSSAIN, K. The Concept of Jus Cogens and the Obligation Under The U.N. Charter. *Santa Clara Journal of International Law*, vol. 3, n.1, 2005.

HUNTINGTON, S. *The Lonely Superpower*. Foreign Affairs, vol. 78, n. 2, pp. 35-49, 1999.

HYMAN, A.; GHAYUR, M.; KAUSHIK, N. *Pakistan, Zia and After*. Nova Délhi: Abhinav Publications, 1989.

JACOB, H. *Line on Fire: Ceasefire Violations and India–Pakistan Escalation Dynamics*. Nova Delhi: Oxford University Press, 2019.

JAKOBSEN, K. *Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo (USP), 2016.

JENKINS, R. India's States and the Making of Foreign Economic Policy: The Limits of the Constituent Diplomacy Paradigm. *Publius*, vol. 33, N. 4, , 2003, pp. 63-81.

JERVIS, R. *Perception and Misperception in International Politics*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2017.

JORDAAN, E. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. *Politikon*, vol. 30, n. 2, pp. 165-181, 2003.

KAPUR, H. *Foreign Policies of India's Prime Ministers*. Nova Délhi: Lancer International, 2009.

KAVALSKI, E. India's Bifurcated Look to 'Central Eurasia': The Central Asian Republics and Afghanistan. In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp. 424-436.

KEATING, C. "Power dynamics between Permanent and Elected Members". In VON EINSIEDEL, S; MALONE, D; UGARTE, B.S. (eds.) *The UN Security Council in the 21st Century*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2016, pp. 121-138.

KENKEL, K.M. "O dilema interno da soberania: a evolução das normas de intervenção". In KENKEL, K.M; MORAES, R.F (orgs.). *O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Brasília:Ipea, 2012.

KENNEDY, A. Nehru's Foreign Policy: Realism and Idealism Conjoined. In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp 92-103.

KEOHANE, R. Multilateralism: An Agenda for Research. *International Journal*, vol. 45, nº. 4, pp. 731-764, 1990.

_____. "Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics". *International Organizations*, vol. 23, nº. 2, 1969.

KEYNES, J.M. *As Consequências Econômicas da Paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KISSINGER, H. *Diplomacy*. Nova York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

KRASNER, S.D. *Structural Conflict: Third World Against Global Liberalization*. Los Angeles: University of California Press, 1985.

_____. Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n. 42, pp. 93-110, 2012.

KRATOCHWIL, F. The Embarrassment of Changes: Neo-Realism as the Science of Realpolitik without Politics. *Review of International Studies*, vol. 19, n. 1, 1993, pp. 63-80.

KUMAR, R. The Private Sector. In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015.

LAFER, C. *A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LATIF, D. UN´s Changing Role on the Post-Cold War Era. *The Turkish Yearbook*, vol. XXX, pp. 23-66, 2000.

LIMA, M.R.S; HIRST, M. "Brasil como País Intermediário e Poder Regional". In HURRELL, A.; LIMA, M.R.S; HIRST, M.; MACFARLANE, N.; NARLIKAR, A.; FOOT, R. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LIMA, M.R.S; MILANI, C.R.S; DUARTE, R.S; ALBUQUERQUE, M.R.A; ACÁCIO, I.D.P.; CARVALHO, T.C; MEDEIROS, J.; NOVACEK, N.; COSTA, M.G.; COSTA, H.B.M; LEMOS, J.P. *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Buenos Aires: Clacso, 2017.

LIMA, M.R.S; MILANI, C.R.S. "Introdução". In LIMA, M.R.S; MILANI, C.R.S; DUARTE, R.S; ALBUQUERQUE, M.R.A; ACÁCIO, I.D.P.; CARVALHO, T.C; MEDEIROS, J.; NOVACEK, N.; COSTA, M.G.; COSTA, H.B.M; LEMOS, J.P. *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Buenos Aires: Clacso, 2017.

LIMA, M.R.S. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Brasília: Funag, 2013.

_____. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n.1, pp. 24-59, 2005.

_____. Instituições Democráticas e Política Exterior. *Contexto Internacional*, vol. 22, n.2, pp 265-303, 2000.

_____. Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial do pós-Guerra Fria. *Dados*, vol. 39, n. 3, 1996, n.p.

LOUNDO, D; MISSE, M (org.). *Diálogos Tropicais: Brasil e Índia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MACFARLANE, N.; NARLIKAR, A.; FOOT, R. *Os Brics e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MADAN, T. "Officialdom: South Block and beyond". In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp. 232-246.

MAHRENBACH, L. C. *The Trade Policy of Emerging Powers: Strategic Choices of Brazil and India*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.

MALONE, D. MOHAN, R., RAGHAVAN, S. “India and the World”. In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp.3-20.

MALONE, D (ed.). *The UN Security Council: From the Cold War to the 21st Century*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

MARCONDES, D. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH. In KENKEL, K; MORAES, R.F. O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea, 2012, pp. 243-268.

MATTHEWS, R.G. The Development of India's Defence- Industrial Base. *Journal of Strategic Studies*, vol. 12, n. 4, 1989, pp. 405-430.

MAZUMDAR, S. Continuity and Change in Indian Capitalism. International Seminar on ‘Rethinking Capitalist Development in Emerging Economies’, Rio De Janeiro, Brazil, 19th - 21st October 2011.

MCDONALD, K.C; PATRICK, S.M. UN Security Council Enlargement and US Interests. *Council Special Report*, n. 59, Council on Foreign Relations, 2010.

MCGEE, J. Exclusive Minilateralism: An Emerging Discourse within International Climate Change Governance? *Journal of Multidisciplinary International Studies*, vol. 8, n. 3, 2011, pp. 1-29.

MCHENRY, D.E. Foreign Affairs under Presidential and Parliamentary Governments. *The Australian Quarterly*, vol. 19, n. 2, pp. 72-77, 1947.

MELLO, Flávia de Campos. O Brasil e o Multilateralismo Contemporâneo. *Texto para Discussão 1628*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Rio de Janeiro, 2011.
METCALF, B.D; METCALF, T.R. *História Concisa da Índia Moderna*. São Paulo: Edipro, 2013.

MILANI, C.R.S. Crise Política e Relações Internacionais: uma análise escalar da política externa brasileira. In VI Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: Relações Internacionais em Tempos de Crise Econômica e Política. Brasília, Funag: 2012, pp 43-60.

MILANI, C.R.S; MUÑOZ, E.E.; DUARTE, R.S.; KLEIN, M. *Atlas da Política Externa Brasileira*. Buenos Aires: Clacso; Rio de Janeiro: EDUerj, 2014.

MILANI, C.R.S; PINHEIRO, L.; LIMA, M.R.S. Brazil’s foreign policy and the ‘graduation dilemma’. *International Affairs*, vol. 93, n.3, 2017, pp. 585–605.

MILLER, M. C. India’s Feeble Foreign Policy: a would-be great power resists its own rise. *Foreign Affairs Journal*, n.p., 2013.

MILZA, P. *Les relations internationales de 1918 à 1939*. Paris: Armand Colin, 2006.

MOESCH, Frederico F. A atuação do Poder Legislativo na política externa brasileira após 1988. *III Seminário Internacional Organizações e Sociedade: Inovações e Transformações Contemporâneas*, PUC-RS, 2008.

MOHAN, C. R. *Crossing the Rubicon: The Shaping of India's New Foreign Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

MONTENEGRO, R. H; MESQUITA, R. Leaders or Loners? How Do the BRICS Countries and their Regions Vote in the UN General Assembly. *Brazilian Political Science Review*, vol. 11, n.2, pp 1-32, 2017.

MORGENTHAU, H. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOURA, G. *O Alinhamento sem Recompensa: a Política Externa do Governo Dutra*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

MUKHERJEE, R.; MALONE, D. India and the UN Security Council: An Ambiguous Tale. *Economic & Political Weekly*, vol. XLVII, n. 29, 2013.

NAÍM, M. Minilateralism. *Foreign Policy*; Washington Edition 173, 2009, pp. 136,135.

NARLIKAR, A. "Patriotismo Peculiar ou Cálculo Estratégico? Explicando a Estratégia de Negociação da Índia em Ascensão". In HURRELL, A.; LIMA, M.R.S; HIRST, M.;

NASH, J. Two-Person Cooperative Game. *Econometrica*, vol. 21, n. 1, pp. 128-140, 1953.

NAYAR, B.R.; PAUL, T.V. *India in the World Order: Searching for Major-Power Status*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

NERI, M. *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NERY, T. *A política externa brasileira e a Unasul: geopolítica e expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), 2015.

NOLTE, D. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, vol. 34, n. 4, pp. 881-901, 2010.

NORONHA, L. *A Estratégia Marítima Indiana Pós-Guerra Fria: do Status Quo ao Imperialismo*. Dissertação de Mestrado em Estudos Marítimos. Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação (PPGEM), Rio de Janeiro, 2017.

OGDEN, C. *Indian Foreign Policy: Ambition and Transition*. Cambridge: Polity Press, 2014.

_____. "India and Nuclear Weapons". In SCOTT, D. (ed.), *Handbook of India's International Relations.* Londres: Routledge, 2011a, pp. 290-299.

_____. “International ‘aspirations’ of a rising power”. In SCOTT, D. (ed.), Handbook of India’s International Relations. Londres: Routledge, 2011b, pp. 3-13.

OLIVEIRA, A.P.L.; UZIEL, E.; ROCHA, R. A Atuação dos BRICS no Conselho de Segurança das Nações Unidas no Ano de 2011. *Política Externa*, vol. 23, n. 4, 2015, pp. 67-75.

OLIVEIRA, A. J.; PFEIFER, E. “O empresariado e a política exterior do Brasil”. In: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. (Orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 389-428.

ONUKI, J; OLIVEIRA, A. Mercosul e os BRICS: a convergência na Assembleia Geral das Nações Unidas. *Geopolítica(s)*, vol. 4, n. 1, pp- 87-106, 2013.

ORLAND, B. “India’s relations with Sri Lanka”. In SCOTT, D. (ed.), Handbook of India’s International Relations. Londres: Routledge, 2011, pp. 95-106.

PANKAJ, A.K. Engaging with Discourse on Caste, Class and Politics in India. *South Asia Research*, vol. 27, n. 3, 2007, pp. 333-353.

PAPE, R. Soft Balancing against the United States. *International Security*, vol. 30, n. 1, pp 7-45, 2005.

PARDESI, M. S. Is India a Great Power? Understanding Great Power Status in Contemporary International Relations. *Asian Security*, vol.11, n.1, 2015, pp 1-30.

PATRIOTA, A. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília*: Funag, 1998.

PAUL, T.V. Soft Balancing in the age of US primacy. *International Security*, vol. 30, n. 1, pp 46-71, 2005.

_____. “The enduring axioms of balance of power theory”. In PAUL T. V.; WIRTZ J. J; FORTMANN, M. (eds.). Balance of power: Theory and practice in the twenty-first century Stanford, CA: Stanford University Press, 2004, pp. 1-25.

PECEQUILO, C.S. *Manual do Candidato: Política Internacional*. Brasília: Funag, 2012.

_____. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PERKOVICH, G. *India's Nuclear Bomb: The Impact on Global Proliferation*. Berkeley: University of California Press, 1999.

PICCONE, T; ALINIKOFF, E. “India: Passive Promoter”. In PICCONE, T; ALINIKOFF, E. *Rising Democracies and the Arab Awakening: Implications for Global Democracy and Human Rights*. Managing Global Order, 2012, pp 11-18.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (org.) *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PINTO, P.C.A. Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000). Brasília: Funag, 2015.

PU, X. Potências Emergentes, legitimidade e mudanças normativas internacionais. In STUENKEL, O. (org). Potências Emergentes e Desafios Globais. *Cadernos Adenauer*, n.2, pp. 13-32, 2012.

PURI, H. S. *Perilous Interventions: the Security Council and the politics of chaos*. Uttar Pradesh: Harper Collins Publishers, 2016.

RACINE, J.L. "Cachemire: ni guerre ni paix". In BADIE, B; VIDAL, D. *Nouvelles Guerres: L'État du Monde 2015*. Paris: Éditions La Découverte, pp. 194- 199, 2014.

RAFI, T.; SHRIVASTAVA, U.; AKHTAR, N. India's Foreign Policy – Retrospect and prospect. *African Journal of Political Science and International Relations*, vol. 9, n. 6, pp 212-216, 2015.

RAGHAVAN, P. "Establishing the Ministry of Foreign Affairs". In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy*. Oxford Handbooks, 2015, pp. 80-91.

ROSAS, M.C. O Conselho de Segurança das Nações Unidas: 60 anos não é nada. *Cadernos Adenauer*, vol. VI, n.1, 2005.

ROUTRAY, B.P. *National Security Decision-Making in India*. RSIS Monograph n. 27. Nanyang: S. Rajaratnam School of International Studies, 2013.

RUGGIE, J. Multilateralism: the Anatomy of an Institution. *International Organization*, vol. 46, nº 3, pp. 561-598, 1992.

RYNN, J. *The Power to Create Wealth: A systems-based theory of the rise and decline of the Great Powers in the 20th century*. Political Science Dissertation, The City University of New York, 2001.

SACHS, I. "Duas 'Baleias' no Oceano Global". In LOUNDO, D; MISSE, M (org.). *Diálogos Tropicais: Brasil e Índia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SAINATH, P. The New World *Odour*: the Indian Experience. In MOWLANA, H.; GERBNER, G.; SCHILLER, H.I. *Triumph of The Image: The Media's War in The Persian Gulf - A Global Perspective*. Boulder: Westview Press, 1992.

SAMPAIO, M.F.N.O. *O Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT): perspectivas para sua entrada em vigor e para a atuação diplomática brasileira*. Brasília: Funag, 2012.

SANTANA, C.H.V. *Trajetórias de reformas e mudanças institucionais na semiperiferia: abertura financeira e capacidades estatais no Brasil e Índia*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (IESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. "O Brasil na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas". In: FONSECA JR., Gelson; CASTRO, S. H. N. (Orgs.). *Temas de política externa brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 135-145.

SCHELDRUP, M. *Lilliputian Choice: Explaining Small State Foreign Policy Variation*. Undergraduate Honors Theses, University of Colorado, Boulder, 2014.

SCHUBIK, M. *Game Theory in Social Sciences: Concepts and Solutions*. Cambridge: MIT Press, 1978.

SCOTT, D. India and Regional Integration. In SCOTT, D. (ed.), *Handbook of India's International Relations.* Londres: Routledge, 2011, pp. 118-128.

SELCHER, W. A. *Brazil's multilateral relations: between first and third worlds*. Boulder: Westview. 1972.

SENNES, R. *Brasil, México e Índia na Rodada do Uruguai do GATT e no Conselho de Segurança a ONU: um estudo sobre países intermediários*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2001.

SHORT, K. From Commission to Council: has the United Nations succeeded in creating a credible human rights body? *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*. vol.5 n.9, pp 147-171, 2008.

SILVA, M.C. A Indústria de Defesa na Economia e Política Externa do Brasil Contemporâneo. *Caderno de Estudos do Tempo Presente*, n. 21, 2015, p. 31-45.

SINGH, S. Potências em Ascensão e a Não Proliferação Nuclear. *Cadernos Adenauer*, ano XIII, vol. 2, 2012, pp. 59-74.

SINGH, A. The Past, Present and Future of Industrial Policy in India: adapting to the changing domestic and international environment. *Centre for Business Research, University of Cambridge Working Paper No. 376*, 2008.

SINGH, J. Against Nuclear Apartheid. *Foreign Affairs* (Council on Foreign Relations), vol. 77, n.5:41, np., 1998.

SPROUT, H; SPROUT, M. *Man-Millieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics*. Princeton, Center of International Studies, 1956.

SRIDHARAN, E. "Rising or Constrained Power?". In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy. Oxford Handbooks*, 2015, pp. 699-711.

STANILAND, P; NARANG, V. "State and Politics". In MALONE, D; RAJA MOHAN, C; RAGHAVAN, S (org). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy. Oxford Handbooks*, 2015, pp. 205-218.

STEIN, A. "Coordination and Collaboration: Regimes in an Anarchic World". In BALDWIN, D. (ed.) Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate. Nova York: Columbia University Press, 1993.

STUENKEL, O. Potências Emergentes e Desafios Globais. In STUENKEL, O. (org). Potências Emergentes e Desafios Globais. *Cadernos Adenauer*, n.2, pp 7-12, 2012.

_____. Identidade, Status e Instituições Internacionais: O Caso do Brasil, da Índia e do Tratado de Não Proliferação. *Contexto Internacional*, vol. 32, n. 2, pp. 519-561, 2010a.

_____. Leading the disenfranchised or joining the establishment? India, Brazil, and the UN Security Council. *Carta Internacional*, pp. 53-63, 2010b.

TANHAN, G. Indian Strategic Culture. *The Washington Quaterly*, vol. 15, n. 1, pp. 129-142, 1992.

THAROOR, S. *Pax Indica: India and the World in the 21st Century*. Nova Delhi: Allen Lane, 2012.

_____. The Land of a Better Story: India and Soft Power. *Global Asia*, vol. 2, n. 1, pp. 70-76, 2007.

TOMUSCHAT, C. *Uniting for Peace*. United Nations Audiovisual Library of International Law, 2008.

UZIEL, E. *O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 2015.

_____. O Voto do Brasil e a Condição de Membro Eletivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Política Externa*, vol. 21, n. 1, 2012, pp. 131-161.

_____. *O Conselho de Segurança, as Missões de Paz e o Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 2011.

VALENÇA, M; TOSTES, A.P. A inserção internacional brasileira por meio da consolidação das normas de prevenção de conflitos e proteção aos civis em conflitos armados: possibilidades a partir da responsabilidade ao proteger. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, pp. 63 – 81, 2015.

VALENTE, L.; ALBUQUERQUE, M.R.A. Da discrição ao ativismo; o novo papel da China no Conselho de Segurança da ONU. *Contexto Internacional*, vol. 37, n. 2, pp. 693-726, 2015.

VALLE, V. A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: uma análise sobre a posição brasileira e suas repercussões. *Cadernos Adenauer*, vol. VI, n.1, 2005.

VANAIK, A. The Rajiv Congress in Search of Stability. *New Left Review*, vol. 0, ed. 154, 1985, pp. 11-55.

VARGAS, J.A.C. *Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro*. Brasília: Funag, 2013.

_____. *Campanha Permanente: a construção do substrato normativo da busca do Brasil por uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 2008. 105 f. Dissertação de Mestrado– Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

_____. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 40, n.1, pp. 41-74, 1997.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007.

VIOTTI, M.L. R., DUNLOP, R. M.C., FERNANDES, L. L.G. (org). *O Brasil no Conselho de Segurança 2010-2011*. Brasília: Funag, 2014.

VON EINSIEDEL, S; MALONE, D; UGARTE, B.S "Introduction". In VON EINSIEDEL, S; MALONE, D; UGARTE, B.S. (eds.) *The UN Security Council in the 21st Century*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2016, pp. 1-26.

WALLESTEEN, P; JOHANSSON, P. "The UN Security Council: Decisions and Actions". In VON EINSIEDEL, S; MALONE, D; UGARTE, B.S. (eds.) *The UN Security Council in the 21st Century*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2016, pp. 27-56.

WALT, S. Can the United States Be Balanced? If So, How? *Prepared for delivery at the 2004 Annual Meeting of the American Political Science Association*, September 2 - September 5, 2004, pp. 1-51.

WALTZ, K. N. *Theory of International Politics*. Reading, Mass., Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEAVER, R.K; ROCKMAN, B.A. *Do Institutions Matter? Government Capabilities in the United States and abroad*. Washington, D.C: The Brookings Institution, 1993.

ZIEMATH, G.G.S. *O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)*. Brasília; Funag, 2016.

ZIEMATH, G.G.S. *A Participação do Brasil no Conselho de Segurança: 1945-2011*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2014.

ANEXO A: Resoluções aprovadas no CSNU em 1946 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/1	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Comando Militar (art. 47)	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/2	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/3	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
	URSS	Não compareceu
	China	Sim
	Austrália	Não compareceu
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1946 (continuação)

S/RES/3 Irã	México Polônia	Sim Sim
S/RES/4 Espanha	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Brasil Egito Holanda México Polônia	Sim Sim Sim Abstenção Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/5 Irã	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Brasil Egito Holanda México Polônia	Sim Sim Sim Não compareceu Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/6 Procedimento	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Brasil	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim

ANEXO C: Resoluções aprovadas no CSNU em 1946 (continuação)

S/RES/6	Egito	Sim
	Holanda	Sim
Procedimento	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/7	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Espanha	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/8	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão	França	Sim
Suécia	URSS	Sim
Afeganistão	China	Sim
Islândia	Austrália	Abstenção
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/9	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
CIJ	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim

ANEXO D: Resoluções aprovadas no CSNU em 1946 (continuação)

S/RES/9	Brasil	Sim
	Egito	Sim
CIJ	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/10	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Espanha	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/11	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
CIJ	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/12	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Grécia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim

ANEXO E: Resoluções aprovadas no CSNU em 1946 (continuação)

S/RES/12	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
Grécia	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/13	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão	França	Sim
Tailândia	URSS	Sim
(Sião)	China	Sim
	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/14	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Procedimento	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim
S/RES/15	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Grécia	França	Sim
	URSS	Sim

ANEXO F: Resoluções aprovadas no CSNU em 1946 (conclusão)

S/RES/15	China	Sim
	Austrália	Sim
Grécia	Brasil	Sim
	Egito	Sim
	Holanda	Sim
	México	Sim
	Polônia	Sim

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/16	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Trieste	França	Sim
Itália	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Abstenção
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/17	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Grécia	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Abstenção
	Síria	Sim
S/RES/18	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Controle de armas	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (continuação)

S/RES/18 Controle de armas	Polônia Síria	Sim Sim
S/RES/19 Corfu (Albânia x Reino Unido)	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Bélgica Brasil Colômbia Polônia Síria	Sim Sim Sim Abstenção Sim Sim Sim Sim Sim Abstenção Abstenção
S/RES/20 Energia Atômica	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Bélgica Brasil Colômbia Polônia Síria	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/21 Tutela Ilhas do Pacífico (EUA)	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Bélgica Brasil	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (continuação)

S/RES/21 Tutela Ilhas do Pacífico (EUA)	Colômbia Polônia Síria	Sim Sim Sim
S/RES/22 Corfu (Albânia x Reino Unido)	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Bélgica Brasil Colômbia Polônia Síria	Sim Não compareceu Sim Abstenção Sim Sim Sim Sim Sim Abstenção Sim
S/RES/23 Grécia	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Bélgica Brasil Colômbia Polônia Síria	Sim Sim Sim Abstenção Sim Sim Sim Sim Sim Abstenção Sim
S/RES/24 Admissão Hungria	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália	Sim Sim Sim Sim Sim Abstenção

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (continuação)

S/RES/24	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
Admissão	Colômbia	Sim
Hungria	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/25	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão	França	Sim
Itália	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Abstenção
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/26	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Procedimento	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/27	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Indonésia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (continuação)

S/RES/27	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
Indonésia	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/28	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Grécia	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/29	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão	França	Sim
Iêmen	URSS	Sim
Paquistão	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/30	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Abstenção
Indonésia	França	Sim
	URSS	Abstenção

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (continuação)

S/RES/30	China	Sim
	Austrália	Sim
Indonésia	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Abstenção
	Polônia	Abstenção
	Síria	Sim
S/RES/31	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Indonésia	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Abstenção
	Síria	Abstenção
S/RES/32	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Abstenção
Indonésia	França	Sim
Holanda	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/33	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Procedimento	França	Sim

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (continuação)

S/RES/33	URSS	Sim
	China	Sim
Procedimento	Austrália	Abstenção
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim
S/RES/34	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Grécia	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Abstenção
	Síria	Sim
S/RES/35	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Indonésia	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Abstenção
	Síria	Sim

ANEXO B: Resoluções aprovadas no CSNU em 1947 (conclusão)

S/RES/36	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Indonésia	França	Sim
S/RES/36	URSS	Abstenção
	China	Sim
Indonésia	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Abstenção
	Polônia	Não
	Síria	Abstenção
S/RES/37	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Procedimento	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Polônia	Sim
	Síria	Sim

ANEXO C: Resoluções aprovadas no CSNU em 1950 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/80	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Índia e a Paquistão	França	Sim
	URSS	Não compareceu
	China/Taiwan	Sim
	Cuba	Sim
	Egito	Sim
	Equador	Sim
	Índia	Abstenção
	Iugoslávia	Abstenção
	Noruega	Sim
S/RES/81	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Procedimento	França	Sim
	URSS	Não compareceu
	China/Taiwan	Sim
	Cuba	Sim
	Egito	Sim
	Equador	Sim
	Índia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Noruega	Sim
S/RES/82	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Guerra da Coreia	França	Sim
	URSS	Não compareceu
	China/Taiwan	Sim
	Cuba	Sim
	Egito	Sim
	Equador	Sim
	Índia	Sim

ANEXO C: Resoluções aprovadas no CSNU em 1950 (continuação)

S/RES/82	Iugoslávia	Abstenção
Guerra da Coreia	Noruega	Sim
S/RES/83	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Guerra da Coreia	França	Sim
	URSS	Não compareceu
	China/Taiwan	Sim
	Cuba	Sim
	Egito	Não compareceu
	Equador	Sim
	Índia	Não compareceu
	Iugoslávia	Não
	Noruega	Sim
S/RES/84	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Guerra da Coreia	França	Sim
	URSS	Não compareceu
	China/Taiwan	Sim
	Cuba	Sim
	Egito	Abstenção
	Equador	Sim
	Índia	Abstenção
	Iugoslávia	Abstenção
	Noruega	Sim
S/RES/85	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Guerra da Coreia	França	Sim
	URSS	Não compareceu
	China/Taiwan	Sim
	Cuba	Sim
	Egito	Sim
	Equador	Sim

ANEXO C: Resoluções aprovadas no CSNU em 1950 (continuação)

S/RES/85	Índia	Sim
	Iugoslávia	Abstenção
Guerra da Coreia	Noruega	Sim
S/RES/86	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão da Indonésia	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Não
	Cuba	Sim
	Egito	Sim
	Equador	Sim
	Índia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Noruega	Sim
S/RES/87	Estados Unidos	Não
	Reino Unido	Sim
Invasão de Taiwan	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Não
	Cuba	Não
	Egito	Abstenção
	Equador	Sim
	Índia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Noruega	Sim
S/RES/88	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Coreia do Norte	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Não
	Cuba	Não
	Egito	Abstenção

ANEXO C: Resoluções aprovadas no CSNU em 1950 (conclusão)

S/RES/88 Coreia do Norte	Equador Índia Iugoslávia Noruega	Sim Sim Sim Sim
S/RES/89 Palestina Armistício entre a Jordânia e Israel	Estados Unidos Reino Unido França URSS China/Taiwan Cuba Egito Equador Índia Iugoslávia Noruega	Sim Sim Sim Abstenção Sim Sim Abstenção Sim Sim Sim Sim

ANEXO D: Resoluções aprovadas no CSNU em 1951 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/90	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Guerra da Coreia	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Equador	Sim
	Países Baixos	Sim
	Índia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Turquia	Sim
S/RES/91	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Índia e Paquistão	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Equador	Sim
	Países Baixos	Sim
	Índia	Abstenção
	Iugoslávia	Abstenção
	Turquia	Sim
S/RES/92	Estados Unidos	Estados Unidos
	Reino Unido	Reino Unido
Palestina	França	França
	URSS	Rússia
	China/Taiwan	China
	Brasil	Brasil
	Equador	Equador
	Países Baixos	Países Baixos
	Índia	Índia

ANEXO D: Resoluções aprovadas no CSNU em 1951 (continuação)

S/RES/92	Iugoslávia	Iugoslávia
Palestina	Turquia	Turquia
S/RES/93	Estados Unidos	Estados Unidos
	Reino Unido	Reino Unido
Palestina	França	França
	URSS	Rússia
	China/Taiwan	China
	Brasil	Brasil
	Equador	Equador
	Países Baixos	Países Baixos
	Índia	Índia
	Iugoslávia	Iugoslávia
	Turquia	Turquia
S/RES/94	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
CIJ	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Equador	Sim
	Países Baixos	Sim
	Índia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Turquia	Sim
S/RES/95	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Palestina	França	Sim
Egito	URSS	Abstenção
	China/Taiwan	Abstenção
	Brasil	Sim
	Equador	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO D: Resoluções aprovadas no CSNU em 1951 (conclusão)

S/RES/95	Índia	Abstenção
Palestina	Iugoslávia	Sim
Egito	Turquia	Sim
S/RES/96	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Índia	França	Sim
Paquistão	URSS	Abstenção
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Equador	Sim
	Países Baixos	Sim
	Índia	Abstenção
	Iugoslávia	Sim
	Turquia	Sim

ANEXO E: Resoluções aprovadas no CSNU em 1952

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/97	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Armas	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Grécia	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Turquia	Sim
S/RES/98	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Índia	França	Sim
Paquistão	URSS	Abstenção
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Grécia	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Não compareceu
	Turquia	Sim

ANEXO F: Resoluções aprovadas no CSNU em 1954

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/104	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Guatemala	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Dinamarca	Sim
	Líbano	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Turquia	Sim
S/RES/105		
CIJ	SEM VOTO	SEM VOTO
Morte de juiz		

ANEXO G: Resoluções aprovadas no CSNU em 1955 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/106	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Palestina	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Irã	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Peru	Sim
	Turquia	Sim
S/RES/107	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Palestina	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Irã	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Peru	Sim
	Turquia	Sim
S/RES/108	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Palestina	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bélgica	Sim
	Brasil	Sim
	Irã	Sim
	Nova Zelândia	Sim

ANEXO G: Resoluções aprovadas no CSNU em 1955 (conclusão)

S/RES/108 Palestina	Peru Turquia	Sim Sim
S/RES/109 Admissão de 16 novos membros	Estados Unidos Reino Unido França URSS China/Taiwan Bélgica Brasil Irã Nova Zelândia Peru Turquia	Abstenção Sim Sim Sim Abstenção Abstenção Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/110 Revisão da Carta	Estados Unidos Reino Unido França URSS China/Taiwan Bélgica Brasil Irã Nova Zelândia Peru Turquia	Sim Sim Abstenção Não Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim

ANEXO H: Resoluções aprovadas no CSNU em 1963 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/178	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Senegal	França	Sim
Portugal	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/179	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iêmen	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/180	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Territórios de Portugal	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim

ANEXO H: Resoluções aprovadas no CSNU em 1963 (continuação)

S/RES/180	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim
Territórios de Portugal		
S/RES/181	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Abstenção
Apartheid África do Sul	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/182	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Apartheid África do Sul	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/183	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Territórios de Portugal	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	SimSim

ANEXO H: Resoluções aprovadas no CSNU em 1963 (conclusão)

S/RES/183	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
Territórios de Portugal	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/184	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Zanzibar	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/185	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Quênia	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Brasil	Sim
	Gana	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Filipinas	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO I: Resoluções aprovadas no CSNU em 1964 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/186	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/187	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/188	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Iêmen	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim

ANEXO I: Resoluções aprovadas no CSNU em 1964 (continuação)

S/RES/188	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
Iêmen		
S/RES/189	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Camboja	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/190	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Apartheid África do Sul	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Abstenção
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/191	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Apartheid África do Sul	França	Abstenção
	URSS	Abstenção
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim

ANEXO I: Resoluções aprovadas no CSNU em 1964 (continuação)

S/RES/191	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
Apartheid África do Sul	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Abstenção
S/RES/192	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/193	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Abstenção
S/RES/194	Estados Unidos	Sim
Chipre	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim

ANEXO I: Resoluções aprovadas no CSNU em 1964 (continuação)

S/RES/194	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/195	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Malawi	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/196	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Malta	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/197	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Zâmbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim

ANEXO I: Resoluções aprovadas no CSNU em 1964 (conclusão)

S/RES/197	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
Admissão Zâmbia	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/198	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
S/RES/199	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
RD Congo	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Bolívia	Sim
	Brasil	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Marrocos	Sim
	Noruega	Sim
	Tchecoslováquia	Sim

ANEXO J: Resoluções aprovadas no CSNU em 1967 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/233	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Cessar-Fogo	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim
S/RES/234	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Cessar-Fogo	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO J: Resoluções aprovadas no CSNU em 1967 (continuação)

S/RES/235	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Cessar-Fogo	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim
S/RES/236	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Cessar Fogo	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO J: Resoluções aprovadas no CSNU em 1967 (continuação)

S/RES/237	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Cessar-Fogo	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim
S/RES/238	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO J: Resoluções aprovadas no CSNU em 1967 (continuação)

S/RES/239	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
RD Congo	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim
S/RES/240	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Cessar-Fogo	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO J: Resoluções aprovadas no CSNU em 1967 (continuação)

S/RES/241	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
RD Congo	França	Sim
Portugal	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim
S/RES/242	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Cessar-Fogo	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO J: Resoluções aprovadas no CSNU em 1967 (conclusão)

S/RES/243	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Iêmen	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim
S/RES/244	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Bulgária	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Mali	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/245	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África Ocidental	França	Sim
África do Sul	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/246	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África Ocidental	França	Sim
África do Sul	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continuação)

S/RES/247	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/248	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continuação)

S/RES/249	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Ilhas Maurício	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/250	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continuação)

S/RES/251	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/252	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Abstenção
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continuação)

S/RES/253	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Rodésia do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/254	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continuação)

S/RES/255	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Proteção de Estados Não	França	Abstenção
Nuclearmente Armados	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Abstenção
	Brasil	Abstenção
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/256	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continuação)

S/RES/257	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Suazilândia	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/258	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Abstenção
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (continuação)

S/RES/259	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido França	Sim
Oriente Médio	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Abstenção
	Etiópia	Abstenção
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
		Sim
S/RES/260	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Guiné	França	Sim
Equatorial	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO K: Resoluções aprovadas no CSNU em 1968 (conclusão)

S/RES/261	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/262	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
	URSS	Sim
	China/Taiwan	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Dinamarca	Sim
	Etiópia	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Paquistão	Sim
	Paraguai	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/308	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Reunião do CS na África	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/309	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Não votou
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continuação)

S/RES/310	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Abstenção
Namíbia	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/311	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Apartheid África do Sul	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continuação)

S/RES/312	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Territórios de Portugal	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Abstenção
	Bélgica	Abstenção
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Abstenção
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/313	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continuação)

S/RES/314	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Rodésia do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/315	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continuação)

S/RES/316	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Abstenção
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/317	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Sim
Síria	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continuação)

S/RES/318	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Rodésia do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/319	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Não votou
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continuação)

S/RES/320	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Rodésia do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/321	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Senegal	França	Sim
Portugal	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Abstenção
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (continuação)

S/RES/322	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Territórios de Portugal	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/323	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Não votou
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO L: Resoluções aprovadas no CSNU em 1972 (conclusão)

S/RES/324	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Bélgica	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Panamá	Sim
	Somália	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/325	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Reuniões do CS no	França	Sim
Panamá	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/326	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Rodésia do Sul	França	Sim
Zâmbia	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/327	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Zâmbia	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/328	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Rodésia do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/329	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Zâmbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/330	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
América Latina	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/331	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Oriente Médio	França	Sim
Egito	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/332	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Abstenção
	China	Abstenção
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Abstenção
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/333	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Rodésia do Sul	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/334	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Abstenção
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/335 Admissão das duas Alemanhas	SEM VOTO	SEM VOTO
S/RES/336 Admissão Bahamas	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Áustria Guiné Índia Indonésia Iugoslávia Panamá Peru Quênia Sudão	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/337 Israel Líbano	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Áustria Guiné Índia Indonésia Iugoslávia Panamá Peru	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/337 Israel Líbano	Quênia Sudão	Sim Sim
S/RES/338 Oriente Médio Cessar-Fogo	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Áustria Guiné Índia Indonésia Iugoslávia Panamá Peru Quênia Sudão	Sim Sim Sim Sim Não votou Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/339 Egito Israel Cessar-Fogo	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Áustria Guiné Índia Indonésia Iugoslávia Panamá Peru	Sim Sim Sim Sim Não votou Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/339 Egito Israel Cessar-Fogo	Quênia Sudão	Sim Sim
S/RES/340 Oriente Médio UNEF	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Áustria Guiné Índia Indonésia Iugoslávia Panamá Peru Quênia Sudão	Sim Sim Sim Sim Não votou Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/341 UNEF	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Áustria Guiné Índia Indonésia Iugoslávia Panamá	Sim Sim Sim Sim Não compareceu Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (continuação)

S/RES/341	Peru	Sim
	Quênia	Sim
UNEF	Sudão	Sim
S/RES/342	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim
	Sudão	Sim
S/RES/343	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Abstenção
	Austrália	Sim
	Áustria	Sim
	Guiné	Sim
	Índia	Sim
	Indonésia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Panamá	Sim
	Peru	Sim
	Quênia	Sim

ANEXO M: Resoluções aprovadas no CSNU em 1973 (conclusão)

S/RES/343 Chipre	Sudão	Sim
S/RES/344 Oriente Médio	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Austrália Áustria Guiné Índia Indonésia Iugoslávia Panamá Peru Quênia Sudão	Abstenção Abstenção Abstenção Abstenção Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/ 403	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Rodésia do Sul	França	Sim
Botswana	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/404	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Benin	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/405	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Benin	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/406	Estados Unidos	
	Reino Unido	SEM VOTO
Rodésia do Sul	França	
Botswana	URSS	
	China	
	Alemanha	
	Benin	
	Canadá	
	Ilhas Maurício	
	Índia	
	Líbia	
	Panamá	
	Paquistão	
	Romênia	
	Venezuela	

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/407	Estados Unidos	
	Reino Unido	SEM VOTO
Lesoto	França	
África do Sul	URSS	
	China	
	Alemanha	
	Benin	
	Canadá	
	Ilhas Maurício	
	Índia	
	Líbia	
	Panamá	
	Paquistão	
	Romênia	
	Venezuela	
S/RES/408	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Benin	Não compareceu
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Não compareceu
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/409	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Rodésia do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/410	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/411	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Rodésia do Sul	França	Sim
Moçambique	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/412	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Djibouti	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/413	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Vietnã	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/414	Estados Unidos	
	Reino Unido	SEM VOTO
Chipre	França	
	URSS	
	China	
	Alemanha	
	Benin	
	Canadá	
	Ilhas Maurício	
	Índia	
	Líbia	
	Panamá	
	Paquistão	
	Romênia	
	Venezuela	

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/415	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Rodésia do Sul	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/416	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Egito	França	Sim
Israel	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Não compareceu
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/417	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Apartheid	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/418	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (continua)

S/RES/419	Estados Unidos	
	Reino Unido	SEM VOTO
Benin	França	
	URSS	
	China	
	Alemanha	
	Benin	
	Canadá	
	Ilhas Maurício	
	Índia	
	Líbia	
	Panamá	
	Paquistão	
	Romênia	
	Venezuela	
S/RES/420	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Benin	Não compareceu
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Não compareceu
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO N: Resoluções aprovadas no CSNU em 1977 (conclusão)

S/RES/421	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/422	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Benin	Sim
	Canadá	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Líbia	Sim
	Panamá	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continua)

Resolução	Estados-membros	Votos
S/RES/423 Rodésia do Sul	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Abstenção
	Bolívia	Sim
	Canadá	Abstenção
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/424 Rodésia do Sul Zâmbia	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/425 Israel Líbano	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Abstenção
	Venezuela	Sim
S/RES/426 Israel Líbano	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Abstenção
	Venezuela	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/427 Israel Líbano	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Abstenção
	Venezuela	Sim
S/RES/428 Angola África do Sul	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/429 Israel Síria	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/429 Israel Síria	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/430 Chipre	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/431 Namíbia	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Abstenção
	China	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/431 Namíbia	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Abstenção
	Venezuela	Sim
S/RES/432 Namíbia	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/433 Admissão Ilhas Salomão	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/433 Admissão Ilhas Salomão	Canadá Gabão Ilhas Maurício Índia Kuwait Nigéria Tchecoslováquia Venezuela	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/434 Israel Líbano	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Alemanha Bolívia Canadá Gabão Ilhas Maurício Índia Kuwait Nigéria Tchecoslováquia Venezuela	Sim Sim Sim Abstenção Não compareceu Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Abstenção Sim
S/RES/435 Namíbia	Estados Unidos Reino Unido França URSS China Alemanha Bolívia Canadá Gabão	Sim Sim Sim Abstenção Não compareceu Sim Sim Sim Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/435 Namíbia	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Não compareceu
	Venezuela	Sim
S/RES/436 Líbano	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/437 Rodésia do Sul	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Abstenção
	Bolívia	Sim
	Canadá	Abstenção
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/437	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
Rodésia do Sul	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/438	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Egito	URSS	Abstenção
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Abstenção
	Venezuela	Sim
S/RES/439	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Namíbia	França	Abstenção
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Abstenção
	Bolívia	Sim
	Canadá	Abstenção
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/439	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
Namíbia		
S/RES/440	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/441	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (continuação)

S/RES/441	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
Israel		
Síria		
S/RES/442	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão	França	Sim
Dominica	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim
	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/443	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Não compareceu
	Alemanha	Sim
	Bolívia	Sim
	Canadá	Sim
	Gabão	Sim
	Ilhas Maurício	Sim
	Índia	Sim
	Kuwait	Sim
	Nigéria	Sim

ANEXO O: Resoluções aprovadas no CSNU em 1978 (conclusão)

S/RES/443	Tchecoslováquia	Sim
	Venezuela	Sim
Chipre		

ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/546	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Angola	França	Sim
África do Sul	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/547	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984 (continuação)

S/RES/548	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Admissão Brunei	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/549	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Abstenção
	Zimbábue	Sim

ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984 (continuação)

S/RES/550	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Não
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/551	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984 (continuação)

S/RES/552	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Abstenção
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Abstenção
S/RES/553	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984 (continuação)

S/RES/554	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
África do Sul	França	Sim
Apartheid	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/555	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Abstenção
	Zimbábue	Sim

ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984 (continuação)

S/RES/556	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Apartheid	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/557	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO P: Resoluções aprovadas no CSNU em 1984 (conclusão)

S/RES/558	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/559	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Malta	Sim
	Nicarágua	Sim
	Países Baixos	Sim
	Paquistão	Sim
	Peru	Sim
	Ucrânia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/560	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/561	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Abstenção

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/562	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Nicarágua	França	Sim
EUA	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/563	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/564	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbano	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/565	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/566	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/568	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Botswana	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/569	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
África do Sul	França	Sim
Apartheid	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/570	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
CIJ	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/571	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Angola	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/572	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Botswana	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/573	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Tunísia	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/574	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Angola	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/575	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Abstenção
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Abstenção
S/RES/576	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (continuação)

S/RES/577	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Angola	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/578	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO Q: Resoluções aprovadas no CSNU em 1985 (conclusão)

S/RES/579	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Reféns	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim
S/RES/580	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
Lesoto	URSS	Sim
	China	Sim
	Austrália	Sim
	Burkina Faso	Sim
	Dinamarca	Sim
	Egito	Sim
	Índia	Sim
	Madagascar	Sim
	Peru	Sim
	Tailândia	Sim
	Trinidad e Tobago	Sim
	Ucrânia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/607	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Palestina	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/608	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Palestina	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/609	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbano	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/610	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/611	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Tunísia	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/612	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
Iraque	URSS	Sim
Armas Químicas	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/613	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/614	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/615	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/616	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
EUA	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/617	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/618	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbano	França	Sim
Refém	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/619	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
Iraque	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/620	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
Iraque	URSS	Sim
Armas Químicas	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/621	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Saara Ocidental	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/622	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Afeganistão	França	Sim
Paquistão	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (continuação)

S/RES/623	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
África do Sul	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/624	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO R: Resoluções aprovadas no CSNU em 1988 (conclusão)

S/RES/625	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim
S/RES/626	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Angola	França	Sim
Cuba	URSS	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Itália	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Japão	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
	Zâmbia	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/627	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
CIJ	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/628	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Angola	França	Sim
Cuba	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/629	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/630	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/631	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
Iraque	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/632	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/633	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/634	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/635	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Explosivos	França	Sim
Terrorismo	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/636	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Palestina	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/637	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
América Central	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/638	Estados Unidos	
	Reino Unido	Sim
Reféns	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
		Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/639	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Líbano	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/640	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/641	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Palestina	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/642	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
Iraque	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (continuação)

S/RES/643	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Namíbia	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/644	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
América Central	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO S: Resoluções aprovadas no CSNU em 1989 (conclusão)

S/RES/645	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Israel	França	Sim
Síria	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim
S/RES/646	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Chipre	França	Sim
	URSS	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Colômbia	Sim
	Etiópia	Sim
	Finlândia	Sim
	Iugoslávia	Sim
	Malásia	Sim
	Nepal	Sim
	Senegal	Sim

ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991 (continua)

S/RES/686	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Não
	Equador	Sim
	Iêmen	Abstenção
	Índia	Abstenção
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/687	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Não
	Equador	Abstenção
	Iêmen	Abstenção
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991 (continuação)

S/RES/689	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/692	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Abstenção
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991 (continuação)

S/RES/699	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/700	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991 (continuação)

S/RES/705	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/706	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Não
	Equador	Sim
	Iêmen	Abstenção
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991 (continuação)

S/RES/707	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/712	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Não
	Equador	Sim
	Iêmen	Abstenção
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991 (continuação)

S/RES/713	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/715	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO T: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1991 (conclusão)

S/RES/724	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Costa do Marfim	Sim
	Cuba	Sim
	Equador	Sim
	Iêmen	Sim
	Índia	Sim
	RD Congo	Sim
	Romênia	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO U: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1992 (continua)

S/RES/733	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/748	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Abstenção
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Abstenção
	Japão	Sim
	Marrocos	Abstenção
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Abstenção

ANEXO U: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1992 (continuação)

S/RES/760	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/770	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Abstenção
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Abstenção

ANEXO U: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1992 (continuação)

S/RES/771	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/778	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO U: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1992 (continuação)

S/RES/787	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Abstenção
S/RES/788	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO U: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1992 (conclusão)

S/RES/794	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Sim
S/RES/795	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Macedônia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bélgica	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Equador	Sim
	Hungria	Sim
	Índia	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Venezuela	Sim
	Zimbábue	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/806	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/807	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de proteção da ONU	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/813	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/814	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/815	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteção da ONU	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/816	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/819	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/820	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Abstenção
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
Ex-Iugoslávia	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/824	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/827	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Antiga Jugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/833	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/836	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Abstenção
	Venezuela	Abstenção

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/837	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/841	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/844	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteção da ONU	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/861	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/869	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteção da ONU	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/870	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteção da ONU	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/871	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteção da ONU	França	Sim
Croácia	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/873	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/875	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim
S/RES/878	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (continuação)

S/RES/883	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Abstenção
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Abstenção
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Abstenção
	Venezuela	Sim
S/RES/885	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO V: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1993 (conclusão)

S/RES/886	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Cabo Verde	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Hungria	Sim
	Japão	Sim
	Marrocos	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Paquistão	Sim
	Venezuela	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/897	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Federal da	França	Sim
Iugoslávia	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/899	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/900	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Saravejo	França	Sim
Bósnia	Rússia	Sim
Herzegovina	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/908	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteção da ONU	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/910	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/913	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/914	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteção da ONU	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/915	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/917	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/919	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
África do Sul	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/923	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Brasil	Abstenção
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Abstenção (não compareceu)
S/RES/929	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Brasil	Abstenção
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Abstenção
	Nova Zelândia	Abstenção
	Oman	Sim
	Paquistão	Abstenção
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/940	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Brasil	Abstenção
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Abstenção (não compareceu)
S/RES/941	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/942	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/943	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Federal da	França	Sim
Iugoslávia	Rússia	Sim
Bósnia	China	Sim
Herzegovina	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Não
	Espanha	Sim
	Nigéria	Abstenção
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Não
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Abstenção

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/944	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Abstenção
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/947	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Força de Proteçào da ONU	França	Sim
Croácia	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/949	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/950	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (continuação)

S/RES/955	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim
S/RES/958	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO W: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1994 (conclusão)

S/RES/967	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Federal da	França	Sim
Iugoslávia	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Brasil	Sim
	Djibouti	Sim
	Espanha	Sim
	Nigéria	Sim
	Nova Zelândia	Sim
	Oman	Sim
	Paquistão	Sim
	República Tcheca	Sim
	Ruanda	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continua)

Resolução	Estados-membros	Voto
S/RES/1149	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Angola	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrein	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1152	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Missão Interafricana de	França	Sim
Vigilância dos Acordos de	Rússia	Sim
Bangui (MISAB)	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1153	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1154	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1155 Missão Interafricana de Vigilância dos Acordos de Bangui (MISAB)	Estados Unidos Reino Unido França Rússia China Brasil Bahrain Costa Rica Eslovênia Gabão Gambia Japão Quênia Portugal	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/1156 Serra Leoa	Estados Unidos Reino Unido França Rússia China Brasil Bahrain Costa Rica Eslovênia Gabão Gambia Japão Quênia Portugal	Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim Sim
S/RES/1158 Iraque	Estados Unidos Reino Unido França Rússia	Sim Sim Sim Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1158	China	Sim
	Brasil	Sim
Iraque	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1160	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1165	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1165	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
Ruanda	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1166	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1171	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Serra Leoa	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1171	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
Serra Leoa		
S/RES/1173	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
UNITA	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1174	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia e	França	Sim
Herzegovina	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim

S/RES/1175	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1176	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Resolução n 1173	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1192	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bomba do voo Pan Am	França	Sim
103	Rússia	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1192	China	Sim
	Brasil	Sim
Bomba do voo Pan Am	Bahrain	Sim
103	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1194	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1199	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Kosovo	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1199	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
Kosovo	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1203	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Kosovo	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Abstenção
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1205	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (continuação)

S/RES/1205	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
Iraque		
S/RES/1207	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1210	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO X: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1998 (conclusão)

S/RES/1219	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Angola	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Brasil	Sim
	Bahrain	Sim
	Costa Rica	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gambia	Sim
	Japão	Sim
	Quênia	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999 (continua)

S/RES/1221	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Angola - UNITA	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim
S/RES/1237	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Angola - UNITA	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999 (continuação)

S/RES/1242	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim
S/RES/1244	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Kosovo	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999 (continuação)

S/RES/1247	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia e Herzegovina	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim
S/RES/1264	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Timor Leste	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999 (continuação)

S/RES/1266	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
Kuwait	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim
S/RES/1267	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Afeganistão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999 (continuação)

S/RES/1270	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Serra Leoa	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim
S/RES/1272	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Timor Leste - UNTAET	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999 (continuação)

S/RES/1275	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim
S/RES/1280	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Abstenção
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO Y: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 1999 (conclusão)

S/RES/1281	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Sim
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim
S/RES/1284	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Abstenção
Kuwait	Rússia	Abstenção
	China	Abstenção
	Argentina	Sim
	Bahrein	Sim
	Brasil	Sim
	Canadá	Sim
	Eslovênia	Sim
	Gabão	Sim
	Gâmbia	Sim
	Malásia	Abstenção
	Namíbia	Sim
	Países Baixos	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continua)

S/RES/1526	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Al Qaeda	França	Sim
Talibã	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1527	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1528	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1529	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1532 Libéria	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1533 República Democrática do Congo	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1534	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda e ex-	França	Sim
Iugoslávia	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1535	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Terrorismo	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1540	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Não Proliferação	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1542	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti - MINUSTAH	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1546	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1551	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia e Herzegovina	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1552	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1555	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1556	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Abstenção
	Romênia	Sim
S/RES/1558	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1562	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Serra Leoa	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1563	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Afeganistão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1564	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Abstenção
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Abstenção
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Abstenção
	Romênia	Sim
S/RES/1565	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1566	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Terrorismo	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1572	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (continuação)

S/RES/1575	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia e Herzegovina	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1576	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti - MINUSTAH	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO Z: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2004 (conclusão)

S/RES/1577	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Burundi	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim
S/RES/1579	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Alemanha	Sim
	Angola	Sim
	Argélia	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Chile	Sim
	Espanha	Sim
	Filipinas	Sim
	Paquistão	Sim
	Romênia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continua)

S/RES/1584	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1587	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1591	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Darfur	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Abstenção
	Argélia	Abstenção
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1592	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1593	Estados Unidos	Abstenção
	Reino Unido	Sim
Darfur - TPI	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Argélia	Abstenção
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Abstenção
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1594	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1596	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1597	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI para a ex-Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1600	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1601	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti - MINUSTAH	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1602	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Burundi	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1603	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1607	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
África Ocidental	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1608	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti - MINUSTAH	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1609	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1610	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Serra Leoa	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1616	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1617	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Terrorismo	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1621	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1623	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Afeganistão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1626	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1628	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1630	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1632	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1633	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1634	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia e Herzegovina	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1635	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1638	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1639	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia e Herzegovina	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1641	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Burundi	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1643	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1644	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbano	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (continuação)

S/RES/1647	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1649	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO AA: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2005 (conclusão)

S/RES/1650	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Burundi	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim
S/RES/1651	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Darfur	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Argélia	Sim
	Argentina	Sim
	Benim	Sim
	Brasil	Sim
	Dinamarca	Sim
	Grécia	Sim
	Japão	Sim
	Filipinas	Sim
	Romênia	Sim
	Tanzânia	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continua)

S/RES/1910	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1911	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1915	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI para a ex-Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1916	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1924	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1927	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti - MINUSTAH	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1928	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Coreia do Norte	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1929	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Não
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Abstenção
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Não
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1931	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI para a ex-Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1932	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1933	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1938	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1940	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Serra Leoa	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1942	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1945	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Abstenção
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1946	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1951	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1952	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1954	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI para a ex-Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1955	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1956	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1957	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Armas de Destruição em	França	Sim
Massa	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (continuação)

S/RES/1958	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Petróleo por Alimentos	França	Abstenção
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1961	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO BB: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2010 (conclusão)

S/RES/1962	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim
S/RES/1966	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Sim
	Áustria	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Gabão	Sim
	Japão	Sim
	Líbano	Sim
	México	Sim
	Nigéria	Sim
	Turquia	Sim
	Uganda	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continua)

S/RES/1967	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1968	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
Libéria	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1970	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1971	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Serra Leoa	França	Sim
Libéria	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1972	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1973	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Abstenção
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Abstenção
	Bósnia	Sim
	Brasil	Abstenção
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Abstenção
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1975	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1977	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Não Proliferação	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1980	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1981	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1982	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1984	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Irã	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Abstenção
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1985	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Coreia do Norte	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1989	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Al Qaeda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1991	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1992	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1993	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI para a ex-Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/1995	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/1996	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão do Sul	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/2000	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/2001	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/2002	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Iraque	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/2003	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Darfur	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/2009	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/2013	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/2016	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/2019	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia e Herzegovina	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/2021	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(continuação)

S/RES/2023	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Eritrea	França	Sim
	Rússia	Abstenção
	China	Abstenção
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/2025	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO CC: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2011(conclusão)

S/RES/2029	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim
S/RES/2023	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Abyei - UNISFA	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Bósnia	Sim
	Brasil	Sim
	Colômbia	Sim
	Gabão	Sim
	Índia	Sim
	Líbano	Sim
	Nigéria	Sim
	Portugal	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continua)

S/RES/2035	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2036	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2040	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Líbia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2045	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2046	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
Sudão do Sul	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2048	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Guiné Bissau	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2049	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Não Proliferação	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2050	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Coreia do Norte	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2053	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2054	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2056	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Mali	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2057	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2060	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2062	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Costa do Marfim	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2066	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2069	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Afeganistão	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2070	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Haiti - MINUSTAH	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2071	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Mali	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2072	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2073	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Somália	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2074	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Bósnia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2075	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Sudão	França	Sim
Sudão do Sul	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2076 República Democrática do Congo	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2077 Pirataria na Somália	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2078	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
República Democrática do	França	Sim
Congo	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2079	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Libéria	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2080	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI Ruanda	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2081	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
TPI para a ex-Iugoslávia	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (continuação)

S/RES/2082	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Terrorismo	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim
S/RES/2083	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Terrorismo	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO DD: Resoluções de Capítulo VII aprovadas no CSNU em 2012 (conclusão)

S/RES/2085	Estados Unidos	Sim
	Reino Unido	Sim
Mali	França	Sim
	Rússia	Sim
	China	Sim
	África do Sul	Sim
	Alemanha	Sim
	Azerbaijão	Sim
	Colômbia	Sim
	Guatemala	Sim
	Índia	Sim
	Marrocos	Sim
	Paquistão	Sim
	Portugal	Sim
	Togo	Sim

ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019 (continua)

Ano	Projeto	Tema	Veto
2019	S/2019/756	Oriente Médio	Rússia China
2019	S/2019/186	Venezuela	Rússia China
2018	S/2018/516	Oriente Médio e Palestina	EUA
2018	S/2018/321	Oriente Médio	Rússia
2018	S/2018/156	Oriente Médio	Rússia
2017	S/2017/1060	Oriente Médio e Palestina	EUA
2017	S/2017/970	Oriente Médio	Rússia
2017	S/2017/962	Oriente Médio	Rússia
2017	S/2017/884	Oriente Médio	Rússia
2017	S/2017/315	Oriente Médio	Rússia
2017	S/2017/172	Oriente Médio	China Rússia
2016	S/2016/1026	Oriente Médio	China Rússia
2016	S/2016/846	Oriente Médio	Rússia
2015	S/2015/562	Ucrânia	Rússia
2015	S/2015/508	Bósnia Herzegovina	Rússia
2014	S/2014/348	Oriente Médio - Síria	China Rússia
2014	S/2014/189	Ucrânia	Rússia
2012	S/2012/538	Oriente Médio - Síria	China Rússia
2012	S/2012/77	Oriente Médio - Síria	China Rússia
2011	S/2011/612	Oriente Médio - Síria	China Rússia
2011	S/2011/24	Oriente Médio e Palestina	EUA
2009	S/2009/310	Geórgia	Rússia
2008	S/2008/447	Zimbábue	China Rússia
2007	S/2007/14	Myanmar	China Rússia

ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019 (continuação)

2006	S/2006/878	Oriente Médio e Palestina	EUA
2006	S/2006/508	Oriente Médio e Palestina	EUA
2004	S/2004/783	Oriente Médio e Palestina	EUA
2004	S/2004/313	Chipre	Rússia
2004	S/2004/240	Oriente Médio e Palestina	EUA
2003	S/2003/980	Oriente Médio e Palestina	EUA
2003	S/2003/891	Oriente Médio e Palestina	EUA
2002	S/2002/1385	Oriente Médio e Palestina	EUA
2002	S/2002/712	The situation in Bosnia and Herzegovina	EUA
2001	S/2001/1199	Oriente Médio e Palestina	EUA
2001	S/2001/270	Oriente Médio e Palestina	EUA
1999	S/1999/201	Macedônia	China
1997	S/1997/241	Territórios Árabes	EUA
1997	S/1997/199	Territórios Árabes	EUA
1997	S/1997/18	América Central	China
1995	S/1995/394	Territórios Árabes	EUA
1994	S/1994/1358	Bósnia e Herzegovina	Rússia
1993	S/25693	Chipre	Rússia
1990	S/21326	Chipre	EUA
1990	S/21084	Nicarágua	EUA
1989	S/21048	Panamá	França Reino Unido EUA
1989	S/20945/Rev.1	Territórios Árabes	EUA
1989	S/20677	Territórios Árabes	EUA
1989	S/20463	Territórios Árabes	EUA
1989	S/20378	Líbia e Bahrein	França Reino Unido EUA
1988	S/20322	Oriente Médio	EUA
1988	S/19868	Oriente Médio	EUA
1988	S/19780	Territórios Árabes	EUA
1988	S/19585	África do Sul	Reino Unido EUA
1988	S/19466	Territórios Árabes	EUA
1988	S/19434	Oriente Médio	EUA
1987	S/18785	Namíbia	Reino Unido EUA

ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019 (continuação)

1987	S/18705	África do Sul	Reino Unido EUA
1986	S/18428	Nicarágua	EUA
1986	S/18250	Nicarágua	EUA
1986	S/18163	Angola e África do Sul	Reino Unido EUA
1986	S/18087/Rev.1	África	Reino Unido EUA
1986	S/18016/Rev.1	Líbia, Burkina Faso, Síria e Omã	França Reino Unido EUA
1986	S/17796/Rev.1	Síria	EUA
1986	S/17769/Rev.1	Territórios Árabes	EUA
1986	S/17730/Rev.2	Oriente Médio	EUA
1985	S/17633	Namíbia	Reino Unido EUA
1985	S/17459	Territórios Árabes	EUA
1985	S/17000	Oriente Médio	EUA
1984	S/16732	Oriente Médio	EUA
1984	S/16463	Nicarágua	EUA
1984	S/16351/Rev.2	Oriente Médio	URSS
1983	S/16077/Rev.1	Granada	EUA
1983	S/15966/Rev.1	EUA, Coreia do Sul, Canadá, Japão e Austrália	URSS
1983	S/15895	Territórios Árabes	EUA
1982	S/15347/Rev.1	Oriente Médio	EUA
1982	S/15255/Rev.2	Oriente Médio	EUA
1982	S/15185	Oriente Médio	EUA
1982	S/15156/Rev.2	Ilhas Malvinas	Reino Unido EUA
1982	S/14985	Territórios Árabes	EUA
1982	S/14943	Territórios Árabes	EUA
1982	S/14941	Nicarágua	EUA
1982	S/14832/Rev.1	Territórios Árabes	EUA
1981	S/14664/Rev.2	Angola e África do Sul	EUA
1981	S/14462	Namíbia	França Reino Unido EUA

ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019 (continuação)

1981	S/14461	Namíbia	França Reino Unido EUA
1981	S/14460/Rev.1	Namíbia	França Reino Unido EUA
1981	S/14459	Namíbia	França Reino Unido EUA
1980	S/13911	Palestina	EUA
1980	S/13735	Irã	URSS
1980	S/13729	Carta enviada ao Presidente do CSNU	URSS
1979	S/13162	Sudeste Asiático	URSS
1979	S/13027	Kampuchea	URSS
1977	S/12312/Rev.1	África do Sul	França Reino Unido EUA
1977	S/12311/Rev.1	África do Sul	França Reino Unido EUA
1977	S/12310/Rev.1	África do Sul	França Reino Unido EUA
1976	S/12226	Admissão: Vietnã	EUA
1976	S/12211	Namíbia	França Reino Unido EUA
1976	S/12119	Palestina	EUA
1976	S/12110	Admissão: Angola	EUA
1976	S/12022	Territórios Árabes	EUA
1976	S/11967	Comoros	França
1976	S/11940	Oriente Médio e Palestina	EUA
1975	S/11898	Oriente Médio	EUA
1975	S/11833	Admissão: Vietnã	EUA
1975	S/11832	Admissão: Vietnã do Sul	EUA
1975	S/11796	Admissão: Vietnã	EUA
1975	S/11795	Admissão: Vietnã do Sul	EUA

ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019 (continuação)

1975	S/11713	Namíbia	França Reino Unido EUA
1974	S/11543	África do Sul	França Reino Unido EUA
1974	S/11400	Chipre	URSS
1973	S/10974	Oriente Médio	EUA
1973	S/10928	Rodésia do Sul	Reino Unido EUA
1973	S/10931/Rev.1	América Latina	EUA
1972	S/10805/Rev.1	Rodésia do Sul	Reino Unido
1972	S/10784	Oriente Médio	EUA
1972	S/10771	Admissão: Bangladesh	China
1972	S/10606	Rodésia do Sul	Reino Unido
1971	S/10489	Rodésia do Sul	Reino Unido
1971	S/10446/Rev.1	Índia e Paquistão	URSS
1971	S/10423	Índia e Paquistão	URSS
1971	S/10416	Índia e Paquistão	URSS
1970	S/9976	Rodésia do Sul	Reino Unido
1970	S/9696	Rodésia do Sul	Reino Unido EUA
1968	S/8761	Tchecoslováquia	URSS
1966	S/7575/Rev.1	Palestina	URSS
1964	S/6113	Palestina	URSS
1964	S/5973	Malásia	URSS
1963	S/5425/Rev.1	Rodésia do Sul	Reino Unido
1963	S/5407	The Palestine question	URSS
1962	S/5134	Índia e Paquistão	URSS
1961	S/5033	Portugal e Goa	URSS
1961	S/5006	Admissão: Kuwait	URSS
1961	S/4855	Iraque e Kuwait	URSS
1960	S/4578/Rev.1	Congo	URSS
1960	S/4567/Rev.1	Admissão: Mauritânia	URSS
1960	S/4523	Congo	URSS
1960	S/4409/Rev.1	Telegrama da URSS	URSS
1960	S/4411	Telegrama da URSS	URSS
1958	S/4130/Rev.1	Admissão: Vietnã	URSS
1958	S/4129/Rev.1	Admissão: Coreia do Sul	URSS

ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019 (continuação)

1958	S/4055/Rev.1	Líbia, Jordânia e Emirados Árabes Unidos	URSS
1958	S/4050/Rev.1	Líbia, Jordânia e Emirados Árabes Unidos	URSS
1958	S/3995	Reclamação da URSS sobre aviões armados dos EUA	URSS
1957	S/3885	Admissão: Vietnã	URSS
1957	S/3884	Admissão: Coreia do Sul	URSS
1957	S/3787	Índia e Paquistão	URSS
1956	S/3730/Rev.1	Hungria	URSS
1956	S/3713/Rev.1	Palestina	França Reino Unido
1956	S/3710	Palestina	França UK
1955	S/3510	Admissão: Japão	URSS
1954	S/3236/Rev.1	Guatemala	URSS
1954	S/3229	Tailândia	URSS
1954	S/3188/Corr.1	Palestina	URSS
1954	S/3151/Rev.2	Palestina	URSS
1952	S/2760	Admissão: Camboja	URSS
1952	S/2759	Admissão: Laos	URSS
1952	S/2758	Admissão: Vietnã	URSS
1952	S/2754	Admissão: Japão	URSS
1952	S/2483	Admissão: Líbia	URSS
1952	S/2688	Armas bacteriológicas	URSS
1952	S/2671	Armas bacteriológicas	URSS
1952	S/2443	Admissão: Itália	URSS
1950	S/1894	Taiwan e Coreia	URSS
1950	S/1752	China	URSS
1950	S/1653	Coreia do Sul	URSS
1949	S/1408/Rev.1	Regulação de Armamentos	URSS
1949	S/1399/Rev.1	Regulação de Armamentos	URSS
1949	S/1398	Regulação de Armamentos	URSS
1949	S/1337	Admissão: Ceilão	URSS
1949	S/1336	Admissão: Áustria	URSS
1949	S/1335	Admissão: Irlanda	URSS
1949	S/1334	Admissão: Finlândia	URSS
1949	S/1333	Admissão: Itália	URSS
1949	S/1332	Admissão: Transjordânia	URSS
1949	S/1331	Admissão: Portugal	URSS

ANEXO EE: Lista de vetos entre 1946-2019 (conclusão)

1949	S/1385	Admissão: Nepal	URSS
1949	S/1305	Admissão: Coreia	URSS
1948	S/PV.384	Admissão: Ceilão	URSS
1948	S/1048	Berlim	URSS
1948	S/PV.351	Admissão: Ceilão	URSS
1948	S/836	AIEA	URSS
1948	S/PV.3038	Tchecoslováquia	URSS
1948	S/PV.303	Tchecoslováquia	URSS
1948	S/PV.279	Admissão: Itália	URSS
1947	S/PV.206	Admissão: Itália	URSS
1947	S/PV.206	Admissão: Finlândia	URSS
1947	S/552	Grécia	URSS
1947	S/PV.202	Grécia	URSS
1947	S/PV.190	Admissão: Áustria	URSS
1947	S/PV.190	Admissão: Itália	URSS
1947	S/486	Grécia	URSS
1947	S/471 e S/471/Add.1	Grécia	URSS
1947	S/PV.186	Admissão: Portugal	URSS
1947	S/PV.186	Admissão: Irlanda	URSS
1947	S/PV.186	Admissão: Transjordânia	URSS
1947	S/PV.170	Grécia	URSS
1947	S/PV.122	Canal de Corfu	URSS
1946	S/PV.70	Ucrânia	URSS
1946	S/PV.57	Admissão: Portugal	URSS
1946	S/PV.57	Admissão: Irlanda	URSS
1946	S/PV.57	Admissão: Transjordânia	URSS
1946	S/PV.49	Espanha	URSS
1946	S/PV.49	Espanha	URSS
1946	S/PV.49	Espanha	URSS
1946	S/PV.45	Espanha	URSS
1946	S/PV.23	Líbano e Síria	URSS

Nota: Elaboração a partir dos dados de *Security Council Veto List – Dag Hammarskjold Library*, 2019[277].
Fonte: A autora, 2020.

[277] Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/sc/quick>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.